

"Este livro é mais que um livro, sou eu mesmo", anuncia Michelet a seus leitores. E, no prefácio, ele explica: "... recoloquei-me no seio do povo tanto quanto me foi possível... Ia, pois, consultando os homens, ouvindo-os falar de sua própria sorte, recolhendo de sua boca o que nem sempre se encontra nos mais brilhantes escritores de bom senso. Esse inquérito, iniciado em Lyon há cerca de dez anos, eu o prossegui em outras cidades, estudando ao mesmo tempo junto aos homens práticos, aos espíritos mais positivos, a verdadeira situação dos campos, tão negligenciada por nossos economistas". Na verdade, a decisão remonta à visita das grandes cidades industriais da Inglaterra, em 1834. Michelet percebe que o maquinismo está em vias de transformar o trabalhador em proletário. Mede a distância que separa a pobreza dos artesãos de sua infância da miséria dos mineiros e manufatureiros. Compreende que o tempo dos tecelões, que cantavam ao ritmo de seus teares, como seu próprio pai cantava a romanza enquanto compunha, não voltará mais. Michelet diagnostica o mal: "Já não é o homem que faz funcionar a máquina, é a máquina que faz o homem funcionar." Na expectativa da revolução que porá fim a essa nova escravidão, jura a si mesmo denunciá-la, e o mais cedo possível. "Temos a pesquisa dos ricos sobre os pobres. Os pobres são insolentes, viciosos

O povo



00000016300

O POVO

Jules Michelet

Martins Fontes

OPOVO

CLÁSSICOS

J. Michelet — *O Povo*

Machado de Assis — *Dom Casmurro*

Próximos lançamentos

J.-J. Rousseau — *O Contrato Social*

N. Machiavelli — *O Príncipe*

O POVO

Jules Michelet

Prefácio e notas de
Paul Viallaneix

Martins Fontes

1:32
M623

Tradução: Gilson Cesar Cardoso de Souza

Tradução do prefácio: Antonio de Padua Danesi

Revisão da tradução: Alexandre Soares Carneiro

Monica Stahel M. da Silva

Revisão tipográfica: Coordenação de Maurício Balthazar Leal

Produção gráfica: Geraldo Alves

Composição: Artel — Artes Gráficas

Arte-final: Moacir K. Matsusaki

Impressão e acabamento: Gráfica Editora Bisordi Ltda.

Capa — Projeto: Alexandre Martins Fontes

Ilustração: Camille Pissarro, *A feira de Pontoise*

Todos os direitos para a língua portuguesa reservados à

LIVRARIA MARTINS FONTES EDITORA LTDA.

Rua Conselheiro Ramalho, 330/340 — Tel.: 239-3677

01325 — São Paulo — SP — Brasil

ÍNDICE

<i>Prefácio</i>	VII
<i>Exame do manuscrito</i>	XLIII
<i>As edições de Le peuple</i>	LXIII

A Edgar Quinet	1
----------------------	---

Primeira parte — DA SERVIDÃO E DO ÓDIO

I. Servidões do camponês	27
II. Servidões do operário dependente das máquinas	44
III. Servidões do operário	59
IV. Servidões do industrial	69
V. Servidões do comerciante	77
VI. Servidões do funcionário	84
VII. Servidões do rico e do burguês	91
VIII. Revisão da primeira parte. Introdução à segunda	102

Segunda Parte — DA LIBERTAÇÃO PELO AMOR. A NATUREZA

I. O instinto do povo, pouco estudado até hoje	115
--	-----

II. O instinto do povo, alterado, mas poderoso	120
III. O povo ganha alguma coisa sacrificando seu instinto? Classes bastardas	128
IV. Os simples. A criança, intérprete do povo	132
V. Continuação. O instinto natural da criança é perverso?	139
VI. Digressão. Instinto dos animais. Em defesa deles	144
VII. O instinto dos simples. O instinto do gênio. O homem de gênio é, por excelência, o simples, a criança e o povo	153
VIII. O nascimento do gênio. Tipo de nascimento social	159
IX. Revisão da segunda parte. Introdução à terceira	166

Terceira Parte — DA LIBERTAÇÃO PELO AMOR. A PÁTRIA

I. A amizade	173
II. Do amor e do casamento	181
III. Da associação	187
IV. A pátria. As nacionalidades desaparecerão?	195
V. A França	203
VI. A França superior como dogma e como lenda. A França é uma religião	208
VII. A fé da Revolução. A Revolução não conservou a fé até o fim e não transmitiu seu espírito por meio da educação	212
VIII. Não há educação sem fé	219
IX. Deus na pátria. A jovem pátria do futuro. O sacrifício	222
<i>Prefácio de 1866</i>	232

PREFÁCIO

O *mal du siècle* não cega nem enerva os nossos românticos. Estes têm vontade de compreendê-lo e de curar-se dele. A lição de energia dada pelos revolucionários de 1789 e recolhida por Stendhal não foi vã. O próprio Chateaubriand, como ministro do Exterior ou como filósofo da história contemporânea, propõe remédios para os langores de René. Musset e Vigny julgam sem complacência a sociedade que tão mal preparou sua geração para o exercício das liberdades da idade adulta. Mas não se trata apenas de elucidar responsabilidades ou infortúnios que pertencem ao passado. Depois da revolução confiscada de 1830, o presente é questionado e o futuro interrogado. A atenção se desvia, não sem dificuldade, da lembrança obsedante do Grande Exército e de Waterloo. Volta-se, inquieta, para a nova crise moral que se forma enquanto a França se converte, depois da Inglaterra, numa nação industrial e capitalista. A burguesia, com a bênção de Guizot, mas sob o olhar arguto de Balzac, ordena o culto do bezerro de ouro. Por reação, vem à luz toda uma literatura que associa à severidade da crítica a fertilidade da utopia. Essa literatura conhece um sucesso que não passa de escândalo. Cabe a Lamennais a honra, paga a um preço elevado, de dar o sinal de

alerta com *Paroles d'un croyant* (1834) e *Le livre du peuple* (1837). A contestação da ordem estabelecida pelos mercadores do templo se desenvolve em *L'organisation du travail* (1839) de Louis Blanc, a brochura de Proudhon, *Qu'est-ce que la propriété?* (1840), e *Avertissement au pays* (1841), de Quinet. Reedita-se a obra de Fourier sob o título de *Théorie de l'unité universelle* (1841-1845) e Cabet publica *Voyage en Icarie* (1842).

Dos gabinetes de leitura a febre ganha por vezes as tribunas oficiais. Lamartine anuncia perante o Parlamento que uma revolução poderia eclodir a curto prazo. Michelet, do alto de sua cátedra do Collège de France, toma a defesa da Universidade, cujas prerrogativas o partido dos padres pretende reduzir. Sua defesa tem um alcance bem diferente do requisitório pronunciado pelo cônego Desgarets contra os mestres do ensino público. Denuncia no jesuitismo, cujos exercícios e cálculos quebram o impulso da fé, o mau gênio de uma cultura que se mecaniza obedecendo à lei do lucro. Mas não basta desmascarar Tartufo, que doravante coloca sua técnica da direção da consciência a serviço de Prudhomme. Panfletos como *Des jésuites* (1843) ou *Du prêtre, de la femme, de la famille* (1845) permanecem como “livros negativos”. Tornam-se necessários, “diante disso, livros positivos, que já não combatem, mas ensinam”.

O povo vai nascer dessa resolução, que o *Journal* registra oito dias após a publicação do *Prêtre*: “Neste 24 de janeiro, concebi e escrevi o título — *O povo* —, que pretendo terminar em 24 de janeiro de 1846.” Michelet pretende então entregar-se a um estudo de ordem histórica, visto que especifica, no dia 31, ter “esboçado o plano de *O povo* para a Idade Média”. Mas é obrigado a suspender a execução desse projeto. A preparação de seus cursos, a campanha que os bem-pensantes movem contra *Du prêtre*, na imprensa, na Sorbonne e até na Câmara

de Paris, o açambarcamento durante vários meses. Todavia, nesse meio tempo ele encontra mais de uma ocasião para amadurecer seu pensamento. Em fevereiro lê *Les paysans* de Balzac e *L'organisation du travail* de Louis Blanc, que lhe deixam “má impressão”; em março, Proudhon, que ele “refuta”, e Villermé (*Tableau de l'état physique et moral des ouvriers employés dans les fabriques de coton, de laine et de soie*), que ele procura conhecer. Em abril, no Collège de France, aborda temas que conta desenvolver por escrito: a propriedade, dia 10, a educação, dia 17, a associação, dia 24. Quando viaja, é com a preocupação de melhor conhecer o mundo do trabalho. De Rouen, até onde acompanhou seu genro, Alfred Dumesnil, ele se dirige, dia 13 de junho, ao Tôt, onde visita Eugène Noël, amigo de Alfred, a quem submete verbalmente o plano de *O povo* e faz diversas perguntas sobre a crise das pequenas fábricas de fiação. Durante a primeira quinzena de agosto, em Cherbourg, recolhe informações detalhadas sobre a vida dos marinheiros.

Regressa a Paris decidido a redigir seu livro. Mas depara com sérias dificuldades, metaforicamente evocadas numa carta a seu filho Charles datada de 8 de setembro: “Estou nadando penosamente no grande trabalho que você sabe e que é um oceano, mas um oceano de águas ainda turvas e viscosas, onde é difícil mover os braços. Grande fadiga, e também tristeza por avançar tão pouco.” Se ele concebe intensamente a idéia diretora de *O povo* — “o amor, único construtor da cidade” —, já expressa em seus cursos, sente-se menos à vontade no momento de compor o quadro da sociedade francesa que deve introduzi-lo. Eis por que se pergunta, a 1.º de setembro, se “não seria melhor escrever primeiro a segunda parte... à qual a primeira deve subordinar-se”. Mas não se decide a isso. No dia 14, os três primeiros capítulos são “interrompidos para o plano”. Redige o capítulo I, “O campo-

nês". Porém, mal remete o manuscrito ao impressor Duceissois, já o pede de volta, insatisfeito. Refaz então, de 17 a 20, o "programa do operário, do varejista, do burguês" (cap. II, III, V e VII da primeira parte), ao mesmo tempo que lê Raspail e Perdiguier. No dia 24, prepara o argumento dos "dois capítulos sobre os ricos" (cap. VII e VIII) e redige, no dia 30, uma página destinada ao prefácio.

Cansado de tatear, permite-se uma boa semana de descanso (de 10 a 18 de outubro) em Fontainebleau, junto a seu filho e seu genro. De volta, como os capítulos sobre o operário e o prefácio continuam a lhe oferecer uma certa resistência, escreve, nos dias 21, 22 e 23, "sobre a segunda parte". O impulso assim recuperado lhe permite redigir de uma penada, nos dias 29 e 30 de outubro, a versão definitiva do "camponês" e do "operário". É o momento em que a inspiração se apossa dele. Sempre curioso de analisar sua experiência da criação literária, não tarda a explicar-se, numa carta (sem data) a Eugène Noël, o que aconteceu: "Passei dois meses reunindo material histórico e econômico; três desembaraçando-me de toda essa história, para sair do tempo, para entrar cada vez mais no amor, que está fora do tempo; mas recaía sempre na história, no material, em vez de aprofundar meu coração. Só ontem fiquei livre. Despojei-me da impaciência vaidosa e pus abaixo o Senhor Autor, sem informar-me do resultado, já não desejando agradar senão a mim mesmo. Minhas máquinas literárias, sinto-o agora, como todas as máquinas desse tempo, ainda não passavam de concentrações de força para fazer as vezes de união, dispensar de amar. Os obstáculos que eu tinha no espírito, os entraves que pouco a pouco fui sentindo até mesmo no corpo, eram advertências legítimas da natureza a fim de tirar-me do falso caminho."

Uma vez no verdadeiro caminho da invenção, Michelet

recobra todos os seus meios. A 12 de novembro, pode comunicar aos seus próximos a primeira parte de *O povo*, à qual acrescentará, a 6 de dezembro, um capítulo, o oitavo, "como transição". Durante o mês de dezembro, a segunda parte, da qual os capítulos II, III e IV já se achavam prontos, é completada. Michelet trabalha simultaneamente na terceira, concluída a 11 de janeiro. No dia 21, retoma o prefácio, uma carta aberta a Edgar Quinet. Põe o ponto final três dias depois, a 24, exatamente a data que previra para o término do livro. Confia o manuscrito ao impressor no dia seguinte. Dois dias depois, a 26, Alfred levanta-se às três horas da manhã a fim de corrigir as provas. A difusão de *O povo*, assegurada por Hachette e Paulin, tem início no dia 28.

Michelet, como Hugo, gosta de um prefácio e sabe escrevê-lo. Dirigindo-se a um velho amigo que se tornou um irmão de armas, escolhe a forma em que se saía melhor e que já adotara, mais discretamente, para apresentar *Mémoires de Luther*, a da confissão. Que de mais natural? Se publica uma erudita *Histoire de France*, Michelet mantém igualmente um diário íntimo, no qual se derrama livremente. Sabe sobretudo, já há alguns anos, que sua obra é o produto de uma "violenta alquimia moral" em que, especifica ele, "minhas paixões individuais se transformam em generalidades ou minhas generalidades se convertem em paixões, em que meus povos passam a ser eu mesmo, em que meu eu volta a animar os povos". Eis por que ele anuncia agora a seus leitores: "Este livro é mais que um livro; sou eu mesmo." O argumento do testemunho que ele deseja prestar é tirado do conhecimento de primeira mão adquirido junto ao passado de sua pátria, da pesquisa que realizou "sobre as estradas" da França romântica, mas também de sua própria experiência do trabalho e da pobreza. Como o povo de que é filho enquanto o historiador já não lhe parece dispor

de toda a sua consciência na crise que atravessa, Michelet responde pessoalmente com sua identidade e seu futuro.

Assim fazendo, mostra uma coragem que lhe faz honra. Sob a Monarquia de Julho, ainda não é de bom-tom, longe disso, falar em nome dos “bárbaros” e apresentar-se como um deles. A burguesia reinante renega suas origens sem nenhum pudor. Michelet lança, pois, um desafio. Seus colegas do Institut não se enganam a este respeito: guardam sobre *O povo* um silêncio reprovador. As tias ardenesas, que de Renwez, o burgo natal, zelam pela honra dos Millet, não observam a mesma discrição. Deploam, como boas camponesas, todo o barulho feito em torno da pobreza da família e do celibato em que elas consentiram para facilitar a educação de seus irmãos. “Para viver felizes, vivamos escondidos”: é a sabedoria das nações que o prescreve, e não a vaidade dos *parvenus*. Michelet, porém, não experimenta nenhum arrependimento. Agrada-lhe professar a fidelidade que sempre o ligou ao povo. Em 1820, consignou piedosamente num *Mémorial* as lembranças de sua infância no Marais. Releu-o antes de escrever sua carta a Quinet. Com o recuo dos anos, aprecia o que sua descoberta da vida pôde ter de exemplar. Entrega-se então, e para sempre, freqüentando a tipografia de seu pai, à grande “amizade” dos trabalhadores. Lembra-o com orgulho: “Eu também, amigo, trabalhei com as próprias mãos. Mereço, em vários sentidos, o verdadeiro nome do homem moderno, o de trabalhador. Antes de escrever livros, eu os compus materialmente.”

O autor de *O povo* é tanto mais tentado a identificar-se com seu herói quanto continua a partilhar com ele uma série de hábitos. Consagra à sua obra, mais que a energia frenética de um Balzac, os esforços pacientes do artesão. Sabe que, nele, o trabalho precede e provoca a inspiração. Por vezes se queixa disso, temendo faltar à gratui-

dade da arte, como quando confessa a Dumesnil, a 11 de janeiro de 1857, durante a redação de *L'insecte*: “Estou trabalhando como nunca. Talvez, receio, com uma fúria demasiado cega e sem aguardar os momentos da inspiração. Eis no que dá ter sido operário a vida inteira.” Mas o operário não se deixa desencorajar com facilidade. É ele quem se afirma no prefácio de *O povo*: “Nós outros, os bárbaros, temos uma vantagem natural: se as classes superiores têm a cultura, nós temos mais calor vital. Elas não têm nem o trabalho forte, nem a intensidade, a aspreza, a consciência no trabalho.” O trabalho “forte” exige uma vontade de ferro. Michelet lembra-se de ter forjado a sua nas provas da pobreza. Em vez de ostentar, de maneira patética, as privações sofridas, ele reconstitui, com a ajuda de uma frase modelada sobre seu impulso, o *sursum corda* que lhe permitiu afrontá-las, um dia de inverno, batendo com o punho sua mesa de carvalho. Mas nem por isso esquece, muito pelo contrário, as graças elementares que o desnudamento encarece, a fé ingênua que os seus depositam no futuro, o frescor da primeira amizade. Sim, é preciso ser pobre, ou tornar-se pobre em espírito, para saborear o alimento da vida, cujo gosto é alterado pelos temperos da riqueza. Tal é a boa nova que Michelet anuncia aos seus contemporâneos desmoralizados.

Seu “longo estudo” dos séculos passados confirma a lição de suas lembranças pessoais. Ele lhe deve, com efeito, a convicção de que o curso da história depende, não da vontade de Deus, como Bossuet acreditou demonstrar, ou do livre-arbítrio dos indivíduos, como os cronistas deixam subentendido, mas dos trabalhos e das paixões populares. Para ele, ainda não passa de mera hipótese essa proposição de Vico, aplicada às origens lendárias de Roma. Ele a verifica em sua *Histoire romaine* e proclama que ela poderia curar os povos da cega adora-

ção de seus heróis. “O filósofo”, explica ele, “os enobrece e lhes diz: O que adorais sois vós mesmos, são vossas próprias concepções... Há, sem dúvida, os que dominam a multidão, com a cabeça ou com a cinta, mas sua fronte já não se perde nas nuvens. Não são de outra espécie; a humanidade pode se reconhecer em toda a sua história, una e idêntica a si mesma.” O espetáculo da súbita insurreição das Três Gloriosas muda a hipótese em ato de fé. Essa revolução, conquanto traída (que revolução não o é?), não revela menos a força soberana do povo, o poder que ele sempre detém de abalar a ordem estabelecida sem obedecer a chefe algum. “O que ela oferece de singular”, observa Michelet em *Introduction à l'histoire universelle*, “é o fato de apresentar o modelo de uma revolução sem herói, sem nomes próprios; nenhum indivíduo em quem a glória tenha podido se localizar. A sociedade fez tudo... Aqui não existe nome próprio; ninguém preparou, ninguém conduziu; ninguém eclipsou os demais. Depois da vitória, buscou-se um herói e encontrou-se o povo.”

Convém detalhar esse quadro da história como um “Julho eterno”. Michelet tem a sabedoria de concentrar doravante toda a sua atenção no passado do povo que ele conhece melhor e que dispõe, nos tempos modernos, do “verbo social”. Torna-se o historiador da França. De dezembro de 1833 a janeiro de 1844, sucedem-se os seis primeiros volumes de sua obra maior. A idéia do povo manifesta aí, pouco a pouco, sua coerência e sua fecundidade. Interrogando-se sobre as origens da França, Michelet não pode deixar de intervir no debate que Augustin Thierry abriu sustentando que a história de um povo perpetua a luta inicial das raças de que se compõe. Ele faz com autoridade. Recusa-se a considerar o povo francês como um simples complexo racial. Quando se constatou, observa ele, que o povo francês descende dos cel-

tas, dos iberos, dos germânicos e dos latinos, não se abor- dou o essencial. Com efeito, “a França fez a si mesma com esses elementos de que qualquer outra mistura poderia resultar. Os mesmos princípios químicos compõem o óleo e o açúcar. Uma vez dados os princípios, nem tudo está dado; resta o mistério da existência própria e especial”. Esse “mistério”, que cerca o nascimento de um ser vivo, escapa ao determinismo hereditário. O historiador deve, senão explicá-lo, pelo menos respeitá-lo. Cabe-lhe datá-lo e marcar-lhe os desenvolvimentos. Um povo adquire seu direito à vida quando se mostra capaz de associar-se a novas raças e sua história se torna a de sua assimilação. Aqui eclode, aos olhos de Michelet, a superioridade da França, que recebeu o “dom da simpatia” e elevou a fusão fecunda das raças ao grau de obra-prima histórica.

Nenhuma força externa intervém no “trabalho de si sobre si” que o povo francês realizou como um organismo em pleno crescimento. Eis por que a *Histoire de France* retira a palavra aos chefes visíveis da nação. Michelet a concede largamente à multidão dos desconhecidos que nunca a tomaram, mas que agiram em silêncio. “Os atores”, precisa uma nota inédita de 5 de julho de 1846, “são as massas profundas que se fizeram por verbos esses oradores brilhantes, às vezes poderosos, que exprimiram o pensamento dessas massas e não raro reagiram sobre elas.” De fato, em *Histoire de France*, a intervenção popular determina, por si só, a importância concedida aos acontecimentos. Há os que se vêem despojados de seu falso brilho, como as guerras de prestígio que Luís XIV conduziu com mercenários e grandes capitães, sem a ajuda e a concordância de seus súditos. Outros, ao contrário, conservam na memória pública o lugar que lhes é devido. Mas perdeu-se de vista, por culpa dos historiadores, a sua significação. Assim é que a lembrança das

Cruzadas apagou a dos cruzados. Michelet se empenha, pois, em “ressuscitar” essas multidões equipadas, recolocando-as no curso de uma história coletiva. Nem a autoridade do papa, nem a cupidez dos senhores feudais, nem a ambição dos reis bastaram para motivá-las. Coube ao povo a iniciativa. Em sua fé ingênua, ele de nada duvida. Negligencia perigos e distâncias. Toma o caminho de Jerusalém. Michelet ensina a seus alunos o respeito por essa ativa inocência, que ele próprio leva na maior consideração, em seu curso de 1831-1832: “Os franceses partiram em corpo de nação... Havia segurança perfeita em toda essa multidão; e não se deve desprezar essa disposição da humanidade: é uma grande coisa que tantos milhares de homens tenham sido convencidos de um milagre próximo em seu favor.” A Cruzada, assim interpretada, inscreve-se na “grande empresa da Idade Média, aquela que de todos os franceses fez uma nação”.

A inspiração do povo não governa menos a vida das instituições que a sucessão dos acontecimentos. Se Michelet se abstém durante longos anos de qualquer escolha política, não é nem a prudência nem o ceticismo que lhe dita sua conduta, mas antes a convicção que Péguy, seu discípulo, exprimirá em *Notre jeunesse*: “Acreditamos que são os povos que fazem a força e a fraqueza dos regimes; e muito menos os regimes, dos povos... Acreditamos que são os povos que fazem os regimes, a paz e a guerra, a força e a fraqueza, a doença e a saúde dos regimes.” Assim, o povo francês se acomoda durante muito tempo ao poder político da Igreja. Só ela, após a queda do Império romano, está à altura de satisfazer à necessidade que os bárbaros sentem de superar suas divisões raciais. Ao povo nascente ela propõe o exemplo de sua unidade e o apoio de sua autoridade. Entre ela e ele instaura-se, durante séculos, um “diálogo terno”; toda uma comunidade edifica as catedrais e ali se reúne.

Com o tempo, porém, a Igreja é tentada a bastar a si mesma. Quando os normandos pilham os campos, já ela falta à sua missão, deixando de ser um asilo. Por isso o povo deixa de contar com as instituições eclesásticas para assegurar o seu futuro. Uns após os outros, ele se abandona a uma ruína inexorável, na medida em que elas deixam de servi-lo. Assiste, indiferente, ao despojamento e à execução dos Templários. É o fim da “idade heróica” da Igreja. A monarquia conhece, por sua vez, o seu ocaso, que segue a mesma lei. Popular, ela o é desde os seus começos, quando a fraqueza dos reis ociosos figura a miséria de seus súditos. “Essa mocidade, essa inação”, supõe Michelet, “deve ter inspirado ao povo a idéia profunda da santidade real, do direito do rei. O rei logo lhe aparece como... um companheiro de suas misérias, a quem faltava unicamente o poder reparador.” Qual não é o prestígio dos Capetos, quando, fortificando seu poder em detrimento da tirania dos senhores feudais, colocam-se a serviço da “identidade nacional”? Porém a arruinam tão logo se antepõem à sua missão. A monarquia se desqualifica nas intrigas da corte. E o povo acaba por rejeitá-la como uma cobra rejeita sua pele velha.

Que objetivo persegue, pois, o verdadeiro soberano, que faz e desfaz os impérios? Michelet, antes de escrever *O povo* e de pintar o camponês apaixonado por seu campo, colocou a si mesmo essa questão e respondeu: a pátria. Não há povo, com efeito, sem pátria. Mas depende do povo que a pátria seja um vínculo de servidão ou um monumento de liberdade. Ela começa por impor-lhe as coações de um relevo e de um clima. Eis por que a história das origens de uma nação deve apoiar-se numa “boa e forte base geográfica”, que o *Quadro da França* assegura à empresa de Michelet. O regime feudal consagra a sujeição do povo à terra. “O homem está então,

de certa forma, ligado ao solo”, lê-se nas notas de um curso proferido na École Normale em 1833-1834; “nasce, cresce e morre à sombra da torre feudal... Numa palavra, tudo dorme, tudo está inerte, morto; as populações em sua gleba são como as incrustações de conchas no rochedo.” No entanto, o labor dos servos não fica sem efeito. A natureza torna-se campo. O povo a modela dia a dia à imagem de seu gênio. Ela se lhe assemelha cada vez mais. A pátria que ele assim institui, como o Limousin, retalhada, irrigada, lavrada, ceifada, arborizada, que Giraudoux saúda no início de *Suzanne et le pacifique*, é “uma terra que muito serviu”. Sucede que o grande dia da história ilumina o seu rosto e o revela ao povo, geralmente demasiado ocupado para contemplá-lo. A Paixão de Joana empresta-lhe traços femininos. Mas três séculos depois os franceses já não têm necessidade de uma santa para identificar a sua pátria. Descubrem-na dentro de sua consciência. Os Federados que acorrem ao Campo de Marte no dia 14 de julho de 1791 marcham rumo a uma cidade totalmente mística que sua fé chama à existência. “Aonde vão eles, assim aos grupos”, pergunta-se Michelet, “cidades e cidades, cidades e aldeias, províncias e províncias? Qual é, pois, a Jerusalém que atrai assim todo um povo, que o atrai, não para fora de si mesmo, mas o une, o concentra em si?... Melhor que a da Judéia é a Jerusalém dos corações, a santa cidade fraterna..., a grande cidade viva, que se constrói com homens... Em menos de um ano ela está pronta... E, depois, é a pátria.”

A essa pátria transfigurada Michelet reserva o nome de nação. A França o usa com altivez, ela que foi a primeira a ousar administrar o velho símbolo monárquico. O grito dos *sans-culottes* — “Viva a Nação!” — converte-se, no século XIX, na palavra de ordem dos democratas de toda a Europa. O historiador da Revolução considera naturalmente que a “originalidade do mundo moderno é

que, conservando, aumentando a solidariedade dos povos, ele fortifica, não obstante, o caráter de cada povo, especifica-lhe a nacionalidade a ponto de cada um deles obter uma unidade completa, surgindo como uma pessoa, uma alma consagrada perante Deus”. Tal como seus contemporâneos, não pressente os perigos do nacionalismo. Estes só lhe serão revelados em 1870, quando a França pagar as despesas da consumação da unidade alemã. Em 1846, ele advoga sem reticência a causa romântica das nacionalidades. Defende-a tanto contra os utopistas como contra os conquistadores, culpados, uns e outros, de negar o passado e de comprometer o futuro dos povos europeus. Não teme dar lições de nacionalismo a seu colega Mickiewicz, quando o vê esperar de um Messias, e não apenas do povo, a libertação da Polônia. Acredita, com os profetas e os apóstolos da Escritura, que a presença das nações se inscreve na história da salvação. Ao inaugurar, no Collège de France, seu curso anual, entrega-se a essa profissão de fé: “As nacionalidades são indestrutíveis. Não são em nada parecidas com o indivíduo. O que as torna fortes é justamente o que se chama sua morte. Desânimo, desânimo: acreditamos sempre morrer; nada morre. Não, nunca a terra teve a insolência de enterrar uma alma imortal, quanto mais uma alma de povo! A pretensa morte das nações é uma vivificação severa. Elas se contraem, elas sofrem, e então encontram na dor a verdadeira voz profunda que nunca saiu de dentro delas.”

Familiar ao historiador, que a escuta há quinze anos nas galerias dos Arquivos Reais, a “voz profunda” da nação, a do povo, o é também ao passante assíduo das duas margens do Sena ou ao visitante das províncias da França. “Este livro”, pretende, com justiça, o autor de *O povo*, “eu o colhi nas estradas.” Quantos passeios, com efeito,

e quantas indagações relatadas no *Journal*! À vida do povinho que encontra Michelet dedica uma curiosidade inquebrantável. Despende seu tempo a observá-lo nos bulevares, nas barreiras, nos caminhos baixos de Montreuil ou de Gentilly. Enquanto discute filosofia com seu amigo Poinot, permanece atento aos discursos dos camelôs, aos gritos dos charreteiros, aos gestos dos artesãos e dos vindimadores ou aos desatinos dos bêbados. Deplora, na orla do bosque de Vincennes, do lado de Saint-Mandé, que uma vigorosa camponesa, enquanto soergue um saco de cereal, exibindo seus encantos, o tome por um padre em virtude de sua gravata, de seu colete preto e de sua sobrecasaca marrom. Quando esse parisiense de nascença e coração resolve, anos mais tarde, explorar a França, não o imaginemos cochilando no banco de uma diligência. Traz os olhos abertos, presta atenção nas conversas e mistura-se a elas. Na parada da noite registra o que acaba de aprender sobre os trajes, os costumes, as técnicas ou as falas. Mas não se demora a inventariar o pitoresco de suas descobertas. Esforça-se por interpretá-las, com a preocupação de penetrar no mundo mental do homem da terra. Por que, no baixo vale do Sena, as sebes se fazem mais raras? “Poucas cercas, ou seja, confiança na lei.” Por que as robustas flamengas, alinhadas ao longo das estradas, voltam-lhe as costas? “Isso indica um povo laborioso..., que não pensa no comércio de passagem, mas na agricultura.” Assim se reconhece, através da paisagem, o camponês. Ele se exprime tanto melhor quanto mais hostil se mostrou a natureza que teve de afrontar. Ardèche, que Michelet atravessa em 1844, antes de despovoar-se pela emigração, é um monumento à glória de seus habitantes: “Entre a rocha e a rocha, entre o xisto e o xisto, dependura-se uma pequenina vinha, dois ou três raminhos de centeio, e o poderoso castanheiro, encerrando o calhau mesmo de

suas raízes, alteia-se, espraia-se... Essa Ardèche, que a natureza tornou horrenda, imprimiu-lhe o homem um encanto moral que me cativava pouco a pouco.”

Uma paixão malcontida anima agora o testemunho dos diários de viagem. É que, de espontâneo que era, ele se fez liberado. O historiador da Idade Média, recusando comprazer-se no passado por ele ressuscitado, pretende conhecer a condição moderna que empreendeu as Cruzadas e erigiu as catedrais. “Quando o progresso de minha História”, explica Michelet no prefácio de *O povo*, “me levou a ocupar-me das questões atuais..., recoloquei-me no seio do povo tanto quanto me foi possível... Ia, pois, consultando os homens, ouvindo-os falar de sua própria sorte, recolhendo de sua boca o que nem sempre se encontra nos mais brilhantes escritores de bom senso. Esse inquérito, iniciado em Lyon há cerca de dez anos, eu o prossegui em outras cidades, estudando ao mesmo tempo junto aos homens práticos, aos espíritos mais positivos, a verdadeira situação dos campos, tão negligenciada por nossos economistas.” Na verdade, se o inquérito cujos resultados *O povo* explorará começa em Lyon (e em Saint-Etienne) em 1839, a decisão de empreendê-lo remonta à visita das grandes cidades industriais da Inglaterra, em 1834. Em Manchester e em Liverpool, Michelet percebe que o maquinismo está em vias de transformar o trabalhador em proletário. Mede a distância que separa a pobreza dos artesãos de sua infância da miséria dos mineiros e manufactureiros. Compreende que o tempo dos tecelões, que cantavam ao ritmo de seus teares, como seu próprio pai cantava a romanza enquanto compunha, não voltará mais. Michelet diagnostica o mal: “Já não é o homem que faz funcionar a máquina, é a máquina que faz o homem funcionar.” Na expectativa da revolução que porá fim a essa nova escravidão, jura a si mesmo denunciá-la, e o mais cedo possível. “Te-

mos”, anota ele em seu *Journal* no dia 3 de setembro de 1834, “a pesquisa dos ricos sobre os pobres. Os pobres são insolentes, viciosos, etc. É preciso fazer a resposta dos pobres.”

O juramento será respeitado. Durante suas viagens, o advogado dos pobres acumula as informações que fortificarão sua resposta. Quando se dirige a Lyon, em março de 1839, ele o faz expressamente para estudar o tipo dos operários das fábricas de seda daquela cidade, cujas recentes revoltas o subverteram. Não se contenta em interrogar Arlès-Dufour, que lhe serve de guia. Fica conhecendo um dos operários que tomou parte na insurreição de 1834; registra cuidadosamente tudo o que descobre na “grande casa vil” da Cruz Vermelha aonde o conduzem: “A oficina era incrivelmente suja e pobre. Continha quatro teares. Duas mocinhas de dezesseis ou dezoito anos trabalhavam, um pouco indolentemente, como filhas da casa. O mesmo fazia um menino de doze anos. Enfim, um pobre garotinho de cinco anos num pequenino tear: trabalhava de pé, porque, disse-me sua mãe, não havia um banco suficientemente baixo para ele. Seis pães enormes estavam amontoados num canto. A família come setenta libras de pão por semana. A mãe, mulher enérgica, ainda jovem apesar de seus nove filhos, é a alma da casa. O marido, alto, magro, descorado, de natureza visivelmente branda e fraca, parecia que não se reergueria jamais do golpe que sofrera. Pequenos desvãos continham as camas do pai e dos oito filhos; o nono ainda é bebê. A única coisa que consolava um pouco a alma nesse quadro de miséria é que a família trabalha sozinha e não admite companheiros” (4 de abril de 1839). Em Lyon, num meio em que as tradições do artesanato subsistem, a investigação do viajante se completa em Saint-Etienne, pela visita à fábrica de armas e de um poço da mina Séguin. Michelet se encontra, pela primeira

vez, diante das temíveis máquinas que desnaturam o trabalho do operário. Elas lhe causam viva impressão: “Essa força aparentemente furiosa (tão regulada, na realidade) desagrada; sente-se nela uma fatalidade, subjugada pelo homem, mas não a ponto de não lhe poder ser hostil. Tocai numa dessas rodas — a máquina fará de um homem uma fita de carne esmagada.” Nos anos seguintes, a experiência de Saint-Etienne se renova com frequência. Michelet penetra, com a ajuda de Eugène Noël, que mora em Le Tôt, nas numerosas fábricas dos arredores de Rouen. Recolhe aí a maior parte dos detalhes que compõem, em *O povo*, o quadro das “servidões do operário dependente das máquinas”. Mas a revolta que ele continua a experimentar diante dos malefícios do maquinismo não o cega. Percebe muito bem o escândalo da exploração do proletariado, cuja indigência contrasta com a prosperidade da indústria. “Um ponto me importa acima de tudo, tanto para a indústria do algodão como para tantas outras”, escreve ele a Noël em 30 de junho de 1845, “é saber como, nessa aparente prosperidade, com suas construções gigantescas que vemos elevarem-se por toda parte, a jornada de trabalho do operário é tão mal paga.” Assim se enriquece, de ano em ano, o projeto generoso de 1834, concebido como um desafio, ao pé das “torres do feudalismo moderno”. É preciso levar a sério a confiança, destinada a Quinet e, ao mesmo tempo, ao leitor de *O povo*: “Seria difícil acreditar nas informações novas que coligi e que não se acham em nenhum livro.”

Nenhum livro de Michelet, porém, poderia ser produto da simples perseverança. Toda uma “violenta alquimia moral” determina a gênese de *O povo*, livro entre todos inspirado. Essa alquimia tem por origem, segundo parece, a morte de Pauline, sobrevinda a 24 de julho de 1839.

Michelet, melhor historiador que marido, dá sinais de um desespero bastante inesperado. É que o desaparecimento de sua modesta companheira o lança no estado que ele mais teme: a solidão. “Ah!”, exclama ele no *Journal* no dia 12 de setembro, “é preciso convir que não são meras palavras: *Sereis uma só carne...* Deus! Tudo junto, depois nada junto...: é morrer mais que se ambos tivessem morrido.” Mas a provação da viuvez está apenas começando. Abrandada pelo encontro com a Senhora Dumesnil, ela se agrava quando Michelet recolhe, a 31 de maio de 1842, o último suspiro de sua amiga. O espectro do isolamento ressurgue, redobrado. De volta das exéquias do “anjo branco”, eleva-se mais bela a lamentação por um momento suspensa: “Tudo acabado... Alfred partiu com Charles. Acabo de voltar do cemitério, onde coloquei na terra de ontem uma miserável rosinha que, também solitária, ali haverá de definhir e morrer... Venho para ti, querido outro! Toma-me, tal qual, e que eu reencontre, se possível, minhas tristonhas alegrias de solitário. Nasci só; portanto, é preciso fazer como se eu fosse só!” Sim, há “alegrias” próprias da solidão. O historiador da França as conhece bem. Ainda há pouco sacrificava a elas os deveres da vida conjugal. Mas elas já não lhe bastam. Ao pensamento de que Adèle, noiva de Alfred, vai deixá-lo por sua vez, ele repisa suas “amarguras”. Pergunta-se com angústia se ficará definitivamente privado dos confortos da família. A 24 de junho, enquanto visita a Alemanha, em companhia do jovem casal, tenta explicar sua confusão: “Minhas amarguras voltaram. Alfred tentava apaziguar-me. Falava-me dessa grande família de alunos que tenho em tantas cidades. Sim, mas família distante, que só se corresponde a longos intervalos, que, não vivendo conosco, não caminha no mesmo passo, de modo que as diversidades vão aumentando cada vez mais. Recusei-me a ser o centro deles (por uma revis-

ta ou de outro modo); quis apenas insuflar-lhes o espírito da vida... Que terei sido para eles? Um sopro, uma voz, como queria Byron? Tive o gênio maternal. Essa maternidade tem suas dores, e uma esterilidade aparente. Mil filhos dispersos no espaço e no tempo, nenhum filho que se possa abraçar.”

Para essas “amarguras” o historiador de “gênio maternal” vai descobrir um remédio, um remédio único. Longe dele, nesse instante, a esperança de um amor consolador. O demônio do meio-dia ainda não lhe sugere encerrar-se, com uma cúmplice, num terno retiro. A força da idade torna-o mais ambicioso. “Minha vida está onde esteve, no que me é sempre fiel, na história e na vida do mundo”, observa ele já antes da morte da Senhora Dumesnil, a 21 de abril de 1842. Depois desse último choque de separação, um grande ímpeto vai apoderar-se dele, arrancá-lo à solidão, transportá-lo ao coração da refrega política e de uma comunidade da qual se converterá no profeta. Que remédio mais adequado para o mal da solidão do que o “sentido do povo”?

É graças aos cursos do Collège de France que esse “sentido”, de há muito desperto, se torna consciente e decisivo. Reencontrando todas as semanas a “família” de seus alunos, Michelet muda de identidade. “Estranho contraste”, observa ele, “a multidão em meu curso, para meus livros (venda razoável e regular, que não se desmente), e em mim a solidão. É que dentro de mim não sou o homem do curso. No curso, acredito no assunto de que trato.” Diante de um público que leu os seus livros e agora lhe bebe as palavras, o mestre deve assumir o papel que para si compusera no aconchego de seu gabinete. Acaba de fazer sua, defendendo-a, a causa popular. Segundo uma nota redigida muito tempo depois, destinada ao prefácio de *Histoire de France*, de 1869, essa conversão interior, realizada pela palavra e pelo ges-

to, e que vai motivar a profissão de fé de *O povo*, seria particularmente sensível no curso de 1843 sobre as lendas medievais: “Eu tentava”, diz Michelet com a ajuda de suas recordações, “apreender em seu misterioso nascimento a flor desse tempo, a lenda. Vi como o instinto dos simples incubara, fizera eclodir essa poesia rústica, os próprios ritos e os cânticos que, adotados no santuário, marcados com sua autoridade, deles tornaram a sair em toda a sua imponência... Meu livro *O povo* é fruto de meu curso sobre a lenda, e foi esse livro, por sua vez, que gerou minha *Révolution*.” De fato, o historiador da Idade Média nunca se sentiu tão próximo dos “bárbaros” como no momento de interpretar os sonhos e as inspirações da França primitiva. A lição que ele consagra, a 1º de fevereiro, à lenda de Santa Genoveva e à de São Martinho traz a marca de uma espiritualidade quase franciscana: “Era necessária uma loucura: o Bárbaro era uma criança, um insensato; para convertê-lo, eram necessários loucos. Havia na Gália um louco e uma louca. A louca é Santa Genoveva, que, com suas filhas, assava o pão para os pobres e o dava sem poder esperar que estivesse assado; o louco, um soldado que, para dar, dividiu, não o seu casaco, mas a última de suas roupas... E assim a graça desfez qualquer barreira entre os homens.” Há mais, porém. Se Michelet celebra com tanta felicidade esse milagre que a fé mais humilde postula e obtém, é porque o observa em sua própria existência, também ela salva por um *sursum corda* instintivo. “A extrema pobreza, a nulidade da arte e da história do século VI ao XI diz bem que a vida era uma vida interior, uma vida subterrânea. Creio, afirmo que a vida é sempre a mesma na obra de Deus, senão visível, pelo menos latente... Sempre acreditei, sempre afirmei a vida, mesmo quando a morte me tocou mais de perto. Nunca houve em mim inverno tão profundo que eu não pudesse sentir

ainda o calor oculto da terra; sepultado por vezes sob a neve e a geada, que me penetravam o coração, aproveitei um pouco de claridade, uma tênue respiração para jurar a primavera de Deus.”

Michelet não é homem para viver sozinho a “primavera de Deus”. Quer encontrar ali todo o povo cujo exemplo o ajuda a afastar-se do “profundo inverno” de suas “amarguras”. Destina a seus contemporâneos a lição que recebe dos fiéis de Genoveva e de Martinho e que ele resume a 8 de fevereiro: “Sede crianças!” Com isso, espera prepará-los para a revolução que se anuncia, mas que a inconsciência deles arrisca desencaminhar. “Não se pode sequer desejar uma coisa súbita”, reconhecerá ele no *Journal*, a 19 de julho de 1845, “no momento de redigir *O povo*, pois as almas estão muito doentes, muito prostradas; um impulso súbito que não fosse preparado pela regeneração interior bem poderia levar apenas a outra queda. Não, oradores, não estais prontos para a guerra nem para a revolução... Primeiro é preciso reanimar esse coração, fomentar o que resta de calor e avaliar as próprias forças, saber exatamente onde estamos, pois de todos os males deste país o mais profundo, a meu ver, é que ele perdeu a consciência de si mesmo, a consciência de sua natureza, de sua missão, de seu papel neste momento, a consciência histórica de seu verdadeiro passado.” Mas não basta, para devolver ao povo a “consciência de sua natureza”, difundir um novo livro. Antes mesmo de mobilizar seu gênio de escritor, Michelet tenta cumprir em sua vida privada o dever que lhe incumbe. Empenha-se nisso com o ardor indiscreto de um neófito, servindo-se de suas criadas, Marie, Caroline e Victoire, que se prestam às empresas de sua pedagogia. É com Victoire, cognominada “Rustica”, que ele é mais feliz. Ensina-a a ler. Guia-a docemente na aprendizagem da reflexão e da confiança em si. A comunicação é difícil.

Mas o amigo do povo tira partido tanto de seus fracassos como de seus sucessos. Eles alimentam, uns e outros, a *vita nova* em que ele se engajou de maneira irrevogável. No total, o julgamento que ele emite sobre si mesmo no dia 1º de abril de 1845 é de bom augúrio: “In culpa est animus... a alma excessivamente dominada quer pelo material dos conhecimentos, quer pelo material dos gozos. Sucede que, pelo fim de 1844, da sensibilidade, da própria sensualidade brotou um movimento: idéia da democracia como educação.”

Pela “idéia” que assim concebe, Michelet sente-se tanto mais responsável quanto em torno dele se multiplicam, estima ele, os maus golpes desferidos contra a causa do povo. Acusa os romancistas — Sand, Sue, Balzac —, a quem visará, sem nomeá-los, no prefácio de seu livro. *La mare au diable* aparecerá tarde demais (em folhetim, de 6 a 15 de fevereiro de 1846) para atenuar a cólera que ele experimentou ao ler *Indiana* e *Lélia*, romances de classe, cujas extravagâncias desafiavam a psicologia comum. *Les mystères de Paris* (1842), saciando a curiosidade do grande público, povoa a capital de “condenados reincidentes” e de “forçados livres”. E que dizer de *Pay-sans* (1844), cuja ação se desenrola numa “taverna de criadagem e de ladrões”? Em fevereiro de 1845, a leitura desse romance sombrio, cujas intenções, a bem dizer, ele não penetra, acaba de convencer Michelet de que a literatura da moda oferece da França a mais falsa das imagens. Opõe-lhe o testemunho de sua própria experiência de filho e historiador do povo. E não hesita em questionar a própria estética do romantismo. Nunca emitiu sobre ela um verdadeiro julgamento. Suas pesquisas, seu ensinamento mantiveram-no afastado dos cenáculos. Entretém com Chateaubriand, Lamartine, Lamennais ou Sand relações alheias à atualidade literária. Terá ele percebido, quando da publicação quase simultânea de sua

Histoire du moyen âge e de *Notre-Dame de Paris*, que profundas afinidades o aproximavam de Victor Hugo? Sem dúvida, mas não lhes deu muita importância. Daí o interesse que reveste, em sua carreira, o veredito de *O povo*: “Os românticos acreditaram que a arte estava sobretudo no feio. Estes (os romancistas incriminados) acreditaram que os efeitos mais infalíveis estavam no feio moral... Voltaram seus olhos para o fantástico, o violento, o bizarro, o excepcional. Não se dignaram advertir que estavam pintando a exceção. Os leitores, sobretudo estrangeiros, imaginaram que estavam pintando a regra. Disseram: o povo é assim.” Sob a aparência do “feio”, o “excepcional” fascina, pois, os romancistas culpados. Michelet, por profissão e por vocação, ama demais a verdade para acomodar-se a semelhante estetismo, e denuncia-o sem rodeios quando se acha em causa a honra do povo. No entanto, sua reação não exclui um movimento romântico. É, pelo contrário, um de seus componentes, já perceptível (e com que vivacidade!) em *Qu'est-ce que le romanticisme?*, cuja lição o prefácio de *Cromwell* não desqualifica. Como Stendhal, mas também (e sem que ele o saiba) como Balzac, ou ainda como Hugo, que, depois de ter definido a missão do poeta mago, testemunha e condutor de seu povo, está em vias de conceber *Les misérables*, Michelet espera que a arte sirva à verdade, e à verdade de todos. Eis por que, não obstante a querela com Sand, Sue e com o autor de *La comédie humaine*, *O povo* pertence em sua totalidade à biblioteca romântica.

Da autoridade que a si mesmo atribui para corrigir a pretensa mentira da literatura contemporânea, o defensor dos *humiliati* faz melhor uso quando põe em causa a Igreja. Bem longe, com efeito, vai o tempo em que um sentimento de respeito o impedia de “remexer”, após Lutero, os “membros doloridos” da “mãe doente”.

Michelet tornou-se inimigo dos jesuítas. Nada menos fortuito que o primeiro ataque lançado contra eles, do alto da cátedra do Collège de France, durante o segundo semestre do curso de 1843. Ele sucede, logicamente, a uma apologia da fé ingênua dos cristãos da Alta Idade Média. Michelet reprova em seus adversários o ter desprezado e enlanguescido a energia espiritual dos “bárbaros”. Curiosa crítica, se nos lembrarmos da viril pedagogia que a Companhia de Jesus instituiu em seus colégios. Mas o que o panfletário dos *Jésuites* e do *Prêtre* censura são antes — como o fizera Pascal — os malefícios da casuística e da direção de consciência. Condena também a influência indiscreta que a Igreja exerce sobre a vida familiar, a piedade edulcorada que ela ensina e que merecerá ser chamada “ópio do povo”, a mediocridade das tagarelices, denúncias e calúnias a que se entregam, sob a Monarquia de Julho, inquisidores de subprefeitura. Toda uma empresa de desmoralização pública se desenvolve no segredo dos confessionários e das sacristias. A “arte monstruosa” dos devotos, que compreendem, à maneira de Loyola, “a religião como máquina de guerra” e “a moral como mecânica”, desregra ao mesmo tempo a vida comunitária e a vida pessoal.

Mas a quem engana a hipócrita Igreja ao explorar “todo um povo que sofre e enlanguesce, não tendo nem associação nem verdadeira solidão”? O homem da rua, graças a Deus, desmascara os bons apóstolos. “Abordai um homem na rua, o primeiro que passar, e perguntai-lhe: ‘Que são os jesuítas?’ Ele responderá sem hesitar: ‘A Contra-Revolução.’ Tal é a firmeza do povo; ela nunca variou, e jamais conseguireis mudá-la.” Animado por esse testemunho, Michelet ousa postular o ministério que maus pastores desnaturalizaram. Proclama ele “o sacerdócio, o pontificado da história”. Assim se configura a nova orientação de sua carreira. Anticlerical, ela não é em absoluto

anti-religiosa. O autor de *Des jésuites* ainda espera que seu requisitório venha a ajudar a Igreja a regenerar-se. “Pobre Igreja!”, exclama ele, “é preciso que sejam os seus adversários que a convidem a reconhecer, a partilhar com eles o trabalho de interpretação, a lembrar-se das suas liberdades e das grandes vozes proféticas que saíram de seu seio.” Os membros do baixo clero são exortados a sacudir a tutela jesuítica e mais de um manifesta o seu acordo. Entretanto, Michelet não tarda a perder suas últimas ilusões. Menos de um mês depois de *Des jésuites* ter sido colocado à venda, sob as abóbadas da catedral de Rouen, onde Adèle vai desposar Alfred, ele se despede da Igreja romana: “Adeus, passado! Adeus, doces anos solitários! Adeus, Adèle! Adeus, Pauline! Tudo isso terminou... Meus sonhos da Idade Média também... A mim, pois, ó futuro!” Doravante, trata-se de reinventar a fé e de pregá-la de tal maneira que ela reúna e regenere o povo dos novos tempos. “Toda a diferença está em que”, precisa Michelet ao inaugurar seu curso de 1844, consagrado a “Roma e à França”, “então (outrora) o procedimento foi de inspiração, isto é, esperava-se que Deus desse do alto as coisas já prontas; hoje é a procura, o trabalho, obra modesta. A Idade Média acreditou-se eleita, a criança mimada de Deus. O tempo moderno é mais humilde; não crê que nada lhe seja devido. É um modesto operário.”

A “procura” anunciada começa com *Le prêtre* (1845), que não é um livro totalmente “negativo”, já que esboça, em sua conclusão, o credo de uma religião do amor, cujos intercessores seriam o povo, a mulher e a criança. Em seu ímpeto, Michelet vai redigir a profissão de fé de *O povo*, à qual juntará, sob a espécie de uma *Histoire de la révolution*, o Evangelho da Revelação Moderna.

“Este livro é mais que um livro, sou eu mesmo”: haverá definição mais exata de *O povo*? Michelet prossegue, de

pena na mão, mas conservando seus hábitos de orador, a “procura” pessoal por ele inaugurada diante da juventude das Escolas. Põe nisso o melhor de si mesmo, colhido tanto em seu saber como em sua vida, em suas observações como em suas aspirações, em suas mágoas como em suas esperanças. O controle de um argumento tão rico escapa-lhe mais de uma vez, embora suas “máquinas literárias” lhe permitam preservar a aparência de um plano harmonioso. Mas por que então lamentar que “o Senhor Autor” seja “posto abaixo”? Os desfalecimentos de seu discurso liberam uma inspiração que não carece de coerência. É ao segui-la, com a vontade de “agradar somente a (si) mesmo”, que Michelet estabelece a identidade não apenas de seu herói, o povo, mas de seu próprio gênio.

O que é, pois, o povo? Seu advogado o conhece demasiado bem para aceitar fazer dele uma idéia “clara e distinta”. Partilha o legítimo embaraço que diversos deputados dos Estados Gerais confessaram, em 1789, quando Mirabeau lhes propôs considerarem-se como os “representantes do *povo francês*”. Ele se pergunta, por sua vez, se *povo* deve significar “*plebs* ou *populus*”. Mas está longe de adotar o formalismo jurídico de Target e Thouret, interpeladores de Mirabeau. Prefere expor-se às contradições a abandonar essa dupla preocupação que o concita a respeitar a unidade secular da nação e o antagonismo das classes.

Admirador dos “bárbaros”, dedica a melhor parte de seu quadro da sociedade francesa aos seus herdeiros modernos: camponeses, operários, funcionários, ao lado dos quais pretende marchar rumo à “Roma do futuro”. Se de bom grado ele cita “as estatísticas e outras obras de economia”, tira um partido propriamente literário das informações que lhes toma emprestadas. Cria tipos e cenas que as valorizam. Eis o camponês, no domingo,

regressando ao seu campo, o operário à saída de sua fábrica, o funcionário à sua posta provincial. A existência deles está submetida a “servidões” que Michelet analisa com a secreta intenção de eximir os “miseráveis” da responsabilidade de seus defeitos. O camponês, visto por Balzac, é cúvido, áspero, desconfiado? É que o regime da propriedade lhe é desfavorável. O infeliz, carregado de dívidas, vive com medo do usurário. “É de espantar”, pergunta seu defensor aos cidadãos desdenhosos, “de que esse francês, de nossos dias, outrora tão risonho, tão dado às canções, já não ria mais? É de espantar que, encontrando-o sobre essa terra que o devora, ele vos pareça tão sombrio?” As “pessoas sensíveis” não são mais atiladas quando reprovam os transbordamentos do operário que o sino da fábrica atira na rua depois do expediente. Pensem na tensão nervosa que lhe impõem o ritmo e o barulho das máquinas. No “inferno do tédio” onde acaba de passar longas horas, “parece”, escreve Michelet, antecipando-se a Zola, “que outro coração, comum a todos, tomou o lugar, coração metálico, indiferente, impiedoso, e que esse barulho ensurdecedor em sua regularidade constitui o seu batimento”. Piedade, enfim, pelo funcionário! Acusam-no de nulidade; mas seu retraimento nada mais é que a defesa que ele opõe à Inquisição política ou religiosa: “Os mais prudentes trabalham para se fazer esquecer; evitam viver e pensar, fingem ser nulos, e desempenham tão bem esse papel que com o tempo já não precisam de nenhuma dissimulação; tornam-se de fato o que queriam parecer.” Assim se generaliza a alienação do homem do povo. Ele trabalha em condições que lhe proibem conduzir-se como homem livre.

No entanto, Michelet, que se prepara para contar a história da Revolução, contesta a onipotência de tal fatalidade. Faz ressaltar os menores sinais que anunciam a

sobrevivência ou prometem a desforra da liberdade. Não é, seja o que for que se pense a respeito, o determinismo da miséria que despovoou, por si só, as províncias mais deserdadas. O camponês, tornando-se operário, persegue um sonho mais imperioso que a consideração de seu interesse pessoal. Vai sofrer novas servidões, ainda mais prementes. Mas pelo menos trabalhará “na sombra”, num lugar, o Paraíso do lavrador, onde os caprichos do céu o pouparão. E que dizer do poder de um outro mito da emancipação popular, o da “igualdade visível”, que os girondinos tentaram explorar instituindo o porte do barrete vermelho? O surto da indústria o decuplica de maneira inesperada. A produção mecanizada dos tecidos de algodão coloca-os ao alcance de todas as bolsas. O povo esvazia as lojas. É um acontecimento na história do comércio têxtil. Mas é também o primeiro ato de uma revolução social. É a oferta que suscita a procura? Ela apenas a encoraja. Acalenta uma necessidade de dignidade que nenhuma servidão consegue subjugar. O proletário agarra avidamente a oportunidade que se apresenta para despojar-se da libré humilhante da pobreza. Menos visível, sua inferioridade será também menos resignada. Se o operário usa a mesma camisa que o burguês, não tardará a reivindicar os mesmos direitos. Paradoxal efeito do reinado da máquina: ela “parece uma força totalmente aristocrática pela centralização de capitais que supõe”; e eis que se converte “num poderosíssimo agente do progresso democrático”. Só um Bernardin de Saint-Pierre sansimoniano suporia que banqueiros e industriais se tornam assim os agentes de um certo socialismo. Na realidade, é a massa explorada quem tira de sua política de superprodução um partido muito alheio aos seus cálculos.

Do indomável plebeu *O povo* deixa uma imagem que durante muito tempo conservará o seu prestígio na mito-

logia democrática. O herói de Michelet “conserva o depósito do instinto vivo”. Cria, por seu trabalho, a riqueza da nação; exerce sobre a ordem estabelecida uma pressão salutar; o futuro lhe pertence. Mas e o presente, com suas “servidões”? Um tirano o governa, senhor da indústria, do banco e da monarquia; o burguês. Desmascarado pelos romancistas, ridicularizado pelos caricaturistas, provocado pela mocidade romântica, ele é submetido, em *O povo*, a um exame particularmente lúcido. Michelet saúda, a princípio, como historiador da antiga França, a “gloriosa burguesia”, inspiradora da Revolução de 1789. Mas reprova-lhe tanto mais vivamente os erros quanto, desde sua vitória, os acumulou: a imitação estéril da aristocracia vencida, a renegação de suas origens plebéias, a cega administração de sua prosperidade. Tanto como a moral, ela desafia a história, que é uma perpétua renovação. “Ela perdeu o movimento. Meio século bastou para vê-la afastar-se do povo, elevar-se por sua atividade e sua energia, e repentinamente, em meio ao seu triunfo, desabar sobre si mesma.” Que pior acusação Michelet poderia dirigir-lhe? A seus olhos, ela reveste a gravidade de uma condenação à morte. A burguesia, tendo “perdido o movimento”, corre para sua perda.

Dá prova de sua decadência sucumbindo ao medo, paixão dos fracos. O burguês não goza em paz suas conquistas, que já estas não passam de privilégios. Vive na defensiva. Sua imaginação lhe apresenta a cada passo flagelos ameaçadores: terror ou comunismo. “Se três homens conversam na rua sobre salários”, observa Michelet, “se pedem ao empresário, enriquecido com o trabalho deles, um pequeno aumento, então o burguês se assusta, grita, pede socorro.” Tal é, em 1846, como um século depois, o “grande medo dos bem-pensantes”. Ele os isola e os anemiza. Daí a exortação, ao mesmo tempo severa e compassiva, que lhes é endereçada em *O povo*:

“Sabeis qual é o perigo de... se fechar tanto? É como fechar o vazio. Excluindo-se os homens e as idéias, vai-se diminuindo a si mesmo, vai-se empobrecendo. A pessoa se fecha em sua classe, em seu pequeno círculo de hábitos, onde o espírito, a atividade pessoal já não são necessários. A porta está bem trancada; mas não há ninguém dentro... Pobre rico, se não és mais nada, que queres então guardar tão bem?”

A essa secessão trágica da burguesia, Michelet, que acredita na perenidade da nação, não saberá acomodar-se. Exorta os jovens intelectuais que o escutam a combatê-la aliando-se ao mundo dos “bárbaros”, mergulhando na “fonte de vida em que as classes cultas devem buscar seu rejuvenescimento”. Porém faz algo melhor que lançar-lhes um apelo generoso, que suscita muitos ecos através da Europa romântica. Esboça, para justificá-lo, toda uma filosofia que ele chamará, em seu *Journal*, a 4 de julho de 1848, “filosofia religiosa do povo” e à qual consagra duas das três partes de seu livro. A última delas, sem embargo de seu valor de conclusão, não contém provavelmente o “substancial tutano” de *O povo*, mais concentrado na segunda. Parece a menos nova, com efeito. Michelet desenvolve aí, com a preocupação de melhor colocá-lo a serviço de sua pátria, um pensamento que ele já dominava na *Introduction à l'histoire universelle*, que a redação de *Histoire de France* consolidou e que as provações da idade madura tornaram mais pessoal. Ele se funda no princípio da vocação social do homem, agora submetida a uma singular análise (ou psicanálise?), como ocorre com o amor, pelos cuidados de Vigny, em *La colère de Samson*. “Por pouco que eu o observe (o homem) em seu próprio nascimento”, pretende Michelet, “vejo-o já sociável. Antes de abrir os olhos, ele ama a sociedade; chora quando é deixado só... Como admirar-se disso? No dia que se diz ser o primeiro, ele deixa

uma sociedade já bem antiga, e tão doce! Foi por ela que ele começou; velho de nove meses, cumpre-lhe divorciar-se, entrar na solidão, procurar às cegas uma sombra da perdida união, que lhe era tão cara.” Talvez à revelia de Michelet, torna-se claro que a Pátria, substituindo a mãe, reconstitui em torno do órfão de nascença o abrigo tão pranteado. Na falta de um Deus Pai, cujo amor uniria a humanidade inteira, é a França maternal que faz dos franceses verdadeiros irmãos, reunidos no mesmo seio. Não é uma paixão que os aproxima, como a que lança Sansão nos braços de Dalila, *quarens quem devoret*, mas um parentesco íntimo. Michelet a denomina amizade, com base nas lembranças mais puras de sua infância, associadas ao encontro de seu querido Poinset. Esse termo, por si só, parece-lhe designar fielmente a relação que se estabelece entre compatriotas. Os habitantes das comunas, na Idade Média, já não o haviam adotado? Reaparecendo em *O povo*, ele reveste um sentido propriamente religioso. A “amizade” reúne os fiéis da nova Igreja. É o “carisma” moderno por excelência, a caridade do futuro.

Todo o argumento crítico de *O povo* acha-se aqui justificado. A Igreja medieval condenou a si mesma ao consagrar “uma ordem civil odienta, a desigualdade na lei, no estado e na família”. Mas a sociedade industrial não peca menos gravemente contra a “amizade”. O maquinismo, especializando o trabalhador, separa-o de seus irmãos e vota-o a um “isolamento selvagem”. Dá ao homem, “entre tantas vantagens, uma infeliz faculdade, a de unir as forças sem ter necessidade de unir os corações, de cooperar sem amar, de agir e viver junto, sem se conhecer; a força moral da associação perdeu tudo quanto ganhava a concentração mecânica”. Se é verdade que o burguês, de seu lado e por sua culpa, vive solitário, em que se converte a “religião da pátria”? Michelet não

esquece a resposta que lhe deu, em Lyon, um operário que se apressou em confessar até à exaustão o seu desânimo: “Existe um outro mal, senhor, *nós somos insociáveis*.” A esperança, porém, continua sendo mais forte. A Revolução Francesa não proclamou em vão a igualdade e a fraternidade dos cidadãos; ela inaugura, na história espiritual da humanidade, a era da “amizade”.

O “teólogo-povo” não receia, pois, inovar. Na segunda parte de *O povo*, ele se aventura muito além dos limites que sua experiência de historiador poderia permitir à sua reflexão. Isso ocorre no momento em que ele faz a criança beneficiar-se da confiança até ali reservada ao homem do povo. Um e outro são definidos como “simples... que dividem pouco o pensamento, que, não estando munidos das máquinas de análise e de abstração, vêem cada coisa una, inteira, concreta, como a vida a apresenta”. E não hesita em aproximá-los, lembrando o papel que ele teve na lenda popular, do animal. Sonha com uma Cidade harmoniosa que os reuniria a todos e que ele opõe à sociedade ocidental, corrompida pelo “orgulho” e sempre tentada pela desigualdade. Encontra seu modelo no *Ramayana* e no *Mahabharata*, lidos com fervor e que reabilitaram aos seus olhos a mística indiana, um tanto maltratada na *Introduction à l'histoire universelle*. Antes do *Poverello* de Assis, que ele não cita, Virgílio seria, na história do humanismo ocidental, o único apóstolo de uma reconciliação de todas as criaturas. “Indiano por sua ternura para com a natureza, cristão por seu amor ao homem, ele reconstitui, esse homem simples, em seu coração imenso, a bela cidade universal da qual não se exclui nada que tenha vida, enquanto cada um só quer fazer entrar aí os seus.” Mais perto dele, Michelet descobre outro mestre na pessoa de Geoffroy Saint-Hilaire, que “amou a criança, o animal” e que, atento às suas semelhanças, estabeleceu o princípio da unidade

de composição dos seres vivos. Anuncia-se o tempo em que, para melhor pregar a “reabilitação da vida inferior”, o historiador se fará naturalista. É com inteira razão que Taine verá em *L’oiseau*, publicado dez anos depois, uma continuação de *O povo*: “O historiador que conheceis”, explicará ele ao público, “aparece através do naturalista que descobrireis. O livro *L’oiseau* não passa de um capítulo acrescentado ao livro *O povo*. O autor não sai de sua carreira — alarga-a. Pleiteara pelos pequenos, pelos simples, pelas crianças, pelo povo. Agora ele pleiteia pelos animais e pelos pássaros.”

Em 1846, Michelet ainda não está em condições de prever todos os desenvolvimentos possíveis de sua “filosofia religiosa do povo”. Ela lhe permite ao menos pôr em ordem a maioria dos pensamentos que o assaltaram desde sua juventude e sua descoberta, vinte anos antes da publicação de *O povo*, da filosofia da história e da obra de Vico. Ela o fortifica, mais precisamente, em sua oposição a uma certa tradição cristã, que lhe acontece confundir com a própria mensagem das Escrituras. Mede melhor o alcance de seus desgostos. Como aceitaria ele, em primeiro lugar, o “preconceito hebraico” que o cristianismo conservou “contra a natureza” e que mantém o mundo animal “a uma distância infinita do homem”? Mas sua hostilidade é ainda mais radical. Ela visa ao humanismo fundamental de uma fé cujo deus viveu e morreu como homem para a salvação apenas da humanidade. Põe em causa o dogma do pecado, que proíbe acreditar na bondade dos “simples” e de seu instinto. “Se sustentardes que o instinto do homem é mau, antecipadamente estragado”, replica Michelet aos seus adversários, “que o homem não vale senão quando é castigado, emendado, metamorfoseado pela ciência ou pela escolástica religiosa, *estareis condenando o povo*, e o povo das crianças, e os povos ainda crianças chamados selvagens ou bárba-

ros.” É, por fim, a experiência cristã por excelência, a da graça, que se acha recusada. A inocência dos “bárbaros” de *O povo* exclui qualquer resgate, e sua igualdade, qualquer eleição. Eles só têm necessidade de justiça. E o “teólogo povo”, de reclamar o seu direito: “Fiz falar neste livro os que não sabem sequer se têm um direito no mundo. Todos os que gemem ou sofrem em silêncio, tudo o que aspira e ascende à vida, é o meu povo... É o Povo. — Que venham todos comigo.” Um justiceiro: tal será o historiador da Revolução Francesa. Ela não é, com efeito, em seu espírito, senão “a reação tardia da Justiça contra o governo do favor e a religião da graça”.

Dir-se-á que a “filosofia religiosa do povo” carece de rigor? É verdade que ela traz a marca da improvisação que caracteriza, para o pior como para o melhor, o ensinamento do Collège de France. “Estive”, reconhece Michelet, “bem longe talvez no arrebatamento de meu coração.” Mas que importa, se o “coração” é assim desnudado! Do “homem de gênio” *O povo* compõe um retrato que pode passar por uma obra-prima. Michelet, prestando homenagem, sem nomeá-los, aos heróis da história, pinta o personagem que ele próprio gostaria de tornar-se. Vê nele um “simples”, de quem o instinto é o registro e a “ingenuidade” a primeira virtude. Nenhuma distância separa suas palavras de seus atos, suas intuições de seus pensamentos. Ele é um, e não duplo. É natural, então, que a maior parte dos homens componha para si um papel. Eis por que o povo se reconhece nele: “É o simples por excelência, a criança das crianças; ele é o povo, mais que o próprio povo o é.” Incapaz de se comparar e de se preferir a quem quer que seja, ao que quer que seja, ele dispõe de um singular poder de simpatia, que Michelet reconhecerá em Diderot, por ele cognominado “Pantófilo”. No entanto, ele se distingue dos simples que o reverenciam porque dispõe, ao mesmo tempo que do

instinto deles, dos “dons do crítico”. Reúne “o que se pode chamar de os dois sexos do espírito, o instinto dos simples e a reflexão dos sábios”. Sua inocência é, pois, segunda; ele a reencontra no exercício da consciência, que dela o deveria privar. Grande é a tentação de tratar como monstro sublime esse ente bissexuado. O povo às vezes sucumbe a ele. Acredita-o vindo do céu. Prosterna-se diante do “novo Messias”. Mas Michelet, que não é Mickiewicz, percebe-o e lhe diz: “Eh, deixai-o pois entre nós, aquele que faz a vida cá embaixo. Que ele permaneça homem, que permaneça povo. Não o separeis das crianças, dos pobres e dos simples, onde ele tem seu coração, para exilá-lo sobre um altar. Que seja envolvido por essa multidão da qual ele é o espírito, que mergulhe em plena vida fecunda, viva conosco, sofra conosco; ele tirará da participação em nossos sofrimentos e em nossas fraquezas a força que Deus nele escondeu, e que será seu próprio gênio.”

Tal é, precisamente, a situação que sua consciência e sua imaginação atribuem a Michelet. Se o aproxima de Hugo, embora o poeta dos *Mages* não recuse a “inspiração do alto”, ela o aparenta sobretudo a Lamartine: Jocelyn, em meio aos montanheseiros de Valneige, não se conduz como “homem de gênio”? Entretanto, a provação revolucionária de fevereiro de 1848 vai separar (não de coração, mas de fato) os dois amigos. Enquanto Lamartine cumpre sua missão na rua e no seio do governo da República, Michelet, que não se considera homem de ação, reserva suas forças para sua obra de historiador e educador. Mas gasta-as sem comedimento. E também sem ilusão. Discerne, com efeito, de ano para ano, todas as dificuldades que contrariam a execução de seu projeto, um dos mais nobres do romantismo francês: falar simplesmente aos simples, contar a “legenda de ouro” do século, inventar o estilo da “barbárie”. Em 1869, en-

quanto termina de publicar a *Histoire de France*, ele se pergunta se se tornou o novo escritor anunciado por *O povo*. “Se abrirem meu coração depois de minha morte”, confessa ele em *Nos fils*, “ler-se-á nele a idéia que me acompanhou: ‘Como virão os livros populares?’ O problema! Ser velho e jovem, ao mesmo tempo, ser um sábio, um menino! Remoí esses pensamentos ao longo de toda a minha vida. Eles se apresentavam sempre e me prostravam. Então, senti a nossa miséria, a impotência dos homens de letras, dos sutis. Eu me desprezava. Nasci povo, tinha o povo no coração... Pude, em 46, estabelecer o direito do povo mais do que nunca se fez... Mas sua língua, sua língua me era inacessível. Não consegui fazê-lo falar.”

Michelet julga a si mesmo com uma severidade que está à altura de sua ambição e que lhe faz honra. Ela não poderia, pois, condená-lo de maneira inapelável. O leitor deve ver aqui a última palavra. Por que não dar crédito ao jornalista do *Charivari* que resenhou *O povo* em 1846? Também ele segue o “arrebato de (seu) coração”: “O povo é como Deus, está em toda parte e em parte alguma... Não é nas histórias de Thiers, nos discursos de Guizot, nas frases de nossos retóricos. Adivinhamo-lo em Hugo e Lamartine, sentimo-lo em Chateaubriand. Vemo-lo no último livro de Michelet, esplendidamente intitulado *O povo*. Não é um bom livro que se deve ler, é uma boa ação que é preciso sentir para compreendê-la. A crítica nada tem a fazer aqui.”

Paul Viallaneix

EXAME DO MANUSCRITO

O manuscrito de *O povo* acha-se conservado, como a maioria dos papéis de Michelet, na Biblioteca Histórica da Cidade de Paris. Traz as marcas de uma redação muito laboriosa, atestada também pelo *Journal*: correção de detalhes, emendas, versões sucessivas de um mesmo desenvolvimento ou de todo um capítulo, páginas separadas da impressão, etc. As principais operações a que Michelet teve que proceder para terminar seu livro no dia previsto (24 de janeiro de 1846) estão mencionadas abaixo.

Ao Sr. Edgar Quinet

O manuscrito da versão definitiva do prefácio, que foi redigido de 21 a 24 de janeiro de 1846, só apresenta variações mínimas, a maioria de ordem estilística, em relação ao texto impresso (a primeira das notas, p. 4, sobre a aquisição dos tecidos de algodão, nele não se destaca, porém, do desenvolvimento que ela enriquece). Os retoques introduzidos na longa e bela frase: “Lembro-me de que, nessa desgraça absoluta,... uma alegria viril de juventude e futuro” (p. 17) chamam particularmente a atenção. Michelet escrevera inicialmente, em vez

de: “privações no presente, temores do futuro”, “nestas privações do presente, nestes temores do futuro”, em vez de: “tudo parecia acabar para mim”, “a família, a fortuna e a pátria se extinguíam para mim”, em vez de: “e senti um alegria viril de juventude e futuro”, “e senti, adivinhem o quê!, uma alegria viril de juventude e futuro, de forçar e valer mais que minha fortuna”.

Duas folhas separadas do manuscrito representam, ao todo ou em parte, a versão inicial da carta aberta a Quinet, mencionada no *Journal* a 30 de setembro de 1845. A primeira contém as quatro primeiras alíneas do texto impresso, até este começo de frase, deixado incompleto: “Enfim, encontrei-o sobretudo nas lembranças...” A segunda página da *I bis* afasta-se, ao contrário, da versão definitiva da mesma passagem para reencontrar, finalmente, seu ponto de partida:

“Vós o observastes com razão, meu amigo, nossa amizade tem este caráter particular: nunca precisamos nos falar para nos entendermos. Comunicados ou não, nossos pensamentos seguiam a mesma direção, dirigiam-se por si mesmos para o mesmo objetivo. Nestes tempos de insociabilidade, em que todos os esforços da palavra não bastam para introduzir entre os homens uma aparência qualquer de acordo, nosso pensamento silencioso concordava por si mesmo; o afastamento das viagens, a diversidade aparente dos trabalhos em nada o afetava. Conduzidos sobre linhas distintas, nem por isso eles gravitavam menos juntos, e, por caminhos diversos, acabavam sempre se encontrando.

“Outros acharão essa singularidade estranha e misteriosa. Para nós, meu amigo, bem sabemos seu segredo, vivemos sobre um fundo comum; uma produção fraterna devia naturalmente germinar de uma mesma raiz viva que está em nossos corações: o sentimento da França e a idéia da Pátria.

“Este livro é mais que um livro; sou eu mesmo. Eis por que ele vos pertence. Saiu mais de minha vida que de meu estudo.”

Primeira parte

O exame do manuscrito confirma a impressão deixada pela leitura do *Journal*: a redação da primeira parte de *O povo* é que foi a mais difícil. Duas versões distintas do capítulo I: “Servidões do camponês” e três do capítulo VII: “Servidões do rico e do burguês” foram conservadas; elas se afastam sensivelmente, umas e outras, do texto que foi remetido ao impressor e cujo manuscrito desapareceu.

Capítulo I

Versão 1: Menos longa que a versão definitiva, não apresenta menos que ela desenvolvimentos originais, que Michelet eliminou ou remanejou, comprimindo-os. Eis os mais notáveis.

Página 36, após: “... vos indique a direção contrária”, pode-se ler:

“Vadio! imprestável! Passe pois, casaca preta!” Eis os doces epítetos com os quais ele vos gratifica nele mesmo. E ainda: “Esse pessoal da cidade, que nos come, que vem fazer aqui? Já não basta que lhe entreguemos tudo o que a terra dá?” O bravo homem ignora que a maioria dos vadios das cidades não trabalham menos ele (*sic*), que a maioria dos males que o atingem nos atinge, que a alfândega, por exemplo, que repele seus vinhos, força o homem da cidade a beber, em vez de vinho, tinturas imundas e malsãs. E daí resulta uma coisa desagradável,

funesta para todos; é que o mal-entendido entre o camponês e o homem da cidade aumenta. Este, por mais benévolo que seja, se azeda, se alarma, se assusta.”

Página 37, após: “...ele é capaz de tudo”, pode-se ler: “Só fala de incêndios.” Assim, cada vez mais as pessoas prósperas se afastam, passam algum tempo no campo, mas não moram lá de maneira fixa: seu domicílio é na cidade. Mesmo as eleições dificilmente as tiram de lá. Deixam o campo livre ao banqueiro da aldeia, ao advogado, ao tabelião, confessor oculto de todos e que ganha sobre todos: “Não quero mais negócio com aquela gente”, diz o proprietário; “o tabelião arranjará tudo.”

Página 37, após: “...o homem da lei, o homem do dinheiro”, pode-se ler:

“que, tendo toda a existência nas próprias mãos, tendo todos os seus papéis, sabendo os meios de tomá-lo, pode abocanhá-lo quando bem entender, a menos que lhe seja mais vantajoso guardá-lo, para sugá-lo lentamente até os ossos.”

Página 38, após: “...era uma ruína incomparável.” (Texto referido em nota no livro), pode-se ler:

“O negro castelo, o velho solar os comovem até às lágrimas; operários de luvas amarelas, vossos pais também choraram ao olhar essas torres, quando aravam à sua sombra estéril sob o bastão feudal. Ninguém melhor que vós para lamentá-los. As famílias de corvos, de mochos que se caçam, vos tocam profundamente o coração; pois bem, concedei também um pouco de interesse às famílias que acabam de florescer na praça; não passam, é verdade, de belos meninos, de meninas encantadoras que vão dançar onde era o negro torreão; é coisa menos artística, sem dúvida, coisa vulgar... É apenas a arte de Deus.”

Página 38, em vez da alínea: “Homens do passado,...” “Eu sou um ancestral!”, pode-se ler:

“Será isto dizer que o historiador da Idade Média é insensível às lembranças, que desconhece o que houve então de profundo na fé, de grande no próprio feudalismo e na cavalaria? Não, mas foi também uma fé, aquela que, em nossos dias, defendeu na França a liberdade do mundo contra o mundo que a desconhecia. Foi uma cavalaria, e a mais ativa, a de nossos camponeses-soldados da Revolução. Diz-se que ela suprimiu a nobreza, mas é exatamente o contrário, ela fez trinta e quatro milhões de nobres, quase todos possuidores de feudo, de espada à cinta. Nobreza sem ancestrais, dizia um emigrado. Ao que um camponês que ganhara batalhas respondeu simplesmente: Eu sou um ancestral.”

Versão 2: Começa por estas palavras: “A terra da França pertence a vinte ou vinte e quatro milhões de camponeses...” (p. 28). É idêntica ao livro até: “...ela própria saía dele” (p. 29). Após o que só vai reencontrá-lo na página 39, a partir de: “Em segundo plano na indústria,...” Não se afasta mais do livro até o final do capítulo. Três folhas complementares contêm o argumento das futuras notas.

Capítulo VII

Versão 1: Corresponde à versão publicada do começo até: “...velha e caduca” (p. 92); neste ponto, ela continua, só:

“A burguesia não é exclusivamente a classe abastada, existem muitos burgueses pobres. É a classe que lê, escreve, age, administra e governa há cinquenta anos. O povo só agiu na medida em que se transformava e se fazia burguês; ele próprio só apareceu, e sem transformação, no exército. De resto, a burguesia concentrou em si toda ação, é a França atuante... Ora, eis que acontece uma coisa bem grave: em tão poucos anos, essa França

atuante já está fora de condições de agir. Uma classe nascida ontem, enérgica, parecia dever renovar a burguesia com um sangue jovem: falo da classe industrial. Sem dúvida (palavra ilegível?), burguesa, no fundo, pelos sentimentos, ela o é por interesse; não ousa mexer-se. A burguesia não o quer nem o pode..."

Com estas últimas palavras, retoma o livro (p. 93), do qual contém as duas alíneas seguintes, até: "...Como a queda é rápida!" Continua então igual à versão definitiva até: "...sofistas e escolásticos" (p. 96), porém apresentando algumas variantes notáveis, como esta:

Página 94, em vez de: "... supô-la possuidora de tanto afã pelos interesses materiais.", pode-se ler:

"...supô-la possuidora pelo menos dessa força de vida. Ela não é tão ávida como se diz pelos interesses materiais. É muito egoísta, é verdade, mas rotineira, inerte. Só é cúpida por acesso, e, nesses momentos ingleses como o de Law, e aquele que vemos ordinariamente, ela se limita às primeiras aquisições, que teme comprometer, e logo se detém no caminho da fortuna. Depois: é incrível como em todas as coisas se resigna facilmente à mediocridade e de bom grado se arranja para viver e agir sem pensar. A burguesia atual tem uma doença que a mantém bem tranqüila. Não é tanto a vaidade que foi o mal da antiga, é antes, é sobretudo o medo. Coisa estranha, essa burguesia de hoje é bem mais militar que a antiga; ainda se compõe em boa parte de pessoas que foram excelentes soldados; seu mal não é menos o medo... Que medo? O medo de perder; no total, ela tem pouco, e o que tem vem de ontem."

Reencontra-se então o texto impresso, a partir de: "Nenhuma paixão é fixa..." (p. 97) até "...sua porta e seu espírito" (*ibidem*). Aqui tem início um desenvolvimento do qual certas frases reaparecem mais acima no livro, mais ou menos reformuladas:

"Acredita-se excluir assim apenas o estrangeiro, o inimigo. E sucede que a cada exclusão se perdeu algo de seu poder e de sua existência; não foi somente o mundo que se expulsou, ficou-se empobrecido, despojado do que se possuía de vivo. A maioria dos governos, é preciso dizê-lo, especulou com esse triste progresso do medo, que não é outra coisa senão o da morte (livro: p. 96). Apresentaram sem cessar a essa gente assustada duas cabeças de Medusa, que acabaram por transformá-la em pedra: o Terror e o babovismo. Nossas histórias recentes da Revolução não eram adequadas para dissipar essa fantasmagoria. Não disseram claramente a coisa essencial que será dita, porque nossos grandes terroristas que sublevaram o povo, Robespierre e Saint-Just, Marat, etc., não eram de modo algum homens do povo, mas nobres, ou burgueses, advogados, médicos, espíritos muito cultos, muito sutis em suas violências, escolásticos" (livro: p. 96):

Conforme o texto impresso, no que concerne à alínea: "Quanto ao comunismo...que não vão amanhã renunciar à posse." (p. 97), a *versão 1* só torna a retomá-la na página 101: "De minha parte, espero que a ciência que cultivo, a história, se revitalize nessa vida popular" (*versão 1*: "Para mim, esta é minha esperança. A história, meu querido estudo, espero que irá se reavivando nesta vida popular..."), e não difere dela até o fim do capítulo.

Versão 2: Forneceu ao livro numerosos desenvolvimentos, retomados, é verdade, numa ordem inteiramente diversa: Outros, em compensação, foram abandonados ou sensivelmente transformados. Eis os principais:

Página 95, após: "...da maior parte dos monumentos do século XVII", pode-se ler:

"O mal da nossa burguesia atual, embora freqüentemente muito vaidosa, é ainda menos a vaidade que o medo.

“Coisa estranha, essa burguesia é bem mais militar que a antiga, compondo-se em boa parte de pessoas que serviram o exército; e seu mal é o medo; medo de perder o que têm de ontem; pobres de nascença, só ganharam para tornar-se pobres de coração e de coragem.

“O ridículo da burguesia que nossos autores cômicos não levaram ao palco, porque eles próprios são burgueses, é o contraste desses precedentes militares...”

Página 96, após: “...o Terror e o comunismo.”, pode-se ler:

“Uma pequena descida à Inglaterra que esse jornal lhe arranja todas as manhãs o faz engolir tudo, Prithchard, a jarreteira e Windsor.

“É uma coisa triste observar como o sentimento habitual do medo vai diminuindo, desgastando o homem, reduzindo-o a nada. Nenhuma paixão é fixa, esta menos que outra; é preciso sofrer o seu progresso. As desconfianças, as exclusões aumentam dia a dia, tal idéia parece perigosa hoje, tal homem, amanhã tal classe. As pessoas se fecham cada vez mais, erguem barricadas, tranca-se solidamente a porta e o espírito. Tudo o que assim se exclui acredita-se ser estrangeiro, exterior, e sucede que em cada exclusão a pessoa diminui a si mesma, não foi somente o mundo que se expulsou, ficou-se empobrecido, despojado do que se tinha de vivo em si.”

Página 99, após: “...que queres guardar tão bem?”, pode-se ler:

“Uma nova onda de povo que chega à vida conduz hoje, para ele e para todos, uma onda de riqueza. Cada vez que um pássaro vem ao mundo, Deus cria ao mesmo tempo o grão que ele comerá. Sabeis o perigo de isolar-se...”

Página 100, após: “...o estado da França.”, pode-se ler:

“Nada mais curioso que seguir o burguês no progresso e nas alternativas dessa miserável servidão do medo, lembrando-se às vezes do que já foi e sentindo piedade de

si mesmo, gemendo, praguejando e arrastando o seu grilhão. O consolo ordinário que ele dá ao seu patriotismo é a leitura de cada jornal inocentemente ralhador. A cada novo ultraje que a França recebe, arranja-se para ele uma descidinha à Inglaterra, e ele ainda agüenta. A maior parte dos governos, é preciso dizer...”

Eis, enfim, o último desenvolvimento da *versão 2*, onde vem, após estas palavras: “...sua alma vazia.” (p. 99 do livro):

“Se ele tivesse conservado a faculdade de ver a si mesmo, que piedade sentiria! Ao espetáculo de tal indigência moral, gritaria: estou arruinado! Não permanecerá como tal. O vazio é impossível. Alguma coisa vai preenchê-lo, de terrível, de atroz, ao mesmo tempo um prazer e uma dor. São os ódios do avaro contra o pobre que ele tola-mente acreditará não poder enriquecer senão arruinando o rico. Esses ódios não se mantêm na defensiva, vão tirar um bárbaro prazer em empobrecer o pobre. No mínimo, fazem do rico uma alma de bronze para despojá-lo sem piedade. Sabíamos de tudo isso em geral e não podíamos acreditá-lo; vimo-lo. Prodigioso espetáculo! O judeu pondo nas mãos dos poderosos a rede e a bolsa para pescar na lama os tostões do miserável; não recuaram; limpavam de um só golpe a triste poupança do trabalho e até as economias de sua empregada, os salários que acabavam de pagar-lhe.

“Amigo de Roma por um lado, e do inglês por outro, esse sistema devia desnacionalizar-se ainda mais pela amizade do judeu, o homem sem nação.

“O judeu pode ser amigo? Não é o mesmo para todos? indiferente, imparcial entre aqueles que pedem emprestado, amigo precisamente na proporção da solvabilidade?

“Erro, erro profundo! Ele merece deter-nos. Gosta-se de acreditar que um capitalista nada mais é que um cofre-



forte, e com frequência se constata, para seu pesar, que é um homem. Vede, para tomar um pequeno exemplo, mas significativo: os de Basiléia, protestantes, emprestavam a um, a dois, aos pequenos cantões católicos, os sustentáculos da aristocracia, e exigiam oito ou dez de nossos fabricantes de Mulhouse.”

Versão 3: Compreende apenas quatro folhas, e começa assim: “O fato mais grave de nosso tempo, o mais certo, o mais sentido, embora ninguém ainda o tenha formulado com clareza, é o declínio da classe dominante, da classe abastada, da burguesia...” Reconhece-se aí, sob uma forma imperfeita, vários desenvolvimentos do livro. Ela se detém nestas palavras: “...um calor novo” (livro: p. 101).

Segunda parte

O manuscrito fornece do texto uma versão muito mais próxima daquela que a impressão fixou. Todavia, as variantes são numerosas. Encontrar-se-á abaixo uma amostra das mais consideráveis.

Capítulo I

Página 118, após: “Encontramos o povo!”, pode-se ler, no lugar da alínea que segue no livro, outro desenvolvimento: “É para ele uma grande e terrível miséria, por cima de tantas outras, ser tratado assim. Aqueles que o conhecem verdadeiramente sabem muito bem que, para curvar-se sob a carga dos trabalhos pesados, é um homem e não um monstro. Esses trabalhos que, na Antigüidade, o escravo fazia sozinho e que se encontram hoje repartidos entre os homens livres, fazem-nos parti-

cipar das feiúras da escravidão, tanto quanto de suas misérias... Sua face alterou-se, o exterior muito mais que a alma.”

Capítulo V

Página 141, outra versão da alínea que começa por: “A criança que sobrevive...”:

“A Idade Média foi para o homem um terrível pedagogo; propõe a ele, como condição de salvação, o símbolo mais complicado jamais ensinado, o mais inacessível aos simples. Os bárbaros cabeludos, os selvagens colonos de um mundo semideserto, receberam nas clareiras das florestas a lição sutil que o Império Romano, em sua mais alta sabedoria, Plotino e Papiniano não puderam compreender.”

Página 142, após: “...amontoado numa mesma fórmula”, o manuscrito continua:

“Quão poucos estavam preparados! Quando se vê com que lentidão idéias pouco complicadas penetram na multidão ignorante, teme-se que essa espinhosa fórmula bizantina e escolástica, docilmente repetida por todos, tenha permanecido como um verdadeiro mistério. Nenhum ensinamento religioso foi tão aristocrático pelo excesso de dificuldade: Sim, é o mundo inteiro, condensado, comprimido numa prodigiosa taça... Bebei-a, em nome do amor.”

“A história vem aqui, comovente, em apoio da doutrina, e o mel à borda do vaso... ‘Pois bem, então beberei, não importa o que essa taça contenha, minha razão se imolará.’ — ‘Mas o amor está no fundo?’ Tal foi a verdadeira dificuldade, e não tanto a crítica, a soberba humana, como se fingiu acreditar.”

“Não basta dizer: ‘Amai, amai.’ É preciso fornecer os

meios para isso; de que serviria o conselho num sistema que consagrasse uma ordem civil odiosa, em que o amor é impossível? Sabeis por que choram ainda, em seus nichos de pedra, no portal de Notre-Dame, essas figuras infortunadas? Choram por ter buscado o amor num mundo de dura desigualdade, por ter querido amar, por não ter podido, apertadas em suas longas vestes, enfaixadas, imóveis, como as múmias do Egito, elas testemunham que as convidaram à vida, ao movimento, mantendo-as cativas."

Capítulo VI

Página 148, após: "Não participando da salvação,...", o manuscrito continua: "permanecem impuros, quase sempre suspeitos de convivência com o mau princípio. Os bichos têm alma, e em que se transforma ela? Essa questão embaraça a teologia. Como condená-los ao inferno? Como salvá-los? Se se pretende que essas almas durem, cumpre inventar para elas também limbos como para as criancinhas. Para quê? Os mais conseqüentes na filosofia cristã decidiram que o animal não tem alma; ele sofre, é verdade, neste mundo, mas não deve esperar nenhuma compensação no além. Isto é, não teria Deus por ele. Esse pai terno do homem seria para tudo o que não é homem, um cruel tirano; criar brinquedos, porém sensíveis; máquinas, porém sofredoras; autômatos que só se pareceriam com as criaturas superiores pela faculdade de suportar o mal!"

Capítulo VIII

Páginas 163-164, em vez de: "Bom Deus, é aí... e a eles emprestando a luz.", pode-se ler:

"A cidade política é a mais elevada das obras de arte. O segredo de tal obra, se esta é realmente viva, é a união moral das forças que a produziram na alma do grande artista. Esse segredo levará a encontrar o da união social que constitui a cidade."

Página 164, após: "...é o sacrifício", o manuscrito continua:

"Representa-se no artista o filho mimado da natureza. E não se sabe tudo o que cada obra custou de virtude. Entre a obra e o artista, quantos sacrifícios, quantas guerras, paz, tréguas, compromissos mútuos! A matéria e o instrumento se harmonizariam diversamente, ele se presta, ela se submete. No fundo mesmo do pensamento, no santuário da concepção, entre o instinto que é a matéria e a reflexão que esculpe, são necessários remanejamentos, esforços para harmonizar-se, arte, muita arte. Sem dúvida a arte não é contrária à natureza num ser naturalmente artista, como o é o homem; a arte é sua mais alta natureza, mas ele precisa subir até ela, legitimamente, moralmente, através da luta e do sacrifício."

Capítulo IX

Página 169, após: "...o que eu tinha: uma voz...", o manuscrito comporta um longo desenvolvimento:

"No entanto eu buscava. Essa cidade do Direito, dizia a mim mesmo, que hei de encontrar na história, se Deus colocou neste mundo um tipo obscuro, uma sombra dela, foi sem dúvida no coração do homem. A união social dos povos e das classes pode modelar-se sobre outra coisa que não a unidade moral que se encontra entre as potências de uma alma, sobre essa harmonia de faculdades que assim se exprime em suas obras? E eu olhava para dentro de mim, e acreditava já ver aí a sombra da

cidade, imensa num ponto sombrio, podendo receber tudo e ampliando-se a seu bel-prazer no infinito da misericórdia. Parecia-me que nessa morada, tão vasta, tão estreita, a única que tenho no mundo, eu abrigara o gênero humano, entre meu coração e meu coração. Infelizmente, para tais coisas, não basta amar, a vontade não é o suficiente. E são necessários dons singulares de harmonia, de bondade heróica, de simplicidade e ao mesmo tempo de potência, que não se encontram na alma dos homens de gênio, dos grandes inventores, dos benfeitores do gênero humano. Esses trazem em si a Cidade interior em que todos os opostos se conciliam e cuja harmonia deve servir de modelo para as futuras cidades deste mundo.

“E, então, como pois eu não me detinha? Como tocava nesses mistérios de Deus? Não deveria respeitar esse tema formidável, deixá-lo aos mais dignos, afastar-me em silêncio? Impelia-me porém uma força desconhecida, um movimento sagrado, aquele a que ninguém resiste, o amor!”

Página 170, o manuscrito continua, após as últimas palavras do capítulo impresso: “...mas ficarei na soleira.”:

“Tais eram meus pensamentos de cada dia, de cada noite, enquanto eu prosseguia este livro do *Povo*, desde o dia em que ele me pareceu informe, ainda obscuro, mas já vivo e vidente. Depois vaguei por muito tempo, através da floresta dos sistemas e do oceano da história, levado por essa luz que parecia caminhar diante de mim. Longos erros, penosa odisséia que não contarei aqui. Basta indicar a causa de todas essas peregrinações. Escrevendo esse livro contra o espírito mecânico e escolástico, contra a secura do tempo, eu próprio era dominado por ele, acreditava poder curar a aridez dos outros, sem renunciar à minha; imaginava que bastava intensificar dia a dia meus estudos, minhas idéias, em vez de aprofundar meu coração...”

Terceira parte

A versão manuscrita se desenvolve segundo a mesma ordem da versão impressa. Algumas variantes importantes.

Capítulo I

Página 175, após: “...obstáculos insuperáveis”, pode-se ler:

“Parece, a crermos nos filósofos moralistas e socialistas, que a arte, a reflexão, a meditação dificilmente inventarão formas bastante engenhosas para associar o homem, pô-lo em relação com o homem. Quantos obstáculos! Como fazer? A desigualdade é como um muro que nos isola, e como transpô-lo?

“Ao contrário, ela entra como um elemento natural em nossas belas amizades da infância. Seu encanto é que, sem ser observada, a desigualdade serve poderosamente, é preciso que ela esteja aí, para que haja aspiração, troca e mutualidade! Vede essas crianças...”

Capítulo II

Página 185, após: “..., não existe um abismo”, o manuscrito contém estas duas alíneas:

“Estas têm um pouco de cultura, um certo verniz, um certo hábito do mundo, muita pretensão. Essa pequena aquisição, totalmente exterior, quase sempre não faz menos mal ao exterior, à graça. O morango do jardim, melhor cultivado, melhor regado, cresceu, mas perdeu o perfume do morango silvestre.

“É o que me dizia um francês que, estabelecido na

Inglaterra, quis desposar uma francesa, não achando nas inglesas nada que lhe lembrasse o perfume de sua terra. Pode-se dizer de nossas moças ricas, educadas que são no convento, no pensionato, o que ele dizia das inglesas.”

Capítulo III

Página 191, após: “...a supô-la justa e verdadeira!”, vem um longo desenvolvimento:

“Via embaixo que a evidente utilidade, a vantagem econômica comprovada, mais clara que o dia, não consegue reunir os homens mais miseráveis. Se olhava para cima, via que a luz, a estima, a admiração mútua, o parentesco do gênio de nada servem para aproximar os corações. Conheço aqui quatro ou cinco homens que são certamente a aristocracia do gênero humano, que não têm pares e juízes senão entre eles. Esses homens que viverão sempre, se tivessem sido separados por séculos, teriam lamentado amargamente não se terem conhecido. Vivem na mesma época, na mesma cidade, porta a porta, e não se vêem absolutamente.

“Seremos insociáveis, com efeito? Nossa dispersão atual nos faz merecedores desse duro castigo? Somos piores que nossos pais, cujas piedosas associações, as tocantes confrarias, nos são gabadas sem cessar? O amor desapareceu deste mundo? Este globo que se esfria estará entrando na época de gelo das eternas geadas?

“Quanto mais penso nisso, tanto menos o acho. Nosso isolamento não prova de forma alguma a insociabilidade real. Consulto então o homem que, afinal, conheço melhor. Ninguém é mais simpático, ninguém é mais solitário que eu.

“As confrarias da Idade Média que também creio conhecer formaram-se pelo perigo, pela necessidade de

suprir a proteção que o Estado não proporcionava. A bandeira do santo patrono ligava a confraria, e da procissão, se necessário, ela a levava ao combate. Era bem menos fraternidade que aliança e força defensiva, não raro ofensiva também, nos ódios e ciúmes de ofício.

“A individualidade, esmagada durante tantos séculos, retomou seu direito de ontem. Como poderia desfazer-se dela facilmente, hoje? É preciso dar-lhe asas, ela também tem suas vantagens. Se ela prejudica a si mesma pelo ardor malcalculado, se se neutraliza freqüentemente dividindo suas ações que, reunidas, teriam tido seu pleno e salutar efeito, não esqueçamos que ela desenvolve igualmente forças vivas, de uma intensidade regular, que estariam menos despertas, sem dúvida, na bem-aventurada harmonia de uma comunidade fraternal, se esta acaso existisse.

“A individualidade, muito apagada alhures, é muito forte na França, não nos queixemos em demasia. Por mais lânguidos que sejamos, relativamente a outras épocas, ainda temos duas coisas, primeiro o instinto, depois a abundância da produção literária. Boa ou má, não quero examiná-la aqui, mas enfim o mundo inteiro traduz, contrafeito, nossos piores folhetins ou nossas peças; muitas vezes tenho vergonha disso. Felizmente temos um exército que jamais se falsificará.

“O francês passou por muita coisa...” (p.193).

Capítulo IV

Páginas 197-198, pode-se ler, em vez e no lugar das quatro alíneas que começam por estas palavras: “Disse-mos, no fim da Segunda Parte...”:

“Falando a sério. Cada nação, como cada homem, vai-se caracterizando, se personificando mais. À medida que

entra assim na posse de seu gênio próprio, que o revela e o constata por obras, ela tem cada vez menos necessidade de opô-lo pela guerra ao dos outros povos. Sua originalidade, cada dia melhor adquirida, eclode mais na produção que na oposição. A diversidade das nações que eclodia violenta, confusamente pelo fragor da guerra, assinala-se melhor ainda quando cada qual faz ouvir distintamente sua grande voz; todas gritavam na mesma nota, cada qual faz agora a sua parte; o mundo torna-se uma lira. E essa harmonia, a que preço? Ao preço da diversidade. Quanto mais as partes se diferenciavam, tanto melhor o conjunto está de acordo."

Capítulo V

Página 206, após: "..., não quer falar.", o manuscrito continua:

"Os produtos materiais da França que eu vos poderia mostrar, os resultados duradouros de seu trabalho nada são em comparação com seus produtos invisíveis. Estes foram quase sempre atos, movimentos, palavras. Sua literatura escrita (a primeira, portanto, a meu ver) está longe, bem longe abaixo de sua palavra, de sua conversação brilhante e fecunda. Sua fabricação de todo gênero nada é perto de sua ação. Por máquinas ela teve homens heróicos, por sistemas homens inspirados. Essa palavra, essa ação não são coisas improdutivas? E é precisamente isso o que coloca a França tão alto. Ela chegou à perfeição nas coisas do movimento e da graça, nas coisas que não servem para nada.

"Acima de tudo o que é material, tangível, começam os imponderáveis, os inapreensíveis, os invisíveis... 'Não tenho nem ouro nem prata', poderia dizer a França ao

mundo, 'mas, aquilo que tenho, eu vos dou.' O mundo recebeu de joelhos. Que era? Um sopro de espírito.

"Jamais a classifiqueis, pois, pelas coisas e pela matéria, pelo que se toca e pelo que se vê. Não a julgueis, como a uma outra, pelo que observais de sua miséria exterior. Ela é o país do espírito, e aquele, portanto, que menos preza a ação material. Quando o credes vazio, fraco, arruinado, esse país, o espírito ali se encontra por inteiro e vai, de um momento para outro, espantar-vos com seu despertar...

"Há muito tempo..." (p. 207).

AS EDIÇÕES DE *LE PEUPLE*

(Nota do editor francês)

Durante o ano de 1846 foram publicadas três edições de *Le peuple* — pelo *Comptoir des imprimeurs unis*, pela Hachette e pela Paulin —, impressas por Ducezsois. A segunda introduziu no texto correções de estilo que, pouco numerosas, nem por isso deixam de ser significativas. Ela contém um *erratum* (ver nota *b*, p. 169), que se torna inútil na terceira edição. *Le peuple* foi editado pela quarta vez em 1866, por Chamerot e Lauvereyns. Foi a última edição publicada enquanto Michelet estava vivo, contendo um prefácio sem título e datado: “Hyères, dezembro de 1865.” Reproduz o texto da edição anterior, salvo alguns detalhes que podemos considerar insignificantes, com exceção de um caso: a supressão, na página 213, de uma longa nota condenando a indulgência manifestada pelos “neocatólicos” Buchez e Roux para com os responsáveis pelo Terror.

Pareceu-nos conveniente dar preferência à terceira edição, a melhor entre aquelas que, em 1846, levaram *Le peuple* ao sucesso. Terá o próprio Michelet pensado seriamente em retocar o texto? Convencemo-nos antes do contrário, ao lermos o prefácio de 1866, cujas primeiras linhas justificam nossa escolha: “Este pequeno livro foi escrito em 1846. Inúmeras passagens (da primeira

parte) trazem fortes marcas da época. Seria preciso alterá-las? O autor julgou que não."

A presente edição retoma, portanto, o texto de 1846 (3ª edição). Nossas notas são assinaladas por letras, distinguindo-se das de Michelet, assinaladas por números, como na 3ª edição. O prefácio de 1866 está colocado em apêndice.

A EDGAR QUINET

Este livro é mais que um livro; sou eu mesmo. Por isso lhe pertence.

Sou eu e é você, meu amigo, ousei dizer. Conforme você observou com razão, nossos pensamentos, comunicados ou não, estão sempre de acordo. Vivemos com o mesmo coração... "Bela harmonia, que pode surpreender; mas não é natural? Toda a variedade de nossos trabalhos germinou de uma mesma raiz viva: o sentimento da França e a idéia da Pátria.

Receba-o então, este livro do Povo, porque ele é você,

(a) Nada mais verdadeiro, pelo menos em 1846, que essa afirmação. A amizade dos dois homens remontava à sua juventude e nunca foi desmentida. Iniciados por Cousin na filosofia da história, Michelet traduziu em 1827 os *Princípios da filosofia da história*, de Vico, e Quinet as *Idéias*, de Herder. Voltaram a se encontrar no Collège de France em 1842, juntando seus esforços contra o partido clerical, recolheram num volume único (*Des jésuites*) seus respectivos cursos de 1843. Quinet, a 28 de julho de 1845, dedicou *Le christianisme et la révolution* a seu colega. Michelet retribuiu com *O povo*. Mas a solidariedade dos dois amigos iria continuar. Em 1857, reeditando *Le christianisme et la révolution*, Quinet fará ao prefácio de *O povo* uma digna réplica: "A partir do instante em que nos conhecemos, qual acaso fez com que, separados ou próximos, não tenhamos cessado de pensar ao mesmo tempo, de crer e não raro de imaginar as mesmas coisas, sem necessidade de nos falarmos? Essa harmonia de alma sempre foi para nós a confirmação da verdade; após trinta e um anos, esse combate nos reúne..."

porque ele sou eu. Por suas origens militares, pela minha, industrial ^a, representamos, como outros talvez, as duas modernas faces do Povo e seu recente advento.

Este livro eu o fiz de mim mesmo, de minha vida e de meu coração. Brotou de minha experiência, muito mais que de meu estudo. Tirei-o da observação, das relações de amizade e vizinhança; coligi-o ao longo dos caminhos; o acaso gosta de servir àquele que persegue sempre um mesmo pensamento. Enfim, encontrei-o sobretudo nas recordações de juventude ^b. Para conhecer a vida do povo, seus trabalhos, seus sofrimentos, bastava-me interrogar as lembranças.

Pois eu também, amigo, trabalhei com as próprias mãos. Mereço, em vários sentidos, o verdadeiro nome do homem moderno, o nome de *trabalhador*. Antes de escrever livros, eu os *compus* materialmente ^c; juntei tipos antes de juntar idéias, não ignoro as melancolias da oficina, o tédio das longas horas...

Triste época! Eram os derradeiros anos do Império; tudo parecia perecer ao mesmo tempo para mim, família, fortuna e pátria.

Tudo o que tenho de melhor, sem dúvida nenhuma, devo a essas provas; a elas deve ser creditado o pouco que vale o homem e o historiador. Delas guardei sobre-

(a) Michelet refere-se ao pai de Quinet, comissário militar sob o Diretório, o Consulado e o Império, e a seu próprio pai, operário e depois mestre impressor.

(b) É fora de dúvida que Michelet releu, antes de redigir o prefácio de *O povo*, o *Mémorial* em que havia anotado, de 1820 a 1822, suas recordações de infância. Nos *Ecrits de jeunesse* poderemos encontrar um quadro de equivalências entre os dois textos (p. 20, ed. Gallimard, 1959).

(c) Michelet conservava com devoção a página de rosto de um desses livros, o *Savant de société*, de Fabre d'Olivet, na qual escrevera as seguintes linhas: "No período terrível de 1812-1813, o Sr. Michelet, impressor, cassado e arruinado arbitrariamente por Napoleão, fez uma edição deste livro, que lhe pertencia, para pagar os credores. Seu filho, Jules Michelet, fez a composição, e seu avô, já bastante idoso, imprimiu-o pessoalmente."

tudo um profundo sentimento do povo, o pleno conhecimento do tesouro que existe nele: *a virtude do sacrifício*, a terna lembrança das almas de ouro que conheci nas mais humildes condições.

Não é de estranhar que, conhecendo como ninguém os antecedentes históricos desse povo e tendo eu próprio, por outro lado, partilhado sua vida, sinta uma necessidade premente de verdade quando me falam dele. Quando a evolução de minha História levou-me a tratar as questões atuais, e ao percorrer os livros onde foram discutidas, confesso ter ficado perplexo por notar quase todos em contradição com minhas lembranças. Então fechei os livros e voltei ao seio do povo tanto quanto me era possível; o escritor solitário mergulhou de novo na multidão, ouviu-lhe os rumores, observou-lhe as vozes... O povo era o mesmo, as mudanças são exteriores; a memória não me enganava... Passei então a consultar os homens, a ouvi-los falar da própria sorte, a recolher de sua boca o que nem sempre se encontra nos escritores mais brilhantes, as palavras do bom senso.

Essa pesquisa começou em Lyon, há cerca de dez anos ^a, e prosseguiu em outras cidades; investigava junto aos homens práticos e aos espíritos mais positivos a verdadeira situação dos campos, tão negligenciados por nossos economistas. Seria difícil acreditar nas informações novas que coligi e não se acham em nenhum livro. Depois da conversação dos homens de gênio e dos sábios muito especiais, a do povo é certamente a mais instrutiva. Se não podemos dialogar com Béranger, Lamennais ou Lamartine, devemos ir ao campo conversar com um camponês. Que se pode aprender com as pessoas de sociedade? Jamais deixei um salão sem sentir o coração apenado e frio.

(a) Ver *Journal* (Gallimard, 1959), t. I, pp. 296 ss.

Meus estudos variados de história me haviam revelado fatos do maior interesse, calados pelos historiadores: por exemplo, as fases e as alternativas da pequena propriedade antes da Revolução. Minha pesquisa *ao vivo* também revelou coisas que não estão nas estatísticas. Citarei uma, que talvez se considere indiferente, mas que para mim é importante e digna de toda atenção. Refiro-me à vasta aquisição de roupas de algodão feita pelas famílias pobres por volta de 1842, embora os salários tivessem baixado ou pelo menos se desvalorizado em virtude da queda natural do valor do dinheiro. Esse fato, importante por si mesmo enquanto progresso no asseio, ligado a tantas outras virtudes, é mais importante ainda por demonstrar uma crescente fixidez no lar e na família, influência sobretudo da mulher, que, ganhando pouco, só pode fazer uma despesa como essa aplicando parte do salário do homem. Nesses lares, a mulher é a economia, a ordem, a providência. Toda influência que ela ganha constitui um progresso na moralidade¹.

Esse exemplo não deixa de ser útil para mostrar o quanto os documentos recolhidos nas estatísticas e outras obras de economia, ainda que exatos, são insuficientes para fazer entender o povo; dão resultados parciais, artificiais, tomados sob um ângulo limitado, que dá margem a mal-entendidos.

Os escritores e os artistas, cujos procedimentos se

1. Essa prodigiosa aquisição de roupa branca, que todos os fabricantes podem atestar, leva a supor também certa compra de móveis e objetos domésticos. Não se estranhe o fato de as caixas de poupança receberem menos do operário que do empregado doméstico. Este não compra móveis, e pouca roupa; sempre encontra meios de se fazer vestir pelos patrões. Não se deve avaliar, como é costume, o progresso da economia pelo das caixas de poupança, nem concluir que tudo o que não vai para lá é bebido e comido na taberna. Parece que a família, falo sobretudo da mulher, quis antes de tudo tornar limpo, atraente e agradável o espaço doméstico para evitar as idas à taberna. Daí também o gosto pelas flores, que hoje chega às classes próximas da miséria.

opõem francamente a esses métodos abstratos, parecem trazer ao estudo do povo o sentimento da vida. Muitos deles, dos mais eminentes, abordaram esse grande tema, e talento não lhes faltou; os êxitos foram imensos. A Europa, há muito demonstrando pouca inventividade, recebe com avidez os produtos de nossa literatura. Os ingleses já não fazem senão artigos de revistas. Quanto aos livros alemães, quem os lê a não ser a Alemanha?

Importaria examinar se esses livros franceses, tão populares na Europa, tão cheios de autoridade, representam realmente a França; se dela não mostraram certas faces excepcionais, bastante desfavoráveis; se essas pinturas, onde só encontramos nossos vícios e torpezas, não causaram a nosso país uma injustiça enorme, perante as nações estrangeiras. O talento, a boa fé dos autores, a conhecida liberalidade de seus princípios deram às suas palavras um peso opressivo. O mundo acolheu seus livros como um julgamento terrível da França sobre si mesma.

A França tem isso de grave contra ela: mostra-se nua às nações. As outras, de certa forma, permanecem vestidas, resguardadas. A Alemanha, a própria Inglaterra, com suas pesquisas, sua publicidade, são comparativamente pouco conhecidas; não podem ver-se a si mesmas, não sendo centralizadas.

O que mais se nota numa pessoa nua é esta ou aquela parte defeituosa. O defeito salta aos olhos antes de mais nada. Que sucederia se uma mão obsequiosa colocasse sobre esse defeito uma lente de aumento que o tornasse colossal, o iluminasse com uma luz terrível, impiedosa, a ponto de os acidentes mais naturais da pele sobressaírem ao olho assustado?

Foi exatamente o que aconteceu com a França. Seus defeitos incontestáveis, que a atividade crescente, o choque dos interesses e das idéias explicam suficientemente,

foram ampliados pela mão de seus poderosos escritores e transformaram-se em monstros. E agora a Europa vê a própria França como um monstro.

No mundo político, nada se prestou melhor ao *entendimento dos homens de bem*. Todas as aristocracias, inglesa, russa, alemã, só precisam apontar uma coisa em testemunho contra a França: os quadros que ela pinta de si mesma pela mão de seus grandes escritores, em sua maioria amigos do povo e partidários do progresso. O povo assim pintado não é o pavor do mundo? Haverá exércitos e fortalezas suficientes para detê-lo, vigiá-lo, até que surja o momento favorável para esmagá-lo?

Romances clássicos, imortais^a, revelando as tragédias domésticas das classes abastadas, estabeleceram solidamente no pensamento europeu que não há mais família na França.

Outros, de grande talento, de uma fantasmagoria terrível, pintaram a vida comum de nossas cidades como um local onde a polícia concentra os reincidentes da justiça e os condenados libertados^b.

Um pintor de gênero^c, admirável pela genialidade do detalhe, diverte-se em pintar um horrendo cabaré do campo, uma taberna de criadagem e gatunos, e, abaixo desse esboço hediondo, ele escreve atrevidamente uma palavra que vem a ser o nome da maioria dos habitantes da França.

A Europa lê avidamente, admira, reconhece este ou aquele pequeno detalhe. De um acidente mínimo, cuja verdade percebe, ela conclui facilmente a verdade do todo.

(a) Michelet pensa sem dúvida, a julgar pela interpretação que proporá na época de *L'amour e La femme* (1858-1859), nos primeiros romances de George Sand, *Indiana e Lélia*.

(b) Reconhece-se facilmente *Les mystères de Paris*, de Eugène Sue.

(c) Balzac. *Les paysans*, lido em 18 e 19 de fevereiro de 1845, pouco depois da decisão de escrever *O povo*, causou em Michelet uma "má impressão".

Povo algum resistiria a semelhante prova. Essa mania singular de denegrir a si mesmo, de exhibir suas feridas e como que procurar a vergonha seria mortal com o tempo. Muitos, eu o sei, amaldiçoam assim o presente para apressar um futuro melhor; exageram os males para nos fazer gozar mais depressa a felicidade que suas teorias nos preparam¹. Cuidado, porém, cuidado! Esse jogo é perigoso. A Europa não está informada de todos esses artifícios. Se nos dizemos desprezíveis, ela poderá muito bem acreditar. A Itália ainda era uma grande potência no século XVI. A terra de Michelangelo e Cristóvão Colombo tinha força. Mas, quando se proclamou miserável e infame pela voz de Maquiavel, o mundo a tomou ao pé da letra e a pisoteou.

Não somos a Itália, graças a Deus, e o dia em que o mundo concordasse em vir ver a França de perto seria saudado por nossos soldados como o mais belo de suas vidas.

1. Filósofos, socialistas, políticos, todos parecem atualmente de acordo para diminuir, no espírito do povo, a idéia da França. Grande risco! Considerai entretanto que esse povo, mais que qualquer outro, constitui, em toda a excelência e vigor do termo, uma *verdadeira sociedade*. Isole-o de sua idéia social e voltará a ser muito fraco. A França da Revolução, que foi sua glória, sua fé, todos os governos lhe dizem, há cinqüenta anos, que ela foi uma desordem, uma insensatez, uma pura negação. A Revolução, por outro lado, anulou a França antiga, dissera ao povo que nada em seu passado merecia lembrança. A antiga desapareceu de sua memória, a nova empalideceu. Não importou aos políticos que o povo se tornasse tábula rasa, esquecesse a si mesmo.

Como não seria ele fraco neste instante? Ele se ignora; faz-se de tudo para que ele perca o senso da bela unidade que foi sua vida; sua alma lhe é retirada. E essa alma era o sentido da França, como fraternidade de homens vivos e como sociedade com os franceses das antigas eras. Ele contém essas épocas, ele as traz consigo, obscuramente as sente moverem-se, e não as pode reconhecer; ninguém lhe diz o que é essa grande voz profunda que tantas vezes, como surdo eco de órgão numa catedral, se faz ouvir nele².

(a) Na edição original, essa nota comporta uma terceira alínea: "Homens de reflexão e estudo, artistas, escritores, temos um dever santo e sagrado para com o povo. Abandonar nossos tristes paradoxos, nossos gracejos, que não ajudaram pouco os políticos a ocultar-lhe a França, a obscurecer nele a sua idéia, a fazê-lo desprezar sua pátria."

Basta que as nações saibam que esse povo não é de forma alguma o que aparece em seus pretensos retratos. Não que nossos grandes pintores tenham sido sempre infiéis; mas em geral pintaram detalhes excepcionais, acidentados, quando muito, em cada gênero, a menor parte, o lado secundário das coisas. As grandes fisionomias lhes pareciam muito conhecidas, triviais, vulgares. Precisavam de efeitos e foram procurá-los freqüentemente naquilo que se afastava da vida normal. Nascidos da agitação, da rebelião, por assim dizer, tiveram a força tempestuosa, a paixão, o toque verdadeiro e às vezes sutil e vigoroso — em geral faltou-lhes o senso da grande harmonia.

Os românticos acreditavam que a arte estava sobretudo no feio. Acharam que os efeitos artísticos mais infalíveis residiam no feio moral. O amor errante parecia-lhes mais poético que a família, o roubo mais que o trabalho, a prisão mais que a oficina. Se eles próprios tivessem descido, por seus sofrimentos pessoais, às profundas realidades da vida da época, veriam que a família, o trabalho, a vida mais humilde do povo possuem, por si mesmos, uma poesia sagrada. Senti-la e mostrá-la não é tarefa do contra-regra; não é preciso aí multiplicar os lances traiçoeiros. Bastam olhos afeitos a essa luz suave, capazes de enxergar na obscuridade, no pequeno e no humilde; e o coração também ajuda a ver nesses recessos do lar e nessas sombras de Rembrandt.

Quando nossos escritores atentaram para isso, foram admiráveis. Mas, em geral, desviaram os olhos para o fantástico, o violento, o bizarro, o excepcional. Não se dignaram informar que pintavam a exceção. Os leitores, sobretudo os estrangeiros, acreditaram que eles pintavam a regra. E disseram: “Esse povo é assim.”

E eu, que saí dele, eu que vivi com ele, que trabalhei e sofri com ele, que mais que ninguém adquiri o direito de dizer que o conheço, venho opor a toda a personalidade do povo.

Não captei essa personalidade superficialmente, em seus aspectos pitorescos ou dramáticos; não a vi de fora, experimentei-a por dentro. E, graças a essa experiência, muita coisa íntima do povo, que ele tem em si sem compreender, eu compreendi. E por quê? Porque eu podia segui-la em suas origens históricas, vê-la sair do fundo do tempo. Quem se atém ao presente, ao atual, não compreende o atual. Quem se contenta em ver o exterior, em pintar a forma, não poderá sequer vê-la: para vê-la com exatidão, para traduzi-la fielmente, é preciso saber o que ela encobre; não há pintura sem anatomia.

Não posso ensinar uma tal ciência neste pequeno livro. Contentei-me em transmitir, suprimindo todo detalhe de método, de erudição e de trabalho preparatório, algumas observações essenciais a respeito do estado de nossos costumes, alguns resultados gerais.

Aqui, só uma palavra:

O traço destacado, capital, que sempre mais me impressionou em meu longo estudo sobre o povo foi que, entre as desordens do abandono e os vícios da miséria, encontrei nele uma riqueza de sentimentos e uma bondade de coração muito raras nas classes ricas. De resto, todo o mundo pôde observá-lo; na época da cólera, quem adotou as crianças órfãs? Os pobres.

A faculdade do devotamento, a força do sacrifício, eis aí, confesso-o, minha medida para classificar os homens. Quem a tem no mais alto grau está mais perto do heroísmo. As superioridades do espírito, que em parte resultam da cultura, nunca podem ser comparadas com esta faculdade soberana.

A isso costuma-se responder: “As pessoas do povo são geralmente pouco previdentes; seguem um instinto de bondade, o impulso cego de um coração bondoso porque não adivinham o que isso lhes pode custar.” Ainda que a observação fosse justa, não destruiria a que pode-

mos fazer também a respeito do devotamento perseverante, do sacrifício infatigável de que as famílias trabalhadoras dão freqüente exemplo, devotamento que não se esgota nem mesmo diante da absoluta imolação de uma vida, mas que continua freqüentemente de uma a outra ao longo das gerações.

Teria belas histórias a contar aqui, e muitas. Não posso fazê-lo. Entretanto, a tentação é muito forte para mim, amigo, de contar-lhe uma só, a história de minha própria família. Você ainda não a sabe; o mais das vezes conversamos sobre assuntos filosóficos ou políticos, não chegando aos detalhes pessoais. Cedo a essa tentação. Esta é uma rara ocasião de reconhecer os sacrifícios perseverantes, heróicos, que minha família fez por mim, e de agradecer a meus parentes, pessoas modestas, algumas das quais envolveram em obscuridade seus dons superiores, e só quiseram viver em mim.

As duas famílias de que procedo, uma da Picardia e outra das Ardenas^a, eram originariamente famílias de camponeses que mesclavam à cultura uma certa indústria. Como eram famílias muito grandes (doze, dezenove filhos), boa parte dos irmãos de meu pai e de minha mãe não quis se casar para facilitar a educação de alguns dos meninos que iam para a escola. Primeiro sacrifício que eu devo notar.

Na família materna, particularmente, as irmãs, todas notáveis pela economia, seriedade e austeridade, tornavam-se as humildes servas dos senhores seus irmãos e, para prover às suas despesas, enterravam-se na aldeia. Mas muitas, sem cultura e na solidão da orla dos bosques, não deixavam de apresentar grande finura de espírito. Ouvi uma delas, bem idosa, contar antigas histórias da

(a) Os Michelet eram originários de Laon; os Millet de Renwez, nas Ardenas.

fronteira e também de Walter Scott. Todas tinham em comum uma extrema clareza de espírito e raciocínio. Havia entre os primos e parentes muitos padres, de todo tipo, mundanos, fanáticos; mas eles não predominavam. Nossas judiciosas e severas donzelas não lhes davam vez. Elas gostavam de contar que um de nossos tios-avós (chamado Michaud? ou Palliart?) fora queimado vivo por ter escrito um determinado livro.

O pai de meu pai, professor de música em Laon, reuniu suas pequenas economias, depois do Terror, e veio para Paris, onde meu pai era funcionário da tipografia que imprimia papel-moeda [*assignats*]. Ao invés de comprar terra, como tantos outros faziam, confiou o que tinha à sorte de meu pai, seu filho mais velho, e aplicou tudo numa tipografia ao acaso da Revolução. Um irmão e uma irmã de meu pai não se casaram, para facilitar o negócio, mas meu pai se casou; desposou uma daquelas moças sérias das Ardenas, de que falei há pouco. Nasci em 1798, no coro de uma igreja de religiosas^a, ocupada então por nossa tipografia; ocupada, não profanada; o que é a Imprensa, em nossos dias, senão a santa arca?

No começo a tipografia prosperou, alimentada pelos debates de nossas assembléias, pelas notícias dos exércitos, pela ardente vida do tempo. Por volta de 1800, foi atingida pela grande supressão dos jornais. Só foi permitido a meu pai manter um jornal eclesiástico, a empresa teve muita despesa inicial, a autorização foi bruscamente retirada para ser dada a um padre que Napoleão achava de confiança, e que logo o atraçouu.

Bem sabemos como esse grande homem foi punido pelos padres até por ter acreditado ser a sagração de

(a) A capela abandonada das religiosas de Saint-Chaumont, Rue de Tracy, 16, esquina da Rue Saint-Denis. Construída em 1871 (SIC), ela seria demolida em 1907.

Roma melhor que a da França. Ele viu claro em 1810. Em quem descarregou sua cólera?... Na Imprensa; agrediu-a com dezesseis decretos em dois anos. Meu pai, meio arruinado por ele em proveito dos padres, arruinou-se então totalmente para expiar as faltas deles.

Certa manhã recebemos a visita de um senhor, mais educado do que costumavam ser os agentes imperiais, o qual nos comunicou que Sua Majestade o Imperador reduzira o número dos impressores para sessenta; os grandes seriam preservados, os *pequenos suprimidos*, mas com boa indenização (que se reduziu a nada). Nós estávamos entre os pequenos: resignar-se, morrer de fome, não havia mais nada a fazer. Contudo, tínhamos dívidas. O Imperador não nos dava quitação contra os judeus, como fizera na Alsácia. Encontramos só uma saída: imprimir para os credores algumas obras pertencentes a meu pai. Como já não tínhamos empregados, fizemos esse trabalho nós mesmos. Meu pai, ocupado fora, não podia ajudar. Minha mãe, doente, encadernava, cortava, dobrava. Eu, criança, compunha. Meu avô, muito fraco e velho, ocupava-se no duro trabalho da prensa e imprimia com suas mãos trêmulas.

Os livros que imprimíamos, e que vendiam bastante bem, contrastavam singularmente, pela futilidade, com esses anos trágicos de imensas destruições. Eram apenas livros de humor leve, jogos, divertimentos de salão, charadas, acrósticos. Nada continham que pudesse alimentar a alma do jovem compositor de tipos. Mas justamente a secura, o vazio dessas tristes produções é que me deixavam mais livre. Nunca, acredito, viajei tanto em imaginação como durante o tempo passado em frente àquela caixa de tipos. Quanto mais meus romances pessoais se animavam em meu espírito, mais rápida era minha mão, mais depressa o tipo era encontrado... Compreendi então que os trabalhos manuais que não exigem nem extrema delicadeza nem grande força física não constituem de

forma alguma entraves à imaginação. Conheci várias mulheres distintas que declararam só conseguir pensar e conversar bem enquanto teciam.

Eu tinha doze anos e nada sabia ainda, a não ser quatro palavras em latim, aprendidas com um velho livreiro ^a, ex-mestre-escola de aldeia, apaixonado pela gramática, homem de costumes antiquados, revolucionário ardente, que nem por isso deixou de salvar, arriscando sua vida, os emigrados que detestava. Ao morrer, deixou-me tudo o que tinha no mundo, um manuscrito, uma gramática notável, incompleta, à qual pudera consagrar trinta ou quarenta anos.

Muito solitário e muito livre, entregue totalmente a mim mesmo graças à indulgência excessiva de meus pais, eu era todo imaginação. Lera alguns volumes que tinham caído em minhas mãos, uma *Mitologia*, um Boileau, páginas da *Imitação* ^b.

Entre as dificuldades extremas, incessantes, de minha família, com minha mãe doente e meu pai sempre ocupado fora, eu não recebera ainda nenhuma idéia religiosa... E eis que nessas páginas percebo de repente, no fim desse triste mundo, a libertação da morte, a outra vida, a esperança! A religião assim recebida, sem mediação humana, foi muito forte em mim. Permaneceu como coisa minha, coisa livre, viva, tão misturada à minha vida que de tudo se nutria, fortificando-se com uma grande quantidade de coisas ternas e santas, na arte e na poesia, que erroneamente se consideram estranhas a ela.

Como descrever o estado de sonho em que me lançaram as primeiras palavras da *Imitação*? Eu não lia, ouvia,

(a) Mélot, autor de alguns opúsculos pedagógicos, entre os quais *Les participants français dévoilés en quelques minutes* (ver *Ecrits de jeunesse*, Memorial, pp. 189-190 e nota).

(b) Ler na *Histoire de France*, livro X, cap. 1: "Carlos VII. Henrique VI", a homenagem prestada a *L'imitation*, livro popular.

como se essa voz doce e paternal se dirigisse diretamente a mim... Vejo ainda o vasto quarto frio e despojado, pareceu-me que verdadeiramente aclarado de luz misteriosa. Não fui muito longe no livro, pois não compreendia o Cristo, mas senti Deus.

A mais forte impressão da infância, depois dessa, foi o Museu dos monumentos franceses, tão desastrosamente destruídos ^a. Foi lá, e em nenhuma outra parte, que pela primeira vez tive a viva impressão da história. Ocupava aqueles túmulos com minha imaginação, sentia aqueles mortos através do mármore, e não era sem algum terror que penetrava sob aquelas abóbodas baixas onde jaziam Dagobert, Chilpéric e Frédégonde.

Meu local de trabalho, nossa tipografia, não era menos sombrio. Por algum tempo foi um porão, porão em relação ao *boulevard* onde morávamos, e andar térreo em relação à rua baixa ^b. Lá eu tinha por companhia meu avô, às vezes quando vinha; e sempre, assiduamente, uma aranha laboriosa que trabalhava a meu lado e bem mais que eu, sem dúvida alguma.

Entre duras privações, muito superiores às que suportam os operários comuns, eu tinha compensações: a bondade de meus pais, sua fé em meu futuro, aliás verdadeiramente inexplicável, quando se pensa no quanto eu era pouco avançado. Eu dispunha, salvo as exigências do trabalho, de uma extrema independência, da qual eu jamais abusava. Era aprendiz, mas sem contato com pessoas

(a) Michelet já invocara sua primeira visita ao museu (instalado por Lenoir sob as abóbodas do claustro dos Pequenos Agostinianos, cuja Escola de Belas-Artes passara a ocupar o local desde 1820), na aula inaugural de seu curso de 1843 no Collège de France, proferida a 29 de dezembro de 1842: "Todas essas figuras, isoladas nas igrejas, reunidas nos museus, já não dizem nada. Lá, entre si, numa sociedade de seu tempo e segundo seu coração, elas falavam, elas nos falavam e falavam umas com as outras..."

(b) A oficina do pai de Michelet dava, de um lado, para o *boulevard Saint-Martin*, e de outro, num nível inferior, para a Rue de Bondy.

grosseiras cuja brutalidade talvez esmagasse em mim essa flor de liberdade. De manhã, antes do trabalho, ia visitar meu velho gramático, que me passava cinco ou seis linhas de tarefa. Aprendi então que a quantidade de trabalho importa menos do que se crê; as crianças só absorvem um pouco a cada dia; é como um vaso de boca estreita: despejando pouco, despejando muito, só entrará um pouco de cada vez.

Apesar da minha incapacidade musical, desoladora para meu avô, eu era muito sensível à harmonia majestosa e excelsa do latim; essa grandiosa melodia itálica trazia-me como que um raio do sol meridional. Nasci como uma erva sem sol entre duas pedras de calçada de Paris. Esse calor de um outro clima agiu tão beneficentemente sobre mim que, antes de saber qualquer coisa da quantidade, do ritmo engenhoso das línguas antigas, já havia procurado e encontrado em meus temas as melodias romano-rústicas, como as *prosas* da Idade Média. Uma criança, por pouco que seja livre, segue exatamente o caminho trilhado pelos povos em sua infância.

Salvo os sofrimentos da pobreza, muito penosos para mim no inverno, essa época, mesclada de trabalho manual, latim e amizade (tive por algum tempo um amigo ^a de quem falo neste livro), é muito doce de recordar. Rico de infância, de imaginação, quem sabe já de amor, não invejava nada a ninguém. Já afirmei: o homem, por si mesmo, desconhece a inveja, é preciso que alguém lhe ensine.

Entrementes, tudo se cobre de sombra. Minha mãe piora, a França também (Moscou!... 1813!...). Nossos recursos se esgotam. Em nossa penúria extrema, um amigo de meu pai lhe propõe fazer-me entrar para a Imprensa

(a) Paul Poinson, falecido a 14 de fevereiro de 1821, cuja lembrança é evocada em *O povo*, no cap. 1 da terceira parte: "A amizade"

imperial. Grande tentação para a família! Outros não teriam hesitado. Mas a fé sempre fora grande em nossa família: primeiro a fé em meu pai, por quem todos haviam se sacrificado; depois, a fé em mim; eu deveria tudo reparar, tudo salvar...

Se meus pais, obedecendo à razão, me tivessem feito operário e se salvassem, estaria eu perdido? Não, vejo entre os operários homens de grande mérito, que pelo espírito valem bem os homens de letras, e pelo caráter muito mais... Mas, enfim, quantas dificuldades teria encontrado! Que luta contra a falta de todos os meios! Contra a fatalidade do tempo!... Meu pai sem recursos e minha mãe doente decidiram que eu estudaria, acontecesse o que acontecesse.

Nossa situação era premente. Ignorando versificação e grego, entrei na terceira série do Colégio Carlos Magno. Compreende-se meu embaraço, sem nenhum professor para ajudar-me. Minha mãe, tão firme até então, desesperou-se e chorou. Meu pai pôs-se a fazer versos latinos, ele que nunca os fizera antes.

Nessa terrível passagem da solidão à multidão, da noite ao dia, o melhor para mim ainda era, sem dúvida, o professor Andrieu d'Albas, homem de coração, homem de Deus. O pior eram os colegas. Eu ficava no meio deles como uma coruja em pleno dia, completamente assustado. Achavam-me ridículo, e hoje penso que tinham razão. Na época, atribuía suas zombarias ao meu traje, à minha miséria. Começava a perceber uma coisa: eu era pobre.

Supus maus todos os ricos, todos os homens; não via ninguém que não fosse mais rico do que eu. Caí numa misantropia rara entre crianças. No bairro mais deserto de Paris, o Marais, procurava as ruas desertas... Todavia, dessa excessiva antipatia pela espécie humana, salvava-se isto de bom: não sentia inveja alguma.

O encanto maior, que me restabelecia o coração, era quando, aos domingos ou às quintas-feiras, eu lia, duas, três vezes em seguida um canto de Virgílio, um livro de Horácio. Pouco a pouco, decorei-os; mas, fora isso, nunca consegui guardar uma única lição de cor.

Lembro-me de que, nessa desgraça absoluta, privações no presente, temores do futuro, o inimigo a dois passos (1814!) e os meus inimigos pessoais rindo de mim diariamente, certo dia, numa quinta-feira de manhã, eu me recompus: sem fogo (a neve cobria tudo), não sabendo sequer se teria pão à noite, tudo parecendo acabar para mim — tive em mim, sem nenhuma mescla de esperança religiosa, um puro sentimento estóico —, esmurrei com a mão enregelada a mesa de carvalho (que ainda conservo) e senti uma alegria viril de juventude e futuro.

Que temeria eu então, meu amigo, responda-me? Eu, que morri tantas vezes em mim mesmo e na história. — O que eu desejava?... Deus me deu, pela história, a graça de participar de tudo.

A vida só tem sobre mim um poder, o que senti a 12 de fevereiro último, cerca de trinta anos depois. Era um dia semelhante, também coberto de neve, e eu estava diante da mesma mesa. Algo me veio ao coração: "Você está aquecido, os outros têm frio... Isso não é justo... Ah, quem me consolará da dura desigualdade?" Então, observando a mão que desde 1813 guarda o sinal do frio, disse para me consolar: "Se você trabalhasse com o povo não trabalharia para ele... Portanto, se você der à pátria sua história eu o absolverei de ser feliz."

Retomo. Minha fé não era absurda; fundava-se na vontade. Acreditava no futuro porque eu próprio o fazia. Meus estudos terminaram bem e depressa¹. Ao sair, tive

1. Devo muito aos estímulos de meus ilustres professores, os Srs. Villemain e Leclerc. Sempre me lembrarei de que o Sr. Villemain, após a leitura de um

a ventura de escapar às duas influências que estragavam os jovens, a da escola doutrinária, majestosa e estéril, e a da literatura industrial, cuja biblioteca, recém-resuscitada, acolhia facilmente então os mais infelizes ensaios.

Eu não quis viver do que escrevia. Quis uma verdadeira profissão; optei pela que meus estudos facilitavam, o ensino. Pensei desde então, como Rousseau, que a literatura deve ser a coisa reservada, o luxo da vida, a flor interior da alma. Era uma grande felicidade para mim quando, de manhã, depois das aulas, voltava a meu *fau-bourg*, nas imediações do Père-Lachaise, e lá, preguiçosamente, lia o dia inteiro os poetas, Homero, Sófocles, Teócrito, por vezes os historiadores. Um de meus antigos colegas e amigo dos mais caros, o Sr. Poret, fazia as mesmas leituras, sobre as quais conversávamos durante nossas longas caminhadas no bosque de Vincennes.

Essa vida despreocupada não durou menos de dez anos, durante os quais nunca imaginei que algum dia devesse escrever. Ensinava ao mesmo tempo línguas, filosofia e história. Em 1821, por concurso, tornei-me professor num colégio. Em 1827, duas obras publicadas ao mesmo tempo, meu *Vico* e meu *Précis d'histoire moderne*, fizeram-me professor na Escola Normal¹.

O ensino era muito útil para mim. A terrível provação do colégio havia alterado meu caráter, havia como que me fechado e bloqueado, tornando-me tímido e desconfiado. Tendo casado cedo e vivendo em grande solidão, desejava cada vez menos a sociedade dos homens. A que encontrei em meus alunos, na Escola Normal e outros

dever que lhe agradara, descia de sua cátedra e vinha, com um movimento de encantadora sensibilidade, sentar-se à minha carteira, ao meu lado.

1. Deixei-a a contragosto em 1837, quando nela a influência eclética predominou. Em 1838, o Instituto e o Collège de France me elegeram igualmente, e obtive a cátedra que ocupo.

lugares, reabriu meu coração, dilatou-o. Essas jovens gerações, amáveis e confiantes, que acreditavam em mim fizeram com que me reconciliasse com a humanidade. Ficava emocionado, às vezes triste, por vê-los se sucederem diante de mim com tanta rapidez. Mal me ligava a eles e já se iam embora. Eis que todos se dispersaram, e muitos (tão jovens!) morreram. Poucos me esqueceram; quanto a mim, vivos ou mortos, não os esquecerei jamais.

Sem saber, prestaram-me um serviço imenso. Se, como historiador, eu tivesse um mérito especial que me colocasse ao lado de meus ilustres predecessores, eu o deveria ao ensino, que para mim foi a amizade. Esses grandes historiadores foram brilhantes, judiciosos, profundos. Mas eu amei mais.

Também sofri mais. As provações da infância me são sempre presentes, guardei a impressão do trabalho, de uma vida áspera e laboriosa, continuei sendo povo.

Dizia há pouco que cresci como erva entre duas pedras da calçada, mas essa erva conservou sua seiva, tanto quanto aquela dos Alpes. Meu deserto em plena Paris, meu livre estudo e meu livre ensino (sempre livre e por toda parte o mesmo) me engrandeceram sem me mudar. Quase sempre aqueles que sobem perdem isso, porque se transformam; tornam-se mistos, bastardos; perdem a originalidade de sua classe sem adquirir a de outra. O difícil não é subir, mas subir permanecendo o mesmo.

Hoje, compara-se com freqüência a ascensão do povo, seu progresso, à invasão dos *bárbaros*. A palavra me agrada, aceito-a... *bárbaros*! Sim, isto é, cheios de uma seiva nova, viva e rejuvenescedora. *Bárbaros*, isto é, viajantes a caminho da Roma do futuro, avançando lentamente, sem dúvida, cada geração avançando um pouco, parando com a morte; mas outros prosseguem.

Nós, os bárbaros, temos uma vantagem natural; se as

classes superiores têm a cultura, temos muito mais calor vital. Aquelas não têm nem o trabalho pesado nem a intensidade, a aspereza, a consciência no trabalho. Seus escritores elegantes, verdadeiras crianças mimadas do mundo, parecem deslizar nas nuvens, ou, orgulhosamente excêntricos, não se dignam a olhar a terra; como poderiam fecundá-la? Essa terra necessita beber o suor do homem, imprimir-se com seu calor e sua virtude viva. Nossos bárbaros lhe dão tudo isso, e ela os ama. E os bárbaros amam infinitamente, e muito, entregando-se por vezes ao pormenor, com o santo desajeitamento de Albert Dürer ou a polidez excessiva de Jean-Jacques, que não chega a esconder a arte; com a minúcia do detalhe eles comprometem o conjunto. Não devemos culpá-los demais; é o excesso da vontade, a superabundância do amor, por vezes a profusão de seiva; essa seiva, mal dirigida, atormentada, faz mal a si mesma, quer dar tudo ao mesmo tempo, folhas, frutos e flores, curva e retorce os ramos.

Esses defeitos dos grandes trabalhadores acham-se frequentemente nos meus livros, que não têm suas qualidades. Não importa! Os que surgem assim, com a seiva do povo, não deixam de trazer para a arte um grau novo de vida e rejuvenescimento, ou, pelo menos, um grande esforço. Em geral, põem seu alvo mais alto e mais longe que os outros, consultando pouco suas forças, mas bastante seu coração. Seja esta minha parte no futuro, não ter atingido, mas assinalado o alvo da história, ter-lhe dado um nome que ninguém lhe havia dado. Thierry via nela uma *narração* e Guizot uma *análise*. Chamei-a *ressurreição*, e esse nome permanecerá.

Quem seria mais severo que eu ao criticar meus próprios livros! O público sempre me tratou bem. Este que ora entrego, alguém acreditará que não vejo o quanto é imperfeito?... “Então por que o publica? Você tem grande interesse nisso?”

Um interesse?... Vários, como você verá. Em primeiro lugar, perco com ele inúmeras amizades. A seguir, estou deixando uma posição tranqüila, totalmente conforme a meus gostos. Estou adiando meu grande livro, o monumento de minha vida “.

“Ao que parece, para ingressar na vida pública?” — Nunca. Já me julguei! Não possuo nem a santidade, nem o talento, nem a capacidade de lidar com os homens.

“Então por quê...?” Se quer saber, explicarei.

Falo porque ninguémalaria em meu lugar. Não que não haja uma multidão de homens mais capazes de fazê-lo; mas todos estão exasperados, odeiam. Quanto a mim, ainda amava... Talvez também soubesse melhor os precedentes da França; vivia de sua grande vida eterna e não da situação. Estava mais vivo de simpatias, mais morto de interesses; abordava as questões com o desinteresse dos mortos.

Além disso, padecia mais do que os outros com o deplorável divórcio que se tenta produzir entre os homens, entre as classes, eu que os tenho em mim.

A situação da França é tão grave que não havia como hesitar. Não exagerei o alcance de um livro; mas trata-se do dever e de maneira alguma do poder.

Pois bem! Vejo a França afundar de hora em hora, abismar-se como uma Atlântida. Enquanto brigamos, o país submerge.

Quem não vê, a oriente e ocidente, uma sombra de morte pesar sobre a Europa, que a cada dia há menos sol, que a Itália morreu, a Irlanda morreu, a Polônia morreu... E que a Alemanha quer morrer!... Ó Alemanha, Alemanha!...

Se a França morresse de morte natural, se a hora tives-

(a) A *Histoire de France*, interrompida em 1844 após a publicação do tomo VI (Luis XI). A *Histoire de la renaissance* só será publicada em 1855.

se chegado, talvez eu me resignasse, talvez fizesse como o viajante num navio que vai naufragar: cobriria a cabeça e me encomendaria a Deus... Mas a situação não é essa, de forma alguma, e é isso que me indigna; nossa ruína é absurda, ridícula, só provém de nós mesmos. Quem tem uma literatura que ainda domina o pensamento europeu? Nós, por mais que estejamos enfraquecidos. Quem tem um exército? Nós apenas.

A Inglaterra e a Rússia, dois gigantes fracos e inchados, iludem a Europa. Impérios grandes, povos fracos!... Que a França seja uma por um momento; ela é forte como o mundo.

A primeira coisa é, antes da crise¹, nos reconhecermos bem para não necessitarmos, como em 1792, como em 1815, mudar de *front*, de manobra e de sistema diante do inimigo.

A segunda coisa é confiarmos na França, e de forma alguma na Europa.

Aqui, cada qual vai procurar seus amigos fora², o político em Londres, o filósofo em Berlim; o comunista diz: nossos irmãos, os Cartistas. — Só o camponês conservou a tradição da salvaguarda; para ele um prussiano é um

1. Nunca vi na história uma paz de trinta anos. — Os banqueiros, que não previram nenhuma revolução (nem mesmo a de Julho, que muitos deles preparavam), respondem que nada acontecerá na Europa. A primeira razão que dão é que a *paz é proveitosa ao mundo*. Ao mundo sim, mas pouco a nós; os outros correm e nós andamos; logo estaremos no fim da fila. Em segundo lugar, dizem eles, *a guerra só pode começar com um empréstimo, e este nós não concederemos*. Mas e se a guerra começar com um tesouro como o que a Rússia conseguiu, se a guerra alimentar a guerra como no tempo de Napoleão, etc.

2. Tome ao acaso um alemão ou um inglês, o mais liberal, e fale a ele de liberdade; ele responderá liberdade. Mas depois tente descobrir o que entende por isso. Você perceberá então que essa palavra tem tantos sentidos quantas são as nações, que o democrata alemão ou inglês é aristocrata de coração, que a barreira das nacionalidades, que se supunha derrubada, permanece quase inteira. Todas as pessoas que você acredita tão próximas estão a quinhentas léguas de você.

prussiano, um inglês é um inglês. — Seu bom senso provou ser acertado contra todos vós, humanitaristas! A Prússia, vossa amiga, a Inglaterra, vossa amiga, beberam outro dia, na França, à saúde de Waterloo.

Filhos, filhos, eu vos digo: subi a uma montanha bem alta e olhai aos quatro ventos, só vereis inimigos.

Procurai então o entendimento. A paz perpétua que alguns vos prometem (enquanto os arsenais lançam fumaça!... Vede a fumaça negra sobre Cronstadt e Portsmouth), tentemos iniciá-la entre nós. Sem dúvida estamos divididos, mas a Europa nos supõe mais divididos do que realmente estamos. E é isso que a anima. O que de duro tivermos a nos dizer, digamo-lo, abramos o coração, não ocultemos os males, busquemos antes os remédios.

Um povo! Uma pátria! Uma França!... Não nos tornemos nunca duas nações, eu vos peço.

Sem unidade pereceremos. Como não o sentis?

Franceses de qualquer condição, de qualquer classe ou partido, guardai bem uma coisa: só tendes nesta terra um amigo seguro, a França. Sereis sempre culpado perante a coalizão eterna das aristocracias de ter desejado, há cinquenta anos, libertar o mundo. Não vos perdoaram e não vos perdoarão nunca. Sois ainda um perigo para eles. Podeis vos distinguir uns dos outros por diferentes nomes de partidos. Mas, como franceses, estais condenados em conjunto. Perante a Europa, sabe-o bem, a França só terá um nome, inexprimível, que é seu verdadeiro nome eterno: A Revolução!

24 de janeiro de 1846

PRIMEIRA PARTE
DA SERVIDÃO E DO ÓDIO

SERVIDÕES DO CAMPONÊS

Se quisermos conhecer o pensamento íntimo, a paixão do camponês da França, nada mais fácil. Basta passearmos no domingo pelo campo, sigamo-lo. Ei-lo que vai à nossa frente. São duas horas; sua mulher está na reza; ele está endomingado; garanto que vai ver a amante.

Que amante? Sua terra.

Não digo que vai diretamente para lá. Não, está livre nesse dia, pode ir ou deixar de ir. Já não basta ir todos os dias da semana?... Por isso se desvia, caminha por outros lados, tem o que fazer em outra parte... No entanto, acaba indo.

É verdade que estava passando por perto; era uma oportunidade. Olha-a, mas aparentemente não entrará; o que iria fazer lá? ... E no entanto ele entra.

Pelo menos, é provável que não trabalhará; está endomingado; está de blusa e camisa brancas. — Mas nada impede que arranque uma erva daninha, que tire alguma pedra. Bem que aquela raiz está atrapalhando, mas não está com sua enxada, fica para amanhã.

Cruza então os braços e pára, olha, sério, preocupado. Observa por muito, muito tempo, e parece esquecer-se. Por fim, acredita-se observado, nota um passante, afasta-se a passos lentos. Depois de alguns passos pára, volta-se, faz meia volta e lança sobre a terra um derradeiro olhar, olhar profundo e sombrio; mas, para quem sabe observar, é um olhar todo paixão, todo de dentro do coração, repleto de devoção.

Se aquilo não é amor, por que sinal reconheçê-lo neste mundo? É ele, não riais... A terra assim o quer, para produzir; caso contrário, não dará nada, essa pobre terra da França, quase sem gado e sem adubo. Ela produz porque é amada.

A terra da França pertence a quinze ou vinte milhões de camponeses que a cultivam; a terra inglesa tem uma aristocracia de trinta e duas mil pessoas que a fazem cultivar ¹.

Como os ingleses não têm as mesmas raízes no solo, emigram para onde existe lucro. Dizem *o país*; nós dizemos *a pátria* ². Entre nós, homem e terra estão juntos e não se deixarão; existe entre eles um casamento legítimo, para a vida e para a morte. O francês desposou a França ³.

1. E dessas trinta e duas mil, doze mil são corporações de mão-morta. Se a isso se objeta que na Inglaterra perto de três milhões de pessoas participam dos bens de raiz, é que a expressão, além de terras, designa casas, pequenos terrenos, quintais e jardins ligados às residências, sobretudo nas localidades industriais.

2. Nossos ingleses da França dizem *o país* para evitar dizer *a pátria*. Ver uma página espiritual e calorosa do Sr. Génin, *Des variations du langage français*, p. 417.

(a) Na *Introdução a Origines du droit* (1837), Michelet já assimila a um casamento a experiência camponesa da posse do solo: "O pastor erra na superfície da terra; é seu amante infiel. O agricultor é o marido; rasga sua cinta verde e aí deposita o duplo germe do grão e do suor. A união fixa do homem e da mulher cedo ou tarde produz outro casamento, o do homem com a terra.

A França é uma terra de eqüidade. Em casos duvidosos, geralmente adjudica a propriedade a quem nela trabalha ¹. A Inglaterra, ao contrário, pronunciou-se pelo dono, expulsou o camponês; só é cultivada por operários.

Grave diferença moral! A propriedade, grande ou pequena, exalta o coração. Quem não se faz respeitar por si mesmo respeita-se e estima-se por sua propriedade. Tal sentimento acrescenta-se ao justo orgulho que esse povo tem de sua incomparável tradição militar. Tomai ao acaso, nessa multidão, um pequeno diarista que possui um vigésimo de *arpent*; não encontrareis nele os sentimentos do diarista, do mercenário; trata-se de um proprietário, de um soldado (já o foi e sê-lo-ia amanhã); seu pai integrou o *grande exército*.

A pequena propriedade não é nova na França. Erra-se ao pensar que só se constitui há pouco, só numa crise, que ela é um acidente da Revolução. Engano. A Revolução já encontrou esse movimento bastante adiantado, ela própria saía dele. Em 1785, um excelente observador, Arthur Young, espantou-se por ver como aqui a terra era *tão dividida*. Em 1738, o abade de Saint-Pierre obser-

O trabalho do agricultor é uma *confarreatio* com a natureza." Toda a poesia amorosa contida nessa visão da agricultura expande-se, graças a Lamartine, através do episódio de *Jocelyn*: "Les laboureurs" (IX época).

1. É um dos aspectos espiritualistas de nossa Revolução. O homem e o trabalho do homem lhe pareceram de um preço inestimável, que não se podia comparar com o capital; o homem prevaleceu sobre a terra. Na Inglaterra, a terra prevaleceu sobre o homem. Nas próprias regiões absolutamente destituídas de caráter feudal, mas organizadas segundo o princípio do clã céltico, os juristas ingleses aplicaram a lei feudal com o máximo rigor, decidindo que o senhor não era apenas suserano, mas proprietário. Dessa forma a senhora duquesa de Sutherland, adjudicando-se um condado da Escócia maior que o departamento do Alto-Reno, expulsou (de 1811 a 1820) três mil famílias, que o ocupavam desde que a Escócia existe. A duquesa lhes deu uma pequena indenização que muitos recusaram. Ler o relato dessa bela operação, que devemos ao agente da duquesa: James Loch, *Compte rendu des bonifications faites aux domaines du marquis de Stafford*, in-8°, 1820. Sismondi analisa o caso em *Études d'économie politique*, 1837.

va que na França “os diaristas quase sempre têm uma horta, um pedaço de vinha ou de terra”¹. Em 1697, Boisguillebert deplorava a necessidade em que se viam os pequenos proprietários, sob Luís XIV, de venderem grande parte dos bens adquiridos nos séculos XVI e XVII.

Essa grande história, tão pouco conhecida, oferece este aspecto singular: nos piores tempos, nos momentos de miséria universal, quando o próprio rico é pobre e se vê forçado a vender, o pobre está em condições de comprar; não se apresentando nenhum comprador, o camponês andrajoso aparece com sua moeda de ouro e adquire um pedaço de terra.

Estranho mistério; esse homem deve ter um tesouro escondido. E de fato tem: o trabalho persistente, a sobriedade e o jejum. Parece que Deus deu como patrimônio a essa raça indestrutível o dom de trabalhar, de combater se for preciso, sem comer, o dom de viver de esperanças, o dom da alegria corajosa.

Esses momentos de desastre em que o camponês pôde adquirir sua terra a baixo preço foram sempre seguidos por um impulso de fecundidade que não se explicava. Por volta de 1500, por exemplo, quando a França esgotada por Luís XI parece completar sua ruína na Itália, a nobreza que parte é obrigada a vender; a terra, passando para novas mãos, refloresce de repente; trabalha-se, constrói-se. Esse belo momento (no estilo da história monárquica) foi chamado *le bon Louis XII*.

Infelizmente, durou pouco. Mal a terra fora reposta em boas condições e o fisco atirou-se a ela; vieram as guerras de religião que pareciam querer arrasar tudo², misérias horríveis, fomes atrozes levando mães a devora-

1. Saint-Pierre, t. X, p. 251 (Roterã). A autoridade desse autor pouco grave é grave aqui, pois escrevia segundo informações obtidas de vários intendentes.

2. Ver Froumenteau: *Secret des finances de France* (1581). Provas, sobretudo pp. 397-398.

rem seus filhos!... Quem acreditaria que o país pudesse se reerguer?... Pois bem, mal terminara a guerra e desse campo devastado, dessa cabana ainda enegrecida e queimada, sai a poupança do camponês. Ele compra; em dez anos, a França muda de aspecto; em vinte, todos os bens dobram, triplicam de valor. Esse momento, também batizado com um nome real, foi chamado *le bon Henri IV* e o grande Richelieu.

Belo movimento! Que coração de homem não tomaria parte nele? Mas então por que deve interromper-se sempre para que tantos esforços, ainda não recompensados, se percam quase totalmente? As palavras *o pobre poupa, o camponês compra*, palavras simples que proferimos tão depressa, sabemos acaso o que encerram de trabalhos e sacrifícios, de mortais privações? O suor brota da fronte quando observamos detalhadamente os acidentes diversos, os êxitos e fracassos dessa luta obstinada, quando vemos o invencível empenho com que esse homem miserável pegou, largou e retomou a terra da França... Qual miserável naufrago que se agarra à praia mas que é sempre arrastado novamente pelas ondas; insiste de novo, dilacera-se mas não deixa de segurar o rochedo com suas mãos em sangue.

O movimento, devo dizê-lo, enfraqueceu ou parou por volta de 1650. Os nobres que haviam vendido acharam meios de reaver a preço vil. No momento em que nossos ministros italianos, um Mazarino, um Emeri^a, duplicavam as taxas, os nobres que enchiam a corte obtiveram facilmente isenções, de sorte que o duplo fardo veio cair diretamente nas costas dos pobres e dos fracos. Eles foram obrigados a vender ou a dar essa terra recém-adquirida para voltar a ser mercenários, rendeiros, mee-

(a) Michel Particelli, senhor de Emery, escolhido por Mazarino para gerente das finanças em 1643.

ros, diaristas. Com que incríveis esforços puderam eles, em meio às guerras e bancarrotas do Grande Rei, do Regente, conservar ou retomar as terras que, como vimos mais atrás, estavam em suas mãos no século XVIII, é o que não se pode explicar.

Peço e suplico àqueles que fazem nossas leis ou as aplicam que leiam cuidadosamente a funesta reação de Mazarino e de Luís XIV nas páginas cheias de indignação e dor em que um grande cidadão a consignou, Pesant de Boisguillebert¹. Possa essa história adverti-los num momento em que diversas influências trabalham invejosamente para paralisar a obra capital da França: a aquisição da terra pelo trabalhador.

Nossos magistrados, principalmente, devem informar-se disso, armar sua consciência; a astúcia os ronda. Os grandes proprietários, arrancados de sua apatia natural pelos homens da lei, vêm se lançando em milhares de processos injustos. Criou-se contra as comunas, contra os pequenos proprietários, uma especialidade de advogados antiquários que trabalhavam todos juntos para falsear a história e ludibriar a justiça. Sabem que raramente os juízes terão tempo para examinar essas obras de mentira. Sabem que aqueles que atacam quase nunca têm seus títulos em ordem. As comunas, sobretudo, conservaram-nos mal ou nunca os tiveram; por quê? Justamente porque seu direito é muitas vezes bastante antigo, e de uma época em que se confiava na tradição.

1. Grande cidadão, escritor eloquente, espírito positivo que não devemos confundir com os utopistas da época. Erroneamente lhe atribuíram a idéia do *dízimo real*. O que existirá de mais corajoso que o início de seu *Factum*, e, ao mesmo tempo, o que haverá de mais doloroso? É o profundo suspiro de agonia da França. Boisguillebert publicou-o em março de 1707, quando Vauban acabava de ser condenado (em fevereiro) por um livro muito menos ousado. Por que esse homem heróico ainda não tem sua estátua em Rouen, que o recebeu em triunfo quando retornou do exílio?... (Reimpresso recentemente na Coleção dos Economistas.)

Especialmente nas regiões de fronteira¹, os direitos das pessoas pobres são sagrados, pois sem eles ninguém teria habitado essas divisas tão perigosas; a terra teria ficado deserta, sem povo e sem cultura. E hoje, numa época de paz e segurança, vindes disputar a terra com aqueles sem os quais a terra não existiria! Pedis que apresentem suas escrituras; elas desapareceram; são os ossos dos ancestrais deles que guardaram vossa fronteira e que ainda ocupam sua linha sagrada.

Existe na França mais de uma região em que o cultivador tem sobre a terra um direito que certamente é o primeiro de todos, o de tê-la feito. Não falo figuradamente. Vede essas rochas crestadas, esses áridos picos do Midi; lá, pergunto-vos, onde estaria a terra sem o homem? Lá, a propriedade está toda no proprietário. Está nos braços infatigáveis que quebram a pedra diariamente e que misturam esse pó a um pouco de húmus. Está na forte coluna do vinhateiro que, da costa, sobe refazendo sempre seu campo, que desmorona sempre. Está na docilidade, no ardor paciente da mulher e da criança que empurram o arado com o burro... Cena penosa de se ver... A própria natureza se compadece. Entre rocha e rocha, se agarra a pequena vinha. O castanheiro, sem terra, mantém-se envolvendo a pura pedra com suas raízes, sóbrio e corajoso vegetal; parece viver do ar, e, como seu senhor, produzir em jejum².

1. Acrescente-se que, na Idade Média, na divisão de tantas províncias, senhorias, feudos, que formam como que outros tantos Estados, *a fronteira está em toda parte*. Mesmo em tempos mais recentes a fronteira inglesa estava no centro da França, no Poitou até o século XIII, em Limousin até o século XIV, etc.

2. Senti tudo isso quando, em maio de 1844, indo de Nîmes ao Puy, eu atravessava o Ardèche, essa região tão áspera onde o homem criou tudo. A natureza a fizera medonha; graças ao homem, tornou-se encantadora; encantadora em maio, e, mesmo então, um pouco severa, mas com um encanto moral tanto mais comovente. Ali, não se pode dizer que o senhor tenha dado a terra ao aldeão; não havia terra. Assim, meu coração se confrangeu ao vislumbrar ainda,

Sim, o homem faz a terra; podemos dizer isso até das regiões menos pobres. E não o esqueçamos nunca, se quisermos compreender como ele a ama, e com que paixão. Lembremos que, por séculos, gerações lançaram nela o suor dos vivos, os ossos dos mortos, suas economias, seu alimento... Essa terra, onde o homem por tanto tempo depositou o melhor do homem, sua seiva e sua substância, seu esforço, sua virtude, ele bem sente que é uma terra humana, e ama-a como a uma pessoa.

Ama-a; para adquiri-la aceita tudo, mesmo não vê-la mais; emigra, afasta-se se for preciso, amparado por esse pensamento e essa recordação. Em que julgais que pensa, à vossa porta, sentado numa pedra, o empregado saboiano? Pensa no pequeno campo de centeio, na magra pastagem que na volta comprará, em sua montanha. Serão precisos dez anos! Não importa ¹... O alsaciano, para ter a terra em sete anos, vende sua vida, vai morrer na África ². Para adquirir alguns pés de vinha, a mulher da Borgonha arranca o seio da boca do filho e põe em seu lugar um bebê estranho, desmama o seu ainda pequenino; “Viverás”, diz o pai, “ou morrerás, meu filho; mas se viveres terás terra!”

Não será isso coisa bem dura de dizer, e quase ímpia?...

nas alturas, essas temíveis torres escurecidas que por tanto tempo cobraram tributo de um povo tão pobre, tão cheio de méritos, que nada deve a ninguém, senão a si mesmo. Meus monumentos, os que repousavam meus olhos, estavam no vale, eram as humildes casas de pedra seca, de cascalhos empilhados, onde mora o camponês. Essas casas são muito sérias, tristes mesmo, com sua pequena horta mal aguada, indigente e magra; mas as arcadas que as sustentam, a escada de grandes degraus, o vasto patamar sob as arcadas lhes dão muito estilo. Era a época da grande colheita; nesse belo momento do ano, trabalhava-se a seda, a pobre região parecia rica; cada casa, sob a escura arcada, mostrava uma jovem dobadeira que, pedalando a dobadeira, sorria com belos e alvos dentes e fiava ouro.

1. Léon Faucher, “La colonie des Savoyards à Paris”, *Revue des deux mondes*, novembro de 1834, IV, 343.

2. Ver mais à frente, p. 28, nota 1.

Reflitamos antes de decidir. “Terás terra”, isto é: “Não serás um mercenário que se emprega hoje e se despede amanhã; não serás servo em troca do pão de cada dia, serás livre!...” Livre! Grande palavra, que com efeito contém toda a dignidade humana; não há virtude sem liberdade.

Os poetas falaram com frequência das atrações da água, dessas perigosas fascinações que atraem o pescador incauto. Talvez mais perigosa ainda seja a atração da terra. Grande ou pequena, ela tem isto de estranho, e que atrai: a terra está sempre incompleta. Solicita sempre *expansão*. Falta pouca coisa, uma quarta apenas, ou menos ainda, aquele cantinho... Eis a tentação: expandir, comprar, pedir emprestado. “Junta se puderes, não peças emprestado”, diz a razão. Mas isso demora muito, a paixão diz: “Toma empréstimo!” O proprietário, homem timorato, não se dispõe a emprestar; embora o camponês lhe mostre uma terra limpa, e que até então estava desimpedida, ele receia que do chão brotem (pois assim são nossas leis) uma mulher, um pupilo, cujos direitos superiores prevaleçam sobre o valor do penhor. Por isso não ousa emprestar. Quem emprestará? O usurário local ou o homem da lei, que tem todos os papéis do camponês, conhece seus negócios melhor que ele, sabe não estar arriscando nada e que gostaria, por amizade, de emprestar-lhe? Não, será levado a tomar emprestado a oito, a dez por cento!

Pegará esse dinheiro funesto? Raramente a esposa concorda. O avô, se consultado, não o aconselharia. Seus ancestrais, nossos velhos camponeses da França, seguramente não o teriam feito. Raça humilde e paciente, só contavam com suas economias pessoais, com o centavo poupado à alimentação, com a moedinha que às vezes economizavam ao retornar do mercado e que na mesma noite ia dormir (como ainda hoje) em companhia de suas irmãs no fundo de um pote enterrado no porão.

O homem de hoje já não é mais aquele; tem ânimo mais forte, foi soldado. As grandes coisas que fez neste século habituaram-no a crer sem dificuldade no impossível. Esta aquisição da terra, para ele, é um combate; avança para ela como que marchando, e não recua. É sua batalha de Austerlitz; irá vencê-la, muitos males sobrevirão, ele o sabe; presenciou muitos outros *no Ancien Régime*.

Se combateu corajosamente quando só o que havia a ganhar eram balas, acreditaís que se comportará como um fraco agora, nesse combate contra a terra? Acompanhai-o ao nascer do sol, encontrareis vosso homem no trabalho, ele, os seus, a mulher que acaba de dar à luz, que se arrasta pela terra úmida. Ao meio-dia, quando as pedras estalam e o plantador deixa seu escravo descansar, o escravo voluntário não descansa... Vede sua comida e comparai-a à do operário; este come melhor todos os dias que o camponês no domingo.

Esse homem heróico acreditou, pela grandeza de sua vontade, tudo poder, até mesmo suprimir o tempo. Mas aqui não é como na guerra; o tempo não se suprime; o tempo pesa, a luta prossegue entre a usura que o tempo acumula e a força que o homem vai perdendo. A terra lhe dá dois, a usura exige oito, isto é, a usura combate contra ele como quatro homens contra um. Os juros de um ano arrebatam quatro anos de trabalho.

É de espantar que esse francês de nossos dias, outrora tão risonho, tão dado às canções, já não ria mais? É de espantar que, encontrando-o sobre essa terra que o devora, ele vos pareça tão sombrio...? Vós passais, vós o saudais cordialmente; ele não vos quer ver, enterra o chapéu na cabeça. Não lhe pergunteis o caminho; se ele responde, é bem capaz que vos indique a direção contrária.

Assim o camponês se isola, se amargura mais e mais. Tem o coração excessivamente fechado para abri-lo a

um sentimento qualquer de boa-vontade. Ele odeia o rico, odeia o vizinho, odeia o mundo. Sozinho, nesta propriedade miserável, como em uma ilha deserta, ele se torna um selvagem. Sua insociabilidade, nascida do sentimento da própria miséria, torna-a irremediável; ela o impede de aproximar-se daqueles que deveriam ser seus auxiliares e amigos naturais¹, os outros camponeses; preferiria morrer a dar um passo em sua direção. Por outro lado, o morador da cidade evita se aproximar desse homem selvagem; quase o teme: "O camponês é mau, colérico, ele é capaz de tudo... Não é seguro ser seu vizinho." E, assim, as pessoas prósperas se afastam cada vez mais; passam algum tempo no campo, mas não residem nele de forma definitiva: sua casa é na cidade. Deixam o campo livre para o banqueiro local, o homem da lei, confessor secreto de todos e que ganha em cima de todos. "Não quero mais negócios com aquela gente", diz o proprietário; "o notário cuidará de tudo, tratarei com ele; avaliará comigo o arrendamento e o distribuirá como quiser." O notário, em vários lugares, torna-se assim o único arrendador de terras, o único intermediário entre o proprietário rico e o lavrador. Grande infelicidade para o camponês. Para fugir à servidão do proprietário, que em geral sabia esperar e se contentar por muito tempo com palavras, ele tomou como senhor o homem da lei, o homem do dinheiro, que só se preocupa com prazos de vencimento.

A animosidade do proprietário não deixa de se justificar junto a ele pelos piedosos personagens que sua mulher recebe. O materialismo do camponês é o refrão ordinário de suas lamentações: "Idade ímpia", dizem,

1. Mais adiante tratarei da associação. Quanto às vantagens e inconvenientes econômicos da pequena propriedade, estranhos ao tema que desenvolvo, ver Gasparin, Passy, Dureau Delamalle, etc.

“raça materialista! Só amam a terra, é só essa a religião dessa gente! Adoram apenas o esterco de seus campos!...” Infelizes fariseus! Se essa terra fosse apenas terra, não a adquiririam a preços tão insensatos e ela não lhes acarretaria esses desvãos, essas ilusões. Vós, homens de espírito e nada materialistas, não saberíeis lidar com a terra; calculais em cerca de um franco o que esse campo dá em trigo ou vinho. Mas ele, o camponês, acrescenta a isso um preço infinito de imaginação; é o camponês que, aqui, concede demais ao espírito, ele é que é o poeta... Nessa terra suja, ínfima, obscura, vê distintamente reluzir o ouro da liberdade. A liberdade, para quem conhece os vícios obrigatórios da escravidão, é a *virtude possível*. Uma família que de mercenária se torna proprietária passa a respeitar-se, eleva-se em sua estima própria, muda: colhe de sua terra uma safra de virtudes. A sobriedade do pai, a economia da mãe, o trabalho corajoso do filho, a castidade da filha, todos esses frutos da liberdade serão, pergunto eu, bens materiais, tesouros que se podem adquirir por algum preço ¹?

Homens do passado, que vos dizeis homens da fé, se o fôsseis verdadeiramente reconheceríeis como fé aquela que, em nossos tempos, pelos braços deste povo, defendeu a liberdade do mundo contra o próprio mundo. Não estejais sempre a falar em cavalaria, peço-vos. Foi uma cavalaria e a mais ativa, que formaram nossos camponeses-soldados... Diz-se que a Revolução suprimiu a

1. O camponês não está liberado. Eis que, depois do padre, vem caluniá-lo o artista, o artista neocatólico, raça impotente de choramingas da Idade Média, que só sabe derramar lágrimas e copiar... Derramar lágrimas pelas pedras, pois, quanto aos homens, que morram de fome se quiserem. Como se o mérito dessas pedras não estivesse no fato de lembrarem o homem e de trazerem-lhe a marca. Para essa gente, o camponês não passa de um demolidor. Cada parede velha que ele põe abaixo, cada pedra que seu arado desloca, era uma ruína incomparável.

nobreza; mas é precisamente o contrário, ela criou trinta e quatro milhões de nobres... Um emigrado invocava a glória de seus ancestrais; um camponês que ganhara batalhas respondeu: “Eu sou um ancestral!”

Esse povo é nobre depois de todas essas grandes coisas; a Europa continuou plebéia. Mas é preciso que defendamos seriamente essa nobreza, pois ela corre perigo. O camponês, tornando-se escravo do usurário, não será apenas miserável, ele perderá a coragem. Um devedor triste, inquieto, trêmulo, receoso de enfrentar seu credor, um devedor que se esconde poderá conservar alguma coragem? Que sucederá a uma raça assim criada, sob o terror dos judeus, e cujas emoções seriam as do constrangimento, da penhora, da expropriação?

As leis têm de mudar; o direito deve curvar-se a esse alto imperativo político e ético.

Se fôsseis alemães ou italianos eu vos diria: “Consultai os juristas; só o que tendes a fazer é observar as normas da equidade civil.” Mas sois a França; não sois uma nação simplesmente, sois um princípio, um grande princípio político. Cumpre defendê-lo a qualquer custo. Como princípio, ele vos faz viver. Vivei pela salvação do mundo!

Em segundo plano na indústria, sois os primeiros na Europa por essa vasta e profunda legião de camponeses proprietários soldados, a base mais forte que alguma nação já teve depois do Império Romano. Graças a isso a França é temível ao mundo, e útil também; e portanto o mundo a olha com medo e esperança. Pois qual será o exército do futuro quando chegarem os bárbaros?

Uma coisa tranquiliza nossos inimigos: é que essa grande França muda, submissa, vem sendo há muito do-

(a) O termo “judeu” é tomado em seu sentido mais comum, tal como Tausenel o define no panfleto: *Les juifs, rois de l'époque*, lido por Michelet em 15 de agosto de 1845: “Previno o leitor de que essa palavra é aqui empregada, em geral, na sua acepção popular de judeu, banqueiro, agiota.”

minada por uma pequena França, ruidosa e inquieta. Nenhum governo, desde a Revolução, preocupou-se com a agricultura. A indústria, irmã mais nova da agricultura, fez esquecer a primogênita. A Restauração favoreceu a propriedade, mas só a grande propriedade. O próprio Napoleão, tão querido dos camponeses que tão bem compreendia, começou por suprimir o imposto de renda que atingia o capitalista e aliviava a terra; anulou as leis de hipoteca que a Revolução criara para aproximar o dinheiro do lavrador^a.

Hoje, o capitalista e o industrial governam sozinhos. A agricultura, que fornece mais da metade de nossas receitas, só obtém em nossas despesas oito por cento! A teoria não a trata melhor do que a administração; preocupa-se sobretudo com a indústria e com os industriais. Muitos economistas dizem *trabalhador* por *operário*, esquecendo-se de apenas vinte e quatro milhões de trabalhadores agrícolas.

No entanto, o camponês constitui não só a parcela mais numerosa da nação como também a mais forte, a mais sadia, e, se pesarmos bem o físico e o moral, ela é a melhor, no total¹. Padecendo do enfraquecimento das crenças que outrora o amparavam, abandonado à própria sorte, entre a antiga fé que já não tem e a luz moderna que não lhe dão, guarda como sustentáculo o sentimento nacional, a grande tradição militar, algo da honra do soldado. É interesseiro, duro nos negócios, sem dúvida; que alegar contra isso quando se sabe o que ele padece?... Tal como é, e por mais que possamos às vezes recriminá-lo, comparai-o na vida quotidiana, eu vos peço, a vossos mercadores que mentem o tempo todo, e à turba das manufaturas.

(a) As leis de hipoteca de 9 Messidor, ano III, e do 11 Brumário, ano VII, retiradas do Código Civil.

1. A população urbana (1/5 da nação) fornece 2/5 de infratores.

Homem da terra e vivendo na terra, parece feito à sua imagem. Como a terra, ele é ávido; a terra nunca diz: basta. É obstinado, tal como a terra é firme e persistente; é paciente como a terra, e, a seu exemplo, não menos indestrutível que ela; tudo passa e ele permanece... E chamais a isso defeitos? Ora, se ele não os tivesse há muito tempo já não teríeis a França!

Quereis julgar nossos camponeses? Observai-os de volta do serviço militar. Vereis esses soldados terríveis, os primeiros do mundo, que, recém-chegados da África, da guerra dos leões, põem-se suavemente a trabalhar, entre a irmã e a mãe, retomando a existência paterna de economia e jejum, não mais fazendo guerra senão a si mesmos. Ireis vê-los sem queixas ou violências buscar, pelos meios mais honrosos, a realização da obra sagrada que constitui a força da França: o casamento do homem com a terra.

A França inteira, se tivesse o verdadeiro sentimento de sua missão, auxiliaria os que dão prosseguimento a essa obra. Que fatalidade faz com que, hoje, ela se paralise entre suas mãos¹!... Se a situação presente continuar, o camponês, em lugar de adquirir, venderá, como fez em meados do século XVII, e voltará a ser mercenário. Duzentos anos jogados fora!... E então não seria a queda de uma classe de homens, mas a queda da pátria.

Pagam mais de meio bilhão ao Estado anualmente! Um bilhão à usura! Isso é tudo? Não, a tributação indireta é talvez mais pesada, tributação que a indústria impõe ao camponês com seu proteccionismo aduaneiro, o qual,

1. Paralisa-se e até recua. O Sr. Hippolyte Passy assegura (*Mém. Acad. polit.*, II, 301) que, de 1815 a 1835, o número de proprietários, comparado ao do resto da população, *diminuiu* em 2,5%, ou seja, 1/40. Ele se baseia no recenseamento de 1815. Mas será esse recenseamento exato? Será mais sério do que o de 1826, do que os cálculos do movimento populacional no tempo do Império, etc.? V. Villermé, *Journal des économistes*, n.º 42, maio de 1845.

repelindo a importação de produtos estrangeiros, impede a exportação dos nacionais.

Esses homens, tão laboriosos, são os mais desnutridos. Nada de carne; nossos criadores (que no fundo não passam de industriais) impedem que o agricultor a coma ¹, *no interesse da agricultura*. O operário mais modesto come pão branco: mas aquele que lhe proporciona o trigo só o come preto. O camponês faz o vinho, e a cidade o bebe. O que estou dizendo! O mundo inteiro bebe alegria na taça da França, exceto o vinhateiro francês ².

A indústria de nossas cidades obteve recentemente um auxílio considerável, cujo peso recai sobre a terra, num momento em que a pequena indústria dos campos, o humilde trabalho da fiandeira, é morto pelo tear mecânico.

O camponês, perdendo uma a uma suas indústrias, hoje a do linho, amanhã talvez a da seda, sofre muito para preservar a terra; ela lhe escapa, levando consigo os anos de trabalho, a economia e o sacrifício investidos pelo camponês. Expropriam-no de sua própria vida. Se

1. E lhe vendem por preço exorbitante sua única vaca e seus bois de tiro. Os criadores dizem: Não há agricultores sem esterco, nem esterco sem gado. Estão certos, mas contra si mesmos. Não mudando nada e não melhorando nada (salvo no que diz respeito à produção de artigos de luxo e a algumas pequenas glórias), mantendo os preços altos para as qualidades inferiores, impedem todas as regiões pobres de adquirirem os pequenos rebanhos de que necessitam, de obterem o esterco que lhe é necessário; homem e terra, não podendo reparar suas forças, vão enlanguescendo de esgotamento.

2. Pelo cálculo de Paul-Louis Courier, um *arpent* de vinha proporcionava 150 francos ao plantador e 1300 ao fisco. Isso é exagero. Mas, em contra-partida, cumpre acrescentar que esse *arpent* está hoje muito mais endividado do que em 1820. — No entanto, não há profissão mais penosa, nem que faça mais jus a seu salário. Cruzai a Borgonha na primavera ou no outono; estareis atravessando quarenta léguas de uma terra revolvida, arada, podada, replantada, transplantada duas vezes por ano. Quanto trabalho!... E tudo para que em Bercy, em Rouen, esse produto, que custou tanto, seja falsificado e desonrado; uma arte infame calunias a natureza e o bom licor; o vinho é tão maltratado quanto o vinhateiro.

alguma coisa sobra, os especuladores carregam; ouve, com a credulidade da desgraça, todas as fábulas que lhe impingem; Argel produz açúcar e café; todo homem na América ganha dez francos por dia; é preciso cruzar o oceano; que importa? O alsaciano acredita, sob palavra, que o oceano não é mais largo do que o Reno ¹.

Antes de chegar a tanto, antes de abandonar a França, todos os recursos serão empregados. O filho se venderá ². A filha se tornará empregada doméstica. O menino se empregará na manufatura vizinha. A mulher será ama

1. Essas foram as próprias palavras de um alsaciano ditas a um amigo meu (setembro de 1845). Nossos alsacianos que emigram assim vendem o pouco que possuíam na hora da partida; o judeu já está lá, pronto para comprar. Os alemães tratam de lhes arrebatá-los os móveis. Viajam de carroça, como os bárbaros que emigraram para o Império Romano. Lembro-me de que um dia, na Suábia, dia muito quente e poeirento, deparei com uma dessas carroças de emigrantes, cheia de cofres, móveis, objetos empilhados. Atrás, uma carrocinha, ligada à grande, levava uma criança de dois anos, de rosto doce e amável. Ela ia chorando, sob os cuidados de uma irmãzinha que caminhava ao lado, e que não conseguia consolá-la. Como algumas mulheres recriminassem os pais por deixarem a criança atrás, o homem pediu à esposa que descesse e a pegasse. Pareceram-me ambos abatidos, quase insensíveis. Mortos de antemão pela miséria? Pela saudade? Chegariam a seu destino? Pouco provável. E a criança? A frágil carrocinha resistiria à longa jornada? Não ousei indagá-lo a mim mesmo... Só um membro da família me pareceu vivo, prometendo resistir: um rapazinho de catorze anos, que naquele instante freava a carroça numa descida. Aquele menino de cabelos escuros, de uma seriedade apaixonada, parecia repleto de força moral, de ardor; pelo menos assim o julguei. Sentia-se já como o chefe da família, sua providência, seu protetor. A verdadeira mãe era a irmã; ela desempenhava esse papel. O pequenino, chorando no berço, também tinha o seu papel, de forma alguma o menos importante: era a unidade da família, o liame entre irmão e irmã, seu bebê comum; no seu carrinho de vime carregava o lar e a pátria; caso vingasse, lá deveria ser sempre encontrada, mesmo num mundo desconhecido, a Suábia... Ah, quanta coisa essas crianças terão de fazer e sofrer! Observando o mais velho, seu bonito rosto sério. abençoei-o de coração e lhe devotei o que me foi possível.

2. Desprezam-se demais esses substitutos. O Sr Vivien, que, como membro de uma comissão da Câmara, fez pesquisas a respeito, informou-me que os motivos deles eram freqüentemente louváveis: ajudar a família, adquirir uma pequena propriedade, etc.

(a) Lembrança da viagem à Alemanha em 1842, inicialmente relatada no *Journal* de 28 de junho e 2 de julho.

de leite na casa do burguês¹ ou amamentará em casa o filho do pequeno comerciante, ou mesmo do operário.

O operário, por pouco que ganhe, é objeto de inveja para o camponês. Ele, que chama burguês ao fabricante, é um burguês para o homem do campo. Este o vê passear aos domingos trajado como um senhor. Preso à terra, acredita que um homem capaz de levar consigo sua profissão, de trabalhar sem se preocupar com estações, geadas ou granizo é livre como um pássaro. Não sabe e não quer se informar sobre as servidões do empregado de indústria. Julga-as com base no jovem operário itinerante que encontra nas estradas a fazer a sua *tour de France*, que, em cada parada, ganha para a estadia e a viagem, e, retomando o longo bastão da corporação e o pequeno alforje, dirige-se para outra cidade cantando canções.

II

SERVIDÕES DO OPERÁRIO DEPENDENTE DAS MÁQUINAS

“Como a cidade é brilhante! Como o campo é triste e pobre!” Eis o que ouvis dos camponeses quando vêm

ver a cidade nos dias de festa. Não sabem que, se o campo é *pobre*, a cidade, com todo o seu esplendor, é talvez mais *miserável*¹. Mas pouca gente faz tal distinção.

Observai, aos domingos, às portas da cidade, essas duas multidões que avançam em direções contrárias, o operário rumo ao campo, o camponês rumo à cidade. Entre esses dois movimentos, que parecem análogos, a diferença é grande. O do camponês não é um simples passeio; ele admira tudo na cidade, deseja tudo, aí permaneceria se pudesse.

Que ele pense bem. Ao campo, uma vez abandonado, não se volta mais. Os que vêm para trabalhar como criados e partilham a maior parte dos gozos dos patrões não querem de modo algum voltar à vida de abstinência. Os que se tornam operários das manufaturas gostariam de regressar aos campos, se pudessem; em pouco tempo estão enervados, incapazes de suportar os trabalhos pesados, as bruscas variações de tempo: o ar livre os mataria.

Se a cidade é tão absorvente, talvez não se devesse acusá-la tanto; ela afasta quanto pode o camponês com seus impostos terríveis, com a enorme carestia no preço de seus víveres. Assediada por essas massas, tenta assim expulsar o invasor. Mas nada o afasta; nenhuma condição é suficientemente dura. Ele entrará como criado, operário, simples ajudante das máquinas e ele próprio máquina. Recordemos as antigas populações itálicas que, no seu frenético desejo de entrar em Roma, vendiam-se como escravos para mais tarde se tornarem libertos, cidadãos.

vida mais folgada e sofrem infinitamente quando chega a hora de voltar à pobre vida de antes; muitas se fazem domésticas para não deixar a cidade, não voltam para o marido, a família se desfaz.

1. Distinção tão claramente estabelecida na obra do estimado (e saudosos!) Buret: *De la misère*, etc., 1840. Talvez tenha ele acolhido nessa obra, com demasiada facilidade, os exageros das pesquisas inglesas.

1. Que eu saiba, nenhum pintor de costumes, romancista, socialista, dignou-se falar-nos da ama de leite. Mas essa é uma história bem triste, que não conhecemos suficientemente. Não sabemos como essas pobres mulheres são exploradas e maltratadas, em primeiro lugar pelos veículos que as transportam (muitas vezes logo depois de darem à luz), depois pelos escritórios que as recebem. Contratadas como amas para trabalharem *no local*, precisam mandar o filhinho de volta, que, quase sempre morre. Não têm nenhum contrato formal com a família que as aluga, podem ser dispensadas ao primeiro capricho da mãe, da babá ou do médico. Se a mudança de clima e de vida seca seu leite, são despedidas sem indenização. Quando ficam, contraem os hábitos de uma

O camponês não se deixa assustar pelas queixas do operário, pelo quadro terrível que lhe pintam da situação dele. Ele, que ganha um ou dois francos, não entende: como alguém possa ser miserável com um salário de três, quatro ou cinco. “Mas e as oscilações do trabalho? O desemprego?” Que importa? Se economizava de suas minguadas diárias, muito mais economizará de um salário tão alto, para os maus tempos.

Mesmo pondo de parte a questão do ganho, a vida é mais suave na cidade. Geralmente se trabalha em recintos fechados; só isso — ter um teto sobre a cabeça — já parece uma grande melhoria. Sem falar do aquecimento, pois o frio em nossos climas é um sofrimento mesmo para aqueles que parecem mais habituados a ele. No que me diz respeito, passei muitos invernos sem fogo e nem por isso me tornei menos sensível ao frio. Quando a neve parava, experimentava uma felicidade à qual poucos gozos se comparam. Na primavera, era um encantamento. Essas mudanças de estação, tão indiferentes para os ricos, constituem a substância da vida do pobre, seus verdadeiros acontecimentos.

O camponês também ganha, ao entrar na cidade, sob o aspecto da alimentação; ela é, senão mais sadia, pelo menos mais saborosa. Não é raro vê-lo engordar nos primeiros tempos. Em compensação suas cores mudam, e não para melhor. É que perdeu, na mudança, algo muito vital e mesmo nutritivo, que por si só explica como os trabalhadores do campo continuam vigorosos consumindo alimentos tão pouco restauradores: o ar livre, o ar puro, incessantemente refrescado, renovado pelos perfumes vegetais. Não creio que o ar das cidades seja tão malsão quanto se diz; mas ele o é seguramente nas habitações miseráveis onde à noite se amontoam os operários pobres, entre mulheres e gatunos.

O camponês não contava com isso. Também não imagi-

nava que, ganhando mais dinheiro na cidade, perderia seu tesouro: a sobriedade, a economia, a avareza, destrinchando a palavra. É fácil economizar longe das tentações de gastar, quando um único prazer se apresenta, o de economizar. Mas como é difícil, quanta força de vontade, quanto autodomínio é necessário para segurar o dinheiro e fechar o bolso quando tudo pede que ele se abra! Acrescente-se que a caixa de poupança, que guarda um dinheiro invisível, não propicia de forma alguma as emoções do tesouro que o camponês enterra e desenterra com tanto prazer, mistério e medo; e não há tampouco o encanto de um belo pedaço de terra que se vê todos os dias, que se revolve todos os dias, e que se quer sempre expandir.

Certamente, o operário precisa de uma grande virtude para poupar. Se for dócil, bom menino, se se deixar levar pelos colegas, então mil despesas diferentes levarão tudo, a taberna, o café e o resto. Se for sério, honesto, casar-se-á em hora boa, quando o trabalho caminhar bem; a mulher ganha pouco, depois nada, quando tiver filhos; o homem, folgado nos tempos de solteiro, já não sabe como fazer face a essa despesa fixa, opressiva, que reaparece diariamente.

Existia outrora, além do pedágio para entrar, uma outra barreira que expulsava o camponês das cidades e o impedia de tornar-se operário: a dificuldade de ingressar numa profissão, a demora do aprendizado, o espírito de exclusão das confrarias e das corporações. As famílias industriais acolhiam poucos aprendizes, o mais das vezes seus filhos, que permutavam entre si. Hoje, novas profissões foram criadas; não exigem aprendizado e recebem qualquer um. O verdadeiro operário, nessas profissões, é a máquina; o homem não precisa de muita força, nem de habilidade; está lá apenas para supervisionar, para auxiliar esse operário de ferro.

Essa infeliz população sujeita às máquinas compreende quatrocentas mil almas, ou pouco mais ¹. É mais ou menos a décima quinta parte de nossos operários ^a. Todos os que nada sabem fazer vêm se oferecer às manufaturas para servir as máquinas. Quanto mais vêm, mais o salário baixa, mais se tornam miseráveis. Por outro

1. Os que ampliam essa cifra ^a consideram os operários ocupados, é verdade, nas manufaturas que utilizam máquinas, mas de forma alguma sujeitos às máquinas. Estes são e serão sempre uma exceção. — É de temer a extensão do *maquinismo* (para designar esse sistema com uma palavra)? Deverá a máquina dominar tudo? Sob esse aspecto, tornar-se-á a França uma Inglaterra? — A essas graves perguntas, respondo sem hesitar: Não. Não se deve avaliar a extensão desse sistema pela época da grande guerra européia, quando foi superestimado por prêmios monstruosos que o comércio comum não oferece. Eminentemente propício a baixar o preço dos objetos que devem chegar a todas as classes, respondeu a uma necessidade gigantesca das classes inferiores, que, num momento de rápida ascensão, quiseram ter logo o confortável, mesmo o brilhante, mas se contentaram com o brilhante mediocre, freqüentemente vulgar, e, como se diz, *de fábrica*. Embora, graças a um esforço admirável, a manufatura tenha chegado a produzir artigos inesperadamente bonitos, esses artigos, fabricados em quantidade e por meios uniformes, estão irremediavelmente marcados com um caráter monótono. O progresso do gosto torna sensível essa monotonia e por vezes a faz aborrecida. Uma obra irregular das artes não mecânicas encanta o olhar e o espírito muito mais do que essas irrepreensíveis obras-primas industriais que tão tristemente lembram, pela ausência de vida, seu pai, o metal, e sua mãe, o vapor.

Acresce que todo homem, hoje, não quer mais ser *uma classe*, mas *um homem*, isto é, ele mesmo; em conseqüência, deve com freqüência fazer menos caso dos produtos fabricados *por classes*, sem uma individualidade que responda à sua. O mundo avança nesse caminho; cada qual aspira, compreendendo melhor o geral, a caracterizar sua *individualidade*. É bem verossímil que, com as coisas todas iguais em toda parte, se acabem preferindo, aos produtos uniformes das máquinas, os artigos sempre variados que trazem a marca da personalidade humana e, para chegar ao homem e mudar, como mudam, partem imediatamente do homem. — Já está o verdadeiro futuro da França industrial, mais do que na fabricação mecânica, em que ela permanece inferior. — No resto, os dois sistemas se amparam mutuamente. Quanto mais as necessidades primárias forem satisfeitas a baixo preço pelas máquinas, mais o gosto se elevará acima dos produtos do maquinismo e buscará as obras de uma arte completamente pessoal.

(a) Michelet considera os autores das estatísticas oficiais, que contavam, em 1846, 1.000.000 a 1.300.000 operários de fábrica sobre um total de 6.000.000 de operários.

lado, a mercadoria, fabricada a preço vil, fica ao alcance dos pobres, de sorte que a miséria do operário-máquina diminui um pouco a dos operários e camponeses, muito provavelmente sessenta e duas vezes mais numerosos.

Foi o que vimos em 1842. As fiações agonizavam. Estavam sufocadas. As lojas morriam, nenhum escoamento. O fabricante aterrorizado não ousava nem trabalhar nem folgar suas máquinas devoradoras; a usura não folga; esta-belecia meias-jornadas e atulhava depósitos atulhados. Os preços baixavam em vão; mais baixas, até que o algodão caiu para seis soldos... Então aconteceu algo inesperado. Essa expressão, *seis soldos*, foi um despertador. Milhões de compradores, de pobres que nunca compravam, puseram-se em movimento. Viu-se então que imenso e poderoso consumidor é o povo, quando intervém. As lojas se esvaziaram de repente. As máquinas voltaram a trabalhar com fúria; as chaminés fumegaram... Houve assim uma revolução na França, pouco notada, mas grande; revolução na higiene, embelezamento súbito da casa do pobre; roupas pessoais, roupas de cama, de mesa, cortinas: classes inteiras as possuíam, classes que nunca as tiveram desde a origem do mundo.

Não é necessário outro exemplo para compreender: a máquina, que parece uma força totalmente aristocrática pela centralização dos capitais que supõe, não deixa de ser, pelos baixos preços e pela vulgarização dos produtos, um poderosíssimo agente do progresso democrático; coloca ao alcance dos mais pobres uma multidão de objetos úteis, mesmo de luxo e de arte. A lã, graças a Deus, por toda parte desceu até o povo e o está aquecendo. A seda começa a enfeitá-lo. Mas a grande e capital revolução aconteceu com a chita. Foi necessário o esforço combinado da ciência e da arte para forçar um tecido rebelde, ingrato, o algodão, a sofrer dia a dia transformações brilhantes para depois, assim transformado, di-

fundir-se e ser posto ao alcance do pobre. Toda mulher tinha outrora um vestido azul ou preto, que guardava dez anos sem lavar, receando que se fizesse em farrapos. Hoje seu marido, operário pobre, ao preço de uma diária de trabalho, cobre-a com uma roupa de flores. Toda essa multidão de mulheres que passeia ostentando milhares de cores deslumbrantes trajava-se outrora de luto.

Essas mudanças, que parecem insignificantes, têm um imenso alcance. Não se trata de simples melhorias materiais, mas de um progresso do povo no exterior e na aparência, pelos quais os homens se julgam entre si; é, por assim dizer, a *igualdade visível*. Graças a isso, ele se eleva a idéias novas que, de outra forma, não alcançaria; a moda e o gosto são para ele uma iniciação à arte. Acresce, o que é ainda mais importante, que a roupa se impõe àquele que a veste; este quer ser digno dela e esforça-se para corresponder-lhe pela atitude moral.

Mas na verdade esse progresso de todos, a evidente vantagem das massas, não é suficiente para nos fazer aceitar a dura condição que custa: a condição de haver, em meio a um povo de homens, um miserável grupo de homens-máquina que vivem pela metade, produzindo coisas maravilhosas sem que eles próprios se reproduzam, só engendrando para a morte e só se perpetuando pela absorção incessante de outras populações que aí se perdem para sempre.

Ter nas máquinas criado criadores, poderosos operários que prosseguem invariavelmente a obra que certa vez lhes foi imposta, certamente que é uma grande tentação do orgulho. Mas, ao lado disso, que humilhação é ver o homem caído tão baixo diante da máquina!... A cabeça dá voltas e o coração se confrange quando, pela primeira vez, percorremos essas casas enfeitadas, onde o ferro e o cobre resplandecentes, polidos, parecem funcionar sozinhos, pensar, querer, enquanto o homem dé-

bil e pálido faz as vezes de humilde servidor desses gigantes de aço. “Observa”, dizia-me um fabricante, “esta engenhosa e poderosa máquina que apanha esses retalhos horrorosos e os faz passar, sem se enganar nunca, por transformações complicadíssimas, até devolvê-los sob forma de tecidos tão belos quanto as mais belas sedas de Verona!” Admirei-a tristemente; não me era possível deixar de ver, ao mesmo tempo, aqueles lastimáveis rostos de homens, aquelas jovens gastas, aquelas crianças deformadas ou inchadas.

Muitas pessoas sensíveis, para evitar a dor da compaixão, calam-na dizendo bem rápido que essa população só tem uma aparência tão triste por ser má, viciada, fundamentalmente corrompida. Julgam-na geralmente no momento em que ela é mais chocante de se ver, pelo aspecto que apresenta à saída da fábrica, quando o toque do sinal a lança de repente à rua. Essa saída é sempre ruidosa. Os homens falam em voz alta, como se estivessem brigando; as mulheres se chamam com vozes estridentes ou rouquenhias; as crianças brigam e jogam pedras, agitam-se com violência. Não é um espetáculo bonito de se ver; o passante se desvia; a dama sente medo, imagina que é uma rebelião e toma por outra rua.

Não nos desviemos. Entremos na fábrica quando ela está em pleno funcionamento^(a), para compreendermos que o silêncio, o cativo de longas horas exigem, à saída, para o restabelecimento do equilíbrio vital, o barulho, a gritaria, o movimento. Isso é verdadeiro sobretudo para as grandes oficinas de fiação e tecelagem, verdadeiros infernos de tédio. *Sempre, sempre, sempre*, é a palavra invariável que faz soar aos ouvidos o rolamento automático que faz tremer o assoalho. Habituar-se a isso

(a) Michelet “entrou” pessoalmente nas manufaturas. Leia-se, por exemplo, no *Journal* de 27 de agosto de 1842, o relato da visita a uma fiação em Sotteville.

é impossível. Ao cabo de vinte anos, o aborrecimento, o aturdimento e a fadiga são os mesmos do primeiro dia. O coração baterá ali? Muito pouco, sua ação está como que suspensa; durante essas longas horas, parece que um outro coração, comum a todos, toma o lugar, coração metálico, indiferente, impiedoso; e parece que esse barulho, ensurdecedor em sua regularidade, é sua pulsação.

O trabalho solitário do tecelão era bem menos penoso. Por quê? Porque lhe permitia sonhar. A máquina não permite nenhuma divagação, nenhuma distração. Se se quer por um momento diminuir-lhe a marcha para apressá-la mais tarde, não é possível; o infatigável carro de cem agulhas, assim que recua, volta a atacar. O tecelão manual tece rápida ou lentamente, conforme respire lenta ou rapidamente; age como vive; o ofício se conforma ao homem. Aqui, ao contrário, é preciso que o homem se conforme ao ofício, que o ser de carne e sangue, em que a vida varia conforme as horas, sofra a invariabilidade desse ser de aço.

Nos trabalhos manuais que seguem nosso impulso, o pensamento íntimo identifica-se ao trabalho, assume-lhe a gradação; o instrumento inerte a que se imprime movimento, longe de constituir obstáculo ao movimento espiritual, torna-se seu ajudante e companheiro. Os tecelões místicos da Idade Média ficaram célebres pelo nome de *lollards* porque, de fato, trabalhando, eles cantavam (*lollaient*), à meia voz, ou pelo menos em espírito, alguma cantiga de ninar. O ritmo da lançadeira, lançada e recolhida em tempo igual, associava-se ao ritmo do coração; e à noite não era raro que junto com o pano se tivesse tecido, em número igual, um hino, uma cantilena ^a.

(a) Sobre o lirismo desses tecelões das Flandres, ver *Histoire de France*, livro X, cap. 1: "Filipe, o Bom, Guerra de Flandres": "Esses operários eram chamados *beghards* (os que suplicam) ou *lollards*, devido às suas piedosas canti-

Assim, que mudança para quem se via forçado a deixar o trabalho doméstico e entrar na manufatura! Deixar o pobre *lar*, os móveis carcomidos da família, tantos velhos objetos queridos, isso é duro, mais duro ainda do que renunciar à livre posse da alma. As vastas oficinas inteiramente brancas, inteiramente novas, inundadas de luz, ferem o olho habituado às sombras de um cômodo escuro. Aqui não há nenhuma obscuridade onde o pensamento possa mergulhar, nenhum ângulo sombrio onde a imaginação possa guardar seu sonho; nenhuma ilusão é possível sob tal luminosidade, que sem cessar chama a atenção para a dura realidade. Não nos espantemos ao saber que nossos tecelões de Rouen¹, nossos tecelões franceses de Londres, resistiram a essa necessidade com toda a sua coragem, sua estóica paciência, preferindo antes jejuar e morrer, mas morrer em casa. Por muito tempo foram vistos lutando com fracos braços de homem, braços mirrados pela fome, contra a fecundidade brilhante, impiedosa, desses terríveis Briareus da indústria, os quais, noite e dia, impulsionados pelo vapor, trabalham com mil braços ao mesmo tempo; a cada aperfeiçoamento da máquina, seu infortunado rival aumentava o trabalho e diminuía a comida. Nossa colônia de tecelões de Londres extinguiu-se assim pouco a pouco. Pobre gente, tão honesta, de vida tão resignada e inocente, para quem a indigência e a fome nunca foram uma tentação! Em sua miserável Spitafield ^a, cultivavam flores com inteligência; Londres gostava de visitá-los.

gas, seus cantos monótonos como os da mulher que embala uma criança. O pobre recluso se sentia sempre pequeno, sempre criança, e entoava uma cantiga de ninar para adormecer a vontade inquieta e gemente aos pés de Deus."

1. O testamento dos tecelões de Rouen e o notável livrinho escrito por um deles, Noiret, *Mémoires d'un ouvrier rouennais*, 1836. Ele declara que já não se aceitavam aprendizes.

(a) Nesse arrabalde de Londres, nas imediações de White Chapel, huguenotes franceses haviam encontrado refúgio e instalado oficinas de tecelagem.

Falei há pouco dos tecelões de Flandres na Idade Média, os *lollards* ou *beghards*, como lhes chamavam. A Igreja, que freqüentemente os perseguia como hereges, só podia acusar esses sonhadores de uma coisa: o amor; o amor exaltado e sutil pelo invisível amante, Deus; às vezes também o amor vulgar, nas formas que assume nos centros populosos da indústria, vulgar e no entanto místico, doutrinando uma comunidade mais que fraterna destinada a estabelecer um paraíso sensual neste mundo.

Essa tendência à sensualidade é a mesma entre os homens de hoje, que já não têm, aliás, para se elevar, o devaneio poético. Um puritano inglês, que recentemente pintou um quadro delicioso da felicidade que goza o operário das manufaturas, confessa que ali *a carne se aquece muito* e se revolta. E isso não apenas devido à proximidade dos sexos, à temperatura, etc. Existe uma causa moral. É justamente por ser a manufatura um mundo de ferro, onde o homem percebe por toda parte a dureza e o frio do metal, que ele se aproxima mais da mulher em seus momentos de liberdade. A oficina mecânica é o reino da necessidade, da fatalidade. Tudo o que existe ali de vivo é a severidade do supervisor; pune-se com freqüência, nunca se recompensa. O homem sente-se tão pouco homem que, ao sair, precisa procurar avidamente a mais viva exaltação das faculdades humanas, a que concentra o sentimento de uma imensa liberdade no curto instante de um bom sonho. Essa exaltação é a embriaguez, sobretudo a do amor.

Infelizmente, o tédio, a monotonia da qual esses cativos sentem a necessidade de escapar, tornam-nos, naquilo que sua vida tem de livre, incapazes de estabilidade, amigos da mudança. O amor, mudando sempre de objeto, já não é amor, é apenas devassidão. O remédio é pior que o mal; enervados pela escravidão do trabalho, enervam-se mais ainda pelo abuso da liberdade.

Fraqueza física, impotência moral. O sentimento de impotência é uma das grandes misérias dessa condição. Esse homem, tão fraco diante da máquina, seguindo-a em todos os seus movimentos, depende do dono da manufatura, depende mais ainda de mil causas desconhecidas que de um momento para outro podem provocar a falta de trabalho e subtrair-lhe o pão. Os antigos tecelões, que entretanto não eram, como os de hoje, servos da máquina, confessavam humildemente essa impotência e a ensinavam, era a sua teologia: "Deus tudo pode, o homem nada." O verdadeiro nome dessa classe foi o primeiro que a Itália lhes deu na Idade Média: *Humiliati*¹.

Os nossos não se resignam com tanta facilidade. Egressos das raças militares, esforçam-se incansavelmente para se manterem homens. Procuram tanto quanto podem uma falsa energia no vinho. E é preciso muito para ficar embriagado? Observai na própria taberna, se puderdes superar o desgosto: vereis que um homem em estado normal, bebendo vinho não adulterado, beberia muito mais, sem inconveniente. Mas para aquele que não bebe vinho todos os dias, que sai enervado, fatigado pela atmosfera da oficina, que apenas bebe, com o nome de vinho, uma miserável mistura alcoólica, a embriaguez é infalível.

1. Várias vezes, em meus cursos e livros (sobretudo no tomo V de *Histoire de France*), esbocei a história da indústria. Entretanto, para compreendê-la seria preciso remontar bastante no tempo e não encará-la, como se costuma fazer, sob o aspecto dessas grandes e poderosas corporações que dominam a própria cidade. Seria necessário tomar antes de mais nada o trabalhador em sua origem humilde, desprezado como foi a princípio, quando o primitivo habitante da cidade, proprietário dos arrabaldes, e o próprio comerciante que ali mantinha mercados, campainha e justiça, juntaram-se para menosprezar o operário, o *unha azul*, como o chamavam; quando o burguês só o recebia fora da cidade, à sombra das muralhas, entre dois bastiões (*pfahlburg*); quando era proibido fazer-lhe justiça se não podia pagar o imposto; quando lhe fixavam com uma arbitrariedade bizarra o preço pelo qual podia vender, tanto para os ricos, tanto para os pobres, etc.

Extrema dependência física, exigências da vida instintiva que se transformam também em dependência, impotência moral e vazio de espírito, eis as causas de seus vícios. Não a procureis tanto, como se faz hoje, nas causas exteriores, por exemplo, no inconveniente que apresenta a reunião de muitas pessoas num mesmo lugar: como se a natureza humana fosse tão má que, para se deteriorar totalmente, bastasse reunir-se. E nossos filantropos, com base nessa idéia tão bonita, esforçam-se para isolar os homens, para emparedá-los se possível; acreditam só poder preservar ou curar o homem moral construindo-lhe sepulcros.

Essa multidão não é má em si. Suas desordens derivam em grande parte de sua condição, de sua sujeição à ordem mecânica que, para corpos vivos, é ela própria uma desordem, uma morte, e que por isso provoca, nos raros momentos de liberdade, violentos retornos à vida. Se há algo que se pareça com a fatalidade, é exatamente isso. Como essa fatalidade pesa duramente, quase inevitavelmente, sobre a criança e a mulher! Esta, que lamentamos menos, talvez seja a mais digna de ser lamentada; está sujeita a uma dupla servidão; escrava do trabalho, ganha tão pouco com as mãos que precisa ganhar também, a infeliz, com a juventude, com o prazer que proporciona. Velha, o que vem a ser dela?... A natureza criou uma lei para a mulher: seja-lhe a vida impossível a menos que se ampare no homem.

Na violência do grande duelo entre a Inglaterra e a França, quando os fabricantes ingleses foram dizer ao Sr. Pitt que os altos salários do operário não lhes permitiam pagar os impostos, o ministro disse uma frase terrível: "Contrate crianças." Essa frase pesa sobre a Inglaterra como uma maldição. Desde então a raça inglesa decaiu; esse povo outrora atlético se enervou e se enfraqueceu; que é feito dessa flor colorida e fresca, tão admi-

rada na juventude inglesa? Murchou, descoloriu... Deram crédito ao Sr. Pitt, *contrataram crianças*.

Beneficiemo-nos dessa lição. Trata-se do futuro; e aqui a lei deve ser mais previdente que o pai. A criança deve encontrar, na falta da mãe, outra mãe na pátria. Esta lhe abrirá a escola como um asilo, como repouso, como proteção contra a oficina.

O vazio do espírito, já o dissemos, a ausência de todo interesse intelectual é uma das causas principais da decadência do operário das fábricas. Um trabalho que não exige nem força nem habilidade, que nunca solicita o pensamento! Nada, nada, sempre nada!... Nenhuma força moral suportaria isso! A escola deve ensinar ao espírito jovem que um trabalho assim não sufocará, deve proporcionar-lhe alguma idéia elevada e generosa que possa acudir-lhe durante essas longas jornadas vazias, sustentá-lo no aborrecimento das longas horas.

No atual estado de coisas, as escolas, organizadas para o tédio, só fazem acrescentar a fadiga à fadiga. As noturnas são, na maior parte, ridículas. Imaginai esses pequeninos pobres que, saindo ao amanhecer, voltam cansados e molhados para Mulhouse, depois de andar uma, duas léguas, e, lanterna na mão, escorregam, tropeçam na escuridão pelos caminhos barrentos de Déville: convidai-os então a estudar e a entrar para a escola!

Quaisquer que sejam as misérias do camponês, notamos, comparando-as às que acabamos de mencionar, uma terrível diferença, que não influi acidentalmente sobre o indivíduo, mas profundamente, amplamente, sobre a própria raça. Numa palavra: no campo, a criança é feliz.

Quase nua, sem sapatos, comendo um pedaço de pão preto, vigia a vaca ou os gansos, vive ao ar livre, brinca. Os trabalhos agrícolas aos quais vai sendo acostumada aos poucos só a fortalecem. Os anos preciosos durante os quais o homem constrói seu corpo e sua força para

sempre correm para ele em grande liberdade, na doçura da família. Parte então, és forte, o que quer que sofras ou faças, poderás enfrentar a vida.

Mais tarde o camponês será miserável, talvez dependente; mas de início ele ganhou doze, quinze anos de liberdade. Isso por si só faz para ele uma diferença imensa na balança da felicidade.

O operário das manufaturas arrasta a vida inteira um peso tremendo, o peso de uma infância que cedo o enfraqueceu, e que o corrompeu. É inferior ao camponês em força física, inferior em regularidade dos costumes. E, com tudo isso, ainda há algo que depõe a seu favor: é mais sociável e mais doce. Os mais miseráveis deles, nas necessidades mais extremas, abstiveram-se de qualquer ato de violência; esperaram, mortos de fome, e se resignaram.

O autor da melhor pesquisa dessa época ¹, firme e frio observador acima de qualquer suspeita, traz em favor dessa classe de homens, dos quais de maneira alguma dissimula os vícios, esse sério testemunho: “Entre nossos operários, só encontrei uma virtude que possuíam em grau mais elevado do que as classes sociais mais favorecidas: uma *disposição natural para ajudar, para socorrer o próximo* em todo tipo de necessidade.”

1. Villermé, *Tableau de l'état physique et moral des ouvriers des manufactures de coton*, etc. (1840). Vimo-los, em novembro de 1839, por ocasião de uma crise de desemprego que forçava o proprietário a conservar apenas os operários mais antigos, solicitar que o trabalho e o salário fossem divididos entre todos para evitar as demissões, t. II, p. 71. Ver também I, 89, 366-369, e II, 59, 113. — Muitos deles, acusados de concubinato, se casariam se tivessem o dinheiro e os documentos necessários, I, 54, e II, 283 (cf. Frégier, II, 160). — A afirmativa de que os operários das manufaturas ganhariam o bastante se fizessem melhor uso de seus salários, opomos a observação judiciosa de Villermé (II, 4). Para que ganhem o suficiente é preciso, segundo ele, a ocorrência de quatro coisas: que se comportem sempre bem, estejam sempre empregados, que cada família tenha no máximo dois filhos, e, finalmente, que não apresentem nenhum vício... São quatro condições que muito raramente se encontrarão.

Ignoro se eles só têm essa superioridade. Mas como ela é grande!... Que sejam os menos felizes e os mais caridosos! Que se preservem do endurecimento tão natural na miséria! Que, nessa servidão exterior, conservem um coração livre de ódio, *que amem mais!*... Ah, eis uma bela glória, que sem dúvida coloca o homem tido por degradado bem alto no julgamento de Deus!

III

SERVIDÕES DO OPERÁRIO

A criança que abandona a manufatura e o serviço da máquina para entrar como aprendiz na casa de um mestre ascende por certo na escala industrial; exige-se mais de suas mãos e de seu espírito. Sua vida não será o acessório de um movimento sem vida, ele agirá por si mesmo, será verdadeiramente operário.

Progresso na inteligência, progresso no sofrimento. A máquina era regulada, o homem não o é ¹. A máquina era impassível, sem caprichos, sem arroubos de cólera, sem brutalidade. E deixava a criança livre, em uma hora determinada; pelo menos à noite ela repousava. Mas aqui o aprendiz do pequeno fabricante, de dia e de noite, pertence a seu mestre. Seu trabalho só é limitado pelo volume das encomendas, que pressiona mais ou menos.

1. Léon Faucher assinalou admiravelmente essas diferenças em sua memória sobre o trabalho das crianças em Paris, *Travail des enfants à Paris (Revue des deux mondes*, 15 de novembro de 1844). Ver também, sobre a aprendizagem na indústria parcelar, o tomo II de seus *Etudes sur l'Angleterre*; o excelente economista, que aí se revelou um ótimo escritor, nos descortina, para além do inferno das manufaturas, um outro inferno que não suspeitávamos.

Tem o trabalho e, ainda por cima, todas as misérias do criado; além dos caprichos do mestre, todos os caprichos da família. O que aborrece e irrita o marido ou a mulher cai freqüentemente sobre suas costas. Vem a falência, o aprendiz é espancado; o mestre chega em casa bêbado, o aprendiz é espancado; o trabalho falta, o trabalho é urgente... também é espancado.

É o regime antigo da indústria, que não passava de servidão. No contrato de aprendizagem, o mestre torna-se um pai, mas para aplicar a palavra de Salomão: "Não poupes a vara a teu filho." A partir do século XIII, vemos a autoridade pública intervir para moderar tal paternidade.

E a dureza e a violência não se davam apenas da parte do mestre para com o aprendiz; nos ofícios em que a hierarquia se complicava, os golpes desciam de degrau em degrau, sempre multiplicados. Algumas nomenclaturas da corporação testemunham ainda essa dureza. O companheiro é *lobo*; humilhado pelo *macaco*, que é o mestre, ele persegue a *raposa* (o aspirante), que persegue ainda mais o *coelho*, o pobre aprendiz.

Para ser-surrado e maltratado dez anos a fio era preciso que o aprendiz pagasse; e ele pagava a cada degrau que lhe permitiam subir nessa rude iniciação. Finalmente, depois de usar a corda como aprendiz e o bastão como valete, submetia-se ao julgamento de uma corporação interessada em não aumentar o número de membros, e podia ser despedido ou recusado inapelavelmente.

Hoje as portas estão abertas. O aprendizado é menos longo, senão menos duro. Os aprendizes são acolhidos com muita facilidade; o miserável ganho que isso dá (de que o mestre, o pai ou a corporação se beneficiam) constitui uma perene tentação de repetir essa prática e multiplicar os operários além do necessário.

Em outros tempos, o operário, admitido só depois de

imensas dificuldades, integrando um grupo reduzido e por isso mesmo gozando de uma espécie de monopólio, não tinha nenhuma das inquietações que afligem seu colega de hoje. Ganhava bem menos¹, mas raramente ficava sem trabalho. Companheiro alegre e ágil, viajava muito. Onde achava trabalho, ficava. Seu burguês o alojava na maioria das vezes, alimentava-o às vezes: comida sóbria e leve; à noite, depois de comer seu pão seco, subia ao sótão, à água-furtada, e adormecia contente.

Quanta mudança sofreu sua condição, para melhor, para pior! Melhoria material, condição móvel, inquieta, a sombria obscuridade da sorte! Mil novos sofrimentos morais.

Resumamos numa palavra essas transformações: *ele tornou-se homem*.

1. Falamos mais atrás (p. 45) do salário dos operários das manufaturas. Se quisermos estudar o salário em geral, veremos que essa questão tão controversa se reduz a isto: os *salários aumentaram*, dizem alguns, e com razão, pois partem de 1789 ou antes; os *salários não aumentaram*, afirmam outros, também com razão, pois partem de 1824. A partir de então os operários das manufaturas passaram a ganhar menos, e os outros tiveram apenas aumentos ilusórios; como o valor do dinheiro mudou, quem ganha o que ganhava na época recebe na realidade um terço a menos; quem ganhava e ainda ganha 3 francos recebe apenas o valor de 2. Acresce que, como as necessidades aumentaram na proporção das idéias, ele sofre por não ter mil coisas que então lhe eram indiferentes. Os salários são bem altos na França, em comparação com a Suíça e a Alemanha; mas aqui as necessidades são bem mais intensamente sentidas. A média dos *salários de Paris*, que os Srs. Faucher e L. Blanc fixam igualmente em 3,50 francos, é suficiente para o celibatário e um tanto insuficiente para o homem casado que tem filhos. Dou aqui a média geral dos salários que vários autores tentaram fixar *para a França* depois de Luís XIV; entretanto, ignoro se é possível estabelecer uma média para elementos tão variados:

1698 (Vauban).....	12 sous
1738 (Saint-Pierre).....	16 sous
1788 (A. Young).....	19 sous
1819 (Chaptal).....	25 sous
1832 (Morogue).....	30 sous
1840 (Villermé).....	40 sous

Isso para a indústria das cidades. No campo, os salários aumentaram muito pouco.

Ser homem, no verdadeiro sentido, é, acima de tudo, ter uma mulher. O operário, outrora raramente casado, hoje o é com frequência. Casado ou não, encontra geralmente, ao voltar para casa, uma mulher. Um *lar*, uma mulher... Oh, a vida se transfigurou!

Uma mulher, uma família, logo filhos! Despesas, miséria! E se não houver trabalho?...

É comovente ver, à noite, toda essa gente laboriosa apertando o passo para voltar para casa. O homem, depois dessa longa jornada passada não raro a uma légua de onde mora, depois de ter tristemente tomado o seu café e almoçado sozinho, esse homem que ficou quinze horas de pé, como estarão suas pernas à noite?!... Ele voa para o ninho... Ser homem uma hora por dia, convenhamos, não é muito.

Coisa santa! Leva o pão para casa, e, lá chegando, descansa, já não é mais nada, entrega-se como uma criança à mulher. Alimentada por ele, ela o alimenta e aquece; ambos servem a criança, que nada faz, que é livre, que é senhora... Que o último seja senhor, eis a cidade de Deus.

O rico nunca tem semelhante gozo, essa suprema bênção do homem: alimentar diariamente a família com o melhor de sua vida e de seu trabalho. Só o pobre é pai; dia a dia ele cria e refaz os seus.

Esse belo mistério é sentido pela mulher muito melhor do que pelos maiores sábios do mundo. Ela se sente feliz por dever tudo ao homem. Apenas isso dá ao casal pobre um encanto singular. Ali nada é estranho, indifferente; tudo carrega a marca de uma mão querida, tudo traz o selo do coração. Na maioria das vezes o homem ignora as privações que se impõe para poder, ao voltar, encontrar essa casa modesta, mas enfeitada. Grande é a ambição da mulher em relação ao lar, à roupa de casa, às vestes. Esse último artigo é novo; o *guarda-roupa*, orgulho da camponesa, era desconhecido das mulheres

da cidade antes da revolução industrial de que falei. Asseio, pureza, pudor, estas graças de mulher encheram de encanto a casa; o leito se rodeou de cortinas, o berço da criança, brilhando de brancura, tornou-se um paraíso. Tudo cortado e costurado durante algumas vigílias... E há ainda flor na janela. Que surpresa! O homem, ao regressar, não reconhece mais sua casa.

Esse gosto pelas flores, tão difundido (hoje existem vários mercados especializados), essas pequenas despesas para ornamentar o interior da casa não serão de lamentar, quando nunca se sabe se amanhã haverá trabalho? — Não digamos *despesas*, mas *economias*. E bem grandes, se a inocente sedução da mulher tornar a casa acolhedora para o homem, podendo retê-lo. Enfeitemos a casa e a própria mulher. Algumas medidas de chita fazem uma outra mulher. rejuvenescida e renovada.

“Fica, peço-te.” É sábado à noite; a mulher o enlaça e salva o pão dos filhos que ele ia gastar¹.

Amanhece o domingo, a mulher venceu. O homem, barbeado e mudado, consente em vestir uma boa roupa quente. Isso não demora nada. O que demora, o que constitui um trabalho sério, é a maneira como se vestirá a criança nesse dia. Ela caminha à frente, sob o olhar materno; e que tenha cuidado para não estragar essa obra-prima.

Observai bem essa gente e sabeis que, por mais alto que subirdes, nunca encontrareis nada moralmente superior. Essa mulher é a virtude, com um encanto particular feito de razão ingênua e esperteza para governar a força, à sua revelia. Esse homem é o forte, o paciente, o corajoso, que carrega para a sociedade o peso maior

1. O pão! O proprietário! Dois pensamentos da mulher que jamais a abandonam. Muitas vezes é preciso habilidade, virtude, força de alma, para economizar, juntar o dinheiro do aluguel! Quem algum dia o saberá?

da vida humana. Verdadeiro *companheiro do dever* (bonito título de corporação!), manteve-se firme e forte em seu posto, como um soldado. Quanto mais sua profissão é perigosa, mais segura é sua moral. Um célebre arquiteto vindo do povo, e que o conhecia bem, dizia certa feita a um de meus amigos: "Os homens mais honestos que conheci pertenciam a essa classe. Ao sair de manhã, sabem que talvez não regressem à noite, e estão sempre prontos a aparecer diante de Deus ¹."

Tal profissão, por mais nobre que seja, não é a que uma mãe deseja para seu filho. Este promete, irá longe. Os Frades o elogiam, o acariciam. Seus desenhos, bilhetes de congratulações e escritos já ornamentam o quarto, entre Napoleão e o Sagrado Coração. Será certamente enviado à escola pública de desenho. O pai pergunta para quê. O desenho, responde a mãe, sempre será útil em sua profissão. Resposta dúbia, é verdade, sob a qual ela esconde uma ambição bem diferente. Essa criança, tão bem-nascida e dotada, por que não há de ser pintor ou escultor como tantos? A mãe rouba um pouquinho para os lápis, para o papel, tão caro... Logo seu filho estará expondo, arrebatando todos os prêmios; nos sonhos maternos, já aparece o grande nome de Roma.

Assim, a ambição materna consegue freqüentemente fazer um pobre artista necessitado de quem, como operário, ganharia melhor a vida. As artes são infrutíferas, mesmo em tempos de paz, quando todas as pessoas de posses, especialmente as mulheres, em lugar de adquirirem

1. É o que Percier disse um dia ao diretor da escola pública de desenho, Sr. Belloc ^a. O artista espiritual colocou a frase em um de seus excelentes discursos (cheios de visões novas e percepções fecundas), e Percier, reconhecendo essa homenagem prestada às suas convicções mais caras, destinou uma renda para a escola, um mês antes de morrer.

(a) Jean-Hillaire Belloc (1786-1866), amigo de Michelet. O retrato que pintou do autor de *O povo*, exposto no Salão de 1845, encontra-se hoje na Biblioteca histórica da Cidade de Paris, depois de ter pertencido à família Dumesnil.

peças de arte se tornam elas próprias artistas. Há uma guerra, uma revolução, e a arte torna-se sinônimo de fome.

Às vezes, também, o artista esperançoso, já encaminhado, cheio de ardor e ímpeto, é detido repentinamente; o pai morre, é preciso que ajude os seus; ei-lo operário. Grande dor para a mãe, grande lamentação, o que tira toda a coragem do jovem.

Por toda a vida ele amaldiçoará sua sorte; trabalhará aqui e sua alma estará longe. Cruel dilaceramento... E no entanto nada o deterá. Não venhais com conselhos, sereis mal recebido. É tarde demais, é preciso que ele avance através dos obstáculos. Sempre será visto lendo, sonhando; lendo durante o curto tempo da refeição, e à noite, absorvido em um livro, e no domingo, resguardado e sombrio. É difícil imaginar o que seja a fome de leitura nesse estado de espírito. Durante o trabalho, o mais inconciliável que existe com o estudo, com o barulho e a vibração de vinte máquinas, um infeliz tecelão que conheci abria um livro na extremidade de sua bancada e lia uma linha toda vez que o carro do tear recuava e lhe deixava um segundo livre.

Como é longa uma jornada passada assim! Como são irritantes as últimas horas! Para aquele que espera a campainha tocar e maldiz a demora, a odiosa oficina parece fantástica ao fim do dia; os demônios da impaciência agem cruelmente nessas sombras... "Ó liberdade! Ó luz! Ides deixar-me aqui para sempre?"

Lamento a família que ele encontra na volta, se tem família. Um homem empenhado em tal combate e todo entregue às preocupações de seu progresso pessoal põe tudo o mais de lado. A faculdade de amar diminui nessa vida sombria. Ama menos a família, ela importuna; afasta-se até da pátria, a quem imputa a injustiça da sorte.

O pai do operário letrado, mais grosseiro e mais embo-

tado, inferior sob tantos aspectos, tinha entretanto mais de uma vantagem em relação ao filho. O sentimento nacional era bem mais forte nele; pensava menos no gênero humano e mais na França. A grande família francesa e sua pequena e querida família eram seu mundo, punha nisso todo o seu coração. Essa casa encantadora, esse lar tão doce, que admirávamos tanto, que sucedeu a eles?

Por si mesma, a ciência não seca o coração, nem o esfria. Se aqui produz tal efeito é porque chega ao espírito cruelmente amesquinhada. Não se apresenta sob sua luz natural, sua verdadeira e completa luz, mas obliquamente, parcialmente, como esses raios minguados e falsos que penetram numa caverna. Não produz o ódio e a inveja pelo que dá a conhecer, mas pelo que esconde. Por exemplo, aquele que tudo ignora acerca dos complicados meios de criar riqueza acreditará naturalmente que a riqueza não se cria, não aumenta neste mundo, apenas se desloca, e que alguém só a adquire pela espoliação de outrem; toda aquisição lhe parecerá um roubo e ele odiará todos os que possuem... Odiar? Por quê? Por causa dos bens do mundo? Mas o mundo só vale pelo amor.

Quaisquer que sejam os erros inevitáveis de um estudo incompleto, é preciso respeitar esse momento. Que haverá de mais tocante, de mais grave, do que ver o homem que até aqui aprendia ao acaso *desejar* estudar, perseguir a ciência com vontade apaixonada através de tantos obstáculos? A cultura *voluntária* é que coloca o operário, no instante em que o observamos, não apenas acima do camponês, mas também das classes consideradas superiores e que de fato têm tudo, livros, lazer, que procuram a ciência mas, uma vez cumprida a educação obrigatória, abandonam o estudo, sem se preocuparem mais com a verdade. Vejo esse homem, egresso com honra de nossas principais escolas, jovem ainda mas velho de coração,

esquecer a ciência que ele cultivava, sem pretexto sequer a sedução das paixões, mas aborrecendo-se, adormecendo, fumando e sonhando.

O obstáculo, bem o sei, é um grande estimulante. O operário ama os livros porque tem poucos; às vezes tem apenas um, e, quando é bom, aprende-o bem. Um único livro, lido e relido, ruminado e digerido, proporciona freqüentemente mais que uma vasta leitura indigesta. Vivi anos com um Virgílio e achei ótimo. Um volume truncado de Racine, comprado ao acaso no cais, fez o poeta de Toulon⁴.

Os que são ricos por dentro costumam ter muitos recursos. E aquilo que possuem é por eles ampliado, fecundado com o pensamento, impulsionado até o infinito. Em lugar de invejar este mundo de lama, constroem um para si mesmos, de ouro e de luz. Dizem a este mundo: "Guarda a pobreza que chamas fortuna, sou mais rico que tu."

A maior parte das poesias que operários escreveram nos últimos tempos apresenta um caráter particular de tristeza e doçura que me lembra com freqüência seus predecessores, os operários da Idade Média. Se há ásperos e violentos, são minoria. Essa inspiração elevada teria colocado mais alto esses verdadeiros poetas se, na forma, não tivessem seguido com excessiva deferência os modelos aristocráticos.

Eles estão apenas começando. Por que vos apressais em dizer que nunca chegarão aos primeiros postos? Partis da idéia falsa de que o tempo e a cultura fazem tudo;

(a) Charles Poncy, nascido e falecido em Toulon (1821-1891). Pedreiro, descobriu sua vocação poética lendo *Athalie*. Em 1846, publicou diversas coletâneas: *Poésies* (1840), *Marines* (1842) e *Le chantier* (1844), com prefácio de George Sand, que celebra o nascimento recente e promissor de uma poesia operária: "Uma verdadeira explosão do gênio poético da França proletária... Foi preciso gritar: o Parnaso foi invadido; os iletrados lhe forçaram as portas; e esse povo audacioso, que outrora sonhava apenas em demolir castelos e bastilhas, começa agora a edificar templos às Musas sobre o solo fecundo de seu sangue e de seus suores."

não fazeis caso do desenvolvimento interior que a alma empreende por sua própria força, mesmo em meio ao trabalho manual, a vegetação espontânea que cresce com o obstáculo. Homens de livros, sabeis que esse homem sem livro e de fraca cultura possui em compensação algo que substitui tudo isso: é mestre em sofrimentos.

Quer ele consiga ou não, não vejo nenhum remédio possível. Prosseguirá seu caminho, o caminho do pensamento e do sofrimento. "Ele buscou a luz (diz meu Virgílio), vislumbrou-a, gemeu!..." E, gemendo, sempre a buscará. Quem a vislumbrou renunciará a ela?

"Luz, mais luz!" foi a derradeira frase de Goethe. Essa palavra do gênio expirante é o grito geral da natureza e repercute de mundo em mundo. O que dizia esse homem possante, um dos primogênitos de Deus, seus filhos mais humildes, menos evoluídos na vida animal, os moluscos dizem no fundo dos mares, não querem viver nos lugares em que a luz não chegue. A flor quer a luz, volta-se para ela, sem ela fenece. Nossos companheiros de trabalho, os animais, como nós se alegram e se afligem, quando ela vem ou vai. Meu netinho de dois meses^a chora sempre ao entardecer.

No último verão, passeando em meu jardim, ouvi e vi sobre um ramo um pássaro que cantava ao sol poente; voltava-se para a luz e estava visivelmente deslumbrado... Sucedeu comigo o mesmo, ao vê-lo; nossos tristes pássaros engaiolados jamais me tinham dado a idéia dessa inteligente e poderosa criatura, tão diminuta, tão apaixonada... Vibrei com seu canto. Lançava a cabeça para trás, inflava o peito; nunca poeta ou cantor experimentou êxtase mais ingênuo. E no entanto não era o amor (a época

já passara), era manifestamente o encanto do dia que o deslumbrava, o encanto do doce sol!

Ciência bárbara, duro orgulho, que rebaixa tanto a natureza animada e separa a tal ponto o homem de seus irmãos inferiores!

Digo-lhe em lágrimas: "Pobre filho da luz, que a reflectes em teu canto, como tens razão em cantá-la! A noite, cheia de embustes e perigos para ti, parece-se muito com a morte. Possas ver a luz de amanhã!..." Depois, passando em espírito de seu destino ao de todos os seres que, das profundezas da criação, sobem tão lentamente para a luz, digo como Goethe e o passarinho: "Luz, Senhor! Mais luz!"

IV

SERVIDÕES DO INDUSTRIAL

Leio no livrinho do tecelão de Rouen que já citei: "Nossos manufatureiros são *todos operários de origem*." E mais: "A maior parte de nossos manufatureiros de hoje (1836) são *operários* laboriosos e econômicos dos primeiros tempos da Restauração." Creio que isso é geral e não particular às fábricas de Rouen.

Vários empresários da indústria de construção disseram-me que *todos tinham sido operários* e chegaram a Paris como pedreiros, carpinteiros, etc.

Se operários puderam se elevar a uma exploração tão vasta, tão complicada como a das grandes manufaturas, não será difícil acreditar, e com muito maior razão, que possam ter se tornado donos de indústrias que exigem capital bem menor, pequenas fábricas, oficinas e comér-

(a) Etienne, filho de Adèle e Alfred Dumesnil, veio ao mundo a 2 de setembro de 1845. A 12 de novembro, Michelet comunica ao genro que introduziu no texto já redigido deste capítulo 3 de *O povo* uma alusão ao recém-nascido: "Peguei teu filho e o pus num canto de meu livro, o melhor, eu te juro!"

cio varejista. As licenças de fabricação, que quase não tinham aumentado sob o Império, dobraram de número nos trinta anos seguintes a 1815. Perto de seiscentos mil homens tornaram-se industriais ou comerciantes. Ora, como neste país quem consegue sobreviver se apegar a seu modo de vida e não se atira de modo algum aos azares da indústria, podemos dizer ousadamente que meio milhão de operários tornaram-se donos e alcançaram o que supunham ser sua independência.

O movimento foi rápido nos dez primeiros anos, de 1815 a 1825. Esses bravos que, depois da guerra, voltaram-se subitamente para a indústria avançaram como para o assalto e, sem dificuldade, tomaram todas as posições. Sua confiança era tão grande que a comunicaram até aos capitalistas. Esses homens impetuosos arrastaram os mais frios; parecia que iriam recomeçar, na indústria, a série inteira de nossas vitórias, e nos proporcionar, nesse terreno, a desforra dos últimos reveses.

Não se pode negar a esses operários enriquecidos que fundaram nossas manufaturas qualidades eminentes: arrojo, audácia, iniciativa, não raro uma visão segura. Muitos fizeram fortuna; possam seus filhos não se arruinarem!

Com essas qualidades, nossos industriais de 1815 só fizeram provar a desmoralização dessa época triste. A morte política não está longe da morte moral, foi o que se pôde ver então. Da vida militar geralmente guardaram, não o sentimento da honra, mas a violência, não se preocupando nem com os homens, nem com as coisas, nem com o futuro, e tratando impiedosamente dois tipos de pessoas: o operário e o consumidor.

Todavia, como os operários eram raros na época, mesmo nas manufaturas mecanizadas que exigem pouco aprendizado, os industriais foram forçados a pagar-lhes altos salários. E assim começaram a *perseguir* homens

nas cidades e nos campos; esses conscritos do trabalho eram postos ao ritmo das máquinas, deles se exigia que fossem, como elas, infatigáveis. Os industriais pareciam querer aplicar à indústria o grande princípio imperial, sacrificar homens para abreviar as guerras. A impaciência nacional, que com tanta frequência nos torna bárbaros para com os animais, autorizava contra seres humanos a aplicação das tradições militares; o trabalho devia marchar a passo de carga, em marcha acelerada: pior para os que perecessem.

Quanto ao comércio, os fabricantes de então fizeram-no como se estivessem em país inimigo; tratavam o comprador como, em 1815, os comerciantes de Paris tratavam os cossacos, espoliando-o. Enganavam nas cores, no peso, na medida; e assim não tardaram a fazer ilicitamente seu pecúlio, retirando-se depois de fechar à França os melhores mercados, comprometendo por muito tempo sua reputação comercial, e, o que é pior, prestando aos ingleses o inestimável serviço de deixar escapar, para dizer o mínimo, um mundo, a América espanhola, mundo que imitava nossa Revolução.

Seus sucessores, que são seus filhos ou seus principais operários, precisam trabalhar muito para recuperar aqueles mercados. Assustam-se, irritam-se com os lucros reduzidos. A maioria cairia fora de bom grado, se pudessem; mas estão comprometidos, é preciso avançar: *Marcha! Marcha!*

Em outras partes, a indústria está assentada sobre grandes capitais, sobre um conjunto de hábitos, tradições, de relações sólidas; está na base de um comércio amplo e regular. Aqui, a bem dizer, ela é apenas um combate. Um operário ousado, que inspira confiança, faz-se comanditário; ou senão um jovem tenciona arriscar o que seu pai ganhou, e começa com um pequeno capital, um dote, um empréstimo. Queira Deus que se salve no inter-

valo entre as crises; temos crises a cada seis anos (1818, 1825, 1830, 1836). É sempre a mesma história; um, dois anos depois da crise surgem encomendas, volta a esperança, esquece-se tudo; o industrial acredita, estimula, pressiona, força homens e coisas, operários e máquinas; o Bonaparte industrial de 1820 reaparece por um momento; depois é o estoque parado, a asfixia, a venda com prejuízo... E vale acrescentar que essas máquinas caríssimas estão, mais ou menos depois de cinco anos, fora de serviço ou ultrapassadas por novas invenções; se houve algum lucro, é empregado na substituição das máquinas.

O capitalista, advertido por tantas lições, acredita agora que a França é um povo mais industrial que comerciante, mais apto a fabricar que a vender. Empréstimo ao novo fabricante como a um homem que parte para uma navegação perigosa. Que garantia tem? As fábricas mais esplêndidas só são vendidas com prejuízo; esses brilhantes utensílios, em poucos anos, não valem mais que o ferro e o cobre. Mas o empréstimo não é feito sobre a fábrica, é feito sobre o homem; o industrial apresenta essa vantagem triste, de poder ser aprisionado; e é isso que dá valor à sua assinatura. Sabe perfeitamente que comprometeu sua pessoa, às vezes mais que sua pessoa, também a vida de sua mulher e de seus filhos, o patrimônio de seu sogro, de um amigo crédulo, talvez até uma fiança, na marcha dessa vida terrível... Portanto, nada de tergiversar, é vencer ou morrer, enriquecer ou naufragar.

O homem num tal estado de espírito não pode ter o coração muito terno. Só por um milagre ele é manso e bom para com seus empregados e operários. Vede-o percorrer a grandes passadas a vasta oficina, o ar sombrio e duro... Quando está numa extremidade, na outra o operário sussurra: "Está furioso hoje! Como tratou o contra-mestre!" Trata os empregados como acabou de ser trata-

do; voltou há pouco da cidade do dinheiro, de Basileia ou Mulhouse, de Rouen ou Déville, por exemplo. Ele grita, e todos se espantam; ninguém sabe que o judeu acaba de lhe arrancar uma libra de carne do corpo.

De quem vai recuperar isso? Do consumidor? Este está de sobreaviso. O industrial cai sobre o operário. Onde quer que não exista aprendizagem, em toda parte onde os aprendizes são imprudentemente multiplicados, estes se apresentam em massa, oferecem-se a vil preço, e o industrial se aproveita da queda dos salários¹. Depois, quando o acúmulo dos estoques o obriga a vender com prejuízo, o aviltamento dos salários, mortal para o operário, já não beneficia o industrial; só o consumidor sai ganhando.

No entanto, o industrial mais duro nasceu homem; no começo, sentia ainda algum interesse por essa multidão². Pouco a pouco, a preocupação com os negócios, a incerteza da situação, os riscos e os sofrimentos morais o tornam indiferente aos sofrimentos materiais dos ope-

1. Recusava-me a acreditar no que me contavam a propósito das fraudes infames que certos industriais cometem contra o consumidor em termos de qualidade e contra o operário em termos de quantidade de trabalho. Tive de render-me às evidências. Essas mesmas coisas me foram confirmadas por amigos de industriais, que falavam a respeito com dor e humilhação, e também por tabeliães, negociantes e banqueiros. Os juizes de fábrica não têm nenhuma autoridade para reprimir esses crimes; a vítima, aliás, não ousa se queixar. Uma tal investigação compete ao procurador do Rei.

2. Esse endurecimento gradual, essa habilidade, que aos poucos se adquire, de sufocar em si a voz da humanidade, foi argutamente analisada pelo Sr. Emme-ry em sua brochura *L'amélioration du sort des ouvriers dans les travaux publics* (1837). Ele fala especialmente dos operários acidentados nas obras perigosas que os empresários realizam para o governo.

"Um empresário dotado de bons sentimentos poderá uma primeira vez, ou talvez algumas vezes no começo, socorrer operários feridos; mas quando esses acidentes se repetem, quando os seguros se acumulam, tornam-se muito onerosos; então o empresário transige consigo mesmo, defende-se dos primeiros arroubos de generosidade, restringe insensivelmente suas aplicações e diminui de maneira mais notável o valor de cada seguro. Nota que em suas oficinas mais perigosas ele, empresário, não recebe sob esse aspecto nenhuma mais-

rários. Não os conhece tão bem quanto seu pai¹, que fora ele próprio operário. Renovados incessantemente, eles lhe aparecem como números, máquinas, porém menos dóceis e regulares, que o progresso da indústria logo tornará dispensáveis; são o defeito do sistema; nesse mundo de ferro em que os movimentos são tão precisos, o único senão é o homem.

Curiosamente, os únicos (bem poucos) que se preocupam com a sorte do operário são, quase sempre, os pequenos industriais que vivem com ele de maneira patriarcal, ou, ao contrário, as casas muito grandes e poderosas, as quais, apoiando-se em sólidas fortunas, estão ao abrigo das inquietações comuns do comércio. Mas o meio-termo é um impiedoso campo de batalha.

Sabemos que nossos fabricantes de Mulhouse reclamaram, contra seu próprio interesse, uma lei que regulasse o trabalho das crianças. Em 1836, com base numa tentativa que um deles fizera para fornecer aos operários alojamentos salubres com pequenos jardins, esses mesmos industriais da Alsácia sentiram-se tocados pela feliz idéia, e, num ato generoso, fizeram uma subscrição de dois milhões. Que foi feito dessa subscrição? Não o pude saber.

valia, e que, ao contrário, é obrigado a pagar aos operários uma diária maior. Ora, não tarda que essa diária maior lhe pareça o preço dos acidentes que teme. Os seguros adicionais parecem-lhe acima de suas possibilidades. Além do mais, o operário ferido não é dos mais antigos na obra; o doente não é dos mais habilidosos, dos mais úteis, etc. Isto é, o coração vai se endurecendo por hábito, não raro por necessidade, e toda caridade logo se extingue, o pequeno seguro concedido já não é mais repartido rigorosamente por todos, e o único resultado de todas as emoções generosas responsáveis por quadros tão tristes se reduz a algumas gratificações concedidas arbitrariamente e calculadas não de acordo com as necessidades reais das famílias esmagadas, mas com o lucro a tirar da obra ou dos trabalhos do empresário.

1. A diferença entre o pai e o filho é que este, não tendo sido operário, conhecendo menos a fabricação, sabendo menos os limites do possível e do impossível, é muitas vezes cruel por causa da ignorância.

Os fabricantes seriam certamente mais humanos se suas famílias, freqüentemente caridosas, não permanecessem tão estranhas à fábrica¹. Em geral, elas vivem à parte, só vêem de longe os operários. Exageram facilmente seus vícios, julgam-nos quase sempre por aquele momento de que falei, quando a liberdade, longamente contida, escapa por fim com ruído e desordem, isto é, o momento da saída. Não raro, o industrial e os seus odeiam os operários por se acreditarem odiados por eles; e afirmo, contra a opinião geral, que nisso se enganam quase sempre. Nas grandes manufaturas, o operário odeia o contramestre de quem sofre a tirania imediata; a tirania do dono, mais distante, é-lhe menos odiosa; e, a não ser que tenham-lhe ensinado a odiá-la, atribui-a à fatalidade e não se irrita.

O problema industrial se complica bastante para a França quando se considera sua situação exterior. Bloqueada de alguma forma pela má vontade unânime da Europa, perdeu, juntamente com as antigas alianças, toda e qualquer esperança de abrir, no Oriente ou no Ocidente, novos mercados. O industrialismo, que baseou o sistema atual na suposição bizarra de que os ingleses,

1. Sempre me lembrarei de um fato comovente, cheio de graça e encanto testemunhado por mim. O dono de uma fábrica tivera a bondade de oferecer-se para mostrar-me pessoalmente suas oficinas. Sua jovem esposa também quis ir. Surpreso por vê-la, com sua roupa branca, arriscar-se nessa viagem por entre o úmido e o seco (nem tudo é bonito ou limpo na fabricação dos objetos mais brilhantes), logo depois compreendi melhor por que ela enfrentava aquele purgatório. Onde seu marido me fazia ver coisas, ela via homens, almas, almas às vezes muito feridas. Sem que me explicasse nada, percebi que, ao andar entre aquela multidão, ela tinha um sentimento delicado, penetrante, de todos os pensamentos, não digo odiosos, mas inquietos, invejosos talvez, que fermentavam lá dentro. Ao caminhar, atirava palavras precisas e finas, muitas vezes quase ternas, a uma jovem sofrida, por exemplo; adontada ela própria, a jovem dama compreendia isso muito bem. Muitos sentiam-se tocados; um velho operário, julgando-a fatigada, apresentou-lhe uma cadeira com encantadora vivacidade. Os jovens eram mais sombrios; ela, que tudo via, dizia uma palavra e dissipava a nuvem.

nossos rivais, seriam nossos amigos, encontra-se graças a essa amizade bloqueado, emparedado como num túmulo... Certamente, a grande França agrícola e guerreira de vinte e cinco milhões de homens, que quis acreditar nos industriais e, sob palavra deles, manteve-se imóvel, não querendo, para lhes ser agradável, retomar o Reno, essa França tem hoje o direito de deplorar sua credulidade; mais sensata que eles, acreditara sempre que ingleses permaneceriam ingleses.

Mas façamos uma distinção entre os industriais. Há os que, em lugar de adormecer por trás da tríplice linha das aduanas, deram nobremente curso à luta contra a Inglaterra. Agradecemos seus heróicos esforços para levantar a pedra sob a qual aquela nação nos supunha esmagados. A indústria deles, que enfrenta a Inglaterra com todas as desvantagens (muitas vezes um terço a mais de custos!), nem por isso deixou de derrotá-la em vários setores, justamente aqueles que exigiam as mais brilhantes capacidades, riqueza mais inesgotável de invenção. Venceu pela arte.

Seria preciso um livro para falar do grandioso esforço da Alsácia, que, com espírito absolutamente não mercantil e sem poupar despesas, juntou todos os recursos, lançou mão de toda a ciência, quis o belo, custasse o que custasse. Lyon resolveu o problema com uma metamorfose contínua, cada vez mais engenhosa e brilhante. E que dizer dessa fada parisiense, que responde de minuto a minuto aos mais imprevisíveis movimentos da fantasia?

Coisa inesperada, surpreendente: a França vende!... Essa França excluída, condenada, proibida... Eles vêm sem querer, e sem querer eles compram.

Compram... modelos, que levam para casa para copiar, bem ou mal. Um inglês declara que mantém uma casa em Paris *para ter modelos*. Alguns artigos comprados

em Paris, em Lyon, na Alsácia, e em seguida copiados lá fora, bastam para que o imitador inglês ou alemão inunde o mundo. É como no ramo dos livros: a França escreve, a Bélgica vende.

Esses produtos nos quais nos destacamos são, infelizmente, aqueles que mais mudam, que exigem atualização constante. Embora seja próprio da arte acrescentar sempre algo mais ao valor da matéria-prima, uma arte tão cara não permite lucros. A Inglaterra, ao contrário, tendo mercados nas nações inferiores das cinco partes do mundo, fabrica em grande quantidade artigos padronizados, sem atualização e sem pesquisas novas; esses produtos, vulgares ou não, são sempre lucrativos.

Trabalha então, ó França, para permanecer pobre! Trabalha, sofre, sem nunca se cansar. A divisa das grandes fábricas que fazem tua glória, que impõem ao mundo teu gosto, tua idéia de arte, é esta: Inventar ou perecer.

v

SERVIDÕES DO COMERCIANTE ¹

O homem do trabalho, o operário, o industrial, costumam considerar o comerciante um ocioso. Sentado em sua loja, que fez pela manhã senão ler o jornal, para depois tagarelar o dia inteiro e para, à noitinha, fechar o caixa? O operário promete a si mesmo que, se puder economizar alguma coisa, um dia será comerciante.

1. Falamos aqui do comércio individual, como o temos geralmente na França, não do comércio em comandita, que por enquanto só existe em algumas grandes cidades.

O comerciante é o tirano do industrial. Devolve-lhe todas as humilhações e aborrecimentos que lhe impôs o comprador. Ora, o comprador, no atual estado de nossos costumes, é o homem que deseja adquirir por nada, é o pobre que quer se passar por rico, é o enriquecido de ontem que tira do bolso com dificuldade o dinheiro que acabou de entrar nele ¹. Exigem duas coisas: aparência brilhante e preço vil; a qualidade do objeto é secundária. Quem pode pagar o preço de um bom relógio? Ninguém. Os ricos mesmo só querem é um relógio bonito e barato.

Ou o comerciante engana essa gente ou perece. Sua vida inteira se compõe de duas guerras, guerra de engodos e trapaça contra esse comprador insensato e guerra de humilhações e exigências contra o fabricante. Inconstante, inquieto, minucioso, transfere-lhe diariamente os mais absurdos caprichos de seu senhor, o público, vira-o para cá e para lá, muda de direção a todo instante, impede-o de seguir uma idéia qualquer e torna quase impossível, em vários campos, a grande invenção.

Para o comerciante, é fundamental que o fabricante o ajude a enganar o comprador, que participe das pequenas fraudes e que não recue diante das grandes.

Ouvi industriais queixarem-se das coisas que se exigiam deles e que contrariavam a honra; ou comprometiam sua condição ou se tornavam cúmplices das trapaças mais audaciosas. Não basta alterar a qualidade, às vezes é preciso que se tornem falsários, que copiem as marcas da moda.

A repugnância que demonstravam pela indústria as nobres repúblicas da antigüidade e os orgulhosos dignitá-

rios da Idade Média é, sem dúvida, pouco razoável, se por indústria se entende as fabricações complicadas que exigem arte e ciência, ou, ainda, o grande negócio que supõe tantos conhecimentos, informações, combinações. Mas essa repugnância é bastante razoável quando se aplica aos hábitos comuns do comércio, à miserável necessidade que o comerciante tem de mentir, fraudar, falsificar.

Não hesito em afirmar que, para o homem de honra, a situação do trabalhador mais dependente é livre em comparação com essa. Servo de corpo, é livre de alma. Ao contrário, escravizar alma e palavra, ser obrigado, de manhã à noite, a mascarar o pensamento, isso é a pior das escravidões.

Pensai bem nesse homem que já foi militar, que em tudo o mais conservou o senso da honra e que, no entanto, se resigna a isso... Deve sofrer bastante.

É singular que minta diariamente em nome da honra, para *honrar* seus negócios. Desonra, para ele, não é a mentira, é a falência. Antes de *falir*, a honra comercial o conduzirá até o ponto em que a fraude equivale ao roubo, em que a falsificação é o envenenamento.

Envenenamento benigno, em pequenas doses, que só mata a longo prazo. Ainda que se pretenda afirmar que eles só misturam aos gêneros alimentícios substâncias inócuas ¹, inativas, inertes, o trabalhador, que neles supõe encontrar reparação para suas forças, e que nada acha, não pode se restaurar, e caminha para a ruína, se esgota, vivendo (por assim dizer) do capital, da base de sua vida; e esta vai lhe escapando aos poucos.

O que acho mais culpável, nesse falsário que vende

1. São as novas classes emergentes, como bem explica Leclair (*Peinture en bâtiment*). Ignoram totalmente o preço real dos objetos. Querem o brilhante, não importa se falsificado.

1. Foi constatado juridicamente que muitas dessas substâncias não eram de forma alguma inócuas. Ver o *Journal de chimie médicale*, os *Annales d'hygiène*, e Garnier e Harel, *Falsifications des substances alimentaires*, 1844.

a embriaguez, não é o crime de envenenar o povo, mas o de aviltá-lo. O homem cansado do trabalho entra confiante na taberna, que ama como seu espaço de liberdade; pois bem, o que encontra? Vergonha. A mistura alcoólica que lhe servem com o nome de vinho produz um efeito que uma quantidade dupla ou tripla da bebida verdadeira não produziria; ela se apossa do seu cérebro, turva seu espírito, trava sua língua e seus movimentos. Bêbado e de bolsos vazios, é atirado à rua pelo taberneiro... Quem não sente o coração apertar ao ver uma pobre velha que trouxe o veneno para se aquecer no inverno transformar-se, nesse estado, em joguete da barbárie das crianças?... Passa o rico e diz: "Isso é o povo!"

Todo homem que possui ou toma emprestado mil francos lança-se ousadamente no comércio. De operário faz-se comerciante, ou seja, homem de lazer. Vivía na taberna e agora abre uma. Não se estabelece longe das mais antigas, para roubar-lhes a freguesia; gaba-se de que um dia ainda esmagará o vizinho. E os fregueses, com efeito, não tardam a chegar; de início todos os que devem ao outro e que nunca pagarão. Ao fim de alguns meses, o novato já se tornou antigo, outras tabernas apareceram em redor. O comerciante vai se esmorecendo, naufragando; perdeu dinheiro, mas, o que é pior, perdeu o que valia mais, perdeu o hábito do trabalho... Grande júbilo entre os sobreviventes, que pouco a pouco acabam na mesma. Outros surgem, sem que se perceba... Triste e miserável comércio, sem indústria, sem outra idéia senão a de se devorarem uns aos outros.

As vendas aumentam pouco, os comerciantes se multiplicam a olhos vistos, a concorrência também, e a inveja, e o ódio. Eles nada fazem, deixam-se estar na porta, de braços cruzados, trocando olhares atravessados, observando se a freguesia infiel não se enganará de estabelecimento. Os de Paris, que perfazem oitenta mil, moveram

no ano passado *quarenta e seis mil processos* apenas na vara comercial, sem falar de outros tribunais. Cifra espantosa! Quantas rixas e ódios ela supõe!...

O objeto específico dessa cólera, que o comerciante licenciado persegue e manda prender quando pode, é o pobre vendedor ambulante que pára um momento, é a infeliz mulher que leva sua mercadoria no cesto... e, às vezes, também um filho ¹! Que não fique parada, que vá andando... do contrário será presa.

Na verdade, ignoro se este que a manda prender, o triste homem da loja, é mais feliz por estar estabelecido. Não sair, esperar, nada poder prever. O comerciante quase nunca sabe de onde lhe virá o ganho. Recebendo sua mercadoria de terceiros, ignora qual é, na Europa, o estado de seu próprio negócio, não pode prever se no próximo ano fará fortuna ou abrirá falência.

O industrial, e mesmo o operário, têm duas coisas que, apesar do trabalho, tornam seu destino melhor que o do comerciante: 1ª *O comerciante não cria*, não tem a felicidade séria, digna do ser humano, de fazer nascer uma coisa, de ver uma obra tomar forma em suas mãos, tornar-se harmônica, responder a seu criador, consolar seu tédio e seu esforço. 2ª Outra desvantagem terrível, em minha opinião: *o comerciante é obrigado a agradar*. O

1. Ver o comovente texto de Savinien Lapointe ^a.

(a) Michelet refere-se a "L'éventaire", poema inserido pelo poeta sapateiro Savinien Lapointe (1811-1893) em sua coletânea *Une voix d'en bas*, publicada em 1844. Eis o retrato da pobre vendedora de flores:

Triste quadro! Vede ao fim da rua,
Esta mulher macilenta e pobremente vestida
Que, no cesto onde muitas flores resplandecem,
Traz seu filho, e sorri à sua voz.
Sorri, embora com os pés na lama mergulhados
E os belos cabelos louros desganhados sobre a face;
Seu vestido está em trapos e, nesse ar malsão,
Apenas um xale lhe protege o colo.

operário dá seu tempo, o industrial sua mercadoria por certa soma de dinheiro; é um contrato simples, que não humilha; nenhum deles tem necessidade de adular. Nenhum é obrigado, às vezes com o coração partido e os olhos rasos de lágrimas, a de repente ficar alegre e cordial como a mulher do balcão. O comerciante inquieto, mortalmente preocupado com a letra que vencerá amanhã, precisa rir, ser prestimoso, num esforço cruel com a jovem dama tagarela e elegante que manda desdobrar cem peças, dis-cute por duas horas e vai embora sem nada comprar.

Precisa agradecer, e sua mulher também. Ele colocou no comércio não apenas seus bens, sua pessoa e sua vida, mas com frequência sua família ¹.

O homem menos suscetível para consigo mesmo padece a todo instante vendo sua mulher ou filha no balcão. Até o estranho, a testemunha desinteressada, não consegue observar sem pena, numa honesta família que inicia seu negócio, a violenta perturbação dos hábitos domésticos, o lar na rua, o santo dos santos na vitrina! A mocinha escuta, de olhos baixos, a proposta impertinente de um homem indelicado. Ao voltarmos lá alguns meses depois, iremos encontrá-la atrevida.

A esposa, de resto, faz muito mais do que a filha para o êxito de uma casa comercial. Conversa com graça, encanto... Que mal haverá nisso, numa vida tão pública, sob os olhos da multidão?... Ela conversa, mas também escuta... a todos, mais do que ao marido. Este é um espírito amargo, nada divertido, todo hesitações e minúcias,

1. Já falamos da operária que trabalha com a seda e do empregado que cobra sua convivência com o roubo. Falamos da operária que trabalha com o algodão, talvez injustamente; o industrial tem pouco a ver com esses operários e operárias. Dissemos ainda que o usuário do campo costuma cobrar juros imorais pelos atrasos. Por quê não falamos da comerciante, tão exposta, obrigada a agradecer o comprador, a discutir longamente com ele e que em geral se sente tão mal por isso?

inconstante em política e no resto, descontente com o governo, descontente com os descontentes.

Essa mulher não tarda a descobrir que seu trabalho é extremamente aborrecido; doze horas por dia no mesmo lugar, exposta em uma vitrina, entre as mercadorias. Não ficará sempre tão imóvel; a estátua poderá adquirir vida.

E grandes sofrimentos começam para o marido. O pior lugar do mundo para um ciumento é a loja... Todos vêm, todos lisonjeiam a senhora... O desventurado não sabe sequer com quem se haver. Às vezes ensandece, mata-se, mata-a; outro adoece e morre... Mas o que se resigna talvez seja mais infeliz.

Houve um homem que morreu assim, lentamente, não de ciúme, mas de dor e humilhação, diariamente insultado e ultrajado na pessoa da mulher. Falo do infornado Louvet ^a. Depois de escapar aos perigos do Terror e voltar à Convenção, como não tinha com que viver, abriu uma livraria para a mulher no Palais-Royal: esse ramo era na época um comércio brilhante, e o único. Infelizmente o ardoroso girondino, inimigo tanto dos realistas quanto dos montanhese, possuía também milhares de inimigos. A *jeunesse dorée*, aquela que se safou tão bem no 13 Vendemiário, vinha petulantemente desfilar diante da loja de Louvet, entrava, pilheriava, vingava-se sobre sua mulher. Às provocações do marido furioso só respondiam com risos. Ele próprio lhes fornecera as armas; pois colocara, no relato de sua fuga e de suas desventuras ^b, inúmeros detalhes apaixonados, sem dúvida indiscretos e imprudentes, sobre sua Ladoïska. Uma

(a) Jean-Baptiste Louvet de Couvray (1760-1797), autor de *Amours du chevalier de faublas*. Michelet utilizava as *Mémoires de Jean-Baptiste Louvet de Couvray*, publicadas em 1822, para recontar, à sua maneira, a história do antigo Convencional.

(b) *Quelques notices pour l'histoire et le récit de mes périls, depuis le 31 mai 1793*, Paris, Ano III.

coisa deveria protegê-la, torná-la sagrada para os homens sensíveis: sua coragem e devotamento; ela salvara o marido... Nossos cavalheiros não fizeram caso disso; levaram adiante a cruel zombaria, e Louvet morreu. A mulher queria morrer; os filhos condenaram-na a viver.

VI

SERVIDÕES DO FUNCIONÁRIO

Quando os filhos crescem e a família reunida começa a indagar: "Que se fará deles?", o mais vivo, o menos disciplinável, nunca deixa de dizer: "Quero ser independente." Entrará no comércio e encontrará aí a independência que acabamos de caracterizar. O outro irmão, o dócil, o bonzinho, será funcionário.

Pelo menos, a família se esforçará para isso. Fará enormes sacrifícios, não raro além de suas posses. Grandes esforços para que fim? Depois de anos e anos de escola, o jovem se tornará extranumerário e, finalmente, funcionário menor. Seu irmão, o comerciante, que durante esse tempo todo teve muitas outras aventuras, inveja-o profundamente e não perde ocasião de fazer alusões às pessoas que não produzem, "que cochilam confortavelmente às custas do erário público". Aos olhos do industrial, além dele, ninguém produz; o juiz, o militar, o professor e o empregado são "consumidores improdutivos"¹.

Os pais sabiam que a carreira de funcionário público

1. Como se a justiça e a ordem civil, a defesa do país e a instrução não fossem também *produções*, e as principais!

não era nada lucrativa. Mas queriam para essa criança afável e tranqüila uma vida segura, estável e regular. Esse é o ideal das famílias depois de tantas revoluções, esse, a seu ver, o destino do funcionário; o resto vai e vem, se transforma, mas o funcionário escapa às variabilidades dessa vida mortal, está como que num mundo melhor.

Não sei se o empregado gozou alguma vez de tal paraíso sobre a terra, dessa vida de imobilidade e sono. Hoje, não sei de homem mais móvel. Sem falar das destituições, que às vezes ocorrem e que sempre se temem, sua vida é feita de mutações, viagens, traslados súbitos (por algum mistério eleitoral) de uma extremidade a outra da França, desgraças inexplicáveis, pretensas promoções que, por duzentos francos a mais, o fazem mudar de Perpignan para Lille. As estradas cobrem-se de funcionários que viajam com seus móveis, e muitos renunciaram a tê-los. Instalados em albergues, as malas sempre prontas, vivem aí, um ano ou menos, uma vida solitária e triste, numa cidade desconhecida; e quando começam a fazer relações, mandam-nos para o fim do mundo.

Que não se casem, pois sua situação pioraria ainda mais. Independentemente dessa mobilidade, os magros salários não poderiam sustentar uma casa. Aqueles que são obrigados a fazer respeitar sua posição, que têm responsabilidade sobre outros, o juiz, o oficial, o professor, passarão a vida, caso não tenham fortuna, em luta perpétua, num esforço miserável para ocultar a miséria e cobri-la com alguma dignidade.

Já tereis encontrado, na diligência (e não uma vez, mas muitas), uma senhora respeitável, séria, ou melhor, triste, com roupas modestas e um tanto fora de moda, acompanhada de um ou dois filhos, rodeada de malas, pacotes, todo um mobiliário no bagageiro. Ao desembarcar, é recebida pelo marido, bravo e digno oficial já não muito jovem. Ela o segue assim, com todo tipo

de desconforto e aborrecimentos, de guarnição em guarnição, dando à luz durante a viagem, amamentando no albergue, em seguida pondo-se novamente a caminho. Nada mais triste do que ver essas pobres mulheres associadas assim, pela afeição e o dever, às servidões da vida militar.

Os salários dos funcionários, civis e militares, pouco mudaram desde o Império¹. A estabilidade que se considera sua suprema ventura, quase todos a têm sob esse aspecto. Mas como o dinheiro se desvalorizou, o salário vai perdendo o valor real e representando cada vez menos; já observamos isso relativamente aos salários industriais.

A França pode se vangloriar de uma coisa: com exceção de alguns cargos elevados, muito bem remunerados, nossos funcionários públicos servem o Estado quase em troca de nada. Por isso digo que neste país tão caluniado existem pouquíssimos funcionários subornáveis.

Objetam-me: muitos se corrompem na esperança de progredir, através da intriga, das más influências; sei disso, e concordo. Mas nem por isso deixarei de sustentar que, entre essa gente tão mal paga, não encontrareis um que receba propina, como sucede na Rússia, na Itália e em muitos outros países.

Vejamos o nível mais elevado. O juiz, que decide a sorte, a fortuna dos homens, que diariamente tem nas mãos casos que envolvem milhões e que, por uma função tão elévada, tão assídua, tão aborrecida, às vezes ganhando menos que um operário, o juiz não recebe propina.

Desçamos a uma classe em que as tentações são maio-

res, tomemos o guarda de alfândega: há os que aceitam uma pequena gorjeta em ocasiões sem gravidade, nunca quando isso possa dar margem à mínima suspeita de fraude. E quereis saber quanto ganha por esse serviço ingrato? Seiscentos francos, pouco mais de trinta *sous* por dia; acrescentemos as noites, que não são pagas; o guarda passa uma noite a cada duas na fronteira, na costa, envolto em seu manto, exposto ao ataque do contrabandista, ao furor da tempestade que às vezes o arranca da falésia e o joga no mar. É lá, na praia, que sua mulher lhe leva a magra refeição; pois ele é casado, tem filhos, e, para dar de comer a quatro ou cinco pessoas, não tem mais do que trinta *sous*.

Um auxiliar de padeiro em Paris¹ ganha por dois guardas de alfândega, mais do que um tenente de infantaria, mais do que certos magistrados e a maior parte dos professores; ganha por *seis mestres-escola*!

Vergonha! Infâmia!... O povo que menos paga aqueles que instruem o povo (escondamo-nos para confessá-lo) é a França.

A França de hoje. — A verdadeira França, ao contrário, a França da Revolução, declarou que o ensino era um sacerdócio, que o mestre-escola era igual ao padre. Estabeleceu como princípio que a despesa prioritária do Estado era a instrução. Em sua terrível miséria, a Convenção queria destinar cinquenta e quatro milhões ao ensino primário², e ela o teria feito por certo, se durasse mais. Estranhos tempos aqueles, quando os homens se diziam materialistas, e que foram na realidade a apoteose do pensamento, o reino do espírito!

1. Eles melhoraram em quase todos os outros estados europeus. Aqui, aumentaram para um pequeno número de cargos e baixaram para outros, como é o caso dos empregados de prefeituras e subprefeituras. Sobre o caráter geral e as divisões dessa imensa legião de funcionários, ler a importante obra de Vivien, *Etudes administratives*, 1845.

1. Refiro-me genericamente ao trabalhador de salário médio, sem descanso de inverno. Ver mais acima, p. 60, nota.

2. Três meses após o 9 termidor (27 brumário, ano III), relatório de Lakanal. Ver *Exposé sommaire des travaux de Lakanal*, p. 133.

Não o escondo: de todas as misérias destes tempos, não há outra que me perturbe mais. O francês de maior mérito, o mais miserável ¹, o mais esquecido é o mestre-escola. O Estado, que ignora quais são seus verdadeiros instrumentos e sua força, que não suspeita ser essa classe de homens sua mais poderosa alavanca moral, o Estado, digo eu, a abandona aos inimigos do Estado. Dizeis que os Frades ensinam melhor; nego-o. E, ainda que fosse verdade, que me importaria? O mestre-escola é a França; o Frade é Roma, o estrangeiro, o inimigo. Lede antes seus livros, acompanhai seus hábitos e relações; adula-dores na Universidade, inteiramente jesuítas no coração.

Em outro lugar falei das servidões do padre ²; elas são grandes, dignas de compaixão; servo de Roma, servo do bispo, quase sempre numa posição que dá a seu superior, bem informado, total poder sobre ele. Pois bem, esse padre, esse servo, é o tirano do mestre-escola. Este não é seu subordinado legal, mas é seu lacaios. Sua mulher, mãe de família, bajula a senhora governanta do senhor

1. Lorrain, em seu *Tableau de l'instruction primaire*, obra oficial da mais alta importância, na qual resume os relatórios dos 490 inspetores que em 1833 vistoriaram todas as escolas, não tem expressões suficientemente fortes para descrever o estado de miséria e a abjeção em que nossos intrusores se encontram. Ele declara (p. 60) existir quem ganhe, *no total*, 100, 60, 50 francos! E os pagamentos atrasam muito, e às vezes nem vêm! Não são pagos em dinheiro; cada família separa o que obteve de pior em sua colheita para o mestre-escola, *quando este vai aos domingos mendigar de porta em porta, com o bernal às costas*; não é bem-vindo quando pede sua pequena porção de batatas, *acham que isso prejudica os porcos*, etc. Depois desses relatórios oficiais, novas escolas foram criadas; mas a sorte dos antigos professores não melhorou. Esperemos que a Câmara dos Deputados conceda este ano o aumento de 100 francos inutilmente reclamado no ano passado.

(2) Michelet escreveu na conclusão ("Uma palavra aos padres") de seu livro *Du prêtre (Do padre)*: "Uma palavra aos padres. Poupei-os, atacaram-me. Pois bem, mesmo hoje, não é a eles que ataco. Este livro não é contra eles. Só ataca sua escravidão, sua situação contrária à natureza, as condições bizarras que os tornam ao mesmo tempo infelizes e perigosos."

cura, a penitente preferida, influente. Percebe bem, essa mulher cheia de filhos, que vive com tanta dificuldade, que um mestre-escola de mal com o cura é um homem perdido! Não lhe custa muito arruiná-lo; ninguém se diverte chamando-o de ignorante; não, ele é vicioso, é bêbado, é... Seus filhos, que se multiplicam, infelizmente, a cada ano, em vão depõem a favor de seus costumes. Os Frades, esses sim, têm bons costumes; às vezes enfrentam processozinhos, logo abafados!

Servidão, pesada servidão! Encontro-a de alto a baixo, em todos os degraus da escala social, esmagando os mais dignos, os mais humildes, os de maior mérito!

Não me refiro à dependência hierárquica e legítima, à obediência ao superior natural. Refiro-me à outra dependência, oblíqua, indireta, que vem de cima para baixo, que pesa tremendamente, que se insinua, entra em pormenores, informa-se, que quer governar a própria alma.

Grande diferença entre o comerciante e o funcionário! O primeiro, já o dissemos, está condenado a mentir relativamente a coisas mínimas, de interesse exterior; no que diz respeito à alma, ele freqüentemente pode preservar a independência. E é justamente esse lado que se critica no funcionário; é homem inquieto nas questões da alma, por vezes forçado a mentir no que toca à fé e à fé política.

Os mais inteligentes se esforçam para que ninguém repare neles; evitam viver e pensar, fingem ser nulos, e, jogando tão bem esse jogo, por fim já nem precisam fingir: tornam-se verdadeiramente o que queriam parecer. Os funcionários, sendo embora os olhos e os braços da França, pretendem não ver, nem se mexer; um corpo com tais membros deve estar bem doente.

Estará desobrigado o infeliz que se anula dessa maneira? Nem sempre. Quanto mais cede, quanto mais recua, mais exigem dele. Pedem-lhe o que se chama uma prova

de devotamento, serviços positivos. Poderia ir longe se se mostrasse útil, se desse informações sobre esta ou aquela pessoa... “Aquele teu colega, por exemplo, é homem de confiança?”

Eis aí um homem atormentado, doente. Volta para casa preocupado. Pressionado brandamente, confessa o que fez... Onde pensais que encontra apoio nessas graves circunstâncias? Em casa? Raramente.

É triste e duro dizer, mas necessário: hoje, o homem não é corrompido pelo mundo, ele o conhece bem; nem pelos amigos... quem os tem? Não, quem quase sempre o corrompe é sua própria família. Uma excelente esposa, preocupada com os filhos, é capaz de tudo para empurrar o marido, até de levá-lo a torpezas. Uma mãe devota acha bastante simples que ele construa sua fortuna pelo empenho; o fim santifica tudo; como pecar servindo a boa causa?... Que fará o homem ao encontrar a tentação na sua própria família, que deveria preservá-lo dela? Quando o vício lhe chega através da virtude, da obediência filial, do respeito à autoridade paterna?

Esse aspecto de nossos costumes é grave; não conheço outro mais sombrio.

Mas que a baixeza, ainda que dotada desses meios, o servilismo e o jesuitismo possam triunfar em França, nunca o poderei crer. A repugnância por tudo o que é falso e pérfido é invencível neste nobre país. A massa é boa; não a julgueis pela escuma que sobrenada. Essa massa, ainda que flutue, possui uma força que a garante: o sentimento da honra militar, eternamente renovado por nossa legenda heróica. Alguém, no instante da queda, pára sem que se saiba por quê... Sentiu perpassar pela face o espírito invisível dos heróis de nossas guerras, o vento da velha bandeira!...

Ah, só tenho esperança nela! Que esta bandeira salve a França, a França do exército! Que se mantenha puro

nosso glorioso exército, que o mundo observa!¹ Que ele seja de ferro contra o inimigo e de aço contra a corrupção! Que jamais o espírito policial penetre nele! Que conserve o horror pelos traidores, as ofertas vis, os meios subterrâneos de progredir!

Que penhor nas mãos desses jovens soldados! Que responsabilidade para com o futuro! ...No dia supremo do combate entre a civilização e a barbárie (quem sabe se não será amanhã), é preciso que o Juiz os encontre irrepreensíveis, a espada limpa, as baionetas reluzentes!... Toda vez que os vejo passar, o coração se anima em meu peito: “Aqui, somente aqui, estão em harmonia a força e a idéia, a coragem e o direito, essas duas coisas desirmanadas no resto do mundo... Se o mundo for salvo pela guerra, somente vós o salvareis... Sagradas baionetas de França, vigiai para que nada obscureça esse clarão que paira sobre vós, a que nenhum olhar resiste!”

VII

SERVIDÕES DO RICO E DO BURGUEÊS

O único povo que possui um exército sério é o que não conta para nada na Europa. Esse fenômeno não se explica suficientemente pela fraqueza de um ministério, de um governo; infelizmente, deve-se a uma causa mais geral: o declínio da classe governante, classe muito nova e muito desgastada. Falo da burguesia.

1. Se houve atos atrozes, foram ordenados. Recaia a responsabilidade sobre quem expediu as ordens! — Observe-se, de passagem, que com frequência nossos jornais dão guarida às invencionices caluniosas dos ingleses, por mero interesse partidário.

Voltarei um pouco atrás para me fazer compreender melhor.

A gloriosa burguesia que rompeu a Idade Média e fez nossa primeira Revolução, no século XIV, teve o caráter particular de constituir uma iniciação rápida do povo à nobreza¹. Foi menos uma classe do que uma passagem, um degrau. Depois, cumprida sua obra, uma nobreza nova e uma realeza nova, ela perdeu a mobilidade, este-reotipou-se, permaneceu como classe, freqüentemente ridícula. O burguês dos séculos XVII e XVIII é um ser bastardo, que a natureza parece ter detido em seu desenvolvimento imperfeito, ser misto, pouco gracioso de se ver, que não é nem de cima nem de baixo, que não sabe andar nem roubar, que se compraz consigo mesmo e se pavoneia pretensiosamente.

Nossa burguesia atual, nascida tão pouco tempo depois da Revolução, não encontrou, em sua ascensão, nobres à sua frente. E quis ser antes de tudo uma classe. Estabilizou-se ao nascer, de tal maneira que supôs ingenuamente poder extrair de seu seio uma aristocracia: o que equivalia mais ou menos a improvisar uma antigüidade. Tal criação revelou-se, como era de prever, não antiga, mas velha e caduca².

Embora os burgueses não reivindiquem mais do que serem uma classe à parte, não é nada fácil precisar os limites dela, onde começa, onde termina. Ela não engloba apenas as pessoas de posses, há também muitos burgueses pobres³. Em nossos campos, o mesmo homem

é diarista aqui e *burguês* acolá, por possuir algum patrimônio. E isso, graças a Deus, faz com que não seja possível opor rigorosamente a burguesia ao povo, como querem alguns, o que no mínimo criaria duas nações. Nossos pequenos proprietários rurais, sejam ou não chamados *burgueses*, são o povo e o coração do povo.

Quer estendamos ou restrinjamos essa denominação, o que vale observar é que a burguesia, agindo quase sozinha há cinquenta anos, parece hoje paralisada, incapaz de ação. Uma classe bem recente deveria renová-la; falo da classe industrial, nascida em 1815, fortalecida nas lutas da Restauração, e mais do que qualquer outra responsável pela Revolução de Julho. Talvez mais francesa que a burguesia propriamente dita, é burguesa por interesse; não ousa mover-se. A burguesia não o quer nem o pode: perdeu a mobilidade. Portanto, bastou um século para que saísse do povo, se elevasse pela própria força e atividade, e, de repente, em pleno triunfo, sucumbisse. Não há exemplo de declínio tão rápido.

Não somos nós que o dizemos, é ela. As mais tristes confissões lhe escapam sobre sua decadência e a conseqüente decadência da França.

Um ministro dizia há dez anos, diante de várias pessoas: "A França será a primeira das potências secundárias." Essa frase, então humilde, no ponto a que as coisas chegaram parece quase ambiciosa. Como a queda é rápida!

dência e tranqüilidade, ausência de inquietação com o alimento cotidiano. Um operário que ganha 5 francos por dia chama sem dificuldade *meu burguês* ao proprietário rural famélico que recolhe 300 francos do arrendatário e passeia de roupa preta em pleno mês de janeiro. — Se a segurança é a essência do burguês, serão também burgueses os que nunca sabem se são ricos ou pobres, os comerciantes, e outros mais bem estabelecidos que, devido às dívidas, são servos do capitalista? Se não são realmente burgueses, ligam-se no entanto a essa classe pelo interesse, o medo, a idéia fixa da paz a qualquer preço.

1. A passagem se fazia, como é sabido, através da nobreza togada. Mas o que se ignora é a facilidade com que essa nobreza se tornava militar, nos séculos XIV e XV.

2. A França antiga possuía três classes. A nova tem apenas duas, povo e burguesia.

3. Se observardes com atenção como o povo emprega essa palavra, vereis que, para ele, ela designa menos a riqueza do que determinado grau de indepen-

Rápida por dentro e por fora. O progresso do mal se mede pelo desencorajamento daqueles mesmos que dele se beneficiam. Não podem interessar-se mais por um jogo onde ninguém mais espera enganar ninguém. Os atores se aborrecem quase tanto quanto os espectadores; dançam com o público, fartos de si mesmos e de sentir que decaem.

Um deles, homem de espírito, escrevia há alguns anos que já não eram necessários grandes homens, que poderíamos muito bem passar sem eles. A frase vinha a propósito. Mas, se a reimprimisse, deveria ampliá-la e provar desta vez que os homens medianos, os talentos secundários, não são indispensáveis, e que podemos também passar sem eles.

A imprensa, há dez anos, pretendia ter influência. Hoje volta a querer tê-la. Ela sentiu, para falar apenas da literatura, que a burguesia que lê (só ela, pois o povo não lê) não precisava mais da arte. Pôde dessa forma, sem que ninguém se queixasse, reformular duas coisas custosas, a arte e a crítica; dirigiu-se aos improvisadores, aos romancistas mercenários, e depois, conservando apenas seu nome, aos operários de terceira classe.

A decadência geral é menos perceptível por ser conjunta; todos decaem, o nível relativo é o mesmo.

Quem diria, pelo pouco ruído que fazemos, que já fomos um povo ruidoso? O ouvido se habitua aos poucos, a voz também. O diapasão muda. Alguém pensa gritar e sussura. O único alarido um pouco maior é o da Bolsa. Quem o escuta de perto e observa toda aquela agitação supõe facilmente que esse fluxo agita as profundezas do marasmo burguês. Engano. Seria incorreto para com a massa burguesa, seria honrá-la demais supô-la possuidora de tanto afã pelos interesses materiais¹. Ela é muito

1. A França não tem espírito mercantil, salvo nos momentos ingleses (como

egoísta, é verdade, mas rotineira, inerte. Salvo em alguns breves acessos, apegase comumente às primeiras aquisições, que receia comprometer. É inacreditável como essa classe, sobretudo na província, resigna-se facilmente à mediocridade, em todos os aspectos. Tem pouco, o que tem conseguiu no passado; desde que o conserve, arranja-se para viver sem agir, sem pensar¹.

O que caracterizava a antiga burguesia, e falta à nova, é sobretudo a segurança.

A burguesia dos dois últimos séculos, fortemente amparada em fortunas já antigas, em cargos de magistratura e de finanças que valiam por propriedades, no monopólio das corporações mercantis, etc., acreditava-se tão segura na França como o Rei. Seu ridículo foi o orgulho, a desajeitada imitação dos grandes. Esse esforço para subir mais alto do que era possível traduziu-se pela ênfase, pelo estilo empolado da maior parte dos monumentos do século XVII.

o de Law e o presente), muito raros. Isso se observa sobretudo na facilidade com que certos homens, tidos no começo como os mais ávidos, logo estacam no caminho da fortuna. O francês que ganhou mil libras de rendimentos, no comércio ou em outra atividade qualquer, acredita-se rico e já não faz mais nada. O inglês, ao contrário, vê na riqueza adquirida um meio de enriquecer; ele persevera no trabalho até a morte. Permanece preso à sua corrente, especializado no seu ramo, mas persegue essa especialização numa escala ampla. Não sente mais a necessidade do lazer, que lhe permitiria organizar sua vida livremente.

Por isso, há poucos ricos na França, se excetuarmos os capitalistas estrangeiros. E esses ricos seriam quase todos pobres na Inglaterra. Desses ricos, convém abater certo número de pessoas que apenas fazem figura, cuja fortuna está empenhada ou é incerta, hipotética.

1. Conheço, nas imediações de Paris, uma cidade de porte considerável com algumas centenas de proprietários e rendeiros de 4.000, 6.000 libras de renda, ou pouco mais, que não sonham sair disso, nada fazem, nada lêem, nem livros, nem jornais (quase), por nada se interessam, nunca se reúnem, nunca se vêem, mal se conhecem. A sedução da Bolsa não se faz sentir aí, mas atua infelizmente nas camadas inferiores, entre os pobres da cidade, e mesmo nos campos, onde o camponês não dispõe sequer de um jornal para esclarecê-lo sobre as armadilhas.

Rápida por dentro e por fora. O progresso do mal se mede pelo desencorajamento daqueles mesmos que dele se beneficiam. Não podem interessar-se mais por um jogo onde ninguém mais espera enganar ninguém. Os atores se aborrecem quase tanto quanto os espectadores; dançam com o público, fartos de si mesmos e de sentir que decaem.

Um deles, homem de espírito, escrevia há alguns anos que já não eram necessários grandes homens, que poderíamos muito bem passar sem eles. A frase vinha a propósito. Mas, se a reimprimisse, deveria ampliá-la e provar desta vez que os homens medianos, os talentos secundários, não são indispensáveis, e que podemos também passar sem eles.

A imprensa, há dez anos, pretendia ter influência. Hoje volta a querer tê-la. Ela sentiu, para falar apenas da literatura, que a burguesia que lê (só ela, pois o povo não lê) não precisava mais da arte. Pôde dessa forma, sem que ninguém se queixasse, reformular duas coisas custosas, a arte e a crítica; dirigiu-se aos improvisadores, aos romancistas mercenários, e depois, conservando apenas seu nome, aos operários de terceira classe.

A decadência geral é menos perceptível por ser conjunta; todos decaem, o nível relativo é o mesmo.

Quem diria, pelo pouco ruído que fazemos, que já fomos um povo ruidoso? O ouvido se habitua aos poucos, a voz também. O diapasão muda. Alguém pensa gritar e sussura. O único alarido um pouco maior é o da Bolsa. Quem o escuta de perto e observa toda aquela agitação supõe facilmente que esse fluxo agita as profundezas do marasmo burguês. Engano. Seria incorreto para com a massa burguesa, seria honrá-la demais supô-la possuidora de tanto afã pelos interesses materiais¹. Ela é muito

1. A França não tem espírito mercantil, salvo nos momentos ingleses (como

egoísta, é verdade, mas rotineira, inerte. Salvo em alguns breves acessos, apegase comumente às primeiras aquisições, que receia comprometer. É inacreditável como essa classe, sobretudo na província, resigna-se facilmente à mediocridade, em todos os aspectos. Tem pouco, o que tem conseguiu no passado; desde que o conserve, arranja-se para viver sem agir, sem pensar¹.

O que caracterizava a antiga burguesia, e falta à nova, é sobretudo a segurança.

A burguesia dos dois últimos séculos, fortemente amparada em fortunas já antigas, em cargos de magistratura e de finanças que valiam por propriedades, no monopólio das corporações mercantis, etc., acreditava-se tão segura na França como o Rei. Seu ridículo foi o orgulho, a desajeitada imitação dos grandes. Esse esforço para subir mais alto do que era possível traduziu-se pela ênfase, pelo estilo empolado da maior parte dos monumentos do século XVII.

o de Law e o presente), muito raros. Isso se observa sobretudo na facilidade com que certos homens, tidos no começo como os mais ávidos, logo estacam no caminho da fortuna. O francês que ganhou mil libras de rendimentos, no comércio ou em outra atividade qualquer, acredita-se rico e já não faz mais nada. O inglês, ao contrário, vê na riqueza adquirida um meio de enriquecer; ele persevera no trabalho até a morte. Permanece preso à sua corrente, especializado no seu ramo, mas persegue essa especialização numa escala ampla. Não sente mais a necessidade do lazer, que lhe permitiria organizar sua vida livremente.

Por isso, há poucos ricos na França, se excetuarmos os capitalistas estrangeiros. E esses ricos seriam quase todos pobres na Inglaterra. Desses ricos, convém abater certo número de pessoas que apenas fazem figura, cuja fortuna está empenhada ou é incerta, hipotética.

1. Conheço, nas imediações de Paris, uma cidade de porte considerável com algumas centenas de proprietários e rendeiros de 4.000, 6.000 libras de renda, ou pouco mais, que não sonham sair disso, nada fazem, nada lêem, nem livros, nem jornais (quase), por nada se interessam, nunca se reúnem, nunca se vêem, mal se conhecem. A sedução da Bolsa não se faz sentir aí, mas atua infelizmente nas camadas inferiores, entre os pobres da cidade, e mesmo nos campos, onde o camponês não dispõe sequer de um jornal para esclarecê-lo sobre as armadilhas.

O ridículo da nova burguesia é o contraste com seus precedentes militares, esse medo atual que ela não dissimula de maneira alguma, expressando-o a propósito de tudo com singular ingenuidade. Se três homens conversam na rua sobre salários, se pedem ao empresário, enriquecido com o trabalho deles, um pequeno aumento, então o burguês se assusta, grita, pede socorro.

O antigo burguês era pelo menos mais conseqüente. Extasiava-se com seus privilégios, queria aumentá-los, olhava para cima. O nosso olha para baixo, vê a multidão subir atrás dele, como ele próprio subiu, e não deseja que ela suba; e assim ele recua, protege-se do lado do poder. Confessará claramente suas tendências retrógradas? Raramente, seu passado lhe repugna; permanece quase sempre numa posição contraditória, liberal por princípio, egoísta pela prática, querendo e não querendo. Se algo de francês se manifesta nele, apazigua-se na leitura de algum jornal inocentemente reclamador, pacificamente belicoso.

A maior parte dos governos, é preciso dizê-lo, especulou sobre esse triste progresso do medo, que a longo prazo não é senão o medo da morte moral. Esses governos achavam que os mortos eram mais úteis que os vivos. Para incutir-lhes o medo do povo, apresentaram sem cessar a essa gente assustada duas cabeças de Medusa, que acabaram por transformá-la em pedra: o Terror e o comunismo.

A história ainda não examinou de perto esse fenômeno único do Terror, que nenhum homem, nenhum partido certamente poderia ressuscitar. Tudo o que posso dizer a esse respeito é que, por trás daquela fantasmagoria popular, os líderes, nossos grandes Terroristas, não eram de modo algum homens do povo, mas burgueses, nobres, espíritos cultivados, sutis, bizarros, sofistas e escolásticos.

Quanto ao comunismo, assunto ao qual voltarei, basta uma palavra. O último país do mundo onde a propriedade será abolida é justamente a França. Se, como dizia um adepto dessa escola, "a propriedade não é nada mais do que um roubo", existem por aqui vinte e cinco milhões de ladrões que não vão amanhã renunciar à posse^a.

São excelentes máquinas políticas para assustar os que possuem, levá-los a agir contra seus princípios, arrancá-lhes todo princípio. Vede o bom partido que os jesuítas e seus amigos tiram do comunismo, especialmente na Suíça. Toda vez que o partido da liberdade ameaça ganhar terreno, descobre-se oportunamente, publica-se com grande alarido alguma perfídia nova, algum enredo atroz que faz tremer de horror os bons proprietários, protestantes, católicos, tanto Berna como Friburgo.

Nenhuma paixão é fixa, o medo menos que todas. É preciso submeter-se a seu progresso. Ora, o medo tem algo que o faz crescer sem motivo, sempre enfraquecendo a imaginação enferma. Todo dia surge uma nova ameaça: hoje uma idéia, amanhã um homem ou uma classe; as pessoas se enclausuram cada vez mais, fazem barricadas, bloqueiam sua porta e seu espírito; não há mais luz, nenhuma pequena fenda por onde ela possa penetrar.

Acaba o contato com o povo. O burguês só o conhece

(a) Michelet interpreta sumariamente a célebre fórmula, sem respeitar a distinção que Proudhon estabeleceu entre a propriedade que produz renda, a qual condena, e a propriedade legítima, dos instrumentos do trabalho. Essa frase infeliz provocou pronta réplica. Lê-se, com efeito, na *Philosophie de la misère*, publicada alguns meses depois de *O povo*: "O autor dessa ironia é o senhor Michelet, professor no Collège de France, membro da Academia das ciências morais e políticas; o adepto a que aludia sou eu. O senhor Michelet poderia chamar-me pelo nome que eu não enrubesceria; a definição é minha, e tudo o que quero é provar que lhe compreendi o sentido e o alcance. A propriedade é o roubo. Em mil anos não se dizem duas frases como essa."

por intermédio da "Gazeta dos Tribunais". Contempla-o no criado de casa, que o rouba e zomba dele. Contempla-o por trás da vidraça no bebedouro que passa lá embaixo gritando, escorregando e caindo na lama. Ignora que o pobre diabo é, afinal de contas, mais honesto que os envenenadores por atacado e a varejo que o puseram nesse mísero estado.

Rudes trabalhos fazem homens rudes e rudes palavras. A voz do homem do povo é áspera; foi soldado, continua a afetar energia militar. Daí conclui o burguês que seus modos são violentos, e em geral se engana. O progresso do tempo em nenhuma outra parte é mais sensível que aqui. Recentemente, quando a força armada entrou bruscamente na casa da *mãe* dos carpinteiros^a, arrombando seu cofre, confiscando seus papéis e suas modestas economias, não vimos esses homens corajosos se comportarem com moderação e procurarem o amparo das leis?

O rico é geralmente o enriquecido, o pobre de ontem. Era então o operário, o soldado, o camponês que ele evita hoje. Posso compreender que quem já nasce rico esqueça tais coisas; mas que no espaço de uma vida, em trinta ou quarenta anos, alguém não se reconheça mais, parece-me um fato inexplicável. Por favor, homem dos tempos belicosos, que cem vezes afrontaste o inimigo, não temas olhar de frente os pobres companheiros, de quem foste levado a ter medo. Que fazem eles? Estão começando, como começaste. Aquele que passa lá adiante és tu quando jovem... O jovem recruta que vai, cantando a *Marselhesa*, não és tu acaso, mocinho, partindo em

(a) Encontramos no *Livre du compagnonnage*, de Agricole Perdiguier, a melhor definição do que seria a "mãe": "Quando um companheiro vai à casa onde a Sociedade se aloja, se alimenta e faz suas assembléias, diz: *Vou à casa da mãe*. Se o anfitrião não tem esposa, também se diz: *Vou à casa da mãe*. Vê-se então que a palavra *mãe* lembra não apenas a dona da casa, mas também a própria casa."

92? O oficial da África, cheio de ambição e de alento guerreiro, não é teu retrato em 1804, no campo de Boulogne? O comerciante, o operário, o pequeno industrial lembram muito aqueles que, em 1820, como tu, perseguiram a fortuna.

Eles são como tu; se puderem prosperarão, e muito provavelmente com melhores meios, pois nasceram numa época melhor. Ganharão, e tu não perderás nada com isso... Põe de lado essa idéia absurda de que só se ganha tomando dos outros. Cada vaga de povo que sobe traz consigo um fluxo de riqueza nova.

Sabeis o perigo de isolar-se, enclausurar-se tanto? É o de só enclausurar o vazio. Excluindo os homens e as idéias, diminuimos a nós mesmos, empobrecemos. Encerramo-nos em nossa classe, no pequeno círculo de hábitos, onde o espírito, a atividade pessoal, já não são necessários. A porta está bem fechada; não há ninguém dentro, porém... Pobre rico, se já não és coisa alguma, o que queres guardar tão bem?

Abramos essa alma, vejamos com ela, se tem lembrança, o que esteve nela, o que resta nela. O ímpeto jovem da Revolução, ai!, quem encontraria aqui o menor traço dele? A força guerreira do Império, a aspiração liberal da Restauração também não aparecem.

Esse homem de hoje, vimo-lo decair a cada degrau que parecia elevá-lo. Camponês, tinha costumes severos, a sobriedade e a economia; operário, era bom companheiro, dedicado aos seus; industrial, era ativo, enérgico, tinha seu patriotismo industrial, lutando contra a indústria estrangeira. Tudo isso foi se perdendo pelo caminho e nada ocupou seu lugar; sua casa se abasteceu, seu cofre está cheio, sua alma vazia.

A vida se ilumina e imanta com a vida, extingue-se com o isolamento. Quanto mais se mistura a vidas diferentes dela mesma, mais se torna solidária das outras

existências, e mais ganha em força, felicidade e fecundidade. Descei na escala animal até aos pobres seres que levam a duvidar se são plantas ou animais: entrareis na solidão; essas miseráveis criaturas quase não se relacionam com os outros.

Egoísmo tolo! Para onde olha a classe amedrontada dos ricos burgueses? Com quem se alia, se associa? Justamente com o que de mais inconstante existe, as forças políticas que vão e vêm neste país, os capitalistas que, no dia das revoluções, pegarão suas bolsas e cruzarão o canal... Proprietários, sabeis quem não se moverá, não mais que a própria terra?... O povo. Apoiai-vos nele.

A salvação da França e a vossa, homens ricos, é não temerdes o povo, é vos aliardes a ele, é o conhecerdes, deixardes de lado as fábulas que vos contam e que nada têm a ver com a realidade... É preciso escutar, descerrar os dentes e o coração, conversar, como se faz entre homens.

Decaireis, definhareis, decaireis continuamente se não chamardes a vós e se não adotardes o que é forte, o que é capaz. Não falo das *capacidades* em sentido comum. Pouco importa que uma assembléia de cento e cinquenta advogados tenha trezentos. Os homens educados em nossas escolásticas modernas não renovarão o mundo... Não, fá-lo-ão os homens de instinto, de inspiração, sem cultura ou de outras culturas (estranhas a nossos modos e que não apreciamos), aqueles cuja aliança devolverá a vida ao homem de estudo, e, ao homem de negócios, o senso prático que certamente lhe tem faltado ultimamente; ele lembra muito a condição da França.

Ignoro o que deva esperar dos ricos e burgueses em termos de associação ampla, franca, generosa. Eles estão muito doentes; não se volta facilmente de tão longe. Mas confesso ter ainda esperança em seus filhos. Esses jovens, tal como os vejo nas escolas diante de minha cátedra, apresentam melhores tendências. Sempre acolheram ge-

nerosamente toda palavra em favor do povo. Que façam mais, que lhe estendam a mão e formem logo com ele a aliança da regeneração comum. Que essa mocidade rica não esqueça o grande peso que carrega: a vida dos país, que em tão pouco tempo subiram, gozaram, e decaíram. Essa mocidade é cansada ao nascer, e, embora bastante nova, tem grande necessidade de rejuvenescer, acolhendo o pensamento popular. O que ela tem de mais forte é estar ainda muito próxima do povo, sua raiz, de onde acabou de sair. Pois bem, que para lá retorne por simpatia e afeto, que lá retome um pouco da seiva poderosa que fez, desde 89, o gênio, a riqueza e a força da França.

Jovens e velhos, estamos cansados. Por que não o confessaríamos ao fim dessa jornada laboriosa que dura perto de meio século?... Aqueles mesmos que, como eu, atravessaram diversas classes, mas que ao longo de todas as provas preservaram o instinto fecundo do povo, foram perdendo no caminho, devido a conflitos internos, grande parte de suas forças... É tarde, eu o sinto, a noite não deve demorar. "Já a grande sombra desce do alto dos montes."

A nós então os jovens e os fortes. Vinde, trabalhadores. Nós vos abriremos os braços. Trazei-nos um calor novo; que o mundo, a vida e a ciência recomecem uma vez mais.

De minha parte, espero que minha ciência, meu querido estudo, a história, se revitalize com essa vida popular e se torne, graças a esses recém-chegados, a coisa grande e salutar com que eu havia sonhado. Do povo sairá a história do povo.

E o povo não a amará mais do que eu, por certo. Nela tenho todo o meu passado, minha pátria verdadeira, meu lar e meu coração... Mas muitas coisas me impediram de captar seu elemento mais fecundo. A cultura abstrata

que nos impingem secou-me por muito tempo. Foram necessários anos para que eu pudesse apagar o sofista que fizeram em mim. Só me encontrei comigo mesmo depois de me desembaraçar desse acessório estranho; só me conheci por via negativa. Eis por que, sempre sincero, sempre apaixonado pela verdade, não atingi o ideal de simplicidade grandiosa que tinha diante do espírito... A ti, jovem, sejam dados os dons que me faltaram¹. Filho do povo, menos distanciado dele, chegarás primeiro ao terreno de sua história, com sua força colossal e sua seiva inesgotável; meus regatos virão voluntariamente perder-se em tuas torrentes.

Dou-te tudo o que realizei... E tu me darás o esquecimento. Possa minha história imperfeita ser absorvida por um monumento mais digno, no qual se juntem melhor a ciência e a inspiração, onde, em meio às amplas e argutas pesquisas, sinta-se por toda parte o sopro das grandes multidões, e a alma fecunda do povo!

VIII

REVISÃO DA PRIMEIRA PARTE. INTRODUÇÃO À SEGUNDA

Passando os olhos novamente por essa longa escala social, indicada em tão poucas páginas, uma multidão de idéias e sentimentos penosos me obceca, um mundo de tristeza... Tantas dores físicas! Mas quão mais nume-

1. Mas devo antes ajudar e preparar esse jovem. Por isso prossigo o meu trabalho histórico. Um livro é um meio de fazer um livro melhor.

rosas são as dores morais!... Poucas me são desconhecidas; sei, sinto, tive meu quinhão... Mas devo banir meus sentimentos e minhas lembranças, para acompanhar na bruma minha pequenina luz.

Minha luz antes de tudo, que nunca me enganará, é a França. O sentimento francês, o devotamento do cidadão à pátria é minha medida para julgar esses homens e essas classes; medida moral, mas também natural; em toda coisa viva, a parte vale sobretudo por sua relação com o todo.

Ocorre em nacionalidade o mesmo que na geologia: o calor está embaixo. Quanto mais se desce, mais ele aumenta; nas camadas inferiores é escaldante.

Os pobres amam a França como se tivessem obrigações e deveres para com ela. Os ricos amam-na como se ela lhes pertencesse e lhes devesse favores. O patriotismo dos primeiros é o sentimento do dever; o dos outros, a exigência, a pretensão de um direito.

O camponês, como dissemos, desposou a França em matrimônio legítimo; ela é sua mulher para sempre, ambos são um. Para o operário, é a amante formosa; ele nada tem, mas tem a França, seu nobre passado, sua glória. Livre de idéias locais, ele adora a grande unidade. É preciso que seja bem miserável, escravizado pela fome, pelo trabalho, para que esse sentimento esmoreça nele; mas ele nunca se extingue.

A infeliz servidão dos interesses aumenta ainda mais quando chegamos aos industriais, aos comerciantes. Sentem-se constantemente em perigo, como se estivessem na corda bamba... A falência! Para evitá-la em parte, prefeririam provocá-la no todo... Fizeram e desfizeram Julho.

E contudo diríamos que, nessa grande classe de milhares de almas, o fogo sagrado se extinguiu definitiva e irremediavelmente? Não, prefiro acreditar que entre eles a chama permanece em estado latente. A rivalidade

estrangeira, o inglês, irá impedi-los de deixarem extinguir-se a fagulha.

Que frio quando subo mais! É como nos Alpes. Chego à região das neves. A vegetação moral desaparece pouco a pouco, a flor de nacionalidade empalidece. É como um mundo dominado numa noite por um frio súbito de egoísmo e medo... Subo mais um degrau e o próprio medo cessa, só há o egoísmo puro do calculista sem pátria; já não há homens, cifras apenas... Verdadeira geleira abandonada pela natureza!... Permitam-me descer, o frio é intenso demais para mim, já não consigo respirar.

Se, como creio, o amor é a própria vida, vive-se bem pouco lá em cima. Parece que, do ponto de vista do sentimento nacional, que faz com que um homem estenda sua vida por toda a grande vida da França, quanto mais se sobe em direção às classes superiores, menos vivo se está.

Pelo menos, como recompensa, será que se é menos sensível aos sofrimentos, mais livre, mais feliz? Duvido. Vejo, por exemplo, que o grande industrial, tão superior ao miserável pequeno proprietário rural, é como ele, e às vezes mais, escravo do banqueiro. Noto que o pequeno comerciante, depois de aplicar suas economias aos acasos do comércio e neles comprometer a própria família (como já expliquei), consumir-se pela expectativa in-

1. Essas geleiras não apresentam a imparcial indiferença daquelas dos Alpes, as quais acumulam as águas fecundas apenas para vertê-las indistintamente sobre as nações. Os judeus, diga-se o que se disser, têm uma pátria, a Bolsa de Londres; atuam em toda parte, mas suas raízes estão no país do ouro. Hoje que a paz armada, essa guerra estática que corrói a Europa, lhes depositou nas mãos os capitais de todos os Estados, que podem os judeus amar? O país do *statu quo*, a Inglaterra. O que podem odiar? O país do movimento, a França... Ultimamente, pensaram enfraquecê-la comprando uma vintena de homens renegados pela França. Outro erro: por vaidade, por exagerado sentimento de segurança, colocaram reis em seu bando, misturaram-se à aristocracia e graças a isso se associaram aos acasos políticos. Isso seus ancestrais, os judeus da Idade Média, jamais teriam feito. Que decadência na sabedoria judaica!

quieta, pela inveja, pela concorrência, não é muito mais feliz do que o operário. Este, quando é solteiro, se consegue economizar alguma coisa da diária de quatro francos para a eventualidade de ficar desempregado, é incomparavelmente mais jovial do que o homem de loja, e mais independente.

Dir-se-á que o rico só sofre com seus vícios. — E isso já é muito; mas devemos acrescentar ainda o tédio, a decadência moral, o sentimento de um homem que valeu mais, conservando vida suficiente para sentir que esta mesma vida está decaindo, a visão, nos momentos de lucidez, do próprio mergulho nas misérias e ridículos do espírito mesquinho... Decair e não ter mais força de vontade para levantar, haverá algo mais triste? De francês decair para cosmopolita, para homem qualquer, e de homem para molusco!

O que eu quis dizer com tudo isso? Que o pobre é feliz? Que todo destino é igual? "Que existe compensação?" Deus me livre de sustentar uma tese tão falsa, tão própria a matar o coração e a amparar o egoísmo!... Pois bem vejo, e sei por experiência, que o sofrimento físico, longe de excluir o moral, une-se freqüentemente a este: irmãos terríveis, que tão bem se entendem para esmagar o pobre!... Vede, por exemplo, o destino da mulher nos bairros indigentes; quase só concebe para a morte e encontra na necessidade material uma causa infinita de dores morais.

Em termos morais e físicos, esta sociedade apresenta, mais do que as outras, um mal próprio: tornou-se infinitamente sensível. Que os males comuns ao homem diminuam, acredito-o, a história o prova suficientemente. Mas diminuiram em proporção finita, e a sensibilidade aumentou infinitamente. Enquanto o pensamento engrandecido abria uma esfera nova à dor, o coração dava, pelo amor, pelos laços de família, novas oportunidades

à fortuna... Caras oportunidades de sofrer, que ninguém, sem dúvida, deseja sacrificar... Mas como tornaram a vida mais inquieta! Já não se sofre apenas com o presente, mas com o futuro, com o possível. A alma, toda dolorida por antecipação, sente e pressente o mal que deve sobrevir, e que às vezes não sobrevirá nunca.

Além de tudo, esta idade de extrema sensibilidade individual é justamente aquela em que tudo se faz pelos meios coletivos, os que menos se prestam a controlar o indivíduo. A ação de todo tipo centraliza-se em torno de alguma grande força, e, querendo ou não, o homem entra nesse turbilhão. Como pesa pouco aquilo em que se transformam, dentro desses vastos sistemas impessoais, seus mais caros pensamentos, suas dores esmagadoras, ai!, quem pode dizê-lo?... A máquina roda, imensa, majestosa, indiferente, sem saber sequer que essas pequenas engrenagens, tão duramente amolgadas, são homens vivos.

Essas rodas animadas, que funcionam sob um mesmo impulso, ao menos se conhecem umas às outras? A relação necessária de cooperação produz uma relação moral?... De forma alguma. Estranho mistério de nossa época: o tempo onde se atua mais em conjunto é talvez aquele em que os corações estão menos unidos. Os meios coletivos que expõem o pensamento, fazem-no circular, espalhar-se, nunca foram tão consideráveis, jamais o isolamento foi mais profundo.

O mistério permanece inexplicável para quem não observa historicamente o progresso do sistema de que ele resulta. Chamo a esse sistema, numa palavra, *Maquinismo*; que me seja permitido lembrar-lhe a origem.

A Idade Média estabeleceu uma fórmula de amor, e só chegou ao ódio. Consagrou a desigualdade, a injustiça, que tornavam o amor impossível. A violenta reação do amor e da natureza, que chamamos Renascimento, não

fundou uma nova ordem, e apareceu uma desordem. O mundo, para quem a ordem era uma necessidade, disse então: "Pois bem, não amemos; uma experiência de mil anos é o bastante. Busquemos a ordem e a força na união de forças; inventaremos máquinas que as conservarão juntas sem amor e enquadrarão, cingirão tão bem os homens — pregados, cravados, atarraxados —, que, embora se detestem, agirão em conjunto." Ressuscitaram-se então máquinas administrativas análogas às do velho Império Romano, burocracia à Colbert, exércitos à Louvois. Essas máquinas apresentavam a vantagem de empregar o homem como força regular, a vida, menos seus caprichos e desigualdades.

Todavia, continuam sendo homens; conservam algo de homens. A maravilha do *Maquinismo* seria dispensar homens. Busquemos forças que, uma vez impulsionadas por nós, possam agir sem nós, como as rodas do relógio.

Impulsionadas por nós? É ainda o homem, há aí um defeito. Que a natureza forneça não apenas os elementos da máquina, mas também o motor... Foi então que se criaram esses operários de ferro, que, com cem mil braços e cem mil dentes, cardam, fiam, tecem, trabalham de toda forma; retiram a força, como Anteu, do seio de sua mãe, a natureza, dos elementos da água que jorra ou que, cativa, expande-se em vapor, animando-os, reerguendo-os com seu sopro possante.

Máquinas políticas para tornarem nossos atos sociais uniformemente automáticos, para nos dispensarem do patriotismo; máquinas industriais que, criadas uma vez, multiplicam ao infinito produtos monótonos, e que, pela arte de um dia, dispensa-nos de sermos artistas todos os dias... Isso já basta, o homem já não aparece tanto. Porém o *Maquinismo* quer mais; o homem ainda não foi mecanizado com profundidade suficiente.

Ele conserva a reflexão solitária, a meditação filosófica,

o pensamento puro da Verdade. Nisso não se pode atingi-lo, a menos que uma escolástica artificial o arranque de si mesmo para enredá-lo em suas fórmulas. Quando colocar o pé nessa roda que gira no vazio, a Máquina de pensar, engrenada na máquina política, rolará triunfante, e se chamará *filosofia de Estado*.

A fantasia continua livre, a vã poesia que ama e cria a seu capricho... Inútil movimento! Inconveniente desperdício de forças!... Serão os objetos que a fantasia vai seguindo ao acaso tão numerosos que não se possa, classificando-os bem, cavar para cada classe um molde onde só precisaremos derramar, conforme a necessidade do momento, determinado romance ou determinado drama, a obra que se pedir? Então, não mais homens no trabalho literário, não mais paixão, não mais capricho... A economia inglesa sonhava, como seu ideal industrial, com uma só máquina, e um único homem para abastecê-la. Que belo triunfo para o *Maquinismo*, ter mecanizado o mundo alado da fantasia!

Resumamos essa história:

Estado menos pátria; indústria e literatura menos arte; filosofia menos especulação; humanidade menos homem.

É de espantar então que o homem sofra e não respire mais sob essa máquina pneumática? Ele achou meios de viver sem aquilo que é sua alma, sua vida; falo do amor.

Enganado pela Idade Média, que prometeu a união e não manteve a palavra, renunciou e procurou, em seu desânimo, artes para não amar.

As máquinas (não excetuo as mais belas, industriais, administrativas) deram ao homem, entre tantas vantagens¹, uma infeliz faculdade, a de unir as forças sem

precisar unir os corações, de cooperar sem amar, de agir e viver em grupo sem se conhecer; o poder moral de associação perdeu tudo o que a concentração mecânica ganhou.

Isolamento selvagem na própria cooperação, contato ingrato, sem vontade, sem calor, do qual só sentimos a dureza do atrito. O resultado não é a indiferença, como se poderia crer, mas a antipatia e o ódio; não a simples negação da sociedade, mas seu oposto, a sociedade trabalhando ativamente para tornar-se insociável.

Tenho sob os olhos, tenho no coração, a grande revisão de nossas misérias que foi feita comigo. Pois bem! Poderia afirmar sob juramento que, de todas elas, tão reais, que não atenuo, a pior ainda é a miséria de espírito. Entendo por isso a ignorância incrível que temos uns a respeito dos outros, tanto os homens práticos quanto os especulativos. E a causa principal desta ignorância é não acharmos necessário nos conhecermos; milhares de meios mecânicos de agir sem alma nos dispensam de saber o que é o homem, de vê-lo como alguma coisa além de força, número... Números nós mesmos, e coisa abstrata, desembaraçados da ação vital graças ao *Maquinismo*, a cada dia nos sentimos decair e transformar em zero.

Cem vezes observei a perfeita ignorância em que cada classe vive em relação às outras, não vendo, e não querendo ver.

Nós, por exemplo, os espíritos cultivados, com que dificuldade reconhecemos o que existe de bom no povo! Imputamos-lhe mil coisas que quase fatalmente dizem respeito à sua situação, uma roupa velha ou suja, um excesso após a abstinência, uma palavra grosseira, mãos rudes, sabe-se lá o que mais... E que seria de nós se fossem menos rudes?... Apegamo-nos a coisas exteriores, a misérias de forma, e não vemos o bom coração, o grande coração que freqüentemente está por baixo delas.

1. Nem penso em contestar. (Ver mais acima, pp. 54-55.) Quem desejaria voltar aos tempos de impotência, quando o homem não tinha máquinas?

Eles, por outro lado, não suspeitam que uma alma enérgica possa estar num corpo fraco. Riem da vida de aleijado do erudito. A seu ver, trata-se de um vagabundo. Não têm nenhuma idéia do poder da reflexão, da meditação, da força de cálculo multiplicada pela paciência. Toda superioridade que não seja conquistada na guerra lhes parece indevida. Quantas vezes percebi, sorrindo, que a Legião de Honra lhes parecia mal colocada no peito de um homem esquelético, de semblante pálido e triste...

Sim, existe um mal-entendido. Eles desconhecem o poder do estudo e da reflexão perseverante, próprio dos inventores. E nós desconhecemos o instinto, a inspiração e a energia que fazem os heróis.

Podeis estar certos de que esse é o maior mal do mundo. Nós nos odiamos, nos desprezamos, isto é, nos ignoramos.

Os remédios parciais são bons, sem dúvida, mas o remédio essencial é um remédio geral. Seria preciso curar a alma.

O pobre supõe que prendendo o rico com essa lei tudo termina, o mundo caminha bem. O rico pensa que, devolvendo o pobre a uma forma religiosa, morta há dois séculos, consegue fortalecer a sociedade... Belos paliativos! Eles imaginam, aparentemente, que essas fórmulas, políticas ou religiosas, possuem uma certa força cabalística capaz de unir o mundo, como se sua força não residisse no acordo que encontram ou não em seus corações!

O mal está no coração. Que também o remédio esteja no coração! Deixai vossas velhas receitas. É preciso que o coração se abra, e também os braços... Ora, são vossos irmãos, afinal. Esquecesteis?...

Não digo que esta ou aquela forma de associação não possa ser excelente. Mas a questão é mais de conteúdo do que de forma. As formas mais engenhosas de nada vos servirão se fordes insociáveis.

Quem dará o primeiro passo, os homens de estudo e reflexão ou os homens de instinto? Nós, os homens de estudo. O obstáculo (repugnância? preguiça? indiferença?) é frívolo para nós. Para eles, o obstáculo é verdadeiramente grave, pois se trata da fatalidade da ignorância, do sofrimento que fecha e seca o coração.

Sem dúvida o povo reflete, e freqüentemente mais do que nós. Entretanto, o que o caracteriza são as forças instintivas, que dizem respeito tanto ao pensamento quanto à atividade. O homem do povo é sobretudo o homem de instinto e de ação.

O divórcio do mundo consiste principalmente na absurda oposição atual, na era da máquina, entre instinto e reflexão, no desprezo desta pelas faculdades instintivas, as quais pensa poder dispensar.

Por isso, devo explicar o que é o instinto, a inspiração, devo circunscrever seu direito. Peço-vos que me acompanheis nesta investigação. O assunto o exige. A cidade política só se conhecerá em si, em seus males e remédios, quando se mirar no espelho da cidade moral.

SEGUNDA PARTE

DA LIBERTAÇÃO PELO AMOR.

A NATUREZA

O INSTINTO DO POVO,
POUCO ESTUDADO ATÉ HOJE

No momento de começar esta vasta e difícil investigação, percebo algo pouco tranquilizador: estou sozinho nesse caminho e não encontro ninguém que me possa socorrer. Sozinho! Mas nem assim deixarei de avançar, cheio de coragem e de esperança.

Nobres escritores, de gênio aristocrático, e que sempre pintaram os costumes das classes altas, lembraram-se do povo e propuseram-se, com boas intenções, a colocar o povo na moda. Saíram dos salões e desceram à rua, perguntando aos passantes onde o povo morava. Indicaram-lhes as galés, as prisões, os locais mal-afamados.

Desse mal-entendido resultou algo desagradável: eles produziram um efeito contrário ao que pretendiam. Escolheram, pintaram e narraram, para despertar nosso interesse pelo povo, justamente aquilo que devia nos afastar e assustar. “Como? O povo é assim?”, gritaram em

uníssono os pusilânimes burgueses. “Rápido, aumentemos a polícia, armemo-nos, fechemos as portas, passemos o ferrolho!”

Acontece, no entanto, se olharmos bem as coisas, que esses artistas — grandes dramaturgos acima de tudo — pintaram, com o nome de povo, uma classe muito limitada, cuja vida, toda feita de acidentes, violência e conflitos, oferecia-lhes um pitoresco fácil e acontecimentos aterroizantes.

Criminalistas, economistas, pintores de costumes, todos se ocuparam quase que exclusivamente de um povo excepcional.

Com essa classe desclassificada que a cada ano nos assusta com o aumento da criminalidade e com o número das reincidências. É uma gente bem-conhecida que, graças à publicidade de nossos tribunais, à lentidão conscienciosa de nossos processos, chama aqui uma atenção que nenhum país da Europa lhe concede. Os julgamentos secretos da Alemanha, a rápida justiça inglesa não dão nenhum destaque aos criminosos que são presos ou deportados. A Inglaterra, duas ou três vezes mais rica que a França sob esse aspecto, não alardeia suas chagas. Aqui, pelo contrário, não há outra classe que obtenha as honras de uma publicidade mais completa.

Sociedade estranha, que vive a expensas da outra, e que é por esta acompanhada com vivo interesse; tem jornais para registrar seus gestos, adaptar suas palavras e emprestar-lhes espírito. Tem seus heróis, seus figuras, que todos conhecem pelo nome, e que periodicamente comparecem aos tribunais para narrar seus feitos.

Essa tribo de elite, que tem o privilégio de posar quase sozinha para os pintores do povo, é recrutada sobretudo na multidão das grandes cidades; e nenhuma classe contribui mais para isso do que a industrial.

Também nesse campo os criminalistas dominaram a opinião; depois deles, e por sua inspiração, é que os economistas passaram a estudar o que chamavam *povo*; para eles, o povo é principalmente o operário, mais especificamente o operário das fábricas. Tal forma de expressão, que não seria de todo imprópria na Inglaterra, onde a população industrial constitui dois terços do total, o é singularmente na França, uma grande nação agrícola onde o operário perfaz um sexto apenas da população¹. É classe numerosa, mas minoritária. Quem vai aí buscar seus modelos não tem o direito de escrever embaixo que se trata do retrato do povo.

Examinai bem essas turbas espirituosas e corrompidas de nossas grandes cidades, que tanto ocupam o observador, escutai seu linguajar, seus gracejos não raro felizes, e descobrireis uma coisa que ninguém ainda notou, isto é, que essas pessoas, às vezes analfabetas, não deixam de ser, à sua maneira, espíritos bastante cultivados.

As pessoas que vivem juntas, tocando-se sempre, desenvolvem-se necessariamente ao simples contato, como que pelo efeito do calor natural. Elas se propiciam uma educação, má, se se quiser, mas educação. Só a visão de uma grande cidade, onde sem nada querer aprender alguém se instrui a todo instante, onde para se conhecer mil coisas novas basta caminhar na rua de olhos bem abertos, essa visão, essa cidade, sabeí, é uma escola. Os que nela vivem não vivem de forma alguma uma existência instintiva e natural; são homens cultos, que bem ou mal observam e bem ou mal refletem. Acho-os frequentemente muito sutis, e de uma sutileza perversa. Os efeitos de uma cultura refinada são neles bem visíveis.

Se quereis encontrar no mundo algo de contrário à

1. E nesse número os operários de fábricas constituem parcela mínima.

natureza, de diretamente oposto a todos os instintos da infância, contemplai essa criatura artificial chamada *gamin de Paris* (moleque de Paris)¹. E mais artificial ainda, caçula do Diabo, é o temível rapazola de Londres, que aos doze anos trafica, rouba, bebe gim e visita as prostitutas.

Aí estão, artistas, vossos modelos... O bizarro, o excepcional, o monstruoso, eis o que procurais. Moralista, caricaturista? Que diferença haverá hoje em dia?

Um homem quis certa vez apresentar uma mnemônica ao grande Temístocles. Este retrucou amargamente: "Dai-me antes uma arte de esquecer."

Deus me dê essa arte, para que possa esquecer hoje todos os vossos monstros, vossas criações fantásticas, as exceções chocantes com as quais obscureceis meu tema. Ides com a lente na mão esquadrinhar a enxurrada, encontrais lá não sei que de imundo e infame, e gritais para nós: "Vitória! Vitória! Encontramos o povo!"

Para despertar nosso interesse por ele, ele no-lo mostram forçando as portas e arrombando as fechaduras. A esses relatos pitorescos acrescentam teorias profundas pelas quais o povo, a dar-lhes ouvido, justifica a si mesmo a guerra movida à propriedade... Na verdade, acima de todas as outras, é para o povo uma grande miséria contar com tais amigos, tão imprudentes. Esses atos e essas teorias não são de forma alguma do povo. A massa, por certo, não é pura nem irrepreensível; mas se quereis caracterizá-la pela idéia que a domina em sua maioria esmagadora, ireis vê-la, ao contrário, ocupada em fundar, através do trabalho, da economia, dos meios mais respei-

1. Traço maravilhoso do caráter nacional é o fato de essa criança abandonada, empurrada para o mal e atizada de todos os modos, conservar algumas qualidades, o espírito, a coragem.

táveis, a obra imensa que faz a força deste país, a participação de todos na propriedade.

Eu disse que me sentia só, e isso me entristeceria se não trouxesse comigo a fé e a esperança. Sinto-me fraco, por natureza e pelos meus trabalhos anteriores, diante desse vasto tema, como aos pés de um gigantesco monumento que me cabe remover sozinho... Ah, como ele está desfigurado, cheio de agregados estranhos, de musgo e mofo, manchado pela chuva e pela terra, pela injúria dos passantes!... Vem o pintor, o homem da *arte pela arte*, observa, e o que mais lhe agrada são justamente essas nódoas... Quanto a mim, gostaria de extirpá-las. Isto, pintor que passais, não é um brinqueado de arte, é um altar!

Devo escavar a terra e encontrar as bases profundas desse monumento; a inscrição, vejo-o bem, está oculta, escondida lá embaixo... Para escavar não tenho enxada, nem pá; minhas unhas bastarão.

Talvez tenha a sorte de há dez anos, quando descobri em Holyrood dois curiosos monumentos. Encontrava-me na célebre capela que, sem teto há muito tempo, recebia as chuvas e a umidade; todos os túmulos estavam cobertos de um musgo espesso e esverdeado. A recordação da antiga aliança, tão desventuradamente perdida, fazia-me lamentar não poder ler coisa alguma nesses túmulos dos velhos amigos da França. Maquinalmente, raspei o lodo de uma dessas pedras e li a inscrição de um francês que fora o primeiro a pavimentar Edimburgo. Com a curiosidade atizada, dirigi-me a outra pedra, marcada com uma caveira. Essa tumba, escondida, estava ela própria enterrada numa mortalha de bolor. Continuei raspando, com as unhas, na falta de outra ferramenta, e pus-me a ler parte de uma inscrição latina, quatro palavras quase apagadas que por fim consegui decifrar, palavras de um sentido bastante grave, bem próprio a fazer sonhar, e que levantavam a suspeita de um destino trágico.

co. Eram estas: "*Legibus fidus, non regibus.*" Fiel às leis, não aos reis¹..."

E continuo ainda hoje cavando... Queria chegar ao fundo da terra. Mas, desta vez, não é um monumento de odio e de guerra civil que gostaria de exumar... O que quero, ao contrário, é encontrar, penetrando essa terra estéril e fria, as profundezas onde reinicia o calor social, onde está guardado o tesouro da vida universal, onde se reabririam para todos as fontes estancadas do amor.

II

O INSTINTO DO POVO, ALTERADO, MAS PODEROSO

A crítica me espera na primeira frase e me impõe silêncio: "Em cento e poucas páginas fizeste um longo balanço das misérias sociais, das servidões próprias a cada condição. Tivemos paciência, na esperança de que, após tantos males, conheceríamos enfim os remédios. A males tão reais, tão positivos, tão minuciosamente especificados, esperamos que opusesses algo mais do que palavras vagas, sentimentalidade banal, remédios morais e metafísicos. Propõe reformas precisas; estabelece, para cada abuso, uma fórmula clara daquilo que é preciso mudar; envia-a à Câmara... Ou, se ficares nas queixas, nas divagações, é melhor voltar à tua Idade Média, que não devias ter deixado."

1. Eis aqui a inscrição completa, tal como a li, ou acreditei ler, pois estava quase completamente apagada sob um musgo de três séculos: W. Harter. *Legibus fidus, non regibus. Januar. 1588.*

(a) A visita à capela de Holyrood e a descoberta das duas tumbas e da inscrição latina estão relatadas no *Journal* de 22 de agosto de 1834.

Parece que os remédios específicos não faltaram. São cerca de cinquenta mil no *Bulletin des lois*; acrescentamos outros diariamente, e não vejo melhora. Nossos clínicos legislativos tratam cada sintoma que surge aqui e ali como uma moléstia isolada e distinta, acreditando poder saná-la com aplicações locais. Pouco percebem da solidariedade profunda que une todas as partes do corpo social e das questões a ele relacionadas¹.

Conta Heródoto que os egípcios, na infância da ciência, tinham médicos diferentes para cada parte do corpo; um tratava do nariz, outro do ouvido, outro do ventre, etc. "Pouco lhes importava que seus remédios combinassem; cada qual trabalhava à parte, sem incomodar os outros; se, com todos os membros curados, o homem morresse, o problema era dele.

Confesso ter sido outro o meu ideal de medicina. Pareceu-me que, antes de ministrar um remédio exterior e local, seria útil descobrir o mal interior que provoca todos os sintomas. A meu ver, esse mal é o enregelamento, a paralisia do coração, causadora da insociabilidade; esta se prende sobretudo à falsa idéia de que podemos impunemente nos isolar, de que não temos nenhuma necessidade uns dos outros. As classes ricas e cultivadas, principalmente, imaginam que nada têm a ver com o instinto do povo, que lhes basta a ciência dos livros, que nada

1. Para citar um exemplo, eles não quiseram ver que a questão penitenciária dependia da questão da instrução pública. Quer se trate de formar ou reformar o homem, edificá-lo ou reedificá-lo, não é o pedreiro, mas sim o professor que o Estado deve convocar; o professor religioso, moral, nacional, que falará em nome de Deus e em nome da França. Vi criaturas miseráveis, aparentemente desesperadas, cegas ao sentimento moral e religioso, conservarem ainda o sentimento da pátria.

(a) Heródoto, *História*, II, 84: "A arte da medicina é tão especializada entre eles que cada médico se consagra a uma única moléstia, e um mesmo médico não trata de várias. Há então entre eles grande variedade de médicos. Uns cuidam dos olhos, outros da cabeça, outros dos dentes, outros do ventre, outros das doenças venéreas."

lhes podem ensinar os homens de ação. Para esclarecê-las, foi preciso que eu aprofundasse a investigação do que há de fecundo nas faculdades instintivas e ativas. A estrada era longa, mas legítima, e nenhuma outra o era.

Trago comigo três coisas para esse exame. Estava errado ao dizer, há pouco, que me achava sozinho.

1.º Trago a *observação do presente*, observação tanto mais séria quanto, não provém, em mim, apenas do exterior, mas também do interior. Filho do povo, vivi com o povo, conheço-o, sou eu mesmo... Como então, estando assim no fundo das coisas, poderia desviar-me como os outros, tomando a exceção pela regra, as monstruosidades pela natureza?

2.º Minha segunda vantagem é que, ocupando-me menos desta ou daquela novidade nos costumes, desta ou daquela classe específica nascida ontem, e atendo-me à generalidade legítima, à massa, posso *ligá-la* facilmente *a seu passado*. As mudanças são bem mais lentas nas classes inferiores do que nas classes altas. Não vejo essa massa nascer bruscamente, ao acaso, qual monstro efêmero surgido da terra; vejo-a vir, em geração legítima, do fundo da história. A vida é menos misteriosa quando se conhece o nascimento, os ancestrais e os precedentes, quando se observa longamente a existência do ser vivo, por assim dizer, bem antes de seu nascimento.

3.º Tomando assim o povo no presente e no passado, vejo se restabelecerem *suas relações necessárias com os outros povos*, qualquer que seja o grau de civilização ou barbárie que tenham atingido. Os povos se explicam entre si, comentam-se. Perguntais algo sobre um, é o outro que responde. Por exemplo, achais grosseiro determinado detalhe do comportamento de nossos montanheseiros dos Pireneus e do Auvergne; eu o considero bárbaro, e, como tal, compreendo-o, classifico-o, sei seu lu-

gar e valor na vida geral. Quantas coisas quase banidas de nossos costumes populares, que pareciam inexplicáveis, destituídas de sentido e razão, ressurgem para mim combinadas com a inspiração primitiva, e que nada mais são do que a sabedoria de um mundo esquecido!... Pobres restos informes que eu encontrava sem reconhecer, mas que, por algum pressentimento, não queria deixar dispersos pelo caminho; ia colhendo-os ao acaso nas abas do casaco... Depois, analisando-os bem, descobria com religiosa emoção que o que eu recolhera não eram pedras nem seixos, mas ossos de meus ancestrais¹.

A crítica do presente pelo passado, pela comparação variada dos povos e eras diferentes, eu não a poderia fazer neste livrinho. Nem por isso ela deixou de servir-me para controlar, para esclarecer os resultados obtidos sobre nossos costumes atuais através da observação, da leitura, da informação de todo tipo.

"Mas", dir-se-á, "esse controle não terá seu risco? Não será muito ousada sua crítica? O povo que vemos conservar de fato algum liame com suas origens? Prosaico como é, lembrará em algum ponto as tribos que, em sua barbárie, conservam um alento poético?... Não pretendemos que a fecundidade e a energia criadora faltem às massas populares. Elas produzem, no estado selvagem ou bárbaro; os cantos nacionais de todos os povos primitivos o testemunham suficientemente. Produzem também quando, transformadas pela cultura, aproximam-se das classes superiores e a elas se mesclam. Mas um povo sem a inspiração primitiva e sem a cultura, um povo que não é civilizado nem selvagem, um povo no estado intermediário, ao mesmo tempo vulgar e rude, não permanece impotente?... Os próprios selvagens, naturalmente

1. Compreenderão bem isso os que conhecem meu livro *Origines du droit* (*Origens do direito*).

dotados de elevação e poesia, vêem com desgosto nossos emigrantes, saídos dessas populações grosseiras.”

Não contesto o estado de depressão, de degeneração física, e por vezes moral, em que hoje se encontra o povo, sobretudo o das cidades. Toda a massa dos trabalhos pesados, toda a carga que, na antigüidade, o escravo carregava sozinho encontra-se hoje dividida pelos homens livres das classes inferiores. Todos participam das misérias, das vulgaridades prosaicas, das baixeiras da escravidão. As raças mais afortunadamente nascidas, nossas belas raças do Midi, por exemplo, tão vivazes e musicais, acham-se tristemente curvadas pelo trabalho. O pior é que, hoje, a alma está quase sempre tão curvada quanto os ombros; a miséria, a necessidade, o medo do usurário, do *garnisaire*“, que haverá de menos poético?

O povo tem pouca poesia por si mesmo, e a encontra menos ainda na sociedade que o rodeia. Pelo menos, essa sociedade raramente oferece o tipo de poesia que ele pode apreciar, o detalhe envolvente do pitoresco ou do patético. Se ela possui uma poesia elevada, são harmonias não raro complicadas, que um olho pouco afeito não percebe.

O homem pobre e só, rodeado por esses objetos imensos, essas enormes forças coletivas que o arrastam sem que ele as compreenda, sente-se fraco, humilhado. Já não tem o orgulho que outrora tornava tão poderoso o gênio individual. Se a interpretação lhe falta, fica desencorajado diante dessa grande sociedade que ele julga tão forte, tão sagaz e sábia. Tudo aquilo que vem do centro luminoso ele aceita, prefere sem dificuldade às suas pobres concepções. Perante essa sabedoria, a pequenina musa popular se contém, não ousa inspirar. A primeira

(a) Pessoa que o estado enviava para se alojar na casa de um contribuinte que não estava em dia com o fisco.

se impõe a esta aldeã, fá-la calar-se ou mesmo cantar seus cantos. Foi assim que vimos Béranger, em sua forma refinada e nobremente clássica, transformar-se em cantor nacional, penetrar no povo, substituir os velhos cantos de aldeia e até as antigas canções de nossos marinheiros. Os poetas-operários dos últimos tempos copiaram os ritmos de Lamartine, abdicando no que podiam de sua originalidade popular, não raro sacrificando-a.

O erro do povo quando escreve é abandonar seu coração, onde reside sua força, para tomar emprestadas às classes superiores as abstrações e generalidades. Tem a seu favor uma grande vantagem, que não aprecia de forma alguma: a de não saber a língua convencional, de não ficar como nós obcecado, perseguido por frases feitas, por fórmulas que vêm por si sós, quando escrevemos, pousar sobre nosso papel. E é justamente isso que nossos literatos-operários nos invejam e copiam o mais que podem. Vestem-se, põem luvas para escrever, perdendo assim a superioridade que lhes asseguram suas mãos fortes e seus braços vigorosos, quando deles sabem se servir.

Que importa? Por que perguntar a pessoas de ação quais são seus escritos? Os verdadeiros produtos do gênio popular não são livros, mas atos corajosos, frases espirituosas, palavras calorosas, inspiradas, como as que recolho diariamente na rua, saídas de bocas vulgares aparentemente incapazes de inspiração. De resto, esse homem, que afastais por sua vulgaridade, arrancai-lhe a roupa, metei-lhe um uniforme, o sabre, o fuzil, um tambor, uma bandeira tremulando à frente... Já não pode ser reconhecido, é outro homem. Onde foi parar o primeiro? Impossível reencontrá-lo.

A depressão e a degeneração são apenas exteriores. O conteúdo subsiste. Essa raça sempre teve vinho no sangue; até naqueles que parecem mais extintos, encontrareis uma centelha. Sempre a energia militar, o des-

prendimento corajoso, a grande mostra de espírito independente. Essa independência, que eles não sabem onde colocar (bloqueados que estão por todos os lados), põem-na freqüentemente nos vícios, gabando-se de ser piores do que são. Exatamente o contrário dos ingleses.

Entraves exteriores e vida forte que reclama de dentro: esse contraste produz muitos movimentos falsos, uma discordância nos atos, nas palavras, que choca à primeira vista. E faz também com que a Europa aristocrática goste de confundir o povo da França com as gentes imaginativas e gesticuladoras, os italianos, os irlandeses, os galeses, etc. O que o distingue de forma vigorosa e decisiva é o fato de, nos seus maiores desatinos, nos arroubos de imaginação ditos quixotescos, esse povo conservar o bom senso. Nos momentos mais exaltados, uma palavra firme e fria indica que o homem não se desligou do chão, não se deixou envolver pela própria exaltação.

Isso diz respeito ao caráter francês em geral. Voltando ao povo propriamente dito, notemos que seu instinto predominante lhe dá imensa vantagem na ação. O pensamento ponderado só se transforma em ação por intermédio da deliberação e da discussão; tantas etapas fazem com que às vezes ela não chegue a se concretizar. Ao contrário, o pensamento instintivo *resvala no ato*, é quase o ato; praticamente, é ao mesmo tempo uma idéia e uma ação.

As classes a que chamamos inferiores, e que seguem de perto o instinto, são por isso mesmo eminentemente capazes de ação, estão sempre prontas a agir. Nós, pessoas cultivadas, tagarelamos, discutimos, gastamos nossa energia em palavras. Esgotamo-nos pela dispersão do espírito, pelo vão divertimento de correr de livro em livro, ou de opô-los um ao outro. Sentimos grandes cóleras por nada; suspeitamos pesadas injúrias, grandes ameaças

de ação... Ou seja, não fazemos nada, não agimos... Saltamos de disputa para disputa.

Quanto a eles, não falam tanto, não se põem a bradar como os eruditos e as velhas. Porém, chegada a ocasião, aproveitam-se dela sem alarde e agem com energia. A economia de palavras beneficia a energia dos atos.

Isso posto, tomemos para juízes, entre essas classes, os homens heróicos da antigüidade ou da Idade Média, e perguntemos a eles quem constitui a aristocracia, os homens que falam ou os homens que agem. Eles responderão: "Os que agem", sem a mínima hesitação.

Se preferíssemos localizar a superioridade no bom senso e no discernimento, não sei muito bem em que classe encontraríamos homem mais sensato do que o velho camponês de França. Sem falar de sua finura em matéria de interesse, ele conhece bem os homens, adivinha a sociedade que não viu. Tem muita reflexão interior e uma presciência singular das coisas naturais. Julga a respeito do céu, e por vezes da terra, melhor que um áugure da antigüidade.

Sob a aparência de uma vida totalmente material e vegetativa, essas pessoas sonham, devaneiam; o que é sonho no jovem transforma-se no ancião em reflexão e sabedoria. Dispomos de todos os recursos para provocar, sustentar e fixar a meditação. Mas, por outro lado, mais misturados à vida, aos prazeres, às vãs conversações, raramente podemos refletir, e menos ainda o queremos. O homem do povo, ao contrário, sempre encontra na natureza de seu trabalho uma solidão forçada. Isolado pela lavra do campo, isolado pelos ofícios barulhentos que engendram a solidão em plena multidão, é preciso, caso não queira morrer de tédio, que sua alma se volte para dentro de si mesma, que a alma converse consigo mesma.

As mulheres do povo, particularmente, forçadas mais

do que as outras a ser a providência da família e do próprio marido, coagidas diariamente a empregar com ele infinitas habilidades e virtuosas astúcias, com o tempo chegam a atingir um espantoso grau de maturidade. Conheci algumas que, no fim da vida, tendo conservado ao longo de tantas provas seus melhores instintos, tendo sempre se cultivado pela reflexão; educadas pelo progresso natural de uma vida devota e pura, já não pertenciam à sua classe, nem a outra qualquer: estavam acima de todas. Eram extraordinariamente prudentes, penetrantes, até mesmo em assuntos dos quais não se poderia suspeitar que tivessem qualquer experiência. Viam com tanta clareza através das probabilidades que facilmente lhes poderíamos atribuir um espírito de divinação. Em parte alguma encontrei uma tal associação entre duas coisas que em geral acreditamos bastante distintas, e mesmo opostas: a sabedoria do mundo e o espírito de Deus.

III

O POVO GANHA ALGUMA COISA SACRIFICANDO SEU INSTINTO? CLASSES BASTARDAS

Esse camponês de que falávamos, esse homem tão prudente, tão sábio, tem no entanto uma idéia fixa: que seu filho não seja camponês, que ele suba na vida, que se torne burguês. E ele o consegue. Esse filho, que faz seus estudos, que se torna o Senhor Cura, o Senhor Advogado, o Senhor Industrial, podeis reconhecê-lo sem dificuldade. Vermelho e de boa cepa, preencherá tudo, ocupará

tudo com sua atividade vulgar; será um falante, um político, um homem importante, de grandes horizontes, que nada mais tem em comum com os humildes. Encontrá-lo-eis por toda parte com seu vozeirão, escondendo sob luvas geladas as mãos grossas de seu pai.

Exprimo-me mal; o pai tinha mãos fortes, o filho as tem grossas. O pai, sem dúvida nenhuma, era mais enérgico e mais fino. Estava mais próximo da aristocracia. Não falava tanto e ia direto ao assunto.

Terá o filho subido abandonando a condição de seu pai? Houve progresso de um a outro?... Sim, sem dúvida, quanto à cultura e o saber: não quanto à originalidade e a distinção real.

Hoje, todos abandonam sua condição; sobem ou pensam subir. Quinhentos mil operários, em trinta anos, tiraram sua licença e tornaram-se donos. Não se pode calcular o número dos camponeses diaristas que se transformaram em proprietários. As chamadas profissões liberais absorveram muita gente das camadas inferiores; estão repletas, saturadas.

Disso resultou uma mudança profunda nas idéias e na moralidade. O homem constrói sua alma de acordo com a situação material. Coisa estranha! Há alma de pobre, alma de rico, alma de comerciante... Parece que o homem não passa de um acessório da fortuna.

Houve entre as classes, não união e associação, mas mistura rápida e grosseira. Sem dúvida era preciso que fosse assim para que se neutralizassem os obstáculos, de outra forma intransponíveis, que a nova igualdade encontrava. Mas o resultado dessa mudança foi imprimir na arte, na literatura, em todas as coisas, uma grande vulgaridade. As pessoas de boa situação, e mesmo os ricos, acomodam-se maravilhosamente às coisas medíocres, baratas; podeis encontrar nas casas luxuosas objetos comuns, feios e vis; compra-se arte em liquidações. Aqui-

lo que faz a verdadeira nobreza, a *força do sacrifício*, o endinheirado não tem; não a tem nem na arte nem na política. Não sabe sacrificar nada, mesmo em seu interesse real. Essa enfermidade moral acompanha-o até em seus prazeres, e em suas vaidades, torna-os vulgares, mesquinhos.

Mostrar-se-á produtiva essa classe constituída de todas as classes, essa mistura bastarda que surgiu tão depressa e que já principia a enfraquecer? Duvido. O nulo é estéril.

Um povo que, comparado aos povos militares (França, Polônia, etc.), me parece ser o povo eminentemente burguês, o inglês, pode nos esclarecer sobre as chances futuras da burguesia. Nenhum outro no mundo experimentou tantas mudanças de classes, nenhum foi mais hábil em disfarçar em lorde o enriquecido filho do comerciante. Este, que nos dois últimos séculos renovou toda a nobreza britânica, dedicou-se singularmente a manter, com os títulos e as armas, as mansões veneráveis, o mobiliário, as coleções hereditárias; chegou a copiar, nas maneiras e no caráter, as famílias antigas cujo lar ocupava. Com orgulho inabalável, representou nas atitudes, na maneira de falar, em todas as formalidades, o velho barão. Ora, que produziu ele com todo esse trabalho, toda essa arte de preservar a tradição, de fabricar o velho? Esses homens edificaram uma nobreza séria, com muito espírito de disciplina, mas no fundo com poucos recursos, pouca inventividade política, de maneira alguma digna das grandes circunstâncias em que se encontra e se encontrará o Império Britânico. Onde está, pergunto, a Inglaterra de Shakespeare e Bacon? A burguesia (disfarçada, empobrecida, pouco importa) dominou desde Cromwell; o poder e a riqueza aumentaram incalculavelmente; a cultura média elevou-se, mas, ao mesmo tempo, não sei quão triste igualdade prevaleceu entre os *gentlemen*, uma semelhança universal de homens e coisas.

Mal se distinguem, em sua elegante escrita, uma letra de outra; em suas cidades, uma casa de outra; em seu povo, um inglês de um inglês.

Voltando ao assunto, creio bem que, no futuro, as grandes originalidades inventivas pertencerão aos homens que escaparem a essas médias bastardas onde se debilita todo caráter nato. Haverá homens fortes que não desejaram subir; que, nascidos povo, desejaram permanecer povo. Melhorar sim, e ceder; mas entrar para a burguesia, mudar de condição e hábitos, isso lhes parecerá pouco desejável; sentirão que ganhariam pouco com isso^a. A seiva vigorosa, o amplo instinto das massas, a coragem do espírito, tudo isso se conserva melhor no trabalhador quando ele não está esmagado pelo trabalho, quando tem a vida um pouco fácil, com alguns lazes.

Tive sob os olhos dois exemplos de homens que, com bastante bom senso, não quiseram subir. Um, operário de fábrica, inteligente e reservado, sempre recusara ser contramestre, temendo as responsabilidades, as advertências, o áspero contato com o patrão, preferindo trabalhar em silêncio, sozinho com seus pensamentos. Sua admirável paz interior, que lembrava a dos operários místicos a que me referi, estaria comprometida se aceitasse a nova posição^b.

O outro, filho de sapateiro, depois de fazer seus estudos clássicos, chegando a receber o diploma de advogado, curvou-se sem reclamar às necessidades da família e retomou o ofício paterno, mostrando que uma alma

(a) Quinet tem a mesma linguagem em *Le christianisme et la révolution*: "Quereis superar a burguesia; não comeceis por imitar-lhe os vícios. Tudo estará perdido se, não sei por que fascinação, a miséria moral dos ricos se tornar objeto da cobiça dos pobres."

(b) É difícil identificar esse homem exemplar em meio aos operários que, na época da redação de *O povo*, se correspondiam com Michelet ou o visitavam, quando não assistiam a suas aulas no Collège de France.

forte pode indiferentemente subir e descer. Sua resignação foi recompensada. Esse homem, que não procurou a glória, tem-na agora em seu filho, que, dotado de um talento singular, adquiriu na própria profissão o sentimento da arte, tornando-se mais tarde um dos maiores pintores da época ^a.

As contínuas mudanças de condição, de ofício e de hábitos impedem qualquer aperfeiçoamento interior; produzem essas misturas ao mesmo tempo vulgares, pretensiosas e infecundas. Aquele que, num instrumento, sob pretexto de melhorar as cordas, alterasse seu valor e as aproximasse todas de uma média comum, no fundo as estaria anulando, tornando o instrumento inútil e a harmonia impossível.

Permanecer o que se é, eis uma grande força, uma oportunidade de ser original. Se a fortuna mudar, tanto melhor; mas que a natureza permaneça a mesma. O homem do povo deve considerar isso antes de sufocar seu instinto para imitar os espíritos burgueses. Se permanecer fiel a seu ofício e aprimorá-lo, como Jacquart, se de um ofício fizer uma arte, como Bernard Palissy, que glória maior terá neste mundo?

IV

OS SIMPLES. A CRIANÇA, INTÉRPRETE DO POVO

Aquele que deseja conhecer os dons mais elevados do instinto do povo deve dar pouca atenção aos espíritos

(a) Trata-se manifestamente de Thomas Couture (1815-1879), filho de sapa-teiro e amigo de Michelet, do qual pintou um retrato hoje conservado no Museu Carnavalet; pintou-o em 1843, após concluir em 1842 o de Madame Dumesnil, pouco depois da morte dela.

mistos, bastardos, semicultivados, que participam das qualidades e dos defeitos das classes burguesas. O que deve procurar e estudar são especialmente os simples.

Os simples são, em geral, aqueles que dividem pouco o pensamento, que, não sendo dotados dos mecanismos de análise e abstração, vêem as coisas de forma una, inteira, concreta, tal como a vida lhes apresenta.

Os simples formam um grande povo. Há os simples de natureza e os simples de cultura, os pobres de espírito que nunca discernem nada, as crianças que nada discernem ainda, os camponeses e as pessoas do povo, que não têm tal hábito.

O escolástico, o crítico, o homem de análise, de *nisi*, de *distinguo*, olha os simples de cima. Estes, porém, têm a vantagem de ver comumente as coisas em seu estado natural, organizadas e vivas. Pouco dados à reflexão, são freqüentemente ricos de instinto. A inspiração não é rara nessas classes de homens, que às vezes apresentam até uma espécie de divinação. Encontramos entre eles pessoas totalmente especiais, que conservam ao longo de uma vida prosaica aquilo que constitui a mais elevada poesia moral, a simplicidade de coração. Nada mais raro do que preservar esses dons divinos da infância: isso supõe em geral uma graça particular e uma espécie de santidade.

Seria preciso ter essa graça para falar dela. A ciência não exclui a simplicidade, é certo; mas não a dá. A vontade conta pouco aí.

O grande jurista de Toulouse ^a, no ponto mais difícil de sua obra, pára e pede ao público que ore para que lhe seja dada uma luz especial em matéria tão sutil. Quão mais precisamos dela, tanto eu como vós, leitores! Como

(a) Jacques Cujas, nascido em Toulouse em 1520.

precisaríamos obter, não um dom de sutileza, mas de simplicidade e infância de coração!

Os sábios não devem mais contentar-se com dizer: "Deixai vir a mim os pequeninos." Não, devem ir até eles, porque têm muito a aprender junto a essas crianças. O que de melhor têm a fazer é adiar seus estudos, é fechar os livros que tão pouco lhes serviram e modestamente, entre as mãos e as amas, desaprender e esquecer.

Esquecer? Não, mas antes reformar sua sabedoria, controlá-la pelo instinto daqueles que estão mais próximos de Deus, retificá-la colocando-a nesta pequena medida, e confirmar que a ciência dos três mundos não abrange tudo o que existe num berço.

Para nos atermos ao assunto que nos ocupa, ninguém o penetrará profundamente se não observar muito bem a criança. A criança é o intérprete do povo. Que estou dizendo? É o próprio povo, em sua verdade inata, antes de deformar-se, o povo sem a vulgaridade, sem a rudeza, sem a inveja, que não inspira nem desconfiança nem repulsão. A criança não apenas interpreta o povo, mas justifica-o e o inocenta em muita coisa; a palavra que considerais rude e grosseira na boca de um homem rústico soa a vossos ouvidos ingênua (o que ela realmente é) na boca de vosso filho; e assim aprendeis a vos defender de prevenções injustas. A criança, estando como o povo na feliz ignorância da linguagem convencional, das fórmulas e frases feitas que dispensam invenção, mostra com seu exemplo como o povo é forçado a buscar sua linguagem e a incessantemente encontrá-la, e frequentemente ele o consegue com uma feliz energia.

É também por intermédio da criança que podeis apreciar o que o povo, mudado como está, conserva ainda de jovem e primitivo. Vosso filho, como o camponês da Bretanha e dos Pireneus, fala a todo instante a linguagem da Bíblia ou da *Iliada*. A crítica mais aguda dos Vico,

dos Wolf, dos Niebuhr, nada é em comparação com os luminosos e profundos raios com que certas palavras da criança rasgam repentinamente a noite da antigüidade. Quantas vezes, observando a forma histórica e *narrativa* que ela empresta até mesmo a idéias abstratas, sentimos como os povos jovens devem ter *narrado* seus dogmas em forma de lendas, fazendo uma *história* de cada verdade moral!... Neste ponto, ó sábios, devemos nos calar... Acerquemo-nos, ouçamos esse jovem mestre de outros tempos; ele não tem necessidade, para nos instruir, de entender o que diz: é como uma testemunha viva, "esteve lá, sabe o que conta".

Nele, como entre os povos jovens, tudo ainda está concentrado, em estado *concreto* e vivo. Basta-nos olhá-lo para compreender o estado singularmente *abstrato* a que chegamos hoje. Muitas abstrações vazias não se sustentam sob esse exame. Nossas crianças francesas, principalmente, tão vivazes e falantes, dotadas de um bom senso bastante precoce, trazem-nos sem cessar de volta à realidade. Esses críticos inocentes não deixam de embaraçar o sábio. Suas perguntas ingênuas mostram-lhe freqüentemente o nó insolúvel das coisas. Eles não aprenderam, como nós, a contornar as dificuldades, a evitar determinados problemas, que os sábios parecem ter concordado em não aprofundar jamais. Sua ousada lógica avança sempre em linha reta. Nenhum sagrado absurdo teria se sustentado neste mundo se o homem não tivesse calado as objeções da criança. Dos quatro aos doze anos, sobretudo, é a época do raciocínio; entre a lactação e a manifestação do sexo, as crianças são mais leves, menos materiais, mais vivas de espírito do que posteriormente. Um gramático eminente, que sempre quis conviver apenas com crianças, disse-me que nessa idade detectava-lhes capacidade para as mais sutis abstrações.

Perdem infinitamente ao se educarem tão depressa,

ao passarem rapidamente da vida instintiva à vida de reflexão. Até então, viviam no amplo mar do instinto, nadavam num lago de leite. Quando, desse mar obscuro e fecundo, a lógica começa a lançar alguns raios luminosos, existe progresso, sem dúvida; progresso necessário, que é uma condição da vida. Mas, num certo sentido, ele não deixa de ser uma queda. A criança então faz-se homem, e era um pequeno deus.

A primeira infância e a morte são os momentos em que o infinito reluz no homem, é a graça, no sentido artístico ou teológico. Graça móvel da criancinha que brinca e se prepara para a vida, graça austera e solene do moribundo, quando a vida se acaba; mas sempre a divina graça. Nada que evoque melhor a sentença bíblica: "Sois Deuses e sereis Deuses."

Apeles e Correggio estudavam incansavelmente esses instantes divinos. Correggio passava os dias vendo brincarem as crianças. Apeles, afirma um antigo, gostava de pintar só pessoas moribundas.

Nestes dias de chegada, de partida, de transição entre dois mundos, o homem parece conter ambos ¹. A vida instintiva onde está mergulhado é como a aurora e o crepúsculo do pensamento, sem dúvida mais vaga que o pensamento, mas quão mais vasta! Todo o trabalho intermediário da vida raciocinante e refletida é como uma linha estreita que parte da imensidade obscura e que para lá retorna. Se quereis senti-la a fundo, estudaí de perto a criança e o moribundo. Ponde-vos à sua cabeceira, observai, fazei silêncio.

1. O horror do enigma fatal, o selo que cerra a boca no momento de pronunciar a palavra, tudo isso foi captado numa obra sublime que descobri num espaço reservado do Père-Lachaise, no cemitério judeu. Trata-se de um busto, ou antes de uma cabeça de Préault, envolta na mortalha e com um dedo encostado aos lábios. Obra verdadeiramente terrível, cuja impressão o coração mal pode suportar, e que parece ter sido talhada pelo imenso cinzel da morte.

Infelizmente, tive várias ocasiões de contemplar a aproximação da morte, e se tratava de entes queridos ^a. Lembro-me especialmente de um longo dia de inverno, passado entre o leito de uma moribunda, e a leitura de *Isaías* ^b. O penoso espetáculo era o de um combate entre a vigília e o sono, um laborioso anseio da alma que se erguia e caía... Os olhos, vagando no vazio, exprimiam com dolorosa verdade a zona incerta que existe entre dois mundos. O pensamento obscuro e vasto percorria toda a existência passada, agigantando-se com pressentimentos imensos... A testemunha dessa grande luta, que lhe partilhava o fluxo, o refluxo e todas as ansiedades, apegava-se, como num naufrágio, à convicção inabalável de que uma alma que, voltando aos instintos primitivos, antecipava já o mundo desconhecido, não podia se encaminhar para o aniquilamento.

Ao contrário, tudo levava a crer que ela iria dotar com esse duplo instinto alguma jovem existência, que retomaria mais afortunadamente a obra da vida e que daria aos sonhos dessa alma, a seus pensamentos começados, a suas vontades mudas, as vozes que lhes haviam faltado ¹.

(a) Michelet, com efeito, viu agonizar sua mãe (9 de fevereiro de 1815), seu amigo Poinsot (14 de fevereiro de 1821), a esposa Pauline (24 de julho de 1839) e seu "anjo branco", Madame Dumesnil (31 de maio de 1842).

(b) Recordação do dia 3 de abril de 1842, domingo, passado à cabeceira de Madame Dumesnil (ver o *Journal* de 4 de abril).

1. "O antepassado recebe a criança quando ela sai do sangue materno... Eis-te renascida, ó minha alma, para dormir de novo num corpo." (Leis indianas, citadas em meu *Origines du droit*.) — Sem admitir a hipótese da transmissão das almas (e menos ainda a da transmissão do pecado), somos tentados a acreditar que nossos instintos primários são o pensamento dos ancestrais, que o jovem viandante leva como provisão para a jornada. Acrescenta-lhe muita coisa. Se descarto as teorias, se fecho os livros para observar a natureza, vejo o pensamento brotar em nós qual instinto obscuro, crescer na meia-escuridão, iluminar-se e mostrar-se à luz plena da reflexão; depois, formulado e cada vez mais aceito como fórmula, passar para os hábitos, para as coisas que nos são próprias, que já não examinamos, e, de novo obscurecido, integrar nossos instintos.

Uma coisa que sempre nos impressiona ao observarmos as crianças e os moribundos é a perfeita nobreza com que a natureza os imprime. O homem nasce nobre e morre nobre; é preciso o trabalho de toda uma vida para que se torne grosseiro, ignóbil, para criar a desigualdade.

Vede a criança que a mãe ajoelhada chamava tão a propósito *seu Jesus*... A sociedade e a educação mudaram-na depressa. O infinito que havia nela e a divinização vai desaparecendo; ela se caracteriza, é verdade, se define, mas também se contrai... A lógica e a crítica vão esculpindo impiedosamente naquilo que lhes parece um bloco de mármore; duro escultor cujo ferro morde tão tenra matéria, cada golpe abatendo enormes pedaços... Ah, ei-lo já emagrecido, mutilado! Onde está agora a nobre amplidão de sua natureza?... O pior é que, sob a influência de uma educação tão rude, ele não se tornará apenas fraco e estéril, mas também vulgar.

Quando sentimos saudade de nossa infância, não é pela vida, pelos anos todos que tínhamos à frente; é de nossa nobreza que sentimos saudade. Tínhamos então, com efeito, aquela ingênua dignidade do ser que ainda não vergou, a igualdade em relação a todos; todos jovens, todos belos, todos livres... Paciência, isso voltará; só há desigualdade durante a vida; igualdade, liberdade, nobreza, tudo volta com a morte.

Ai! Tal momento chega bem depressa para muitas crianças. Só queremos ver na infância um aprendizado para a vida, uma preparação para o viver, e a maioria não viverá. Queremos que sejam felizes “mais tarde”, e, para assegurar a ventura desses anos incertos, esmagamos de tédio e sofrimento o curto instante que efetivamente possuem¹...

1. Não me refiro à opressão do trabalho, nem às incontáveis e excessivas

Não, a infância não é apenas uma idade, um degrau da vida, ela é um povo, o povo inocente... Essa flor do gênero humano, que em geral tem pouco a viver, acompanha a natureza, ao seio da qual não tardará a regressar... E é justamente a natureza que queremos domar nela! O homem, que, por si mesmo, afasta-se da barbárie da Idade Média, mantém-na ainda para a criança, partindo sempre do pressuposto desumano de que nossa natureza é má, de que a educação nada pode, mas sim a reforma, de que a arte e a sabedoria humana devem corrigir e castigar o instinto que Deus nos deu.

V

CONTINUAÇÃO.

O INSTINTO NATURAL DA CRIANÇA É PERVERSO? ¹

O instinto do homem é pervertido de início? O homem é mau de nascença? A criança que recebo nos braços ao sair do ventre materno será um pequeno danado?

A essa questão atroz, sobre a qual custa até mesmo escrever, a Idade Média respondia sem piedade, sem hesitação: Sim!

Como?! Uma criatura que parece tão desarmada, inocente, por quem a natureza inteira se enternece, que a loba ou a leoa viria alimentar na falta da mãe, essa

punições que infligimos à sua mobilidade, aliás desejada pela natureza: falo da inepta dureza que nos faz atirar bruscamente, e sem precaução, em frias abstrações, um ser jovem, mal saído do leite e do sangue maternos, tépido ainda, e que só pede para desabrochar.

1. Este capítulo, que espíritos desatentos julgarão estranho ao tema, constitui seu próprio fundamento. Ver pp.166-167.

criatura só tem o instinto do mal, o sopro daquele que perdeu Adão? Cairia nas garras do Diabo, se não nos apressássemos a exorcizá-lo? Mesmo depois, se morre nos braços da ama, ela é julgada, corre perigo de danação, pode ser atirada às *bestas* escuras do inferno! "Não entregues às *bestas*", diz a Igreja, "as almas que te dão testemunho!" Mas como uma criança testemunharia? Nada compreende ainda, e não fala.

Visitando, no mês de agosto de 1843, alguns cemitérios das imediações de Lucerna ^a, deparei com uma ingênuu e dolorosa expressão dos terrores religiosos. Ao pé de cada túmulo encontrava-se (conforme um uso antigo) uma pia de água benta, para guardar o morto dia e noite, impedindo que as *Bestas* do inferno viessem tomar o corpo, atormentá-lo, arrastá-lo, transformá-lo em vampiro. Não havia meios de defender a alma, e esse medo cruel era atestado em inúmeras inscrições. Parei por muito tempo diante desta, sem poder me mover: *Sou uma criança de dois anos... Que coisa terrível, para uma criança tão pequena, ir ao Julgamento e comparecer tão cedo perante a face de Deus!* Caí em prantos, pois entrevira o abismo do desespero materno!

Os bairros pobres de nossas grandes cidades, essas vastas oficinas da morte onde as mulheres, miseravelmente fecundas, só concebem para chorar, nos dão uma idéia, mas muito imperfeita, do perpétuo luto da mãe na Idade Média. Fecundada sem cessar pela imprevidência bárbara, produzia sem trégua, em lágrimas e desolação, crianças, mortos, *danados*!...

Época terrível! Mundo de ilusões cruéis, sobre o qual parece pairar uma infernal ironia ^b! O homem, joguete

de seu sonho móvel, divino, diabólico! A mulher, joguete do homem, sempre mãe, sempre de luto! A criança, que joga por um dia o triste jogo da vida, sorri, chora e desaparece... infelizes sombras diminutas que surgem aos milhões, aos bilhões, e que só sobrevivem na memória da mãe... O desespero desta é assinalado principalmente por uma coisa: ela se abandona facilmente ao pecado e à danação; vinga-se intencionalmente da brutalidade do homem, engana-o, chora, ri!... Perde-se; que lhe importa, se vai ao encontro do filho?

A criança que sobrevive não é mais feliz. A Idade Média é, para ela, um terrível pedagogo; propõe-lhe o símbolo mais complicado que jamais se ensinou, o mais inacessível aos simples. Essa lição sutil que o Império Romano, em sua mais alta sabedoria, mal pudera compreender, deve retê-la e compreendê-la o filho dos bárbaros, o filho do servo rústico, perdido nos bosques. Ele a retém, a repete; compreender essa fórmula espinhosa, bizantina e escolástica: nem a palmatória, as pancadas ou o chicote obterão isso dele.

A Igreja, democrática por seu princípio de eleição, foi eminentemente aristocrática pela dificuldade de seu en-

a Idade Média agonizante do século XV. Julgue-se por este trecho: "De tantos risos, o que restou? Só o agravamento dos males, o desencorajamento, o desespero do bem, o tédio e a náusea. Parece que caiu o dia; a atmosfera não é negra, mas cinzenta... Os esforços da falsa jovialidade do século XV, essas tentativas artificiais e premeditadas de fazer rir, ensombrecem ainda mais o tempo. Que haverá de menos alegre do que os moralismos de Brandt e de sua nau dos insensatos? Diga-se o mesmo das *danças da Morte*, impressas de todas as maneiras. Fábulas e alegorias toscas que lembram enfadonhamente a vertigem frenética de um tempo pelo menos mais vivo: as grandes danças de São Guido, as rondas de Carlos VI..."

1. A infidelidade da mulher é tema característico da Idade Média. As outras épocas a conheceram pouco. O eterno texto de gracejos, as histórias *jocosas*, só podem entristecer quem conhece e sabe. Fazem sentir bem o prodigioso tédio daquele tempo, o vazio das almas sem alimento adequado à sua fraqueza, a prostração moral, o desespero do bem, o abandono de si mesmo e da própria salvação.

(a) Ver o *Journal* de 22 de agosto de 1843.

(b) Michelet consagrou, em *Histoire de France* (livro VII, *Introduction*), páginas vertiginosas à perversão espiritual e mental que lhe parecia caracterizar

sino, e, apenas um número muito pequeno de pessoas podia realmente obtê-lo. Ela condenou o instinto natural como perverso e corrupto na origem, fazendo da ciência, da metafísica, de uma fórmula muito abstrata, a condição da salvação¹.

Todos os mistérios das religiões da Ásia, todas as sutilezas das escolas ocidentais, numa palavra, tudo o que o mundo contém de dificuldades do Oriente e do Ocidente, tudo comprimido, amontoado numa mesma fórmula! “Está bem”, diz a Igreja, “é o mundo inteiro numa taça prodigiosa. Bebei-a em nome do amor!” E ela traz, em apoio à doutrina, a história, a lenda comovente; é o mel nas bordas do copo...

“O que quer que ele contenha, beberei, se de fato o amor estiver no fundo.” Tal foi a resposta do gênero humano. Essa foi a verdadeira dificuldade, a objeção, e foi o amor quem a fez, não o ódio, a soberba humana, como se diz sempre.

A Idade Média prometeu o amor e não o deus. Disse: “Amai, amai”², mas consagrou uma ordem civil odiosa,

1. Se respondemos que os espíritos não cultivados (*o que, para a época, quer dizer todos*, ou quase) estavam dispensados de comparecer, será preciso confessar que um enigma tão terrível impunha, sob pena de danação, a abdicação geral da inteligência humana em favor de alguns doutos que acreditavam sabê-lo. Vede o resultado. Posto o enigma, cercado de comentários não menos obscuros, o gênero humano se cala, permanece diante dele mudo e estéril. Durante um período imenso, tão longo quanto o período brilhante da antiguidade, do século V ao século XI, o gênero humano mal arrisca algumas preces, algumas lendas infantis, movimento que também é contido pela proibição expressa dos concílios carlovingios.

2. Não apenas dissera, como sinceramente o quisera. Essa tocante aspiração ao amor é que faz o gênio da Idade Média e que assegura nossa eterna simpatia. Não retiro uma palavra do que disse no segundo volume de *Histoire de France*. Lá mencionei o impulso, o ideal; aqui, num livro de interesse prático, só posso referir-me ao real, aos resultados. — Exprimi (no final do mesmo volume, impresso em 1833) a impotência desse sistema e a esperança de que escapasse à sua ruína, logrando transformar-se. — O quanto ele está distanciado de nós, vimo-lo a 11 de maio de 1844, quando, na Câmara, um magistrado sincera e

a desigualdade na lei, no estado, na família. Seu ensinamento excessivamente sutil, acessível a poucos, trouxera ao mundo uma nova desigualdade. Estabelecera para a salvação um preço inatingível, o preço de uma ciência abstrusa, sobrecarregando assim, com o peso de toda a metafísica do mundo, o simples e a criança. Esta, tão feliz na antiguidade, conheceu o inferno na Idade Média.

Foram necessários séculos para que a razão desponsasse, para que a criança voltasse a ser aquilo que ela é, *um inocente*. Fora difícil acreditar que o homem era hereditariamente perverso¹. Tornou-se difícil manter, na sua barbárie, o princípio que lançava na danação os sábios não cristãos, os simples e ignorantes, as crianças mortas sem batismo. Inventou-se para as crianças o paliativo do limbo, um pequeno inferno mais doce onde elas flutuariam para sempre, longe de suas mães, chorando.

Remédios insuficientes; o coração não se contentou com eles. Com o Renascimento explodiu, contra a severidade das velhas doutrinas, a reação do amor. Ele veio, em nome da justiça, salvar os inocentes, condenados pelo sistema que se dizia do amor e da graça. Mas esse sistema, que repousava inteiramente na dupla idéia da danação

corajosamente ortodoxo deduziu uma teoria penal do Pecado Original e da Queda do Homem; os próprios católicos recuaram.

1. O recuo da teologia deve-se sobretudo aos progressos da jurisprudência. Enquanto a jurisprudência sustentou, com rigor, as leis de lesa-majestade, que, por intermédio do confisco, etc., estendiam as punições ao herdeiro, a teologia pôde defender sua lei de lesa-majestade divina, que punia as crianças pelo pecado do pai. Mas, quando o direito tornou-se mais clemente, ficou cada vez mais difícil conservar na teologia, que é o mundo do amor e da graça, a horrível doutrina da *hereditarietà do crime*, abandonada pela justiça humana. Os escolásticos, São Boaventura, Inocêncio III, Santo Tomás, não encontraram outro paliativo que não o de isentar as crianças do fogo eterno, *continuando a mantê-las, no entanto*, NA DANAÇÃO. Bossuet sustentou com energia (contra Sfondrati) que essa doutrina não é particular aos jansenistas, como se fazia crer; ela é doutrina da própria Igreja, a dos Padres (salvo Gregório de Nazianzo), a dos concílios e dos papas; com efeito, se isentamos as crianças da danação, abandonamos o Pecado Original e a *hereditarietà do crime*, base de todo o sistema.

de todos por um, da salvação de todos por um, não podia renunciar à primeira sem abalar a segunda.

As mães voltaram a acreditar na salvação de seus filhos. Passaram a dizer sempre, sem se informar se era de boa ortodoxia: "Devem ser anjos lá em cima, como o foram em vida."

Venceu o coração, venceu a misericórdia. A humanidade se distancia da injustiça antiga. Navega para diante, na contracorrente do velho mundo... Aonde irá? A um mundo (podemos prevê-lo) que não mais condenará a inocência, onde a sabedoria poderá verdadeiramente dizer: "Deixai vir a mim os simples e os pequeninos."

VI

DIGRESSÃO. INSTINTO DOS ANIMAIS. EM DEFESA DELES

Por mais que eu esteja apressado, ao fazer este exame dos simples, dos humildes filhos do instinto, meu coração me detém e me obriga a dizer uma palavra a respeito dos simples por excelência, os mais inocentes, talvez os mais infelizes: os animais.

Dizia há pouco que toda criança nasce nobre. Do mesmo modo, os naturalistas observaram que o animal jovem, mais inteligente ao nascer, parece-se muito com a criança. À medida que cresce, torna-se bruto, decai à condição de besta. Parece que sua pobre alma sucumbe ao peso do corpo, parece que sofre a fascinação da Natureza, a magia da poderosa Circe. O homem se afasta então, e já não quer ver nele uma alma. Só a criança, por instinto do coração, percebe ainda uma pessoa nesse ser

desdenhado: fala-lhe, interroga-o. O animal, por seu lado, escuta, ama a criança.

Animal! Sombrio mistério!... Mundo imenso de sonhos e dores mudas... Entretanto, à falta de linguagem, sinais bem visíveis expressam seu sofrimento. A natureza inteira protesta contra a barbárie do homem que desconhece, avilta e tortura seu irmão inferior; acusa-o perante Aquele que criou a ambos!

Observai sem prevenção seu ar doce e sonhador, a atração que os mais evoluídos visivelmente experimentam pelo homem; não diríeis que são crianças que uma fada má impediu de se desenvolverem, incapazes de deslindarem o primeiro sonho do berço, quem sabe almas punidas, humilhadas, sobre as quais pesa uma fatalidade passageira?... Triste encantamento esse, em que o ente cativo de uma forma imperfeita depende de todos os que o cercam, qual pessoa adormecida... Mas porque está como que adormecido, tem como recompensa o acesso a uma esfera de sonhos que mal podemos conceber. Vemos a face luminosa do mundo, ele a face obscura; e quem sabe se esta não é a mais vasta das duas?

O Oriente apegou-se à crença de que o animal é um ente adormecido ou encantado; a Idade Média adotou-a. As religiões e os sistemas não conseguiram sufocar essa voz da natureza.

1. "Façamo-nos, se quisermos, de orgulhosos, de reis da criação. Mas não esqueçamos nossa educação disciplinada pela natureza. Nossos primeiros preceptores foram as plantas e os animais. Esses seres, que hoje dirigimos, dirigiam-nos então, melhor do que o teríamos feito por nós mesmos. Guiavam nossa jovem razão com um instinto mais seguro; estes entezinhos davam-nos conselhos, que agora desprezamos. Muito aproveitaremos ao contemplarmos esses irrepreensíveis filhos de Deus. Calmos e puros, parecem guardar, em sua silenciosa existência, os segredos do Alto. A árvore que presenciou a marcha do tempo, o pássaro que percorre todos os lugares nada terão então a nos ensinar? Não lê a água no sol, e o mocho nas trevas? Até os grandes bois, tão graves à sombra do carvalho, não terão algum pensamento em suas longas divagações?" (*Origines du droit*, p. LXIX.)

A Índia, mais próxima que nós da criação, preservou melhor a tradição da fraternidade universal. Inscreveu-a no início e no fim de seus dois grandes poemas sagrados, o Ramayana e o Mahabharata, gigantescas pirâmides diante das quais nossas pequenas obras ocidentais devem permanecer humildes e respeitadas. Quando vos fatigardes do Ocidente agressivo, permiti-vos a doçura de retornar à vossa mãe, à majestosa antigüidade, tão nobre e tão terna. Amor, humildade, grandeza, tudo aí encontrareis reunido, e com um sentimento tão singelo, tão desprendido da miséria do orgulho, que não se terá necessidade de falar em humildade.

A Índia foi bem recompensada por sua doçura em relação à natureza; lá, o gênio era um dom da piedade. O primeiro poeta indiano vê duas pombas voltarem, e, enquanto admira sua graça, sua perseguição amorosa, uma delas cai atravessada por uma seta... Ele chora; seus gemidos, regulados, sem que ele saiba, pelas pulsações do coração, ganham um movimento rítmico, e a poesia nasce... Desde então, duas a duas, as melodiosas pombas renascem nos cantos dos homens, amam e voam por toda a terra (Ramaiana).

Reconhecida, a natureza dotou a Índia de um outro dom admirável: a fecundidade. Por ela cercada de ternura e respeito, multiplicou-lhe, com o animal, a fonte da vida onde a terra se renova. Lá, nada se esgota. Tantas guerras, tantos desastres e servidões não puderam secar a teta da vaca sagrada. Um rio de leite corre sempre por essa terra abençoada... abençoada por sua própria bondade, por seus doces cuidados com a criatura inferior.

Mas o orgulho rompeu a união comovente que no início ligava o homem aos filhos mais humildes de Deus... Não impunemente, porém: a terra tornou-se rebelde, recusou-se a nutrir raças inumanas.

O mundo do orgulho, a cidade grega e romana, des-

prezava a natureza; só cuidava da arte, só a si mesma estimava. Essa orgulhosa antigüidade, que só aspirava ao nobre, conseguiu apenas suprimir todo o resto. Aquilo que parecia baixo, ignóbil, desapareceu de vista; pereceram os animais, e também os escravos. O Império Romano, desembaraçando-se de uns e de outros, entrou na majestade do deserto. A terra, dispensando sempre e não sendo reparada jamais, tornou-se, entre a infinidade de monumentos que a cobriam, como que um jardim de mármore. Ainda havia cidades, mas não campos; havia circos, arcos de triunfo, mas não cabanas e lavadouros. Estradas magníficas continuavam esperando o viajante que não passava mais; suntuosos aquedutos continuavam a levar rios às cidades silenciosas, onde não encontravam ninguém para matar a sede.

Um único homem, antes dessa desolação, encontrou na alma um protesto, uma queixa em favor de tudo o que se extinguia. Um único, por entre as destruições das guerras civis em que pereciam ao mesmo tempo homens e animais, encontrou em sua vasta piedade lágrimas pelo boi de arado que fecundara a antiga Itália. E consagrou um canto divino a essas raças perdidas¹.

Terno e profundo Virgílio!... Eu, que fui por ele alimentado como que ao colo, alegre-me que lhe toque essa glória única, a glória da piedade e da excelência do coração... Esse camponês de Mântua, com sua timidez de virgem e seus longos cabelos rústicos, foi no entanto, sem

1. Em outro canto, talvez o mais bem acabado, consagrado ao amigo mais querido, o cônsul e poeta Galo, ele não hesita em dar-lhe por companheiros e consoladores os filhos mais humildes da natureza, os animais inocentes. Depois de invocar todos os deuses campestres para que amenizassem a ferida do poeta doente de amor: *Suas ovelhas também o rodeavam*. E em seguida, num gesto encantador, temendo ferir o orgulho de Galo: *Nostri nec paenitet illas: nec te paenitet pecoris, divine poeta*.

(a) Virgílio, *Bucólicas*, X, 16-17: "Elas não nos desdenham, e tu, divino poeta, não desprezes o rebanho."

que o soubesse, o verdadeiro pontífice e áugure, entre dois mundos, duas idades, no meio do caminho da história. Indiano por sua ternura para com a natureza, cristão por seu amor ao homem, esse homem simples reconstitui, em seu imenso coração, a bela cidade universal, da qual nada que tenha vida está excluído, e onde cada qual quer fazer entrar os seus.

O cristianismo, apesar de seu espírito de doçura, não restabeleceu a antiga união. Conservou contra a natureza o preconceito judaico; a Judéia, que se conhecia bem, temia amar demais essa irmã do homem; fugia dela, mal-dizendo-a. O cristianismo, fiel a tais temores, manteve a natureza animal a uma infinita distância do homem, rebaixando-a. Os animais simbólicos que acompanham os evangelistas, a fria alegoria do cordeiro e da pomba não resgataram o animal. A nova bênção não o atingiu; a salvação não chegou até os pequenos, os humildes da criação. O Deus-Homem morreu pelo homem, não por eles. Não participando da salvação, ficaram fora da lei cristã, como pagãos, como impuros, e não raro suspeitos de convivência com o princípio do mal. Não permitiu o Cristo, no Evangelho, que os demônios se apossassem dos porcos?

Nunca saberemos os terrores que, por séculos, viveu a Idade Média, sempre em presença do Diabo! A visão do Mal invisível, o pesadelo, a tortura absurda! E daí uma vida estranha, que faria rir se não sentíssemos que foi triste, digna de pranto... Quem então não acreditaria no Diabo? Eu o vi, afirmou o imperador Carlos. Eu o vi, disse Gregório VII. Os bispos que fazem os papas e os monges que oram a vida inteira declaram que ele está lá, às suas costas, que eles o sentem, imóvel... O pobre servo dos campos, que o vê na figura de um animal esculpido no pórtico das igrejas, receia, ao voltar para casa, encontrá-lo em seus próprios animais. Estes assumem,

ao entardecer, diante dos reflexos cambiantes do fogo, um aspecto fantástico; o touro tem uma estranha máscara, a cabra um semblante equívoco; e o que pensar do gato, cujo pêlo, se tocado, lança fagulhas na escuridão?

A criança é que tranqüiliza o homem. Teme tão pouco esses animais que faz deles seus camaradas. Alimenta o boi, monta na cabra, mexe corajosamente com o gato preto. Faz melhor, imita-os, simula sua voz... e a família sorri: "Eu estava errado, não era preciso temer. Esta é uma casa cristã, com água benta e erva benta; ele não ousaria aproximar-se... Meus animais são animais de Deus, inocentes, crianças... E mesmo os animais do campo parecem conhecer Deus; vivem como eremitas. Esse belo cervo, por exemplo, com uma cruz na cabeça, que vai, como um bosque vivo, por entre o bosque, parece em si mesmo um milagre. A corça é doce como minha vaca, e sem os chifres; meu filho, na falta de mãe, teria sido nutrido por ela..." Esta última frase, expressa, como tudo então, sob forma histórica, desenvolve-se e acaba por produzir a mais bela lenda da Idade Média, a lenda de Genoveva de Brabante: a família oprimida pelo homem, recolhida pelo animal, a mulher inocente salva pelo inocente animalzinho da floresta; a salvação vindo assim do menor, do mais humilde.

Os animais, reabilitados, assumem um lugar na família rústica, depois do filho que os ama, como os parentes afastados que figuram na ponta da mesa numa casa nobre. São tratados como tais nos grandes dias, participam das alegrias, das tristezas, trajam roupas de luto ou de núpcias (como há pouco ainda acontecia na Bretanha). Não falam, é verdade, mas são dóceis, escutam pacientemente; o homem, sacerdote em sua casa, prega-lhes em nome do Senhor¹.

1. Ver o pequeno sermão às abelhas fugitivas em meu *Origines du droit*.

Assim o gênio popular, mais ingênuo e mais profundo do que a sofística sagrada, opera timidamente, mas com eficácia, a reabilitação da natureza. Esta não se mostrou ingrata. O homem foi recompensado; esses pobres seres, que nada possuem, ofertaram tesouros. O animal, depois que se sentiu amado, sobreviveu, se multiplicou... E a terra voltou a ser fecunda, o mundo, que parecia caminhar para o fim, recomeçou mais rico e poderoso, pois recebera, qual orvalho, a bênção da misericórdia.

Uma vez assim constituída a família, trata-se de fazê-la entrar toda na Igreja, se possível. Grandes dificuldades! Quer-se de fato acolher o animal, mas para lançar-lhe água benta, para exorcizá-lo de alguma maneira, e somente no adro... "Homem simples, deixa aí teu animal, entra sozinho. A entrada da Igreja é o Julgamento que vês representado nas portas; a Lei senta-se à soleira, São Miguel, de pé, empunha a espada e a balança... Como julgar, salvar ou condenar o que trazes contigo? O animal tem alma?... Que fazer com almas de animais? Abriremos para elas as portas do limbo, como para as almas dos pequeninos?"

Não importa, nosso homem insiste; ouve com respeito, mas não se esforça para compreender. Não quer ser salvo sozinho, sem os seus. Por que seu boi e seu asno não se salvariam, como o cão de São Paulino? Trabalharam igualmente bem!

"Está certo", diz para si mesmo, "serei astuto, voltarei no dia de Natal, quando a Igreja estiver em família e Deus for ainda muito pequeno para ser justo... Justos ou não, passaremos todos, eu, minha mulher, meu filho, meu asno... Ele também! Esteve em Belém, carregou Nosso Senhor. Em recompensa, que o pobre bicho tenha seu dia... Aliás, não se tem muita certeza de que ele seja o que parece; no fundo, é malicioso, preguiçoso, como eu mesmo; se não me empurrassem também não trabalharia."

Era um grande espetáculo, mais comovente do que risível, quando o animal do povo, apesar das proibições dos bispos e dos concílios, era levado para dentro da igreja. A natureza, condenada, amaldiçoada, voltava vitoriosa sob a forma mais humilde, capaz de torná-la perdoável. Voltava com os santos do paganismo, entre a Sibila e Virgílio¹... Apresentavam ao animal o gládio que o deteve sob Balaão; mas esse gládio da antiga Lei, embotado, já não o assustava; a Lei terminava naquele dia, dando lugar à Graça. Humildemente, mas com segurança, ia direito à manjedoura. Ouvia o ofício, e, como cristão batizado, ajoelhava-se devotamente. Cantavam-lhe então, parte na língua da igreja, parte em gaulês, para que compreendesse bem, uma antifona, burlesca e sublime:

De joelhos! Dize amém!
Chega de comer capim e feno.
Amém! uma vez mais,
Larga as velhas coisas e vai!^a

O animal pouco se beneficiou dessa reparação². Os concílios vedaram-lhe a Igreja. Os filósofos, que em orgu-

1. Conservado durante muito tempo em Rouen. Ducange, verbo *Festum*.

(a) O desenvolvimento que acaba aqui exaltando a reabilitação do animal na piedade popular da Idade Média originou-se do curso proferido em 1843 no Collège de France. Lemos, por exemplo, nas notas preparatórias da lição de 16 de fevereiro: "O asno, pobre imagem do homem eterno, representa bem o homem medieval, o povo infeliz de então. O homem se projeta nele; nele se apresenta, feio, risível, humilhado; e no entanto foi esse ser indócil que nosso Senhor não desdenhou montar..."

2. O gênio popular fez mais por seu protegido. Se se importar com as resistências da Igreja, criou para o animal uma posição legal, tratou-o como pessoa, fê-lo comparecer em juízo até no ato mais grave, o julgamento criminal; figurava aí como testemunha, às vezes como culpado. Não resta dúvida de que essa importância atribuída ao animal contribuiu intensamente para sua conservação, e, em consequência, para a fecundidade da terra, que em geral depende do

lho e secura seguiram os teólogos, decidiram que ele não tinha alma ¹. Ele sofre neste mundo, mas que importa? Não deve esperar nenhuma compensação numa vida superior... Assim, não haveria Deus para ele; o pai terno do homem seria, para quem não é homem, um tirano cruel!... Criar joguetes, mas sensíveis, máquinas, mas sofredoras, autômatos que só lembrariam as criaturas superiores pela faculdade de suportar o mal!... Seja a terra pesada para vós, homens duros, que pudestes conceber idéia tão ímpia e lançar tal sentença sobre tantas vidas inocentes e dolorosas!

Nosso século terá uma grande glória. Apareceu nele um filósofo com coração de homem ². Ama a criança, o animal. A criança, antes do seu nascimento, só despertara interesse enquanto esboço, preparação para a vida; mas ele a ama em si mesma, acompanha-a pacientemente em sua pequena vida obscura e surpreende em suas mutações a fiel reprodução das metamorfoses animais. Assim, no seio da mulher, no verdadeiro santuário da natureza, descobriu-se o mistério da fraternidade universal... Graças sejam rendidas a Deus!

Esta é a verdadeira reabilitação da vida inferior. O animal, servo dos servos, descobre-se parente do rei do mundo.

Que este retome então, com um sentimento mais doce, a grande tarefa da educação dos animais, que outrora

trabalho que ele realiza junto do homem. Essa é, talvez, a causa de a Idade Média ressurgir sempre depois de tantas ruínas terríveis.

1. O jesuíta Bongéant "objetou que os animais deviam ter uma alma *porque eram demônios*."

2. Gloriosamente continuado por seu amigo e por seu filho, os Srs. Serres e Isidore Geoffroy Saint-Hilaire. Vejo com alegria uma juventude cheia de futuro escolher esse caminho científico, que é o caminho da vida.

(a) O padre Bongéant (1690-1743) publicou em 1739 um *Amusement philosophique sur le langage des bêtes*, que provocou escândalo e lhe valeu a prisão.

lhe submeteu o globo ¹ e que ele abandonou há dois mil anos para grande prejuízo da terra. Que o povo entenda que sua prosperidade depende do que ele fizer por esse pobre povo inferior. Que a ciência se lembre de que o animal, mais estreitamente ligado à natureza, foi seu áugure e intérprete na antigüidade. Ela encontrará uma voz de Deus no instinto do simples dos simples.

VII

O INSTINTO DOS SIMPLES.

O INSTINTO DO GÊNIO.

O HOMEM DE GÊNIO É, POR EXCELÊNCIA, O SIMPLES, A CRIANÇA E O POVO

Li na vida de um grande doutor da Igreja que, voltando depois da morte a seu monastério, honrou com sua aparição não os primeiros de seus irmãos, mas o último, o mais simples, um pobre de espírito. Este teve a graça de morrer três dias depois. Trazia no rosto uma alegria verdadeiramente celeste. "Poder-se-ia", diz o autor da lenda, "declamar-lhe o verso de Virgílio:

Criança, conhece tua mãe por seu sorriso!

1. Nossa era mecanicista, que quer máquinas por todo lado, devia perceber, parece, que, mesmo que nada mais sejam, os animais são, seguramente, as primeiras máquinas, fornecendo, além de grande quantidade de força positiva, uma outra força infinita, inestimável, que resulta (se não quisermos dizer da alma) da animação da vida. Parece então que devíamos retomar o estudo e a domesticação dos animais. Ver o belo artigo "Domestication", de Isidore Geoffroy Saint-Hilaire, na *Encyclopédie nouvelle*, de Leroux e Reynaud.

É notável que a maior parte dos homens de gênio tenha especial predileção pelas crianças e pelos simples. Estes, por seu lado, em geral tímidos diante da multidão, mudos em presença de pessoas de espírito, experimentam em presença do gênio uma segurança completa. O poder que a todos se impõe tranquiliza-os, ao contrário. Percebem que dele não receberão zombarias, apenas benevolência e proteção. Então se colocam verdadeiramente em seu estado natural, a língua se solta, e descobrimos que as pessoas chamadas simples, por ignorarem a linguagem convencional, são às vezes muito mais originais nesse aspecto, muito imaginativas, dotadas de um singular instinto para apreender relações distantes.

Aproximam e relacionam de bom grado, mas dividem e analisam pouco. A divisão não só lhes custa ao espírito, como os aborrece, parecendo-lhes um desmembramento. Não gostam de seccionar a vida, e tudo lhes parece ter vida. As coisas, quaisquer que sejam, constituem para eles seres orgânicos, que teriam escrúpulo em alterar no mínimo que fosse. Recuam tão logo se apresente a possibilidade de desarranjar pela análise aquilo que apresenta a menor aparência de harmonia vital. Tal disposição implica comumente a doçura natural e a bondade; essas pessoas são chamadas *gente boa*.

Além de não dividirem, quando encontram uma coisa dividida, parcial, ou a negligenciam ou a reúnem mentalmente ao todo de que foi separada; e recompõem esse todo com uma rapidez de imaginação insuspeita em pessoas com sua natural lentidão. Sua potência para compor é proporcional à sua impotência para dividir. Ou antes, a operação é tão fácil que não se trata nem de potência nem de impotência, mas apenas de um fato necessário, inerente à sua existência. Em verdade, nisso é que são *simples*.

Uma mão surge à luz. O raciocinador conclui que por

certo existe na sombra um homem do qual só se enxerga a mão; da mão, deduz o homem. O simples não raciocina, não deduz; de início, vendo a mão, diz: "Vejo um homem." E com efeito o viu, com os olhos do espírito.

Aqui, ambos estão de acordo. Mas, em inúmeras ocasiões, o simples que na parte vê o todo invisível, que por um sinal adivinha e afirma um ser também invisível, provoca o riso e passa por louco.

Ver o que não se mostra aos olhos de ninguém é uma segunda visão. Ver o que está por vir, por nascer, é profecia. Duas coisas que provocam o espanto da multidão, o desprezo dos sábios, e que são geralmente um dom natural de simplicidade.

Esse dom, raro nos homens civilizados, é, como se sabe, bastante comum entre os povos simples, sejam selvagens ou bárbaros.

Os simples simpatizam com a vida e ganham, em recompensa, o dôm magnífico de, a partir do menor sinal, conseguir vê-la e prevê-la.

Eis aí seu parentesco secreto com o homem de gênio. Eles chegam, muitas vezes sem esforço, por simplicidade, ao que ele atinge pela força de simplificação que há nele; de sorte que o primeiro do gênero humano e aqueles que parecem os últimos se reúnem e se entendem. Entendem-se por uma coisa, por sua comum simpatia pela natureza, pela vida, que os faz comprazerem-se apenas com a unidade viva.

Se estudardes com seriedade, na vida e nas obras, esse mistério da natureza chamado homem de gênio, descobrireis que, em geral, é aquele que, adquirindo os dons do crítico, conservou os dons do simples¹. Esses dois

1. O gênio, bem o sei, assume inúmeras formas. Aquela a que me refiro aqui é certamente a dos gênios mais originais, mais fecundos, a que mais frequentemente caracteriza os grandes inventores. La Fontaine e Corneille, Newton

homens, opostos em outras circunstâncias, acham-se nele conciliados. No momento em que seu crítico interior parece tê-lo levado à divisão infinita, o simples lhe mantém a unidade presente. Preserva-lhe constantemente o sentimento da vida, mantém-na indivisível. Mas, embora o gênio possua em si as duas potências, o terno respeito pela vida e o amor da harmonia vital são tão fortes nele que ele sacrificaria o estudo e a própria ciência se esta só pudesse ser alcançada pelo desmembramento. Dos dois homens que encerra, abandonaria o que divide; o simples ficaria, com sua força ignorante de divinação e profecia.

Esse é um mistério do coração. Se o gênio, por meio das divisões, das anatomias fictícias da ciência, sempre conserva em si um simples, que jamais consente na divisão verdadeira, que tende continuamente à unidade, que teme destruí-la na sua existência mais insignificante, é porque a característica do gênio é o amor pela própria vida, amor que leva a conservá-la, o amor que a produz.

A multidão, que vê tudo isso confusamente e de fora, sem conseguir apreendê-lo, acha às vezes que esse grande homem é um *bom* homem e um *simples*. Espanta-se com o contraste; mas não existe contraste; a simplicidade e a bondade é que constituem o fundamento do gênio, sua razão primeira, graças à qual participa da fecundidade de Deus.

Essa bondade, que lhe assegura o respeito das pequenas existências que os outros ignoram, que às vezes o faz parar de repente para que não destrua uma plantinha, é a diversão da multidão. O espírito de simplicidade, que faz com que as divisões nunca entrem seu espírito, que através de uma parte, um indício, o faz ver ou prever

e Lagrange, Ampère e Geoffroy Saint-Hilaire foram ao mesmo tempo os mais simples e os mais sutis dos homens.

um ser inteiro, um sistema que até ninguém adivinha, essa faculdade maravilhosa é justamente a que provoca o espanto, quase o escândalo do vulgo. Ela de alguma maneira o faz sair do mundo, coloca-o à margem da opinião, do tempo e do espaço... A ele, o único destinado a aí deixar suas pegadas.

Suas pegadas não serão apenas a obra do gênio, mas também essa vida de simplicidade, de infância, de bondade e santidade, onde os séculos virão buscar uma espécie de refrigério moral. Esta ou aquela descoberta se tornará talvez menos útil com o progresso do gênero humano; mas sua vida, que enquanto vivo parecia o lado fraco, onde a inveja se consolava, permanecerá como tesouro do mundo e eterna festa do coração.

O povo certamente tem razão ao chamar esse homem de simples. É o simples por excelência, a criança das crianças, é o povo mais do que o próprio povo.

Explico-me. O simples apresenta aspectos ininteligentes, visões turbadas e indecisas, onde flutua, procura, segue vários caminhos ao mesmo tempo e acaba perdendo o caráter de simples. A simplicidade do gênio, que é a verdadeira, nada possui destas visões equívocas: aplica-se aos objetos como uma luz possante que não precisa desviar-se, porque penetra e atravessa tudo.

O gênio possui o dom de infância, como nenhuma criança o tem. Tal dom, já o dissemos, é o instinto vago, imenso, que a reflexão não tarda a definir e restringir, razão pela qual a criança é desde cedo um questionador, um crítico, cheia de objeções. O gênio conserva o instinto nato em sua grandeza, em seu ímpeto vigoroso, com uma graça divina que a criança infelizmente perde, a esperança jovem e vivaz.

O povo, em sua concepção mais elevada, dificilmente se encontra no povo. Quer eu o observe aqui ou ali, não se trata dele, mas de uma classe, uma forma parcial

do povo, alterada e efêmera. Em sua verdade, em seu poder maior, ele só existe no homem de gênio; neste é que mora a grande alma... Todos se espantam ao ver as multidões inertes vibrarem à menor palavra que ele diz, o alarido do Oceano esmorecer perante essa voz, a vaga popular arrastar-se a seus pés... Por que espantar-se? Essa voz é a voz do povo; mudo por si, ele fala pela boca deste homem, e Deus com ele. É aqui que, verdadeiramente, se pode dizer: *Vox populi, vox Dei*.

Trata-se de um Deus ou de um homem? Será preciso buscar, para o instinto do gênio, nomes místicos como inspiração, revelação? — Essa é a tendência do povo; ele necessita forjar deuses para si. — “Instinto? Natureza? Bah!”, dizem eles. “Se se tratasse apenas do instinto, não nos deixaríamos levar... É a inspiração do Alto, é o bem-amado de Deus, é um Deus, um novo messias!” — Em lugar de se admirar um homem, reconhecer-lhe a superioridade, a tendência é fazer dele um inspirado de Deus, ou mesmo o próprio Deus, se for preciso; as pessoas dizem a si mesmas que é necessário um raio sobrenatural para fasciná-las a tal ponto... Assim, põe-se à margem da natureza, fora da observação e da ciência, aquele que é a verdadeira natureza, aquele dentre todos que a ciência mais devia examinar; exclui-se da humanidade o único que é *homem*... Uma imprudente adoração remete ao céu este homem por excelência, isola-o da terra dos vivos onde tinha suas raízes... Ora, deixai entre nós aquele que faz a vida deste mundo! Que permaneça homem, que permaneça povo. Não o separeis das crianças, dos pobres e dos simples, onde tem seu coração, para exilá-lo num altar. Que ele seja envolvido na multidão de que constitui o espírito, que mergulhe em plena fecundidade da vida, que viva conosco, que sofra conosco; ele extrairá da participação de nossas penas e fraquezas a força que Deus aí escondeu, e que será seu próprio gênio.

VIII

O NASCIMENTO DO GÊNIO.
TIPO DE NASCIMENTO SOCIAL

Embora a perfeição não seja coisa deste mundo, o que mais se aproxima dela é, segundo todas as aparências, o homem harmônico e fecundo que manifesta sua excelência interior por uma superabundância de amor e energia, provando-a não apenas com atos passageiros, mas com obras imortais onde sua grande alma permanecerá em companhia de todo o gênero humano. Essa superabundância de dons, essa fecundidade, essa criação duradoura é, aparentemente, o indício de que devemos encontrar aí a plenitude da natureza e o modelo da arte. A arte social, de todas a mais complexa, deve examinar bem se essa obra-prima de Deus, em que a farta diversidade se associa à unidade fecunda, não lhe poderia fornecer algumas luzes sobre o objeto de suas investigações.

Seja-me então permitido insistir no caráter do gênio, penetrar em sua harmonia íntima, observar a sábia economia e a boa polícia dessa grande cidade moral que existe numa alma de homem.

O gênio, força inventiva e geradora, supõe, como dissemos, que um mesmo homem seja dotado de duas potências reunidas em si, às quais podemos chamar os dois sexos do espírito, o instinto dos simples e a reflexão dos sábios. Ele é, de alguma forma, homem e mulher, criança e adulto, bárbaro e civilizado, povo e aristocracia.

Essa dualidade, que causa espanto, que faz com que o vulgo a considere freqüentemente um fenômeno bizarro, uma monstruosidade, é que lhe empresta, no mais

alto grau, o caráter normal e legítimo de homem. A bem dizer, só ele é homem, e não há outros. O simples é uma metade de homem, o crítico uma metade de homem; eles não engendram; e menos ainda os médios, que poderíamos denominar os *neutros*, por não possuírem nem um nem outro sexo. Ele, o único completo, é também o único capaz de engendrar; é encarregado de dar continuidade à criação divina. Todos os demais são estéreis, salvo nos momentos em que, por amor, restauram em si uma espécie de unidade dupla; suas aptidões naturais, transmitidas de geração em geração, permanecem impotentes até o instante em que encontram o homem completo, o único a ter fecundidade.

Não é que a centelha instintiva e inspiradora falte a esses homens todos; o problema é que neles a reflexão bem cedo a congela ou obscurece. O privilégio do gênio consiste em que, no seu íntimo, a inspiração se antecipa à reflexão, sua chama brilha em plena luz. Tudo se arrasta com dificuldade nos outros, lenta e sucessivamente; o intervalo os esteriliza. O gênio preenche o intervalo, une as duas extremidades, suprime o tempo, é como que um clarão de eternidade...

O instinto, ágil neste ponto, resvala no ato e torna-se ato; a idéia assim concentrada se faz viva, e engendra.

Determinada pessoa, hoje vulgar, recebera em germe essa dualidade fecunda das duas pessoas, do simples e do crítico; mas sua natural malignidade logo destruiu a harmonia; desde os primeiros passos na ciência, o orgulho apareceu, a sutileza; o crítico matou o simples. A reflexão, tolamente vaidosa de sua virilidade precoce, desprezou o instinto como se este fora uma débil criança; presunçosa, aristocrática, misturou-se quando pôde à multidão dourada dos sofistas, e, ante seu riso, renegou o humilde parentesco que a ligava demais ao povo. Ultra-

passou os sofistas; receando sua ironia, pôs-se, coisa ímpia, a zombar do irmão... Pois bem! Ficará sozinha; sozinha não faz um homem. Este é impotente.

O gênio nada sabe dessa triste política. Não tem intenção de sufocar a chama interior por medo das zombarias do mundo; nem mesmo as ouve. Nele a reflexão nada tem de amargo ou irônico, ela trata com atenção as *infâncias* do instinto. Essa metade instintiva precisa que a outra a poupe; frágil e vaga, está sujeita a movimentos desordenados, pois, cheia de aspiração, cega de amor, precipita-se diante da luz. A reflexão bem sabe que, se é superior pelo fato de já possuir a luz, é inferior ao instinto, enquanto calor fecundo, enquanto concentração viva. Entre ambos, a questão é mais de idade que de dignidade. Tudo começa sob forma de instinto. A reflexão de hoje foi o instinto de ontem. Qual vale mais? Quem o poderá dizer?... Talvez a vantagem esteja do lado do mais jovem e do mais fraco...

A fecundidade do gênio, repitamos, está ligada em grande parte, sem dúvida, à bondade, à doçura e à simplicidade de coração, com as quais ele acolhe os débeis ensaios do instinto. Acolhe-os em si mesmo, em seu mundo interior tanto quanto no exterior, entre os homens e a natureza. Por toda parte, simpatiza-se com os simples, e sua indulgência fácil evoca incessantemente limbos de novos germes de pensamento.

Os germes voam espontaneamente para ele. Ignoro quantas coisas ainda informes, flutuantes, abandonadas, vieram ter-lhe às mãos, sem medo. E ele, o homem de olhar arguto, não quer examinar se são informes, grosseiras: acolhe-as e lhes sorri, grato por estarem vivas, absolute-as e reergue-as... Dessa clemência resulta para ele a singular vantagem de tudo acabar por enriquecê-lo, ampará-lo, fortificá-lo. Para todos os outros, o mundo é um deserto arenoso onde procuram e não encontram.

Como não chegaria o amor a essa alma, plena de dons vitais da natureza? Uma coisa amada surge... De onde? Não se sabe. É amada, e basta... Vai crescer e viver nele, como ele próprio vive na Natureza, acolhendo o que quer que venha, nutrindo-se de tudo, crescendo e embelezando-se, tornando-se a flor do gênio, tal como o gênio é a flor do mundo.

Adoção sublime... Esse ponto vivo, ainda há pouco obscuro, protegido pelo olhar paterno, começa a se organizar, a se vivificar, a se iluminar de esplendor, e é grande invenção, é obra de arte, é poema. Admiro essa bela criação em seu resultado; mas como gostaria de acompanhá-la em sua gênese ¹, na terna incubação em que começou sua vida, seu calor!

Homens poderosos, em quem Deus realiza essas grandes coisas, dignai-vos pois a nos dizer por vossas próprias palavras em que momento sagrado brotou pela primeira vez a invenção, a obra de arte... quais foram, no íntimo da vossa alma, as primeiras frases trocadas com o novo ser, o diálogo estabelecido dentro de vós entre a velha sabedoria e a jovem criação, a doce acolhida que aquela fez a esta, encorajando-a, rude e tosca ainda, moldando-a sem mudá-la e, longe de prejudicar sua liberdade, tudo fazendo para que se tornasse livre e para que fosse verdadeiramente ela mesma.

1. É lamentável que os homens de gênio apaguem as marcas sucessivas de sua própria criação! Raramente conservam a série de esboços que a prepararam. É possível achar alguma coisa, com grande dificuldade e incompleta, na série progressiva dos quadros de grandes pintores que registraram sem cessar seu pensamento, fixando-lhe cada momento em obras imortais. Não é impossível assim acompanhar a gênese de uma idéia em Rafael, Ticiano, Rubens, Rembrandt. Para nos limitar a este último, o bom Samaritano, o Cristo de Emaús, o Lázaro, finalmente o *Cristo consolando o povo* (gravura de cem florins) indicam as etapas sucessivas ao longo das quais o grande artista, comovido ante o espetáculo novo das profundas misérias modernas, concebeu e gerou sua idéia. Na última expressão que lhe deu, tão vigorosa e popular, obra e autor atingiram um grau inaudito de eternecimento.

Ah! Se revelásseis isso, esclareceríeis não apenas a arte, mas a arte moral também, a arte da educação e da política. Se soubéssemos que cultura o gênio dá ao bem-amado de seu pensamento, como ambos convivem, com que doçura e habilidade anima-o a produzir-se segundo sua natureza, sem atentar contra sua originalidade, compreenderíamos ao mesmo tempo a regra da arte e o modelo da educação, da iniciação civil ¹.

Bondade de Deus, é aí que vos devemos contemplar! É nessa alma superior, onde sabedoria e instinto tão bem se harmonizam, que nos cabe buscar o modelo de toda obra social. A alma do homem de gênio, esta alma visivelmente divina, que como Deus é capaz de criar, é a cidade interior pela qual devemos modelar a cidade exterior, para que também esta seja divina.

O homem é harmônico e produtivo quando os dois homens que existem nele, o simples e o crítico, se entendem e se auxiliam.

Pois bem! A sociedade alcançará seu grau mais elevado de harmonia e produtividade se as classes cultivadas, aco-

1. Não se trata de uma simples comparação, como a que Platão oferece no livro IV da *República*. Não, é a própria coisa, tomada em si mesma, em seu mais íntimo, em seu nascimento e sua natureza. À medida que nos habituarmos a enxergar o mundo social no mundo moral, veremos que este é a origem, a mãe, a matriz do outro, ou, antes, que ambos são um.

O combate da alma com a alma, o progresso e a educação que daí resultam, os tratados que as potências interiores estabelecem entre si, o amor que ela tem por si mesma, os matrimônios, as adoções realizadas nesse âmbito estreito e tão variado, revelarão à filosofia o segredo da política, da educação e da iniciação social. Que o artista eduque sua obra, que o homem eduque a criança de sua escolha, que a cidade eduque as classes ainda crianças: são três coisas análogas; e ocorrerá, pelo menos, com os progressos da ciência e do amor, que elas o serão cada vez mais.

Essa ciência está por ser criada. A filosofia, que há séculos gira em torno das mesmas idéias, sequer a tocou ainda. Os místicos, que tanto vasculharam a alma humana, ficavam cegos nela procurando Deus, que lá está, sem dúvida, mas distinguimo-lo melhor quando o vemos na imagem que lá depositou de si mesmo, a Cidade humana e divina.

lhendo e adotando os homens de instinto e ação, deles receberem calor e a eles emprestarem a luz ¹.

“Que diferença!”, direis. “Não percebes que na alma de determinado homem a cidade interior se compõe das mesmas coisas? Entre parentes tão próximos, a aproximação é fácil. Na cidade política, quantos elementos opostos, discordantes, quantas resistências das mais diversas! Aqui, os dados são infinitamente mais complexos. Que estou dizendo? Um dos objetos comparados é praticamente o reverso do outro; em um, só vejo a paz; no outro, apenas a guerra.”

Prouvera aos céus que a objeção fosse razoável e eu pudesse acatá-la! Prouvera a Deus que a discórdia existisse apenas na cidade exterior, e que na interior, dentro da aparente unidade do indivíduo, houvesse verdadeiramente paz.... Mas sinto antes o contrário: a batalha geral do mundo é menos discordante do que a que trago em mim, a disputa de mim comigo, o combate do *homo duplex*.

Essa guerra é visível em todo homem. Se existe no homem de gênio trégua e pacificação, isso se deve a um mistério, aos sacrifícios interiores que suas potências opostas fazem umas pelas outras. O fundamento da arte, como o da sociedade, é o sacrifício, convém não esquecê-lo.

Essa luta é paga dignamente. A obra que suporíamos inerte e passiva modifica seu criador. Melhora-o moralmente, recompensando assim a benevolência com que a cercava o grande artista quando ela era jovem, frágil,

1. Estendei isso à grande sociedade do gênero humano. Algumas nações estão no estado instintivo, outras no estado de reflexão. Quando entram em contato, as nações cultivadas devem, em nome da humanidade, em nome de seu próprio interesse, criar para si uma arte, uma língua, com as quais se entenderão com as que possuem apenas o instinto bárbaro.

ainda informe. Ele a fez, mas ela o faz; torna-o, à medida que ela própria cresce, muito grande e muito bom. Se o mundo inteiro, com suas misérias, suas necessidades, suas fatalidades hostis, não pesasse sobre ele, veríamos que não existe homem de gênio que, pela excelência de coração, não seja um herói.

Todas essas provas interiores, ignoradas pelo mundo, preservam o gênio de toda miséria de orgulho. Se, em nome de sua obra, ele rejeita o estúpido riso do vulgo, ele o faz por ela, não por ele. Interiormente, mantém sua doçura heróica, sempre criança, povo e simples. O que quer que realize de grande, está sempre do lado dos pequenos. Deixa a turba dos vaidosos, dos sutis, passear no vazio, regalar-se em chacotas, sofismas e negações. Que triunfem, que corram quanto quiserem pelos caminhos do mundo... Ele permanece tranqüilo no local para onde irão todos os simples, os degraus do trono do Pai.

E chegarão lá graças a ele. Que outro apoio e protetor terão? Ele é a herança comum desses deserdados, seu resgate glorioso. É a voz desses mundos, a força desses impotentes, a realização tardia de todas as suas aspirações. Nele, finalmente, todos são glorificados e salvos por ele. Ele os arrasta e os leva, na vasta cadeia das classes e gêneros em que se dividem: mulheres, crianças, ignorantes, pobres de espírito, e, com eles, nossos humildes companheiros de trabalho dotados apenas de instinto, seguidos pelas tribos infinitas da vida inferior, até onde o instinto chegar.

Todos invocam o Simples às portas da Cidade, onde cedo ou tarde devem entrar: “Que viestes fazer aqui? Quem sois, pobres simples?” — “Os irmãozinhos do primogênito de Deus.”

IX

REVISÃO DA SEGUNDA PARTE.
INTRODUÇÃO À TERCEIRA

Deixei-me arrastar para longe, longe demais talvez, pelo coração.

Queria caracterizar o instinto popular, mostrar-lhe a fonte vital onde as classes cultivadas devem buscar hoje seu rejuvenescimento; pretendia provar a essas classes, nascidas ontem e já desgastadas, que elas precisam aproximar-se do povo de onde saíram.

Para encontrar o gênio desse povo desfigurado por seus males e alterado por seu próprio progresso, foi preciso que eu o estudasse especialmente em seu elemento mais puro, o povo das crianças e dos simples. É aí que Deus nos conserva o depósito do instinto vivo, o tesouro da eterna juventude.

Mas esses simples, essas crianças que em meu livro eu convocava para testemunharem em favor do povo, acabaram por pleitear em seu próprio nome. Eu os ouvi; promovi, como pude, a vingança dos simples contra o desprezo do mundo. Defendi a criança provando que a dureza da Idade Média continuava a pesar contra ela.

Como?! Rejeitastes, na fé e na vida, o fatalismo cruel que supunha o homem culpado ao nascer de uma falta que não cometera; e, quando se trata da criança, voltais a essa idéia; castigais o inocente; deduzis, a partir de uma hipótese cada vez mais abandonada, uma educação de suplícios. Sufocais, amordaçais esse jovem profeta, esse José, esse Daniel, o único capaz de decifrar vosso enigma, de interpretar vosso sonho oculto.

Sustentando que o instinto do homem é mau, corrompido por natureza, que o homem só vale na medida em

que é castigado, corrigido, metamorfoseado pela ciência ou pela escolástica religiosa, *estais condenando o povo*, tanto o povo das crianças como os povos ainda crianças, quer os chamemos selvagens ou bárbaros.

Esse preconceito tem se mostrado letal para todos os pobres filhos do instinto. Tornou desdenhosas as classes cultivadas, fazendo-as odiar as não cultivadas. Infligiu às crianças o inferno de nossa educação. Autorizou contra os povos-crianças mil fábulas ineptas e malévolas, que não contribuíram pouco para que nossos pretensos cristãos os exterminassem de consciência tranqüila.

Meu livro queria incluir também os selvagens ou bárbaros, dar abrigo ao que deles resta... Logo será tarde demais. A obra de extermínio prossegue velozmente. Em menos de meio século, quantas nações vi desaparecer! Onde estão agora nossos aliados, os montanhese da Escócia? Um funcionário inglês acabou com a raça de Fingal e Robert Bruce. Onde estão nossos amigos, os índios da América do Norte, a quem nossa velha França estendera cordialmente a mão? Pude ver os últimos, expostos nos teatros de feira... Os ingleses da América, mercadores, puritanos, em sua dura ininteligência, reprimiram, mataram de fome, exterminaram rapidamente essas raças heróicas, que para sempre deixam um espaço vazio no mundo, deplorável para o gênero humano.

Diante dessas destruições, e daquelas no norte da Índia, no Cáucaso, no Líbano, possa a França perceber a tempo que nossa interminável guerra da África deve-se sobretudo ao nosso desconhecimento do gênio desses povos; permanecemos sempre à distância, sem nada fazer para dissipar a ignorância mútua e os mal-entendidos que ela causa. Confessaram há pouco que só combatiam contra nós por nos julgarem inimigos de sua religião, que é a Unidade de Deus; ignoravam que a França e quase toda a Europa tivessem perseguido as crenças idó-

latras que durante a Idade Média obscureceram precisamente essa Unidade. Bonaparte lhes disse isso no Cairo; quem o confirmará em nossos dias?

A névoa se dissipará entre as duas margens e as pessoas se reconhecerão. A África, cujas raças lembram tanto nossas raças do Midi, a África que às vezes identifico em meus amigos mais distintos dos Pireneus e da Provença, prestará à França um grande serviço; explicará, com seu exemplo, muita coisa que desprezamos e não entendemos. Compreenderemos melhor, então, a áspera seiva popular de nossos habitantes das montanhas, das regiões menos miscigenadas. Como já disse, determinado detalhe de costume que achamos rude e grosseiro é, na verdade, bárbaro, e liga nosso povo àquelas populações, bárbaras sem dúvida, mas de forma alguma vulgares.

Bárbaros, selvagens, crianças, o próprio povo (na maior parte) têm esta miséria comum: seu instinto é ignorado e eles mesmos não o conseguem transmitir. São como mudos, sofrem e se extinguem em silêncio. E não ouvimos nada, mal o percebemos. O homem da África morre de fome sobre seu silo devastado; morre e não se queixa. O homem da Europa trabalha até a morte, acaba num hospital sem ninguém saber. A criança, mesmo rica, enfraquece e não pode chorar; ninguém deseja escutá-la; a Idade Média terminou para nós, mas continua para ela, em sua barbárie.

Curioso espetáculo! De um lado, existências cheias de viço e de força vital... mas esses seres estão como que ainda encantados, não conseguem transmitir seus pensamentos e dores; de outro, pessoas que recolheram tudo o que a humanidade forjou em matéria de instrumentos para analisar, exprimir o pensamento, línguas, classificações, lógica, retórica, e contudo a vida é fraca nelas... Seria preciso que aqueles mudos, em quem Deus verte abundantemente sua seiva, dessem uma gota a estes.

Quem não faria votos por esse grande povo, que, das baixas e obscuras regiões, vai aspirando e subindo às apalpadelas, sem luz, sem sequer uma voz para gemer?... Entretanto, seu silêncio fala...

Diz-se que César, navegando pelas costas da África, adormeceu e teve um sonho: via como que um vasto exército a chorar e a estender-lhe os braços. Ao despertar, escreveu em suas tabuinhas de cera: Corinto e Cartago. E mandou reconstruir essas duas cidades.

Não sou César, mas quantas vezes tive o sonho de César ^a! Via-os chorar, compreendia suas lágrimas: *Urbem orant*. Querem a Cidade! Exigem que ela os receba e proteja... Eu, pobre sonhador solitário, que poderia oferecer a esse grande povo mudo? O que eu tinha: uma voz... Seja essa sua primeira entrada na Cidade do direito, de que foram excluídos até hoje.

Fiz falarem neste livro aqueles que nem sequer sabiam que tinham algum direito no mundo. Todos aqueles que gemem ou sofrem em silêncio, tudo o que aspira e sobe na vida, são o meu povo... São o Povo. — Que venham todos comigo.

E eu que não posso engrandecer a Cidade, para que ela seja sólida! Ela oscila, desaba, pois é incompleta, exclusiva, injusta. Sua justiça é sua solidez. Caso só queira ser justa, nem mesmo justa será: cumpre que seja também santa e divina, fundada sobre o único Fundador ^b.

Ela será divina se, em lugar de cerrar ciumentamente

(a) Esse sonho é relatado por Plutarco em *Vida de César*, LVII. Vale a pena ler a admirável meditação que ele inspirou a Michelet no *Journal* de 30 de janeiro de 1842.

(b) Texto da edição original: "...fundada pelo único Fundador." Um *erratum* inserido no fim da segunda edição pede que se leia *sobre* onde se lê *pelo*. A correção aparece na terceira edição. A escolha da nova preposição dá a entender que "o único Fundador" da Cidade não é Deus, mas o Povo, tratado, é verdade, como um deus.

suas portas, reunir todos os filhos de Deus, os últimos, os mais humildes (ai daquele que se envergonhar de seu irmão!). Todos, sem distinção de classe nem classificação, fracos ou fortes, simples ou sábios, que tragam sua sabedoria ou seu instinto. Esses impotentes, esses incapazes, *miserabiles personae*, que nada podem por si mesmos, podem muito por nosso intermédio. Guardam dentro de si uma misteriosa força desconhecida, uma fecundidade oculta, fontes vivas no mais fundo de sua natureza. A Cidade, convocando-os, convoca a vida, capaz, só ela, de renová-la.

Portanto, que homem e homem, homem e natureza se reconciliem, após esse longo divórcio; que todos os orgulhos desapareçam, que a Cidade protetora baixe do céu ao abismo, vasto como o seio de Deus!

De minha parte declaro que se ela rejeitar o último que seja, e não lhe conceder cidadania, também eu não entrarei, mas ficarei na soleira.

TERCEIRA PARTE

DA LIBERTAÇÃO PELO AMOR.

A PÁTRIA

A AMIZADE

É uma grande glória para nossas velhas comunas de França terem sido as primeiras a encontrar o verdadeiro nome da pátria. Em sua simplicidade cheia de sentido e profundidade, chamavam-na a *Amizade*¹.

A pátria é, com efeito, a grande amizade que contém todas as outras. Amo a França porque é a França, e também porque é o país daqueles que amo e amei.

A pátria, a grande amizade, onde estão todos os nossos vínculos, revela-se a nós antes de tudo por eles; em seguida, por sua vez, ela os generaliza, amplia, enobrece. O amigo se torna todo um povo. Nossas amizades individuais são como os primeiros degraus dessa grande iniciação, estágios pelos quais a alma passa em sua lenta ascensão, vindo por fim a ser reconhecida e amada nessa alma

1. A pátria ainda não existia senão na comuna. Dizia-se a *amizade* de Lille, a *amizade* de Aire, etc. Ver Michelet, *Histoire de France*, V, 12, I.

melhor, mais desinteressada, mais elevada, a que chamamos Pátria.

Digo *desinteressada* porque quando ela é forte faz com que nos amemos, apesar da oposição dos interesses, da diferença das condições, apesar da desigualdade. Pobres, ricos, grandes e pequenos, a todos ela nos coloca acima das misérias da inveja. É verdadeiramente *a grande* amizade, pois gera o heroísmo. Os que estão ligados a ela estão solidamente ligados entre si; essa ligação durará enquanto durar a Pátria. O que estou dizendo? Em parte alguma ela é mais indestrutível que dentro de suas almas imortais. Pode a Pátria desaparecer do mundo e da história, abismar-se no coração da terra, mas ela sobreviverá como *Amizade*.

A dar crédito aos filósofos, parece que o homem é um ser tão insociável que só com grande dificuldade, com os esforços reunidos da arte e da meditação, poderiam inventar a máquina engenhosa capaz de aproximar o homem do homem. Quanto a mim, por mais que o observe, vejo-o sociável até ao nascer. Antes de abrir os olhos já ama a sociedade; chora quando é deixado só... Não é de espantar. No primeiro dia abandona uma sociedade já bem antiga, e tão doce! Começou por ela; com a idade de nove meses tem de divorciar-se, entrar na solidão, tatear em busca de uma sombra da tão querida união que possuía, e que agora perdeu.

Ama sua nutriz e sua mãe, pouco as distingue de si mesmo... Mas que deslumbramento quando vê pela primeira vez *um outro*, uma criança de sua idade, que é e não é ele! Quase reencontrará algo desse momento nas mais vivas alegrias do amor. A família, a nutriz, a própria mãe por algum tempo, tudo cede diante do *camarada*, que fez esquecer tudo.

Por aí se vê como a desigualdade, esse obstáculo crucial dos políticos, embaraça pouco a natureza. Ao contrá-

rio, esta se diverte com todas as relações do coração, brinca com as diferenças, com as desigualdades, que pareceriam dever criar obstáculos insuperáveis à união. A mulher, por exemplo, ama o homem justamente porque ele é mais forte. Com frequência, a criança ama seu amigo porque ele é superior. A desigualdade lhes apraz como ocasião de devotamento, como emulação, como esperança de igualdade. O anseio mais caro do amor é se tornar igual; seu medo é continuar superior, conservar vantagem sobre o outro.

Traço singular das belas amizades de infância é o fato de a desigualdade as favorecer poderosamente. É preciso que ela exista para que também existam aspiração, troca e reciprocidade. Observai as crianças. O que torna essas amizades encantadoras para elas é, na analogia de caráter e de hábito, a desigualdade de espírito e de cultura; o fraco segue o forte, sem servilismo, sem inveja; ouve-o fascinado, segue feliz o atrativo da iniciação.

A amizade, não importa o que se diga, é, muito mais do que o amor, um meio de progresso. Como ela o amor também é, sem dúvida, uma iniciação, mas não pode criar emulação entre aqueles que une; os amantes diferem em sexo e natureza; o menos evoluído dos dois não pode mudar muito para assemelhar-se ao outro; o esforço de assimilação mútua cessa logo.

O espírito de rivalidade, que cedo se revela entre as meninas, aparece mais tarde entre os meninos. São necessários a escola, o colégio e todos os esforços do professor, para despertar essas tristes paixões. O homem, sob esse aspecto, nasce generoso, heróico. É preciso que lhe ensinem a inveja; ele não a conhece por si mesmo.

Ah! Como ele tem razão e como ganha com isso! O amor não conta, ele não sabe medir. Não se empenha em calcular uma igualdade matemática e rigorosa a que não se chega nunca. Prefere ir além dela. Mais comu-

mente, cria contra a desigualdade da natureza uma desigualdade em sentido contrário. Entre o homem e a mulher, por exemplo, faz com que o mais forte queira ser servidor do mais fraco. No progresso da família, quando a criança nasce, o privilégio recai sobre o recém-chegado. A desigualdade da natureza favorecia o forte, que era o pai; a desigualdade trazida pelo amor, em substituição, favorece o fraco, o mais fraco, e faz dele o primeiro.

Essa é a beleza da família natural. A da família artificial consiste em favorecer o filho eleito, o filho da vontade, mais querido que os filhos da natureza. O ideal da Cidade, que ela deveria perseguir, é a adoção dos fracos pelos fortes, a desigualdade em proveito dos pequenos.

Aristóteles diz muito bem contra Platão: “A Cidade se faz não com homens iguais, mas com homens diferentes.” E eu acrescento: “Diferentes mas harmonizados pelo amor, dia a dia mais parecidos.” A democracia é o amor na Cidade, e a iniciação.

A iniciação do patronato, romano ou feudal, era coisa artificial e fruto das circunstâncias¹. É às relações invariáveis e naturais do homem que devemos voltar.

Que relações são essas?... Não convém procurá-las muito longe. Observai o homem, antes que este esteja sujeito à paixão, destruído pela dura educação, amargu-

1. O patronato antigo e feudal não voltará, não deve voltar. Sentimo-nos iguais. Aliás, o caráter perdia muito, e também a originalidade, nessas relações de dependência estreita onde o homem sempre trazia os olhos sobre outro, tornava-se sua sombra, sua triste cópia. A grande mesa comum onde o barão se assentava perto do fogo, e que, do capelão, do senescal e outros vassalos, prolongava-se até a porta, onde comia de pé o criado de cozinha, essa mesa era uma escola, onde a imitação se fazia em sentido descendente; cada qual estudava e copiava o vizinho de posição superior. Os sentimentos nem sempre eram servís, mas os espíritos o eram. Esse servilismo de imitação foi sem dúvida uma das causas que retardaram a Idade Média e a esterilizaram por tanto tempo.

rado pelas rivalidades. Tomai-o antes do amor, antes da inveja. Que ireis encontrar nele? A coisa que lhe é mais peculiar entre todas, a primeira (e que seja também a última!): a amizade.

Logo estarei velho. Tenho, além da minha idade, dois ou três mil anos que a história reuniu em mim, inúmeros acontecimentos, paixões, lembranças diversas onde se misturam minha vida e a vida do mundo. Pois bem, entre essas inúmeras coisas grandes, essas coisas graves, uma domina, triunfa, sempre jovem, fresca, florescente: minha primeira amizade!^a

Era, lembro-me (melhor do que de meus pensamentos de ontem), um desejo imenso, insaciável, de comunicações, confidências, revelações mútuas. Nem a palavra, nem o papel eram suficientes. Depois de longos passeios, voltávamos e tornávamos a caminhar. Que alegria, ao nascer do dia, ter tanto a dizer! Eu saía cedo, com minha força e minha liberdade, impaciente para falar, para retomar a conversação, para dizer uma infinidade de coisas. — “Que segredos? Que mistérios?” — Como saber? Um fato histórico talvez, um verso de Virgílio que acabara de ler...

Quantas vezes me enganei de horário! Às quatro, às cinco horas da manhã, batia à porta, entrava, acordava meu amigo. Como pintar com palavras os vivos e ligeiros clarões em meio aos quais, naquelas manhãs, tantas coisas brilhavam e giravam? Tenho ainda a impressão de

(a) Michelet e Poinot conheceram-se em 1811, na casa de um pedagogo do bulevar dos Capuchinhos, que lhes ministrava lições de latim. Uma amizade passional os uniu desde cedo, e não se deixaram por dez anos, ainda que Poinot tenha preferido, após o bacharelado, a medicina aos estudos literários.

Lendo os *Écrits de jeunesse*, podemos notar a rara qualidade de sua ligação, interrompida a 14 de fevereiro de 1821, quando morre o estudante de Medicina, vítima da tuberculose.

que minha existência era alada, mesclada à aurora, à primavera; eu sentia, eu vivia na alvorada.

Saudosa idade, verdadeiro paraíso sobre a terra, que não conhece a cólera, o desprezo, a baixeza, onde a desigualdade é absolutamente ignorada, onde a sociedade é ainda verdadeiramente humana, verdadeiramente divina... Tudo passa depressa. Vêm os interesses, as concorrências, as rivalidades... E no entanto muita coisa restaria dela se a educação fizesse por reunir os homens com o mesmo empenho que coloca em dividi-los.

Se duas crianças, a pobre e a rica, se assentassem aos bancos de uma mesma escola, e, ligadas por amizade, divididas pela carreira, se vissem freqüentemente, fariam mais entre elas que todas as políticas, todas as morais do mundo. Conservariam em sua amizade desinteressada, inocente, o nó sagrado da Cidade... O rico conheceria a vida, a desigualdade, e as lamentaria; todo seu esforço visaria a partilha. O pobre se tocaria e consolaria o rico de ser rico.

Como viver sem conhecer a vida? Ora, só a conhecemos a um preço: sofrer, trabalhar, ser pobre — ou antes, fazer-se pobre, de simpatia, de coração, associar-se voluntariamente ao trabalho e ao sofrimento.

Que quereis que o rico saiba, com toda a ciência do mundo? Pelo fato de sua vida ser fácil, dela ignora as realidades profundas e fortes. Não se aprofundando nem se apoiando, ele corre, desliza como que sobre o gelo; não entra em parte alguma, está sempre de fora; nessa existência fugaz, exterior e superficial, amanhã estará no fim e partirá com a mesma ignorância com que veio.

Faltou-lhe um ponto sólido onde, com a alma, se apoiasse e se aprofundasse na vida e no conhecimento. Ao contrário, o pobre se fixa num ponto obscuro, sem ver céu nem terra. Falta-lhe o poder de se erguer, de respirar, de olhar o céu. Isolado nesse lugar pela fatali-

dade, seria preciso que ele ampliasse, generalizasse sua existência e mesmo seu sofrimento, vivesse fora desse ponto onde padece, e, já que possui uma alma infinita, a expandisse infinitamente... Todos os meios lhe faltam; as leis pouco farão por isso; para isso será necessária a amizade. O homem que dispõe do seu tempo, culto, ponderado, deve trazer essa alma cativa para o mundo, modificá-la? Não, mas deve ajudá-la a ser ela mesma, afastar o obstáculo que a impede de abrir suas asas.

Tudo isso seria fácil se ambos compreendessem que a libertação de um depende do outro. O homem de ciência e cultura, hoje servo das abstrações e das fórmulas, só recapturará sua liberdade no contato com o homem de instinto. Sua vida e juventude, que acredita poder renovar e a longas viagens, estão ali mesmo, perto dele, naquilo que constitui a juventude social, ou seja, no povo. Este, por outro lado, para quem a ignorância e o isolamento são como que uma prisão, ampliará seu horizonte, reencontrará o ar livre, desde que aceite a comunicação com a ciência, desde que, em lugar de denegri-la por inveja, respeite o patrimônio das obras da humanidade, o esforço do homem interior.

Essa assistência, esse mútuo cultivo, forte e sério, que um encontrará em outro, supõe em ambos, admito, uma verdadeira magnanimidade; nós o conclamamos ao heroísmo. Haverá outro apelo mais digno do homem?... ou mais natural, desde que parta dele e se expanda, com a graça de Deus.

O heroísmo do pobre consiste em imolar a inveja, ser ele mesmo acima de sua própria miséria, a ponto de não querer saber se a riqueza foi justa ou injustamente ganha. O heroísmo do rico é, conhecendo o direito do pobre, amá-lo e ir até ele.

“Heroísmo?... Não é esse o dever mais simples?” Sem dúvida, mas é precisamente por ser um dever que o cora-

ção se fecha. Triste enfermidade de nossa natureza: só amamos a quem não devemos nada, ao ente abandonado, desarmado, incapaz de alegar qualquer direito contra nós.

É preciso que, de ambas as partes, o coração se alargue. Consideramos a democracia como o direito e o dever, a Lei, e só tivemos uma lei morta... Ah, consideremo-la como Graça!

Dizeis: "Que nos importa? faremos leis tão sábias, tão artificialmente concebidas e combinadas, que todos amarão..." Para desejar leis sábias, para segui-las, é preciso amar primeiro.

"Amar como? Não percebeis os insuperáveis obstáculos que se levantam entre nós por causa do interesse? Em meio à devoradora concorrência em que nos debatemos, poderemos ser suficientemente simples a ponto de ajudar nossos rivais, de dar apoio hoje àqueles que o serão amanhã?"

Triste confissão! Por um punhado de dinheiro, por um posto miserável que logo perdereis, dispensais o tesouro do homem, tudo o que ele tem de bom, de grande, a amizade, a pátria, a verdadeira vida do coração!

Infeliz! Tão perto e tão longe da Revolução, já esqueceis que os primeiros homens do mundo, aqueles jovens gerais, em seu terrível impulso, em sua arrancada violenta para a morte imortal, que disputavam entre si, rivais encarniçados lutando pela formosa amante que arde nos corações com o amor mais áspero, a Vitória!, não sentiam de forma alguma inveja?

Ela será sempre a gloriosa carta com a qual o vencedor da Vendéia protegeu, com sua virtude e popularidade, o homem que já começava a provocar medo¹, o vencedor

1. Sabe-se que Bonaparte tornara-se suspeito por agir como senhor e árbitro da Itália, concedendo ou recusando, sem consultar ninguém, armistícios que

de Arcole, fazendo-se seu fiador... Grande época, grandes homens, verdadeiros vencedores a quem tudo devia ceder! Vencestes a inveja tão facilmente quanto ao mundo! Nobres almas, onde quer que estejais, dai-nos um sopro de vosso espírito, para que nos salvemos!

II

DO AMOR E DO CASAMENTO

Seria preciso sentir muito pouco a gravidade de um tema como esse para tratá-lo em poucas páginas. Vou me contentar com uma observação, essencial no atual estágio de nossos costumes.

Indiferentes como somos em relação à pátria e ao mundo, nem cidadãos, nem filantropos, só dispomos de uma coisa para escapar ao egoísmo: os laços de família. Ser bom pai de família é um mérito que costumamos ostentar, freqüentemente com grande proveito.

Pois bem! Devemos confessar que nas classes superiores a família está muito doente. A continuar assim, tornar-se-á impossível.

decidiam da paz ou da guerra, enviando diretamente fundos ao exército do Reno sem a intermediação da Tesouraria, etc. Corria o boato de que seria preso no meio de seu próprio exército. — Hoche escreveu ao ministro da Polícia, para justificá-lo, uma carta que se tornou pública. Nela, atribui aos realistas aqueles rumores caluniosos: "Por que Bonaparte é objeto da ira desses senhores? Por tê-los derrotado no vendimiário? Por ter dissolvido os exércitos dos reis e fornecido à República os meios de terminar gloriosamente esta guerra?... Ah, bravo jovem, que militar republicano não arde em desejos de te imitar?! Coragem, Bonaparte: conduz a Nápoles, a Viena, nossas tropas vitoriosas; responde a teus inimigos pessoais humilhando os reis, dando a nossas armas um novo brilho, e deixa para nós o encargo de tua glória!"

Os homens foram acusados, e não sem razão. Eu próprio já me referi a seu materialismo, à sua secura, à insigne imperícia pela qual perdem a ascendência dos primeiros dias. Entretanto, é preciso reconhecer, a falta deve ser imputada sobretudo às mulheres, mais precisamente às mães. A educação que elas dão ou deixam que se dê aos filhos fez do casamento um encargo insuportável.

O que presenciamos lembra muito os derradeiros séculos do Império Romano. As mulheres, tornando-se herdeiras, e sabendo-se ricas, protegiam os maridos, mas criavam para eles uma condição tão miserável que nenhuma vantagem pecuniária, nenhuma prescrição legislativa podia obrigar os homens a padecer semelhante servidão. Preferiam escapar para o deserto. A Tebaida se povoou.

O legislador, espantado com o despovoamento, viu-se forçado a favorecer, a regulamentar as ligações inferiores, as únicas que o homem aceitava. O mesmo talvez acontecesse em nossos dias se esta sociedade, mais industrial que a do Império Romano, não especulasse sobre o casamento. O homem moderno aceita por cupidez e necessidade a sorte que afugentava os romanos. Especulação pouco segura. A jovem sabe que tem um bom dote, mas, como não lhe ensinaram o valor do dinheiro, ela gasta mais do que tem. Observando os acontecimentos recentes, as grandes mudanças das fortunas, sou tentado a afirmar: "Quereis arruinar-vos? Desposai uma mulher rica."

Sei muito bem quantos inconvenientes existem em tomar uma esposa de condição e educação inferiores. O primeiro é o isolamento, a perda do próprio meio, o fim das antigas relações. Um outro inconveniente é que não desposamos apenas a mulher, mas a família, cujos hábitos são freqüentemente grosseiros. Esperamos educar essa mulher, torná-la senhora de si; mas sucede às

vezes que, embora dotada de bom instinto e docilidade, essa mulher não é educável. Tais educações tardias que tentamos proporcionar às fortes raças do povo, menos maleáveis e mais duras, raramente têm poder sobre elas^(a).

Uma vez reconhecidos esses inconvenientes, sou forçado a voltar ao dos brilhantes casamentos de hoje, grave por razões diferentes. Consiste apenas nisto: a vida é *impossível* aí.

Essa vida consiste em começar todas as noites, depois de um dia de trabalho, uma jornada ainda mais cansativa de diversões e prazeres. Não há nada parecido nos outros países e povos da Europa; o francês abastado é o único homem do mundo que não descansa nunca. Talvez seja essa a razão principal de os nossos endinheirados, os nossos burgueses, embora nascidos ontem, constituírem uma classe já desgastada.

Nesta época de trabalho, em que o tempo tem preço incalculável, os homens sérios, produtivos, que querem resultados, não podem aceitar como condição para o casamento uma despesa tão exorbitante com a vida. A noite usada para passear com uma mulher mata de antemão o dia seguinte.

À noite, o homem necessita do lar e do repouso. Chega em casa com a cabeça cheia de idéias; deveria se recolher, ter para quem confiar seus pensamentos, projetos, ansiedades, lutas do dia, ter com quem abrir o coração. Ele encontra uma mulher que nada fez, ávida para utilizar suas energias, pronta, ataviada, impaciente... Como lhe falar? "Está bem, senhor, já é tarde, vamos perder a hora... Amanhã conversaremos."

(a) Michelet lembra aqui seus próprios esforços em educar as criadas de casa, particularmente Victoire, apelidada *Rustica*. Ver o *Journal* dos anos 1842-1845.

E ele deve acompanhá-la, caso não a queira confiar a uma amiga mais velha, freqüentemente mais corrompida, malévola e maliciosa, cujo prazer máximo será atirar a jovem contra *seu tirano*, comprometé-la, lançá-la em tristes loucuras.

Não, o marido não pode permitir essa conduta suspeita. Ele próprio a acompanhará... Quanto ao trabalhador, com que ansiedade se apressa a voltar para casa! É verdade que está muito cansado, mas sabe que encontrará o repouso, um lar, uma família, o sono enfim, essa felicidade legítima que Deus lhe concede todas as noites. A mulher o espera contando os minutos; a mesa está posta; a mãe e o filho a todo instante vão ver se já chegou. Por pouco que esse homem valha, ela se envaidece dele, admira-o, reverencia-o... E quanto zelo! Vejo-a, tão mal nutrida, reservar para si, sem que ele note, a porção menor, guardar para o homem, que sofre mais, o alimento nutritivo que reparará suas forças.

Ele se deita; ela põe os filhos na cama, e vela. Trabalha até tarde da noite. De manhã, bem antes que ele abra os olhos, ela já está de pé, tudo está pronto, a refeição quente que ele toma e a que leva para o trabalho. O homem parte, de coração satisfeito, tranqüilo, depois de abraçar a esposa e os filhos adormecidos.

Disse e repito: aí está a felicidade. A mulher sente que é alimentada pelo marido, fica feliz com isso; e ele trabalha tanto melhor quanto sabe que trabalha por ela. Eis aí o casamento verdadeiro. Felicidade monótona, direis... Não, existe a criança... Se a centelha brilhasse, se o trabalhador, dispondo de um pouco de segurança e lazer, gozasse momentos de vida mais elevada, associando a eles a esposa e nutrindo-a com seu espírito, seria o bastante: não se pediria ao céu senão a perpetuidade dessa vida.

Vós, triste vítima da cupidez, poderíeis tê-la; mas a sa-

crificastes. A modesta jovem que amastes, que vos amava e abandonastes, lamentai-a agora! Foi sábio (não falo de honra ou humanidade) desperdiçar a pobre criatura e vosso próprio coração para desposar a escravidão? O dinheiro que procurastes fugirá por si mesmo, não permanecerá em vossas mãos. Os filhos dessa união sem amor, concebidos por cálculo, terão estampada no rosto pálido sua triste origem; sua existência sem harmonia testemunhará do divórcio interior que semelhante casamento encerra; não terão forças para viver.

A diferença era então tão grande entre uma e outra moça? Ambas, afinal, vêm do povo. A mais rica tem por pai um trabalhador enriquecido. Entre o verdadeiro povo, não mesclado, e o povo burguês, as classes bastardas, não existe um abismo.

Se a burguesia pretende escapar ao esgotamento precoce, deve reear menos a união com famílias que hoje são o que ela mesma foi ontem. Nelas estão a força, a bondade e o futuro. Nossos moços chegam tarde ao casamento, já bem fatigados, desposando em geral moças estioladas; os filhos morrem ou se consomem. Na segunda ou terceira geração, a burguesia será tão fraca quanto os nobres antes da Revolução¹.

E não é apenas o físico que esmorece — a moral também decai. Como contar para um trabalho persistente, para os negócios sérios, para a grande invenção, com um homem vendido ao casamento de interesse, servo de uma mulher e de uma família, obrigado a dispersar-se, a lançar aos quatro ventos seu tempo e sua vida? Que se pode esperar de uma nação cujas classes dirigentes se consomem em palavras vãs, na agitação do vazio?...

1. Como tão bem lhes disse o Sr. De Maistre em suas *Considérations sur la révolution*.

Para que a vida seja fecunda, é necessário o recolhimento de espírito, o repouso do coração.

Fato notável destes tempos é que as mulheres do povo (de forma alguma grosseiras como os homens, e que têm necessidade de delicadeza e distinção) ouvem os homens acima delas com uma confiança que não tinham outrora... Vêem na nobreza uma barreira insuperável para o amor; entretanto, a riqueza não lhes parece uma separação de classes¹; pois conta tão pouco quando se ama! Comovente confiança do povo, que em sua melhor parte, a mais amável e a mais terna, aproxima-se assim das classes superiores para levar-lhes a seiva, a beleza, a graça moral!... Ai daqueles que a enganarem! Se são imunes aos remorsos, pelo menos lamentarão ao perce-

1. Observação de Pierre Leroux, que nesse ponto foi tão judicioso quanto foi engenhoso e profundo nos demais. Quanta coisa seria preciso acrescentar! Que lado triste de nossos costumes! Aflijo-me sobretudo ao ver a família — a mãe! — insuflar o jovem à traição. E não é dessa mãe que a moça enganada deveria esperar alguma proteção? Uma mulher piedosa não deveria ter as entranhas, o coração aberto à pobre jovem que, afinal (perante Deus, o que importam os murmúrios do orgulho do mundo), se tornou sua filha? Que esperarão de nós as mulheres se são incapazes de se protegerem umas às outras? Elas têm em comum um mistério que deveria uni-las mais do que os homens são capazes, o mistério da concepção, da maternidade, que é o mistério da vida e da morte, aquele que conduz aos extremos da dor e do gozo. A participação nesse mistério terrível, que o homem desconhece, torna-as todas iguais, todas irmãs; só há desigualdade entre os homens. Cabe à mãe ou à irmã reclamar do filho ou do irmão em favor da jovem enganada, e, se o casamento se mostrar inviável, cabe a ela protegê-la. Na falta dela, a própria jovem virtuosa que ele desposar deve expiar os erros, cobrir tudo com sua bondade, abrir os braços e o coração aos filhos do primeiro amor. Que se lembre da ternura de Valentina de Milão por Dunois, e daquele abraço patético: "Ah! Foste-me roubado!..." (Ver, em minha *Histoire*, a morte de Luís de Orleans ".)

(a) *Histoire de France*, liv. VIII, cap. I: "Ninguém tinha mais motivos de queixa contra o Duque de Orleans que sua mulher Valentina; ela sempre o amara e ele sempre amara outras. Valentina o desculpava quanto podia; recolheu o bastardo de seu marido e criou-o com os próprios filhos. E o amava como aos seus, talvez mais. Às vezes, notando nele tanto espírito e ardor, a italiana o apertava ao peito e dizia: 'Ah! Foste-me roubado! Tu é que vingarás teu pai!'"

ber que perderam aquilo que vale todos os tesouros do mundo, o céu e a terra: ser amado!

III

DA ASSOCIAÇÃO

Por muito tempo, ocupei-me das antigas associações da França. De todas, a mais bela, em minha opinião, é a das redes de pesca nas costas de Harfleur e Barfleur. Cada uma dessas grandes redes (cento e vinte braças ou seiscentos pés) divide-se em várias partes que passam por herança tanto às filhas quanto aos filhos. As mulheres herdavam tal direito, mas, como não vão à pesca, colaboram tecendo lotes de redes, que confiam aos pescadores^a. A formosa e sábia normanda fia assim seu dote; esse lote de redes é o feudo que ela administra com a prudência da mulher de Guilherme, o Conquistador. Duplamente proprietária pelo direito e pelo trabalho, é preciso que conheça a fundo o ofício; estuda as boas oportunidades, interessa-se pela escolha da equipagem, associa-se às inquietudes dessa vida aventureira. Com frequência, arrisca no barco muito mais do que sua rede: às vezes, aquele que na partida ela escolhera por pescador, na volta a escolhe por esposa.

Verdadeira *terra de sabedoria*! A Normandia, que em tantos pontos serviu de modelo à França e à Inglaterra, parece-me ter encontrado aí um tipo de associação mais digno do que qualquer outro de ser recomendado à atenção do futuro.

(a) Michelet sem dúvida extraiu todos esses detalhes da pesquisa que empreendeu junto aos marinheiros normandos em julho e agosto de 1845 (ver o *Journal*).

É muito diferente das associações queijeiras do Jura¹, onde, no final das contas, só se associam o capital e o lucro. Cada um traz seu leite para o queijo comum e tem parte proporcional na venda. Essa economia coletiva não exige nenhuma aproximação moral, deixa o egoísmo à vontade e se concilia com toda a secura do individualismo. Não me parece merecer o belo nome de associação.

A dos pescadores da Normandia o merece sem dúvida; é moral e social, tanto quanto econômica. No fundo, o que é? Uma jovem séria, honesta, que, com seu trabalho, suas vigílias, suas modestas economias, investe nos jovens, coloca sua fortuna no barco deles, antes de lá colocar seu coração; tem o direito de conhecer, de escolher, de amar o pescador habilidoso, feliz. Eis aí uma associação verdadeiramente digna desse nome; longe de se afastar da associação natural da família, prepara-lhe os liames — e com isso se torna proveitosa à grande associação, a pátria.

1. Frequentemente citadas por Fourier. Sou o homem da história e da tradição; portanto, nada tenho a dizer àquele que se gaba de proceder pela via da *separação absoluta*. Este livro do Povo, particularmente fundamentado na idéia da pátria, isto é, do devotamento, do sacrifício, nada tem a ver com a doutrina da *atração passional*. Aproveito no entanto a ocasião para expressar minha admiração por essas visões de detalhe tão engenhosas, profundas e às vezes aplicáveis, minha terna admiração por um gênio ignorado, por uma vida inteiramente votada à felicidade do gênero humano. Um dia falarei a respeito disso, e de coração. Singular contraste entre semelhante ostentação de materialismo e uma vida espiritualista, abstinente, desinteressada! Esse contraste se reproduziu há pouco, para glória de seus discípulos. Enquanto os amigos da virtude e da religião, seus defensores obrigatórios, os conservadores nascidos da moral pública, bandeavam-se secretamente para o lado dos que jogam para ganhar, os discípulos de Fourier, que só falam em lucro, dinheiro e benefícios, calcaram o lucro aos pés e feriram corajosamente o Baal da Bolsa... O Baal! Não, o Moloch, o ídolo devorador de homens^a.

(a) Em *Le banquet*, redigido em 1854, Michelet prestará a Fourier a homenagem aqui anunciada.

(b) Alusão ao fourierista Toussenel e a seu panfleto: *Les juifs, rois de l'époque. Histoire de la féodalité financière* (1845).

Aqui, o alento me falta e minha pluma estaca... Devo confessar que a pátria e a família já não aproveitam muito disso. As associações de redes logo só existirão na história; já foram substituídas em vários pontos da costa por aquilo que toma o lugar de tudo: o banco e a usura.

Grande raça dos marinheiros normandos, que pela primeira vez descobriu a América, fundou os entrepostos da África, conquistou as duas Sicílias e a Inglaterra, só vos reencontrarei então nas tapeçarias de Bayeux?... Quem não sente o peito oprimido ao passar das falésias às dunas, de nossas langorosas costas às costas fronteiras, tão vivazes, da inércia de Cherbourg¹ à ardente e terrível atividade de Portsmouth?... Que me importa que o Havre se encha de navios americanos, fazendo um comércio de trânsito que se faz pela França mas sem a França, não raro contra ela?

Pesada maldição! Punição verdadeiramente severa de nossa insociabilidade! Nossos economistas declaram que não há nada a fazer pela livre associação. Nossas academias banem-lhe o nome de seus concursos. É o nome de um delito, previsto por nossas leis penais... Uma única associação ainda é permitida, a crescente intimidade entre Saint-Cloud e Windsor.

O comércio formou algumas sociedades, mas guerreiras, para absorver o pequeno comércio e destruir os pequenos comerciantes. Prejudicou muito e ganhou pouco. As grandes sociedades anônimas criadas nessa esperança tiveram êxito insignificante. Não progridem; quando uma nova surge, as outras se enfraquecem. Muitas já ruíram e as que subsistem não dão mostras de crescimento.

1. Inércia marítima; mas os pedreiros não faltam, tanto quanto em outra parte qualquer. Um engenheiro está louvavelmente empenhado em terminar o dique.

Nos campos, vejo nossas antiqüíssimas comunidades agrícolas do Morvan, de Berri e da Picardia dissolvendo-se aos poucos e pedindo a dissolução nos tribunais. Elas duraram séculos; muitas haviam prosperado. Esses conventos de trabalhadores casados, reunindo uma vineta de famílias aparentadas sob um mesmo teto e sob a direção de um chefe eleito, gozavam entretanto, sem nenhuma dúvida, de grandes vantagens econômicas ¹.

Passando desses camponeses aos espíritos mais cultivados, tampouco vejo o espírito de associação na literatura. Os homens mais naturalmente próximos pelas luzes, pela estima e admiração mútuas não estão menos isolados. O parentesco do gênio pouco serve para aproximar os corações. Conheço quatro ou cinco homens que constituem certamente a aristocracia do gênero humano; têm seus pares e juízes apenas entre si. Esses homens, se séculos os separassem, teriam lamentado amargamente não se terem conhecido. Eles vivem na mesma época, na mesma cidade, frente a frente, e não se vêem.

Durante uma de minhas peregrinações a Lyon, visitei alguns tecelões, e, como de hábito, informei-me a respeito dos problemas e soluções. Perguntei-lhes principalmente se não poderiam, apesar das divergências de opinião, associar-se em certas coisas materiais, econômicas. Um deles, homem de extremo bom senso e elevada moralidade, que percebia bem com que afeto e boa intenção eu empreendia aquelas pesquisas, permitiu que eu as levasse mais longe do que já o fizera. “O mal”, começou por dizer, “é a parcialidade do governo pelos indus-

triais.” E depois? “Seu monopólio, sua tirania, sua exigência...” Isso é tudo? Calou-se por instantes e proferiu em seguida, com um suspiro, estas palavras graves: “Existe outro mal, senhor: é que *somos insociáveis* ^a.”

A frase repercutiu-me no peito, feriu-me como uma sentença. Quantas razões me levavam a supô-la justa e verdadeira! Quantas vezes me voltou ao espírito!... “Como!””, dizia para mim mesmo, “a França, país entre todos famoso pela doçura eminentemente sociável de seus costumes e de seu gênio, estará imutavelmente dividida, e para sempre?... Se é assim, teremos ainda alguma chance de vida, não teremos já morrido antes de morrer?... A alma pereceu dentro de nós? Somos piores que nossos pais, cujas respeitáveis associações nos são tão louvadas ¹? Terão o amor e a fraternidade desaparecido do mundo?”

Com esse pensamento tão sombrio, e resolvido, como um moribundo, a experimentar se de fato morria, observei seriamente não os mais altos ou os últimos, mas um homem nem bom nem mau, um homem no qual várias classes se reúnem, que viu, sofreu e que, certamente, em espírito e coração, traz em si o pensamento do povo... Esse homem, que não é outro senão eu, para viver só

(a) Michelet retoma, remanejando-as, as afirmações que um “pequeno fabricante sem inventividade, laborioso, melancólico” dirigiu-lhe em Lyon a 11 de agosto de 1843, as quais imediatamente anotou no *Journal*. A última réplica, impressa em itálico, vem reproduzida textualmente.

1. Só a necessidade, com suas cadeias de bronze, preservou as antigas associações bárbaras (ver, em minhas *Origines*, as formas terríveis do sangue bebido ou derramado na terra, etc.); a necessidade, e também a certeza de perecer, em caso de desunião. — Nas associações monacais, a amizade é severamente proibida e considerada um roubo praticado contra Deus (ver Michelet, *Histoire de France*, t. V, p. 12, nota). — A barbárie da confraria e sua própria tentativa de reforma (ver A. Perdiguier) nos dão a conhecer o que eram as associações industriais da Idade Média. A confraria, nascida do perigo e da prece (tão natural no homem em perigo), certamente odiava mais o estranho do que amava a si própria. A bandeira do santo patrono a formava, e da procissão era conduzida ao combate. Tratava-se menos de fraternidade do que de liga e força defensiva, não raro também ofensiva, envolvendo os ódios e ciúmes profissionais.

1. Mas provavelmente prejudicavam os dois sentimentos que caracterizam nossa época, o amor da propriedade pessoal e o amor da família. Ler a curiosa brochura do Sr. Dupin, o mais velho: *Excursion dans la Nièvre*, 1840. Ver também, em minhas *Origines du droit*, a *collaboratio*, os *parsonniers*, o *chanteau*, *vivre à un pain et un pot*, etc. ^a

(a) *Origines du droit*, livro I, cap. II.

e voluntariamente na solidão, não precisou tornar-se menos sociável e simpático.

Passa-se o mesmo com muitos outros. Uma base imutável, inalterável, de sociabilidade, dorme nas minhas profundezas. Está totalmente de reserva; sinto-a em toda parte nas massas, quando desço até elas, quando as escuto e observo. Por que estranhar que esse instinto de sociabilidade fácil, tão desencorajado nos últimos tempos, tenha se contraído, recuado?... Ludibriado pelos partidos, explorado pelos industriais, posto sob suspeita pelo governo, ele já não se mexe, já não age. Todas as forças da sociedade parecem apontadas contra o instinto social!... Unir pedras, desunir homens, é só o que sabem fazer.

Nesse ponto, o patronato não supre de forma alguma o que falta ao espírito de associação. O recente advento da idéia de igualdade matou (por algum tempo) a idéia que o precedeu, de proteção benévola, de adoção, de paternidade. Disse o rico com dureza ao pobre: "Reclamas a igualdade e a categoria de irmão? Pois seja! Mas a partir deste momento não encontrarás mais assistência em mim; Deus me impunha os deveres de pai; reclamando a igualdade, tu próprio me liberaste deles!"

Com este povo menos do que com qualquer outro não há engano possível. Nenhuma comédia social, nenhuma deferência exterior pode nos iludir quanto à sua sociabilidade. Ele não tem as maneiras humildes dos alemães. Não está sempre, como os ingleses, tirando o chapéu para o rico ou para o nobre. Se vos responde honesta e cordialmente quando lhe falais, podeis estar certo de

1. O esforço e a salvação do mundo consistiriam em recuperar o acordo dessas duas idéias. Fraternidade e paternidade, palavras inconciliáveis na família, não o são absolutamente na sociedade civil. Esta encontra, conforme já disse, o modelo para ajustá-las na sociedade moral que cada homem traz em si. Ver o final da Segunda Parte.

que o faz em consideração à pessoa, e bem pouco à posição.

O francês passou por muita coisa, pela Revolução, pela guerra. Por certo, é difícil conduzir um homem desses, é difícil levá-lo a associar-se. Por quê? Precisamente porque, como indivíduo, ele tem muito valor.

Fabricais homens de ferro em vossa guerra da África, uma guerra um tanto individual, que constantemente obriga o homem a contar apenas consigo mesmo; sem dúvida, não tendes razão em querê-los assim, às vésperas das crises que aguardamos na Europa. Não vos espanteis então se esses leões, uma vez de volta, conservarem, embora submissos aos freios da lei, algo da independência selvagem.

Previno-vos de que tais homens só se sentirão presos à associação pelo coração, pela amizade. Não espereis que se atrelem a uma sociedade *negativa* onde a alma não significará nada, que vivam juntos sem se amar, por economia e por doçura natural, como fazem, por exemplo, os operários alemães em Zurique. A sociedade *cooperativa* dos ingleses, que se unem à perfeição para uma tarefa especial, embora se odiando e se opondo quando seus interesses divergem, tampouco convém a nós, franceses. A França precisa de uma sociedade de amigos; não comportar outras constitui sua desvantagem industrial, mas também sua superioridade social. Aqui, a união não se opera nem pela nobreza de caráter e comunhão de hábitos, nem pela aspereza de caçadores que, como lobos, se juntam em bando para apanhar a presa. Aqui, a única união possível é a união dos espíritos.

Existindo essa condição, não há nenhuma forma de associação que não seja excelente. A questão dominante entre este povo simpático diz respeito às pessoas e às disposições morais. "Os associados se querem bem? Convém uns aos outros?" — eis o que sempre e em pri-

meio lugar se deve perguntar ¹. Sociedades de operários se formarão, e durarão, *se eles se amarem*; sociedades de operários qualificados se formarão também, e eles viverão sem chefes, como irmãos, mas é preciso que *se amem* muito.

Amar não é apenas mútua benevolência. A atração natural dos caracteres, dos gostos análogos não bastaria. Seria preciso seguir sua natureza, mas de coração, isto é, estar sempre pronto ao sacrifício, ao devotamento que imola a natureza.

Sem sacrifício, o que esperais fazer neste mundo?²... O sacrifício é o próprio sustentáculo deste mundo; sem o sacrifício o mundo desabaria logo. Os melhores instintos, os caracteres mais corretos, as naturezas mais perfeitas (das que não se vêem cá embaixo), mesmo isso pereceria sem aquele remédio supremo.

1. A forma importa muito na associação, sem dúvida, mas vem em segundo plano. Restabelecer as antigas formas, as *corporações*, as tiranias industriais, retomar os entraves para caminhar melhor, desfazer a obra da Revolução, destruir irrefletidamente o que se pediu durante séculos, isso me parece insensato. — Por outro lado, imaginar que o Estado, que faz tão pouco dentro daquilo que é sua competência natural, poderia preencher a função de industrial, de comerciante universal, não será isso *deixar tudo na mão do funcionário público*? Esse funcionário é acaso um anjo? Investido desse estranho poder, seria menos corrupto do que o industrial ou o comerciante? O certo é que não mostrará a mesma atividade que eles. — Quanto à *comunidade*, três palavras bastam. A comunidade *natural* é um estado muito antigo, muito bárbaro, muito improdutivo. A comunidade *voluntária* é um impulso passageiro, um movimento heróico que assinala uma fé nova, e que decai logo. A comunidade *forçada*, imposta pela violência, é algo impossível numa época em que a propriedade se acha infinitamente dividida, e em parte alguma mais impossível do que na França. — Voltando às formas possíveis de associação, creio que elas devem *diferir segundo as diferentes profissões*, as quais, mais ou menos complexas, exigem maior ou menor unidade de direção; e *diferir também segundo os diferentes países*, conforme a disparidade dos gênios nacionais. Essa observação essencial, que desenvolverei um dia, poderia ser amparada por um imenso número de fatos.

2. Nenhuma outra época forneceu exemplos semelhantes. Em que século foram vistos tão grandes exércitos, tantos milhões de homens sofrendo e morrendo sem revolta, com doçura, em silêncio?

“Sacrificar-se por um outro!” Coisa estranha, inaudita, que escandalizará os ouvidos de nossos filósofos. “Imolar-se a quem? A um homem que sabemos valer menos de que nós, perder um valor infinito em proveito desse nada?” É esse valor, com efeito, que ninguém deixa de atribuir a si próprio.

Surge aqui, não o dissimulemos, uma dificuldade. Só sacrificamos àquilo que supomos infinito. Para o sacrifício, é preciso um Deus, um altar... um Deus em quem os homens se reconheçam e se amem... Como iremos nos sacrificar? Nós perdemos nossos deuses!

O deus Verbo, em sua forma medieval, constituiu esse liame necessário? A história inteira está aí para responder: não. A Idade Média prometia a união, e deu apenas a guerra. Foi preciso que esse Deus tivesse sua segunda fase, que ele aparecesse na terra em sua encarnação de 89^a. Então, deu à associação sua forma ao mesmo tempo mais vasta e mais verdadeira, a única que ainda pode nos reunir e, por nosso intermédio, salvar o mundo.

França, mãe gloriosa, não apenas nossa, mas que deve gerar todas as nações para a liberdade, fazei com que nos amemos em vós!

IV

A PÁTRIA. AS NACIONALIDADES DESAPARECERÃO?

As antipatias nacionais diminuiram, o direito das pessoas se suavizou, entramos numa era de benevolência

(a) Michelet coloca aqui a idéia mestra, o princípio místico que desenvolverá na Introdução à *Histoire de la révolution*: 1789 teria sido, na verdade, a eclosão de uma segunda Revelação, inaugurando a religião moderna da Justiça.

e fraternidade, se a compararmos aos tempos rancorosos da Idade Média. As nações já mostram misturas de interesses; copiaram-se mutuamente as modas, as literaturas. Por essa razão poderemos dizer que as nacionalidades se enfraquecem? Examinemos bem.

O que enfraqueceu, com certeza, foi a dissidência interna das nações. Os bairrismos vão desaparecendo rapidamente da França. A Escócia e o País de Gales estão ligados à unidade britânica. A Alemanha persegue a sua e se acredita pronta a sacrificar por ela inúmeros interesses divergentes que a dividiram até hoje.

Esse sacrifício das diferentes nacionalidades interiores, em proveito da grande nacionalidade que as contém, acaba por fortalecer esta última, sem dúvida alguma. Esta talvez faça desaparecer o detalhe saliente, pitoresco, que aos olhos do observador superficial caracterizava um povo; mas ela fortifica seu gênio e lhe permite manifestar-se. Foi quando suprimiu em seu seio as França divergentes que a França pôde ostentar sua grandiosa e original revelação. Encontrou-se a si mesma, e, ao proclamar o futuro direito comum do mundo, deste se distinguiu como nunca antes o fizera.

Podemos dizer o mesmo da Inglaterra; com suas máquinas, seus navios, seus quinze milhões de operários, ela difere hoje das outras nações muito mais que nos tempos de Elisabeth. A Alemanha, que se procurava às apalpadelas durante os séculos XVII e XVIII, descobriu-se enfim em Goethe, Schelling e Beethoven; somente a partir de então pôde aspirar seriamente à unidade.

Longe de desaparecerem, vejo as nacionalidades a cada dia se caracterizarem moralmente, e de coleções de homens que eram transformarem-se em pessoas. É a evolução natural da vida. Todo homem, no começo, sente seu gênio confusamente; na primeira idade, parece que se trata de um homem qualquer; progredindo, aprofunda-

se e passa a se caracterizar exteriormente por seus atos e obras; torna-se pouco a pouco *um* homem, fora das classes, merecedor de um nome.

Para acreditar que as nacionalidades vão desaparecer logo, só conheço dois meios: 1º Ignorar a história, sabê-la por fórmulas vazias, como os filósofos que nunca a estudam, ou ainda através de lugares-comuns literários, temas de conversação, de que tanto gostam as mulheres. Os que a conhecem assim vêem-na no passado como um pequeno ponto obscuro, que se pode apagar à vontade. — 2º Não é só isso; é preciso ainda ignorar a natureza tanto quanto a história, esquecer que os caracteres nacionais não derivam de forma alguma de nossos caprichos, mas enraízam-se profundamente na influência do clima, da alimentação, das produções naturais de um país, que se alteram um pouco, mas não desaparecem nunca ^a. — Os que não estão assim ligados nem pela fisiologia nem pela história, os que constituem a humanidade sem se informar a respeito do homem e da natureza, inutilmente tentarão abolir as fronteiras, suprimir os rios, aplinar as montanhas. Entretanto, previno-os de que as nações sobreviverão se não tiverem o cuidado de suprimir as cidades, os grandes centros de civilização onde as nacionalidades sintetizaram seu gênio.

Dissemos, no fim da Segunda Parte, que se Deus colocou em algum lugar o modelo da Cidade política foi certamente na Cidade moral, isto é, na alma humana. Pois bem! Antes de mais nada, essa alma se fixa num determinado local, ali se recolhe, se organiza num corpo, numa morada, cria uma ordem de idéias. Então já pode agir. — Da mesma forma, a alma do povo deve fazer para si um ponto orgânico central; precisa assentar-se num

(a) De sua parte, Michelet pôs termo a esse conhecimento do determinismo geográfico publicando o *Tableau de la France* (1833).

lugar, reunir-se e recolher-se nele, harmonizar-se com determinada natureza, como a pequena Roma se harmonizou, como dizem, com as sete colinas, ou como a nossa França com o mar, o Reno, os Alpes e os Pireneus, que são as nossas sete colinas.

É uma força por toda a vida circunscrever-se, talhar para si algo no espaço e no tempo, morder um pedaço seu em meio à natureza indiferente e dissolvente, que tudo deseja confundir. Isso é existir, é viver.

Um espírito fixo num ponto irá se aprofundando. O espírito errante no espaço se dispersa e evapora. O homem que distribui seu amor a todas as mulheres passa sem ter conhecido o amor; se amar uma vez, e por muito tempo, encontrará numa paixão o infinito da natureza e todo o progresso do mundo¹.

A Pátria e a Cidade, longe de se oporem à natureza, constituem para a alma de povo que aí habita o único e todo-poderoso meio de realizar a própria natureza. Dá-lhe ao mesmo tempo o ponto de partida vital e a liberdade para evoluir. Suponhamos o gênio ateniense sem Atenas: ele flutua, divaga, perde-se, morre ignorado. Encerrado nos limites estreitos, mas afortunados, de uma tal Cidade, fixado naquela terra encantadora onde a abelha colhia o mel de Sófocles e Platão, o gênio possante de Atenas fez, de uma cidade imperceptível, em dois ou três séculos, tanto quanto doze povos medievais em mil anos.

O meio mais eficaz que Deus imaginou para criar e aumentar a originalidade distintiva foi a manutenção desse mundo harmonicamente dividido nos grandes e belos sistemas a que chamamos nações; cada uma, abrindo ao homem um diferente campo de atividade, constitui uma

1. A pátria (a *mátria*, como tão bem diziam os dórios) é o amor dos amores. Surge-nos em sonho como uma jovem mãe adorada ou uma nutriz robusta que nos aleita aos milhões... Fraca imagem! Não apenas nos aleita como nos contém em si: *In ea moremur et sumus*.

pedagogia viva¹. Quanto mais o homem progride, mais penetra o gênio de sua pátria, mais concorre para a harmonia do globo; aprende a conhecer essa pátria, tanto em seu valor próprio como em seu valor relativo, como uma nota do grande concerto; a este se associa por intermédio dela; nela, ele ama o mundo. A pátria é a iniciação necessária à pátria universal².

Assim, a união progride sempre, sem riscos de jamais chegar à unidade, porquanto cada nação, a cada passo que dá rumo à concórdia², mostra-se mais original em si mesma. Se, por hipótese, as diversidades cessassem, se uma unidade adviesse e toda nação entoasse a mesma nota, o concerto estaria acabado; a harmonia confusa não passaria de um ruído vão. O mundo, monótono e bárbaro, poderia então morrer, sem deixar qualquer saudade.

Nada perecerá, estou certo, nem alma de homem, nem alma de povo; estamos em muito boas mãos. Ao contrá-

1. Tudo concorre para essa pedagogia. Nenhum objeto de arte, nenhuma indústria, ainda que de luxo, nenhuma forma de cultura elevada deixa de agir sobre a massa, deixa de influir sobre os últimos, os mais pobres. Nesse grande corpo de uma nação, a circulação espiritual se faz insensivelmente; ela desce e sobe, vai do ponto mais alto até o mais baixo. Uma idéia entra pelos olhos (moda, lojas, museus, etc.), outra através da conversação, da língua, que é o grande depósito do progresso comum. Todos recebem o pensamento de todos, talvez sem analisá-lo, mas enfim o recebem.

(a) A partir de 1831, Michelet, com *Introduction à l'histoire universelle*, dedicou-se a esse ato de fé na universalidade do patriotismo: "É sobretudo pelo sentido social que a humanidade voltará à idéia de ordem universal. Sentindo-se a ordem na limitada sociedade da pátria, essa idéia se estenderá à sociedade humana, à república do mundo." Sua confiança só será abalada em 1870, quando os exércitos da Alemanha unificada invadirem a França.

2. À medida que uma nação se apossa de seu próprio gênio, que o revela e constata em obras, passa a ter cada vez menos necessidade de opô-lo pela guerra ao de outros povos. Sua originalidade, a cada dia mais assegurada, manifesta-se na produção bem mais do que no antagonismo. A diversidade das nações, que se manifestava violentamente pela guerra, destaca-se melhor quando cada uma delas faz ouvir distintamente sua grande voz; todas gritavam na mesma nota, hoje cada uma faz sua parte; aos poucos cria-se o concerto, a harmonia, o mundo se torna uma lira. Mas harmonia a que preço? Ao preço da diversidade.

rio, viveremos cada vez mais, isto é, fortificaremos nossa individualidade, adquiriremos originalidades mais vigorosas e fecundas. Deus nos guarde de nos perdermos!... Se nenhuma alma perece, como então essas grandes almas das nações — com seu gênio vivaz, sua história pródiga em mártires, plena de sacrifícios heróicos, toda preñhe de imortalidade — como poderiam extinguir-se? Quando uma delas se eclipsa por um instante, o mundo inteiro adoece em todas as suas nações, e o mundo do coração em suas fibras que fazem eco às nações... Leitor, essa fibra dolorida que vejo em vosso coração é a Polônia e a Itália¹.

A nacionalidade, a pátria, é sempre a vida do mundo. Morrendo ela, tudo morreria. Perguntai de preferência ao povo, ele o sente, ele vo-lo dirá. Perguntai à ciência, à história, à experiência do gênero humano. Essas duas grandes vozes estão de acordo. Duas vozes? Não, duas realidades — o que é e o que foi — que se opõem à abstração vazia.

Lá eu tinha meu coração e a história; estava firme naquele rochedo; de ninguém precisava para confirmar-me em minha fé. Mas fui até as massas, interroguei o povo, jovens e velhos, pequenos e grandes. A todos ouvi testemunharem pela pátria. Essa é a fibra viva que neles morre por último. Encontrei-a nos mortos... Estive nos cemitérios chamados prisões, galés, e lá abri homens; pois bem, nesses homens mortos, de peito vazio, adivinhei o que encontrei... ainda a França, última centelha pela qual talvez se pudesse fazê-los reviver.

Não digais, peço-vos, que isso é apenas uma questão

1. Dolorida — e agora muda no Collège de France — na voz que lhe restava, nosso querido e grande Mickiewicz!"

(a) Mickiewicz, depois de obter uma licença por motivo de doença no outono de 1844, alguns meses depois viu-se excluído do Collège de France pela nomeação de um novo titular para a cadeira de Literatura Eslava, Cyprien Robert.

de ter nascido no país cercado pelos Pireneus, os Alpes, o Reno, o Oceano. Tomai o homem mais pobre, roto e esfaimado, que julgais unicamente ocupado com as necessidades materiais. Ele vos dirá que é uma dádiva participar dessa glória imensa, dessa legenda única que alimenta o mundo. Sabe que se fosse ao último deserto do globo, ao equador, aos pólos, lá encontraria Napoleão, nossos exércitos, nossa grande história, para cobri-lo e protegê-lo, que as crianças correriam para ele, que os anciãos se calariam e lhe pediriam para falar, que, só de ouvi-lo mencionar aqueles nomes, beijariam suas vestes.

Quanto a nós, o que quer que nos venha a suceder, pobre ou rico, feliz, infeliz, vivo e depois da morte, sempre agradeceremos a Deus por nos ter dado esta grande pátria, a França. E isso não apenas por tantas obras gloriosas que empreendeu, mas sobretudo porque nela encontramos ao mesmo tempo o representante das liberdades do mundo e o país simpático entre todos, a iniciação ao amor universal. Esse último traço é tão forte na França que freqüentemente ela se esquece dele. Hoje é preciso que a façamos lembrar-se de si mesma, que lhe peçamos que ame as outras nações menos que a si própria.

Sem dúvida, todo grande povo representa uma idéia importante para o gênero humano. Mas, bom Deus, como isso é mais verdadeiro em se tratando da França! Suponde por um momento que ela se eclipse, que se finde: o vínculo simpático do mundo afrouxará, se dissolverá, talvez se destrua. O amor, que faz a vida do globo, seria atingido naquilo que tem de mais vivo. A terra entraria na era glacial, onde outros planetas vizinhos já entraram.

Tive, a esse respeito, um sonho horrível em pleno dia, que sou obrigado a contar^a. Estava em Dublin, próximo

(a) A lembrança é autenticada pelo *Journal* de 17 de agosto de 1834.

a uma ponte, caminhando ao longo de um cais; olho o rio e vejo-o arrastar-se, débil e estreito, entre as largas margens arenosas, mais ou menos como vemos o Sena do Quai des Orfèvres. Julguei reconhecer precisamente o Sena: os próprios cais se pareciam, menos as ricas lojas, os monumentos, as Tulherias, o Louvre... Era quase Paris, menos Paris. Da ponte desciam pessoas mal vestidas, trajando não blusas como nós, mas velhas roupas encardidas. Discutiam ferozmente, numa voz áspera, gutural, bárbara, com um horrendo corcunda em andrajos, que ainda posso ver; outras pessoas passavam ao lado, miseráveis e contrafeitas... Alguma coisa daquilo que via me dominou, me aterrorizou: toda aquela gente era francesa, era Paris, era a França, uma França afeada, embrutecida, selvagem. Percebi então o quanto o terror é crédulo; não fiz nenhuma objeção. Disse para mim mesmo que, aparentemente, ocorria um novo 1815, mas depois de muito, muito tempo, depois de séculos de miséria pesarem sobre meu país condenado inapelavelmente; e eu voltava para lá para assumir meu quinhão dessa dor imensa. Aqueles séculos me esmagavam como chumbo; tantos séculos em dois minutos!... Fiquei pregado ao chão, sem me mover... Meu companheiro de viagem me socorreu, e então recobrei-me um pouco... Mas o terrível sonho nunca saiu de meu espírito; seria um consolo grande demais. Enquanto permaneci na Irlanda experimentei uma tristeza profunda, que volta agora com toda a intensidade, enquanto escrevo.

V

A FRANÇA

O chefe de uma de nossas escolas socialistas dizia há alguns anos: "O que é a Pátria?"

Suas utopias cosmopolitas de gozos materiais me recordam, confesso, um comentário prosaico da poesia de Horácio: "Roma desaba, fujamos para as ilhas da fortuna", triste canto de abandono e desencorajamento.

Os cristãos que vieram depois, com sua pátria celeste e sua fraternidade universal na terra, dão um golpe não menos mortal contra o Império com essa bela e comovedora doutrina. Seus irmãos do Norte não tardarão a vir pôr-lhes a corda no pescoço.

Não somos os filhos de escravos, sem pátria, sem deuses, como o era o grande poeta que acabamos de citar; não somos romanos de Tarso como o Apóstolo dos Gentios, somos os romanos de Roma e os franceses da França. Somos filhos daqueles que, pelo esforço de uma heróica nacionalidade, fizeram a obra do mundo e estabeleceram para todas as nações o evangelho da igualdade. Nossos pais não compreendiam a fraternidade como essa simpatia vaga que faz tudo amar e aceitar, que mistura, abastarda e confunde. Acreditavam que a fraternidade não era a cega miscelânea das existências e dos caracteres, mas sim a união dos corações. Reservaram para si, para a França, a originalidade do devotamento e do sacrifício, que ninguém lhes disputou; sozinha, a França regou com seu sangue a árvore que plantou. Era uma bela ocasião para as outras nações não a deixarem só. Elas não imitaram a França em seu devotamento; e quer-se hoje que a França as imite em seu egoísmo, sua indiferença imoral? Que, não tendo podido elevá-las, desça a seu nível?

Quem poderia contemplar sem espanto o povo que outrora conduzia o farol do futuro, para o qual se voltavam os olhares do mundo inteiro, arrastar-se de cabeça baixa pelo caminho da imitação?... E que caminho é esse? Nós o conhecemos muito bem, vários povos o seguiram: trata-se simplesmente do caminho do suicídio e da morte.

Pobres imitadores, acreditais realmente que se imite?... Toma-se a um povo vizinho algo que nele é coisa viva; faz-se mal e mal sua apropriação, apesar da rejeição de um organismo que não combina com o objeto estranho; e esse corpo estranho que colocais na própria carne é coisa inerte e morta: é a morte que adotais!

E que dizer quando essa coisa não apenas é estranha e diferente, mas também inimiga? Quando a ides buscar justamente entre aqueles que a natureza vos deu por adversários, a quem vos opôs simetricamente? Quando pedis a renovação da vida àquilo que é a negação de vossa própria vida? Quando a França, por exemplo, dando as costas à sua história e à sua natureza, começa a copiar o que podemos chamar a anti-França: a Inglaterra?

Aqui não se trata de ódio nacional, de malevolência cega. Temos a estima que devemos ter para com a grande nação britânica; e provamo-lo ao estudá-la tão seriamente quanto nenhum outro homem desta época. O resultado desse estudo, dessa estima mesmo, é a convicção de que o progresso do mundo depende de que esses dois povos não percam suas qualidades numa mistura indistinta, de que esses dois amantes opostos ajam em sentido inverso, de que essas duas eletricidades, positiva e negativa, jamais se confundam.

O elemento que, entre todos, era para nós o mais heterogêneo — o elemento inglês — foi exatamente aquele que preferimos. Adotamo-lo politicamente, em nossa constituição, graças à fé dos doutrinários que copiavam

sem compreender; adotamo-lo literalmente, sem levar em conta que o primeiro gênio que a Inglaterra teve em nossos dias foi exatamente o que mais violentamente a desmentiu^a. Enfim, coisa incrível e risível, adotamos esse mesmo elemento inglês na arte e na moda. Esta rigidez, esta *gaucherie*, de forma alguma exterior ou acidental, mas que deriva de um profundo mistério fisiológico — é isso que copiamos.

Tenho sob os olhos dois romances escritos com grande talento^b. Pois bem, nesses romances franceses, qual é o homem ridículo? O francês, sempre o francês. O inglês é o homem admirável, a Providência invisível mas presente, que tudo salva. Chega a tempo de reparar todas as tolices do outro. E como?... Bem, o inglês é rico. O francês é pobre, e pobre de espírito.

Rico! É essa então a causa dessa admiração singular? O rico (na maioria das vezes o inglês) é o bem-amado de Deus. Os espíritos mais livres e mais firmes têm dificuldade em se defender de uma prevenção a seu favor... As mulheres o acham bonito, os homens querem por força considerá-lo nobre. Seu cavalo macilento é tomado como modelo pelos artistas.

Rico! Confessai então que esse é o secreto motivo da admiração universal. A Inglaterra é o povo rico, pouco importam seus milhões de mendigos. Para quem ignora os homens, ela apresenta ao mundo um espetáculo único, o do mais gigantesco acúmulo de riquezas que jamais se fez. Agricultura triunfante, tantas máquinas, tantos na-

(a) Byron, que viveu longe da pátria seus oito últimos anos de vida.

(b) *Indiana*, de George Sand, e *Corina*, de Madame de Staël. Michelet havia escrito anteriormente: "...dois romances escritos por mulheres." Por outro lado, no *Journal* de 16 de maio de 1844, encontramos uma observação sobre *Indiana* que aproxima as duas obras: "Essa preferência pelo inglês é uma reminiscência de *Corina*; as mulheres gostam do estranho e do estrangeiro."

vios, tantas lojas abarrotadas, uma Bolsa que domina o mundo, onde o ouro corre como água...

Ah, a França nada tem de semelhante! É uma terra de penúria. A enumeração comparada de tudo o que uma possui, e a outra não, nos levaria longe demais.

A Inglaterra pode perguntar sorrindo à França quais são, afinal, os resultados materiais de sua atividade, o que surgiu de seu trabalho, de tantos movimentos e esforços¹.

Ei-la, a França, sentada no chão como Jó, entre suas amigas, as nações, que vêm consolá-la, interrogá-la, melhora-la se puderem, trabalhar por sua salvação.

"Onde estão teus navios, tuas máquinas?", pergunta a Inglaterra. E a Alemanha: "Onde estão teus sistemas? Não terás sequer, como a Itália, obras de arte para mostrar?"

Boas irmãs, que assim vindes consolar a França, permiti-me que vos responda. Ela está doente, como vedes; tem a cabeça baixa, não quer falar.

Se juntássemos o que cada nação verteu de sangue, ouro e esforços de todo tipo, em obras desinteressadas que só beneficiariam o mundo, a pirâmide da França ganharia o céu... E a vossa, ó nações, todas quantas aí

estais, ah!, a vossa, o montante de vossos sacrifícios chegaria aos joelhos de uma criança.

Não venhais me dizer então: "Como é pálida, essa França!..." Ela derramou seu sangue por vós. — "Como é pobre!" Por vossa causa, ela deu sem medir¹... E nada mais possuindo, disse: "Não tenho ouro, nem prata, mas o que tenho vos dou..." E deu sua alma, da qual viveis².

"O que lhe resta é o que ela deu..." Mas ouvi bem, nações, aprendei o que sem nós não teríeis aprendido jamais: "Quanto mais se dá, mais se tem!" O espírito da França pode estar adormecido, mas continua íntegro, sempre na iminência de um poderoso despertar.

Há muito tempo acompanho a França, convivendo diariamente com ela ao longo de dois mil anos. Juntos assistimos aos piores dias, e desta vez sei com certeza que este é o país da esperança invencível. É preciso que Deus a esclareça mais que às outras nações, pois, em plena noite, ela via o que nenhuma via mais; via por entre as terríveis sombras tão presentes na Idade Média; ninguém então distinguia o céu; só a França o enxergava.

1. Escrevo aqui, suavizando-o, um pensamento que me assaltou nas primeiras vezes que passei a fronteira. Certa feita, entrando na Suíça, senti o coração ferido. Ver nossos pobres camponeses do Franco-Condado tão miseráveis e, de repente, após atravessar um riacho, a gente de Neuchâtel, tão à vontade, tão bem vestida, visivelmente feliz! As duas cargas principais que esmagam a França, a dívida e o exército, o que são no fundo? Dois sacrifícios que faz pelo mundo tanto quanto por si mesma. A dívida é o dinheiro que paga ao mundo por ter-lhe dado seu princípio de salvação, a lei de liberdade que ele copia calunhando-a. E o exército da França? É a defesa do mundo, a reserva que propiciará a ele, no dia em que os bárbaros chegarem, em que a Alemanha, buscando a unidade que vem perseguindo desde Carlos Magno, for obrigada, ou a colocar-nos à sua frente, ou a constituir contra a liberdade a vanguarda da Rússia.

2. Não, não é o maquinismo industrial da Inglaterra nem o maquinismo escolástico da Alemanha que fazem a vida do mundo: é o sopro da França, qualquer que seja a condição em que se encontre, o calor latente de sua Revolução que a Europa sempre traz consigo.

(a) Ver o *Journal* de 11 de julho de 1838.

1. Os produtos materiais da França, os resultados duradouros de seu trabalho, nada são em comparação com seus produtos invisíveis. Estes, o mais das vezes, foram atos, movimentos, palavras e idéias. Sua literatura escrita (embora a primeira, em minha opinião) está muito, muito aquém de sua palavra, de sua conversação brilhante e fecunda. O que ela fabrica em todos os gêneros não é nada perto de sua atuação. Por máquinas, teve homens heróicos; por sistemas, homens inspirados. "Palavra e ação não são coisas improdutivas?" E é precisamente isso que coloca a França tão alto. Ela primou nas coisas do movimento e da graça, naquelas que não servem para nada. Acima de tudo o que é material e tangível começam os imponderáveis, os inapreensíveis, os invisíveis. Portanto, não a classifiqueis segundo as coisas da matéria, pelo que se toca e se vê. Não a julgueis, como às outras, com base na miséria exterior. Este é o país do espírito; é, portanto, aquele que menos se deixa agarrar pela ação material do mundo.

Eis a França. Com ela nada termina, tudo está pronto a recomeçar.

Quando nossos camponeses gauleses expulsaram por um momento os romanos e fizeram das Gálias um império, gravaram em sua moeda a primeira palavra deste país (e a última): *Esperança*.

VI

A FRANÇA SUPERIOR
COMO DOGMA E COMO LENDA.
A FRANÇA É UMA RELIGIÃO ^a

O estrangeiro acredita ter dito tudo ao afirmar sorrindo: "A França é a criança da Europa."

Se lhe dais esse título, que perante Deus não é o menor, é preciso que convenhais também que é Salomão criança quem se assenta no tribunal e distribui justiça. Pois qual nação conservou a tradição do direito, senão a França?

Do direito religioso, político e civil; a cátedra de Papiniano e o púlpito de Gregório VII.

Roma não está em parte alguma a não ser aqui. Desde São Luís, a quem a Europa recorre em busca de justiça, o papa, o imperador, os reis?... O papado teológico em Gerson e em Bossuet, o papado filosófico em Descartes

(a) Michelet já quísera demonstrar, em *Introduction à l'histoire universelle*, a superioridade da França em relação às demais nações européias. Mas, com *O povo*, o tom apologetico torna-se propriamente religioso.

e Voltaire, o papado político e civil em Cujas e Dumoulin, em Rousseau e Montesquieu: quem o desconheceria? Suas leis, que não são senão as da razão, impõem-se aos próprios inimigos. A Inglaterra acaba de dar o Código Civil ao Ceilão.

Roma deteve o pontificado do tempo obscuro, a realeza do equívoco. A França foi o pontífice da era das luzes.

Isso não é um acidente dos últimos séculos, um acaso revolucionário. É o resultado legítimo de uma tradição ligada a uma tradição de dois mil anos. Nenhum outro povo teve algo semelhante. Nele, tem prosseguimento o grande movimento humano (tão claramente assinalado pelas línguas) da Índia à Grécia e a Roma, e de Roma a nós.

As outras histórias são mutiladas, só a nossa é inteira; tomai a história da Itália, faltam-lhe os últimos séculos; tomai a história da Alemanha, da Inglaterra, faltam-lhes os primeiros. Tomai a da França: por meio dela, ficais conhecendo o mundo.

E nessa grande tradição não há apenas seqüência, mas progresso. A França deu prosseguimento à obra romana e cristã. O cristianismo prometera, ela cumpriu. A igualdade fraterna, relegada à vida futura, a França ensinou-a ao mundo, na forma de lei humana.

Esta nação tem duas coisas muito fortes, que não percebe em nenhuma outra: ela possui, ao mesmo tempo, o princípio e a lenda, a idéia mais ampla e mais humana e a tradição mais contínua.

Esse princípio, essa idéia oculta durante a Idade Média sob o dogma da graça, chama-se, na língua dos homens, fraternidade.

Essa tradição é a que, de César a Carlos Magno e a São Luís, de Luís XIV a Napoleão, fez da história da França a história da humanidade. Nela se perpetua, em forma diferente, o ideal moral do mundo, de São Luís à Donzela

de Orléans, de Joana d'Arc a nossos jovens generais da Revolução; o santo da França, qualquer que seja ele, é o de todas as nações; é adotado, abençoado e pranteado pelo gênero humano.

“Para todo homem”, dizia imparcialmente um filósofo americano, “o primeiro país é sua pátria, o segundo, a França.” — Mas quantos homens preferem viver aqui a viver em seu país! Quando, por um momento, conseguem quebrar os laços, eles vêm, pobres aves de arribação, cair aqui, refugiar-se aqui, receber aqui, por um instante que seja, o calor vital. Confessam tacitamente que esta é a pátria universal.

A França, considerada assim albergue do mundo, é bem mais do que uma nação: é a fraternidade viva. Ainda que desfaleça, ela guarda no fundo de sua natureza esse princípio vivaz que lhe preserva, suceda o que suceder, chances especiais de restauração.

No dia em que, lembrando-se de que foi e deve ser a salvação do gênero humano, a França cercar-se de seus filhos e lhes ensinar a França, enquanto fé e religião, reencontrar-se-á viva, sólida como o globo.

Afirmar algo grave, objeto de longa reflexão, e que talvez contenha a renovação de nosso país. É o único com direito a ensinar-se a si mesmo, pois é o único que confundiu inteiramente seu interesse e destino com os da humanidade. É o único capaz de fazê-lo, pois sua grande legenda nacional, e no entanto humana, é a única completa e contínua, aquela que, por seu encadeamento histórico, melhor responde às exigências da razão.

Não há nisso fanatismo; trata-se da expressão muito abreviada de um julgamento sério, fundado em longo estudo. Seria fácil para mim mostrar que as outras nações só têm lendas particulares, que o mundo não recebeu. Essas lendas, ademais, não raro apresentam o caráter de serem isoladas, individuais, desvinculadas, como pontos

luminosos afastados uns dos outros¹. A lenda nacional da França é um rasto luminoso imenso, ininterrupto, verdadeira via láctea em que o mundo traz sempre os olhos postos.

A Alemanha e a Inglaterra, como raça, como língua e como instinto, são estranhas à grande tradição do mundo, romano-cristã e democrática. Retiram daí alguma coisa, mas sem harmonizá-la muito bem com seu fundo, que é excepcional; retiram-na obliquamente, indiretamente, desajeitadamente, tomam-na e não a tomam. Observai bem esses povos; encontrareis neles, no físico e no moral, um desacordo de vida e princípio que a França não demonstra, e que deverá impedir sempre (mesmo sem se levar em conta o valor intrínseco, fixando-se na forma e consultando apenas a arte) o mundo de buscar aí seus modelos e ensinamentos.

A França, ao contrário, não é uma mescla de dois princípios. Nela, o elemento céltico foi penetrado pelo romano, e ambos se fizeram um. O elemento germânico, de que alguns fazem tanto alarde, é na verdade imperceptível.

1. Começando pelo povo que parece o mais rico em lendas, a Alemanha, as de Siegfried, o invulnerável, de Frederico Barba-Roxa e de Goetz da mão de ferro são sonhos poéticos que dirigem a vida para o passado, para o impossível e para as saudades vãs. Lutero, rejeitado, escarnecido por metade da Alemanha, não pôde deixar uma lenda. Frederico, personagem pouco alemão, mas prussiano (o que é coisa bem diferente), e além do mais francês e filósofo, deixou traços de força, mas nada do coração, nada como poesia, como fé nacional.

As lendas históricas da Inglaterra, a vitória de Eduardo III e de Elisabeth, fornecem antes um fato glorioso que um modelo moral. Um tipo, graças a Shakespeare, sobreviveu poderoso no espírito inglês, muito influente: o de Ricardo III. — É curioso observar como sua tradição se rompeu facilmente; por três vezes, parece que vemos surgirem três povos. As baladas de Robin Hood, entre outras, que embalavam a Idade Média, acabam com Shakespeare; Shakespeare é morto pela Bíblia, por Cromwell e por Milton, os quais desaparecem diante do industrialismo e dos meio-grandes homens dos últimos tempos... Onde está seu homem completo, capaz de fundar uma lenda?

A França procede de Roma e deve ensinar Roma, sua língua, sua história e seu direito. Nisso, nossa educação não é absurda. Só o é quando não infunde nessa educação romana o sentimento da França; apóia-se pesada e escolasticamente em Roma, que é o caminho, e esconde a França, que é o alvo.

É preciso mostrar esse alvo à criança desde o início, fazê-la partir da França, que é ela própria, e por meio de Roma conduzi-la à França. Só então nossa educação será harmônica.

No dia em que este povo, retornando a si mesmo, abrir os olhos e se contemplar, compreenderá que a primeira instituição apta a fazê-lo viver e durar é a de dar *a todos* (em tempo mais ou menos extenso, conforme a disponibilidade de cada um) essa educação harmônica que estabeleceria a pátria no próprio coração da criança. Não há outra salvação. Envelhecemos em nossos vícios e não nos queremos curar deles. Se Deus salvar este glorioso e desventurado país, fá-lo-á por intermédio da infância.

VII

A FÉ DA REVOLUÇÃO. A REVOLUÇÃO NÃO CONSERVOU A FÉ ATÉ O FIM E NÃO TRANSMITIU SEU ESPÍRITO POR MEIO DA EDUCAÇÃO

O único governo que se empenhou de coração na educação do povo foi o da Revolução. A Assembléia constituinte e a legislativa estabeleceram os princípios sob uma luz admirável, com um sentido verdadeiramente humano. A Convenção, em meio à sua luta terrível contra o

mundo, contra a França que estava salvando malgrado ela mesma, em meio aos perigos pessoais que corria, assassinada aos poucos, dizimada e mutilada, nem assim desistiu, prosseguindo obstinadamente o tema santo e sagrado da educação popular; em suas noites tempestuosas, quando se reunia armadã, prolongando cada sessão que talvez fosse a última, teve tempo, entretanto, para evocar todos os sistemas e examiná-los. “Se decretarmos a educação”, dizia um de seus membros, “venceremos, e bem.”

Os três projetos adotados são cheios de sentido e grandeza. Organizam primeiro os extremos, as escolas normais e as escolas primárias. Acendem uma luz viva e a levam antes de mais nada à vasta profundidade do povo. Depois, mais à vontade, preenchem o espaço interdiário, as escolas centrais ou colégios, onde os ricos poderão se educar. No entanto, tudo foi criado em conjunto, e harmonicamente; sabia-se então que uma obra viva não se faz por partes.

Momento de eterna lembrança! Dois meses depois do 9 Termidor... Voltava-se a acreditar na vida. A França, saída do túmulo, repentinamente amadurecida de vinte séculos, a França luminosa e sangrenta, convoca todos os seus filhos para que recebam o ensinamento soberano de sua vasta experiência e lhes diz: Vinde e vede¹.

1. E o fruto principal dessa experiência é que o sangue humano possui uma virtude terrível contra aqueles que o verteram. Seria fácil afirmar que a França foi salva *apesar do Terror*. Os terroristas nos causaram um dano imenso, que perdura. Ide à última cabana da província mais remota da Europa, lá encontrareis essa recordação, essa maldição. Os reis mataram a sangue frio em seus cadafalsos, em seus Spielberg, em seus presídios, em suas Sibérias, etc., um número de homens bem maior. Que importa? As vítimas do Terror nem por isso surgem menos sangrentas no pensamento dos povos. Não devemos perder ocasião de protestar contra esses horrores, que de forma alguma são *nostros* e não nos devem ser imputados. O ímpeto dos exércitos salvou a França, sozinho. O Comitê de Salvação Pública secundou esse ímpeto, sem dúvida nenhuma, mas justa-

Quando o relator da Convenção pronunciou esta frase simples e grave: "Só o tempo poderia ser o professor da República", quantos olhos não se encheram de lágrimas? Todos haviam pago caro a lição do tempo, todos haviam atravessado a morte, não estavam saindo inteiros!

Depois dessas grandes provas, parecia que se fazia um minuto de silêncio por todas as paixões humanas; pôde-se acreditar que não haveria mais orgulho, interesse, inveja. Os homens da mais alta hierarquia do Estado e da ciência aceitaram as mais humildes funções do ensino¹. Lagrange e Laplace ensinaram aritmética.

Mil e quinhentos alunos, homens feitos, muitos já ilustres, concordaram em retomar os bancos escolares, aprendendo na Escola Normal a ensinar. Chegavam como podiam, em pleno inverno, naquele momento de penúria e fome. Sobre a ruína de todas as coisas materiais, planava solitária e sem sombra a majestade do espí-

mente por meio dos excelentes administradores militares que possuía, que Robespierre detestava e que teria matado se pudesse passar sem eles. Nossos generais mais puros só acharam em Robespierre e em seus amigos má vontade, desconfiança, obstáculos de todo tipo. Mas agora não tenho tempo para falar de tudo isso. — A propósito, espero que aqueles que reimprimiram a útil compilação dos Srs. Roux e Buchez façam desaparecer seus tristes paradoxos, a apologia do 2 de setembro e da noite de São Bartolomeu, o título de bons católicos dado aos jacobinos, a sátira de Charlotte Corday (t. XXVIII, p. 337), o elogio de Marat, etc. "Marat distribuía suas denúncias com um sentido objetivo e um tato mais ou menos seguro" (p.345). Judicioso elogio daquele que exigia duzentas mil cabeças de uma só vez (ver *Le publiciste*, 14 de dezembro de 1792). Esses neocatólicos, em suas belas justificações do Terror, levaram a sério o que o paradoxal redator de *La quotidienne*, Charles Nodier, fizera para se divertir. Eu não teria feito esta observação se não reparasse na tendência a retomar essas estranhas loucuras por parte de jornais baratos, no povo e entre os trabalhadores sem tempo para examinar o assunto².

1. Tenho sob os olhos (nos *Arquivos*) a lista original daqueles que aceitaram as funções de professores nas escolas centrais, os colegas de então: Sieyès, Daunou, Roederer, Haüy, Cabanis, Legendre, Lacroix, Bossut, Saussure, Cuvier, Fontanes, Guinguené, Laharpe, Laromiguière, etc.

(a) Michelet suprimirá, na reedição de 1866, essa longa nota, tão severa para com os defensores dos terroristas.

rito. A cátedra da grande escola era ocupada sucessivamente por gênios criadores; uns, como Bertholet e Morvau, acabavam de fundar a química, de abrir e penetrar o mundo íntimo dos corpos; outros, como Laplace e Lagrange, tinham, por meio do cálculo, consolidado o sistema do mundo, fixado a terra em sua base. Jamais o poder espiritual pareceu tão incontestável. A razão se curvava obediente à razão. — E, como o coração se juntava a ela, quando, ao lado desses homens únicos, que surgem uma só vez na eternidade, avistava-se uma cabeça bem preciosa, que quase rolara, a cabeça do bom Haüy, salvo por Geoffroy Saint-Hilaire!

Um grande cidadão, Carnot, que organizou a vitória, que presentiu Hoche e Bonaparte, que salvou a França malgrado o Terror, foi o verdadeiro fundador da Escola Politécnica. Eles estudaram, como se combatia, e em três meses fizeram o curso de três anos. No final do sexto mês, Monge declarou que não apenas tinham recebido a ciência, mas a tinham impulsionado também. Espectadores da invenção contínua de seus mestres, eles inventavam do mesmo modo. Imaginai o espetáculo de um Lagrange que, em meio à lição, estacava de súbito, sonhava... Esperava-se em silêncio. Por fim despertava e lhes entregava, toda ardente, a jovem invenção, recém-saída de seu espírito.

Faltava tudo, menos o gênio. Os alunos não poderiam comparecer sem subsídios de quatro *sous* por dia. Recebiam pão junto com o pão do espírito. Um dos mestres (Clouet^a) só aceitou como salário um pedaço de terra na planície de Sablons, onde viveu dos legumes que cultivava.

(a) Louis Clouet (1751-1801) foi o primeiro a descobrir o princípio da fabricação do aço fundido, que permitiu melhorar o armamento dos exércitos da República.

Que decadência desde então! Decadência moral, não menor na esfera do pensamento. Lede os relatórios de Foucroy e Fontanes à Convenção: em alguns anos, passa-se da virilidade à velhice, e velhice decrepita¹.

Não aflige ver esse ímpeto heróico e desinteressado ruir e tombar tão cedo?... A gloriosa Escola Normal não lhe deu frutos. Causa pouco espanto ver aí o homem tão debilmente ensinado, as ciências do homem abdicando a si mesmas, a si mesmas se renegando como que envergonhadas do que são. O professor de história, Volney, ensinava que a história é *a ciência dos fatos mortos*, que não existe história viva. O professor de filosofia, Garat, dizia que a filosofia é *apenas o estudo dos signos*, ou seja, que em si a filosofia nada é. Signos por signos, as matemáticas levavam vantagem, bem como as ciências afins, como a astronomia. Dessa forma, a França revolucionária, na grande escola que devia espalhar por toda parte seu espírito, ensinava as estrelas fixas e se esquecia de si própria.

Por essa razão se percebeu, no supremo esforço fundador da Revolução, que ela só podia ser profeta, que morreria no deserto sem ver a Terra Prometida. Como chegou a isso? Cabia-lhe fazer tudo, não achara nada preparado, nenhum auxílio no sistema precedente. Tomara posse de um mundo vazio, *por direito de espólio não-reclamado*. Mostrarei um dia com toda a evidência que ela não encontrou nada para destruir. O clero estava acabado, a nobreza acabada, a realeza acabada. E ela nada tinha para pôr em seu lugar. Girava num círculo vicioso. A Revolução precisava de homens; para criar esses homens, teria sido preciso fazê-la. Nenhum auxílio havia

1. Um homem teve a rara coragem de defender, sob o Império, a organização do ensino feita pela Convenção: Lacroix, *Essais sur l'enseignement*, 1805.

para efetuar a passagem de um mundo ao outro! Um abismo a atravessar, mas sem asas!...

É doloroso ver quão pouco os tutores do povo, a realeza e o clero, haviam feito para elucidá-lo nos últimos quatro séculos. A Igreja falava-lhe numa língua erudita, que ele desconhecia. Mandava-o repetir da boca para fora esse prodigioso ensino metafísico cuja sutileza assusta os espíritos mais cultivados. O Estado só fizera uma coisa, e de maneira indireta: juntara o povo nos campos, os grandes exércitos nos quais começava a se reconhecer. As legiões de Francisco I, os regimentos de Luís XIV eram escolas onde o povo, sem que nada lhe fosse ensinado, formava-se por conta própria, formava idéias comuns e se elevava pouco a pouco ao sentimento da pátria.

O único ensino direto era o que os burgueses recebiam nos colégios, a que davam continuidade como advogados e homens de letras. Estudo verbal das línguas, da retórica, da literatura, estudo das leis, não científico e preciso como o de nossos antigos juristas, mas supostamente filosófico e repleto de abstrações vazias. Lógicos sem metafísica, legistas sem o direito e a história, acreditavam apenas nos signos, nas formas, nas figuras, na frase. Faltava-lhes em tudo a substância, a vida e o sentimento da vida. Quando subiram ao grande teatro onde as vaidades se encarnam em luta de morte, pôde-se ver tudo o que a sutileza escolástica acrescenta de perverso a uma natureza perversa. Esses terríveis abstratores de quintessência se armaram de cinco ou seis fórmulas, que, junto com o mesmo número de guilhotinas, serviram-lhes para abstrair os homens¹.

1. O caráter inquisitorial e policialesco, que muita gente se espanta em ver em Robespierre e Saint-Just, não assombra os que conhecem a Idade Média e lá encontram freqüentemente esses temperamentos de inquisidores e chica-

Foi algo terrível quando a grande assembléia que, sob Robespierre, fizera o Terror por puro terror, ergueu a cabeça e viu quanto sangue derramara. Não lhe faltara fé contra a coligação dos inimigos, nem mesmo contra a França quando ela, com trinta departamentos, conteve e salvou tudo. A fé não lhe faltara nem quando, correndo um risco pessoal, tendo perdido até Paris, viu-se reduzida a armar seus próprios membros e na iminência de só contar consigo mesma. Mas, em presença do sangue, diante de tantos mortos que se erguiam do sepulcro, diante dessa multidão de prisioneiros libertados que vinham julgar seus juízes, ela fraquejou, começou a se entregar.

Não deu o passo que lhe entregaria o futuro. Não ousou lançar mão do mundo novo que surgia. Para segurá-lo, a Revolução devia ensinar uma coisa, uma única coisa: a Revolução.

E para tanto teria sido preciso, não renegar o passado, mas, ao contrário, reivindicá-lo, retomá-lo e fazê-lo seu, como fazia com o presente, mostrar que possuía, além da autoridade da razão, a autoridade da história, de toda a nossa nacionalidade histórica, que a Revolução era a

neiros sanguinários. Essa relação entre as duas épocas foi percebida com bastante acuidade pelo Sr. Quinet: *Le christianisme et la révolution*, pp. 349-351 (1845). — Dois homens de escrupulosa equidade, propensos a julgar favoravelmente seus inimigos, Carnot e Daunou, concordavam perfeitamente em sua opinião sobre Robespierre. O último me disse várias vezes que, salvo no derradeiro momento, quando a necessidade e o perigo o tornaram eloquente, o famoso ditador era um homem de segunda ordem. Saint-Just tinha mais talento. Os que querem nos fazer crer que ambos eram inocentes dos últimos excessos do Terror são refutados pelo próprio Saint-Just. A 15 de abril de 1794 (tão pouco tempo antes do 9 Termidor!) ele deplora a culposa *indulgência* que se instaurara até então: "Nos últimos tempos, o *relaxamento dos tribunais* aumentou a ponto de, etc. *Que fazem os tribunais* há dois anos? *Tem-se falado de sua justiça?*... Instituídos para manter a Revolução, *sua indulgência* liberou o crime por toda parte, etc." *Histoire Parlementaire*, t. XXXII, p. 311, 319, 26 Germinal, Ano II.

tardia mas justa e necessária manifestação do gênio desse povo, que ela não era senão a própria França finalmente conhecidora de seu direito.

Nada disso fez, e a razão abstrata, a única que invocava, não a amparou em face das realidades terríveis que se levantavam contra ela. Duvidou de si mesma, desapareceu. Era preciso que perecesse, que baixasse ao túmulo, para que seu espírito vivo se expandisse pelo mundo. Arruinada por seu defensor, este presta-lhe homenagem durante os Cem Dias. Arruinada pela Sacra Aliança, os monarcas baseiam seu tratado contra ela no dogma social que ela estabeleceu em 89. A fé que não tivera em si apossa-se daqueles que a combateram. O ferro que lhe enfiaram no coração faz milagres e cura. Ela converteu seus perseguidores, ensina seus inimigos... O que não ensinou a seus filhos!

VIII

NÃO HÁ EDUCAÇÃO SEM FÉ

A primeira pergunta da educação é esta: "Tendes fé? Inspirais fé?"

É preciso que a criança creia.

Que a criança creia nas coisas que poderá, feita homem, comprovar pela razão.

Criar uma criança raciocinante, polemista, crítica, é coisa insensata. Agitar incessantemente, sem motivo, as sementes que se lançam; que agricultura!

Criar uma criança erudita é coisa insensata. Sobrecarregar-lhe a memória com um caos de conhecimentos úteis e inúteis, acumular nela um estoque indigesto de

mil coisas prontas, não vivas, mas mortas e em fragmentos mortos de que ela nunca percebe o conjunto... é assassinar seu espírito...

Antes de *juntar*, de acumular, é preciso *ser*. É preciso criar e fortalecer o germe vivo da jovem criatura. A criança é inicialmente pela fé.

A fé é a base comum de inspiração e ação. Não há coisa grandiosa sem ela.

O ateniense acreditava que toda cultura humana vinha da Acrópole, que de sua Palas, saída do cérebro de Zeus, jorrara a luz da arte e da ciência. E isso se verificou: aquela cidade de vinte mil cidadãos inundou o mundo com sua luz; morta, ela ainda o ilumina.

O romano acreditava que a cabeça viva e ensanguentada encontrada no Capitólio lhe prometia ser a cabeça, o juiz, o pretor do mundo ^a. E isso se verificou: embora seu império tenha passado, seu direito subsiste e continua a reger as nações.

O cristão tinha fé em que um Deus descido no homem faria um povo de irmãos, e cedo ou tarde uniria o mundo num mesmo coração. Isso não se verificou, mas será verificado por nós.

Não bastava dizer que Deus descera no homem; essa verdade, permanecendo encerrada em termos muito gerais, não fecundou. É preciso indagar como Deus se manifestou no homem de cada nação, como, na variedade dos gênios nacionais, o Pai se adequou às necessidades de seus filhos. A unidade que deve dar-nos não é a unidade monótona, mas a unidade harmônica em que todas as diversidades se estimem. Que se estimem mas subsis-

tam, cresçam cada vez mais em esplendor para melhor aclarar o mundo, e que o homem, desde a infância, se habitue a reconhecer um Deus vivo na Pátria.

Surge aqui uma grave objeção. "Como inspirar fé se eu próprio tenho tão pouca? A fé na pátria, como a fé religiosa, esmoreceu em mim."

Se fé e razão fossem coisas opostas, e não existisse nenhum meio razoável de alcançar a fé, seria preciso, como os místicos, suspirar, esperar. Mas a fé digna do homem é uma crença amorosa naquilo que a razão demonstra. Seu objeto não é esta ou aquela maravilha acidental, mas o milagre permanente da natureza e da história.

Para recuperar a fé na França, para ter esperança em seu futuro, é preciso voltar a seu passado, aprofundar seu gênio natural. Fazendo-o seriamente e de coração, vereis que desse estudo, dessas premissas, a consequência se seguirá infalivelmente. Da dedução do passado decorrerá para vós o futuro, a missão da França; ela vos aparecerá em plena luz, e então creereis, e gostareis de crer; a fé não é nada além disso.

Como vos resignaríeis a ignorar a França? Vossas origens estão nela; se não a conhecerdes, nada conhecereis de vós mesmos. Ela vos envolve, vos pressiona de todas as partes, viveis nela e dela, com ela morrereis.

Que ela viva, e que vivais pela fé!

Ela voltará a vosso coração se olhardes vossos filhos, esse mundo novo que deseja viver, que é bom e dócil ainda, que quer a vida da crença. Envelheceste na indiferença; mas qual de vós deseja que o coração morra em seu filho, sem Pátria, sem Deus?... Todas essas crianças, em que estão as almas de nossos ancestrais, são a pátria velha e nova... Ajudemo-la a conhecer-se e ela nos dará o dom de amar.

Assim como o pobre é necessário ao rico, a criança

(a) Segundo Tito Lívio, I, 55: "Escavando os alicerces do templo, retirou-se, ao que se diz, uma cabeça humana de traços intactos. A descoberta anunciava, sem sombra de dúvida, que aquele local seria o pináculo do império e a cabeça do mundo."

é necessária ao homem. Damos-lhe menos do que dela recebemos.

Jovem mundo que logo tomareis nosso lugar, é preciso que eu vos agradeça. Quem mais do que eu estudou o passado da França? Quem a devia sentir melhor depois de tantas provações pessoais, que me revelaram as suas?... Entretanto, devo confessá-lo, na solidão a alma se enfraquecia em mim, se deixava levar por curiosidades ociosas e minuciosas, ou se dispersava no ideal, e não progredia. A realidade me escapava, e nossa pátria, que eu sempre perseguira, que eu sempre amara, eu a via sempre à distância; era meu objeto, meu alvo, um objeto de ciência e estudo. Ela me surgiu viva... “Em quem?” Em vós que me ledes. — Em vós, jovem, vislumbrei a Pátria, sua eterna juventude... Como não acreditar nela?

IX

DEUS NA PÁTRIA.
A JOVEM PÁTRIA DO FUTURO.
O SACRIFÍCIO

A educação, como toda obra de arte, exige antes de tudo um esboço simples e forte. Nada de sutileza, nada de minúcia, nada que dificulte, que provoque objeção.

Na criança, para que se produza uma impressão grande, salutar, duradoura é preciso fundar o homem, criar a vida do coração.

Deus primeiro, revelado pela mãe, no amor e na natureza. Deus depois, revelado pelo pai, na pátria viva, na sua história heróica, no sentimento da França.

Deus e o amor de Deus. Que a mãe tome a criança no dia de São João, quando a terra cumprir seu milagre anual, quando toda erva florescer, quando se puder ver a planta que cresce de instante a instante, e a conduza a um jardim, e a beije... e ternamente lhe diga: “Tu me amas, só a mim conheces... Mas, escuta, não sou tudo. Tens outra mãe... Temos uma mãe comum, todos nós, homens, mulheres, crianças, animais, plantas, tudo o que vive, uma mãe terna que nos alimenta sempre, invisível e presente. Amemo-la, querido filho, abracemo-la de coração.”

E nada mais por muito tempo. Nada de metafísica, que mata a impressão. Deixai a criança incubar esse mistério sublime e terno que sua vida inteira não bastará para explicar. Esse será um dia de que não se esquecerá nunca. Em meio às provações da existência, às obscuridades da ciência, às paixões e às noites tormentosas, o doce sol daquele dia brilhará sempre no fundo de seu coração, com a flor imortal do mais puro, do melhor amor.

Outro dia, mais tarde, quando o homem estiver surgindo nela, o pai a tomará; grande festa pública^a, grande multidão em Paris. Leva-a a Notre-Dame, ao Louvre, às Tulherias, ao Arco do Triunfo. De um teto, de um terraço, mostra-lhe o povo, o exército que desfila, de baionetas frementes, a bandeira tricolor... Sobreretudo na expectativa da festa, sob os reflexos fantásticos da iluminação, nesses formidáveis silêncios que se fazem de repente sobre o turvo oceano do povo, o pai se debruça e diz ao filho: “Vê, meu filhinho: eis a França, eis a Pátria! Tudo isso é como se fosse um só homem. A mesma alma, o mesmo coração. Todos morreriam por um; e cada um deve também viver e morrer por todos... Os que lá embai-

(a) Michelet consagrará todo o último capítulo de *Nos fils* (*Nossos filhos*, 1869) à “educação pelas festas”.

xo passam armados vão combater por nós. Estão deixando o pai, a velha mãe, que precisam deles... Tu farás o mesmo, jamais esquecerás que tua mãe é a França."

Ou conheço muito pouco a natureza, ou essa impressão perdurará. O filho viu a Pátria... Esse Deus invisível em sua elevada unidade é visível em seus membros e nas grandes obras onde está depositada a vida nacional. É uma pessoa viva que ele toca, e ele a sente à sua volta; não pode abraçá-la, mas ela o abraça, ela o aquece com sua vasta alma derramada pela multidão, ela lhe fala através de seus monumentos... É uma bela coisa, para a Suíça, poder com um olhar abranger seu cantão, abraçar das alturas de seus Alpes o país bem-amado, gravar-lhe a imagem. Mas é coisa verdadeiramente grande para o francês ter aqui a gloriosa pátria imortal reunida num ponto, todos os tempos, todos os lugares num só; e acompanhar, das Termas de César à Coluna, ao Louvre, ao Campo de Marte, do Arco do Triunfo à Praça da Concórdia, a história da França e do mundo.

De resto, a intuição durável e forte da Pátria é antes de tudo, para a criança, a escola, a grande escola nacional tal como a faremos um dia. Falo de uma escola verdadeiramente comum, onde crianças de todas as classes e condições viriam por um, dois anos, assentar-se em grupo, antes da educação especial¹, e onde só se aprenderia a França.

Apressamo-nos a pôr nossos filhos entre crianças de nossa classe, burguesa ou popular, na escola, nos colégios; evitamos as misturas, separamos rapidamente po-

1. A educação especial, do colégio ou da oficina, viria a seguir; a oficina, suavizada e regulamentada pela escola (conforme a visão judiciosa do Sr. Faucher, *Travail des enfants*); o colégio suavizado, sobretudo durante os primeiros anos, quando a criança só aprenderia da gramática o que realmente pudesse compreender. Mais exercícios e recreação, menos escritas inúteis. — Piedade, piedade para com os pequeninos!

bres e ricos nessa época feliz em que, por si mesma, a criança não perceberia essas vãs distinções. Tememos que nossos filhos não conheçam de fato o mundo onde devem viver. Preparamos, com esse isolamento precoce, os ódios da ignorância e da inveja, essa guerra interior de que mais tarde vamos sofrer.

Se é preciso que a desigualdade persista entre os homens, que ao menos a infância possa seguir por um momento seu instinto; e viver na igualdade! Que esses rebentos de Deus, inocentes, destituídos de inveja, nos conservem, na escola, o comovedor ideal da Sociedade! Seria uma escola para nós também; iríamos aprender com eles a vaidade das posições sociais, a tolice das pretensões rivais, bem como tudo o que existe de vida verdadeira, de felicidade, sem primeiros e últimos.

A pátria surgiria então, jovem encantadora, ao mesmo tempo em sua variedade e em sua concórdia. Diversidade instrutiva de caracteres, de rostos, de raças, arco-íris de cem cores. Todas as classes, todas as fortunas, todas as roupas juntas nos mesmos bancos, o veludo e a blusa, o pão preto e o alimento delicado... Que lá o rico aprenda desde cedo o que é ser pobre, que ele sofra com a desigualdade, que obtenha o direito de partilhar, que trabalhe desde então para restabelecer a igualdade na medida de suas forças; que encontre assentada no banco de madeira a cidade do mundo, e que aí dê início à cidade de Deus!...

O pobre aprenderá de seu lado, e memorizará por certo, que, se o rico é rico, não o é por culpa sua, já nasceu assim; e que às vezes sua riqueza o torna pobre do primeiro dos bens, pobre de vontade e de força moral.

Seria excelente que todos os filhos de um mesmo povo, assim reunidos ao menos por algum tempo, se vissem e se conhecessem antes dos vícios da pobreza e da riqueza.

za, antes do egoísmo e da inveja. A criança receberia aí uma impressão indelével da pátria, encontrando-a na escola não somente como estudo e ensino, mas como pátria viva, uma pátria criança, semelhante a ela, uma cidade melhor antes da Cidade, cidade de igualdade onde todos se assentariam no mesmo banquete espiritual.

Não gostaria apenas que ela aprendesse, que ela visse a pátria, mas que ela a sentisse como providência, a reconhecesse como mãe e nutriz, de leite fortificante e calor vivificante... Deus nos livre de negar escola à criança, de recusar-lhe o alimento espiritual porque ela não tem o do corpo... Oh, a avareza ímpia capaz de dar milhões aos pedreiros e aos padres^a, rica apenas para favorecer a morte¹, e que se põe a regatear com as crianças, que são a esperança, a vida querida da França, o coração de seu coração!

Já o disse em outra parte. Não sou daqueles que estão sempre a chorar pelo operário robusto que ganha cinco francos ou pela pobre mulher que ganha dez soldos. Uma piedade tão imparcial não é piedade. As mulheres precisam de conventos livres, de asilos, de oficinas tem-

(a) Alusão às despesas feitas para restaurar, sem discernimento, as igrejas medievais, e para construir outras no estilo neogótico. Michelet condena mais de uma vez, no *Journal*, esse contra-senso histórico, que trai um amor mórbido pelo passado. Assim, a 5 de agosto de 1843, em Rouen, depois de dizer adeus à Igreja católica, que a seus olhos não passava então de um museu, ele escreve: "O pedreiro procura o padre, e a aliança dos dois mercadores consoma a ruína da Igreja. O pedreiro é homem devoto, o padre é homem devoto. O primeiro dirá ao segundo: Só vós conheceis a arte cristã, trabalharei sob vossas ordens. Quereis o belo? Eu o farei. Quereis o antigo? Eu o farei. A vinte sous por dia, os operários podem refazer esses capitéis, cada um dos quais foi um trabalho individual, o pensamento íntimo de um homem e como que uma prece em pedra..."

1. E é a morte que ensina! Os ignorantezinhos impõem às crianças a *História da França* dos jesuítas (Loriquet). Nela li, entre outras calúnias infames, uma que o próprio emigrado Vauban desmentiu: a de que em Quiberon Hoche *teria prometido a vida e a liberdade* a quem baixasse as armas, t. II, p. 256^b.

(b) Michelet refere-se a *Histoire de France à l'usage de la jeunesse*, publicada em 1823 pelo padre Loriquet.

porárias, mas que os conventos não as matem mais de fome¹. Quanto às criancinhas, é preciso que todos sejamos pais, que abramos os braços, que a escola seja seu asilo, asilo doce e generoso aonde vão por si mesmas, e que amem tanto ou mais que a casa paterna essa casa da França... Se tua mãe não pode te nutrir, se teu pai te maltrata, se estás nu, se tens fome, vem, meu filho, as portas estão abertas e a França está postada à soleira para te abraçar e acolher. Essa grande mãe não se envergonhará jamais de ter por ti os cuidados da nutriz, preparar-te-á com sua mão heróica a sopa do soldado, e, quando não tiver com que te cobrir, com que te aquecer os pequenos membros enlanguescidos, arrancará um pedaço de sua bandeira.

Consolado, acariciado, feliz, livre de espírito, que a criança receba nos bancos escolares o alimento da verdade. Que antes de mais nada saiba que Deus lhe fez a graça de conceder-lhe essa pátria, pátria que promulgou, que escreveu com o próprio sangue, a lei da equidade divina, da fraternidade; saiba a criança que o Deus das nações falou pela boca da França.

Antes de mais nada a pátria como dogma e princípio. Depois, a pátria como lenda: nossas duas redensões, pela santa Donzela de Orléans, pela Revolução, o ímpeto de 92, o milagre da jovem bandeira, nossos jovens generais admirados, pranteados pelo inimigo, a pureza de Marceau, a magnanimidade de Hoche, a glória de Arcole e Austerlitz, César e o segundo César, em quem nossos grandes reis ressurgiam ainda maiores. Mais alta ainda a glória de nossas assembléias soberanas, o gênio pacífico e verdadeiramente humano de 89, quando a França ofereceu a todos, tão cordialmente, a liberdade e a paz... Enfim, acima de tudo, como lição suprema, a imensa ca-

1. Ver o Prefácio da 3ª edição de meu livro *Du prêtre, de la femme et de la famille*.

pacidade de devotamento, de sacrifício, que nossos pais demonstraram, e como tantas vezes a França deu a vida pelo mundo.

Criança, seja esse teu primeiro evangelho, o amparo de tua vida, o alimento de teu coração. Lembrar-te-ás dele em meio aos trabalhos ingratos, penosos, a que a necessidade irá te atirar desde cedo. Ele será para ti um cordial poderoso que, por momentos, virá te restaurar. Encantarás tua recordação durante as longas jornadas do trabalho, no tédio mortal da fábrica; irás reencontrá-lo no deserto da África, como remédio para a saudade, para o abatimento das marchas e das vigílias, sentinela perdida a dois passos dos bárbaros.

A criança conhecerá o mundo, mas que primeiro conheça-se a si mesma naquilo que possui de melhor, isto é, na França. O resto aprenderá por si mesma. É preciso ensinar-lhe sua tradição, iniciá-la. A França lhe comunicará as três revelações que recebeu, como Roma lhe ensinou o justo, a Grécia o belo e a Judéia o santo. Associará seu ensino supremo à primeira lição ministrada pela mãe; esta lhe ensinou *Deus*, a grande mãe lhe ensinará o dogma do amor, *Deus no homem*, o cristianismo — e como o amor, impossível nos tempos de ira, nos tempos bárbaros da Idade Média, *foi escrito nas leis* pela Revolução, *para que o Deus interior do homem pudesse se manifestar*.

Se eu compusesse um livro sobre a educação, mostraria como a educação geral, suspensa pela educação especial (do colégio ou da oficina), deve ser retomada, sob a bandeira, para o jovem soldado. É assim que a pátria deve pagar-lhe o tempo que ele lhe dá. De volta a casa, ela deve acompanhá-lo não apenas como lei, para governar e punir, mas como providência civil, como cultura religiosa, moral, atuante por intermédio das assembleias, das bibliotecas populares, dos espetáculos, das festas de todo tipo, sobretudo musicais.

Quanto tempo durará a educação? Tanto quanto a vida.

Qual é a primeira parte da política? A educação. E a segunda? A educação. E a terceira? A educação. — Envelheci muito na história para acreditar nas leis não preparadas, quando de longa data os homens não tiverem aprendido a amar, a querer a lei. Peço-vos: menos leis, mas que pela educação se fortaleça o princípio das leis; tornai-as aplicáveis e possíveis. Fazei homens, e tudo irá bem¹

A política nos promete a ordem, a paz, a segurança pública? Mas por que todos esses bens? Para gozarmos, adormecidos numa calma egoísta, para nos dispensarmos de nos amar, de nos associar?... Que ela pereça se tal for seu objetivo. Quanto a mim, prefiro crer que essa ordem, essa grande harmonia social, tem como objetivo amparar o livre progresso, favorecer a evolução de todos por todos. A sociedade não deve ser mais do que uma iniciação, do nascimento à morte, uma educação que englobe nossa vida neste mundo e prepare as vidas ulteriores.

A educação, palavra tão pouco compreendida, não é apenas o cultivo do filho pelo pai, mas também, e às vezes até mais, do pai pelo filho. Se pudermos nos reerguer de nossa debilitação moral, será por nossos filhos, e é para nossos filhos que faremos o esforço. O pior homem do mundo quer que seu filho seja bom; aquele que não seria capaz de fazer nenhum sacrifício em prol da humanidade e da pátria sacrifica-se por sua família. Caso não tenha perdido tanto o senso quanto o senso moral, terá piedade dessa criança que pode vir a se pare-

1. Num projeto de constituição que devemos a um dos maiores e melhores homens que jamais existiram, Turgot, vemos que pela educação ele institui, antes do Estado, a comuna, e antes da comuna o homem. Isso é admirável. Mas que fique claro que a educação dada pela comuna deve emanar do Estado, da Pátria. Pois essa não é uma atribuição da comuna.

cer com ele... Escavai fundo nessa alma, tudo está pervertido e vazio; entretanto, na última camada, encontrareis quase sempre um fundo sólido, o amor paterno.

Pois bem! Em nome de nossos filhos, peço-vos que não deixemos a pátria perecer. Quereis legar-lhe o naufrágio, padecer sua maldição... a maldição de todo o futuro, do mundo, talvez perdido por mil anos se a França sucumbir?

Só podereis salvar vossos filhos — e com eles a França e o Mundo — por um único meio: estabeleci neles a fé!

Fé no devotamento, no sacrifício “, na grande associação onde todos se sacrificam por todos, ou seja, a Pátria.

Bem sei que esse é um ensino difícil, pois as palavras não bastam, é preciso recorrer a exemplos. A força, a magnanimidade do sacrifício, tão comuns entre nossos pais, parecem perdidas para nós. Eis a verdadeira causa de nossos males, de nossos ódios, da discórdia interna que torna esse país fraco como um moribundo e risível aos olhos do mundo.

Se tomo de parte os melhores, os mais honoráveis, e os pressiono aos poucos, descubro que cada um deles, aparentemente desinteressado, traz no fundo alguma coisa de reserva que não gostaria de sacrificar por nada. Pedi-lhe o resto... Um daria a vida pela França, mas não renunciaria a determinado divertimento, a um dado hábito, a um vício...

(a) Entre todas as tradições maiores que definem a condição humana, das quais a introdução a *Origines du droit* contém o inventário, Michelet considera a do sacrifício a mais privilegiada: “A tradição suprema, a mais notável pela substância e pela forma, é aquela pela qual o homem não transmite a natureza, mas transmite-se e se entrega de coração, voluntariamente. O símbolo dessa tradição é o sacrifício. O sacrifício é o ponto culminante da vida humana.” A moral cívica que pregará no Collège de France de 1846 a 1851 será a moral do sacrifício.

Ainda existem homens puros entre os de dinheiro, diga-se o que se disser. Mas quanto orgulho tê-lo-ão? Tirarão as luvas para apertar a mão do pobre que sobe a dura senda da fatalidade?... Digo-vos entretanto, meu senhor, que se não tocardes com vossa mão branca e fria aquela mão forte, quente e viva, ela não fará mais obras de vida.

Nossos hábitos, mais caros ainda do que nossos gozos, devem entretanto ser sacrificados mais cedo ou mais tarde. Os dias de peleja se aproximam...

E o coração possui seus hábitos, seus queridos laços, hoje tão bem misturados nele, às suas fibras vivas, que são outras tantas fibras vivas... É difícil extirpá-los... Por vezes o senti enquanto escrevia este livro, ferindo mais de um que me era caro.

Primeiro a Idade Média, na qual passei a vida, da qual reproduzi em minhas histórias a comovente, a impotente aspiração. Precisei dizer-lhes: *Para trás!*, hoje que mãos impuras a arrancam do túmulo e colocam essa pedra diante de nós para nos fazer tropeçar no caminho do futuro.

Uma outra religião, o sonho humanitário da filosofia, que crê salvar o indivíduo destruindo o cidadão, negando as nações, abjurando a pátria... imolei-a também. A pátria, minha pátria pode sozinha salvar o mundo.

Da lenda poética à lógica, da lógica à fé, eis o caminho que percorri.

Mesmo nesse coração e nessa fé encontrei coisas respeitáveis e antigas que reclamavam... amizades, derradeiros obstáculos que, entretanto, não me detiveram diante da pátria em perigo... Que a pátria aceite o sacrifício! Tudo o que possuo neste mundo, minhas amizades, eu as ofereço à Pátria, e, para dar a ela o belo nome que a França antiga encontrou, deponho-as no altar da grande *Amizade*.

PREFÁCIO DE 1866

Este pequeno livro foi escrito em 1846. Inúmeras passagens (da primeira parte) trazem fortes marcas da época. Seria preciso alterá-las? O autor julgou que não.

Um mundo desapareceu desde então; outro surgiu lentamente no horizonte. Modificar o livro, acomodá-lo a este presente tão conturbado, ao futuro obscuro, teria sido apagar-lhe o sinete da época, fazer um livro bastardo e falso.

Ademais, o que ele tem de importante não mudou. O que diz a respeito do direito do instinto dos simples e da inspiração das massas, das vozes ingênuas da consciência, subsiste e permanecerá como a base profunda da democracia.

Hyères, 12 de dezembro de 1865



2685

1:32 M623p 1988